

Nielson Rosa Bezerra  
Coordenação

**NAS SOMBRAS DA DIÁSPORA**  
Patrimônio e Cultura Afro-brasileira na Baixada Fluminense

Duque de Caxias  
APPH-CLIO/INEPAC  
2013

Copyright – 2013 by Nielson Rosa Bezerra

**Capa** Aline Sousa Nascimento  
Nielson Rosa Bezerra  
**Pesquisa** Aline Sousa do Nascimento  
Daniela Carvalho Cavalheiro  
Marlucia dos Santos Souza  
Nielson Rosa Bezerra  
**Revisão** Shirley Costa e Silva  
**Diagramação** Eduardo Ribeiro  
**Produção Editorial** Esteio Editora

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

GOVERNADOR

**Sergio Cabral**

VICE-GOVERNADOR

**Luiz Fernando Pezão**

SECRETÁRIA DE ESTADO DE CULTURA

**Adriana Scorzelli Rattes**

SUBSECRETÁRIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

**Olga Campista**

SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

**Mario Cunha**

**INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL**

DIRETOR-GERAL

**Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro**

DEPARTAMENTO DE BENS MÓVEIS E INTEGRADOS

**Rafael Azevedo Fontenelle Gomes**

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL

**Denise de Souza Mendes**

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO IMATERIAL

**Luciane Barbosa de Souza**

DEPARTAMENTO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO

**Sergio Linhares Miguel de Souza**

FICHA CATALOGRÁFICA

BEZERRA, Nielson Rosa /SOUZA, Marlucia dos S./NASCIMENTO, Aline Sousa  
Nas sombras da diáspora : patrimônio e cultura afro-brasileira na  
Baixada Fluminense/Nielson Rosa Bezerra/Marlucia dos S. Souza/Alina Sousa  
Nascimento – Duque de Caxias, RJ : APPH-CLIO/INEPAC, 2013.  
350 p. : 16x23 cm.

Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-89947-07-7

1. Nielson Rosa Bezerra. 2. Diáspora Africana. 3. Patrimônio. 4. Baixada  
Fluminense

1ª. Edição  
APPH-CLIO/INEPAC  
Duque de Caxias, 2013

Não resisti. Regressei à minha velha casa, e ali, sob a sombra do tamarindo, me deixei afogar em lembranças. Olhei a imensa copa e pensei: nunca fomos donos do tamarindo. Era o inverso, a árvore é que tinha a casa. Se estendia, soberana, pelo pátio, levantando o chão de cimento. Eu olhava aquele pavimento, assim enrugado pelas raízes, se erguendo em placas, e me parecia um réptil mudando de pele.

***Mia Couto***

## Agradecimentos

A publicação desse trabalho foi viabilizada com os recursos do Edital da Chamada 023/2013 – Memória Fluminense: Inventário de Acervo Cultural – Edição 2011 – INEPAC – Secretaria do Estado de Cultura do Rio de Janeiro. Desde já, registra-se os agradecimentos para toda a equipe institucional que elaborou o edital, realizou a seleção e, principalmente, acompanhou o desenvolvimento desse trabalho, desde a sua ideia inicial até o resultado final aqui apresentado. Entre as pessoas dessa equipe, seria importante destacar o entusiasmo e interesse do atual superintendente do INEPAC, Paulo Vidal, que ofereceu todos os recursos disponíveis para que esse trabalho pudesse vir a público. Também destaca-se a atuação generosa de Dina Lerner, que ofereceu suporte conceitual e metodológico para que a equipe fosse estabelecendo parâmetros mais cuidadosos para a execução de um inventário. Da mesma forma, também destaca-se a atuação paciente e de muito compromisso de Luciane Barbosa, que já há muito tempo oferece credibilidade para os trabalhos realizados pelo sistema de editais do INEPAC. Ainda estende-se agradecimentos para Sergio Linhares, que tem oferecido orientações através de um debate contínuo desde o início até a finalização desse trabalho.

Eu também gostaria de agradecer às inúmeras pessoas que aceitaram falar, conversar ou registrar um depoimento sobre o Patrimônio Cultural da Baixada Fluminense. Muitas delas nos ensinaram com sabedoria e simplicidade, nos relatando a trajetória de uma vida a serviço da Cultura Afro-brasileira, representando verdadeiros ícones da Diáspora Africana no Brasil. Para essas pessoas, não ofereço apenas os agradecimentos, mas todo o meu reconhecimento por trabalho digno e dedicação à perpetuação de diferentes manifestações da cultura popular no Brasil.

Foram muitas as instituições que disponibilizaram os seus acervos para que pudessemos realizar a pesquisa, identificar e registrar o patrimônio aqui apresentado. Entre essas instituições, agradeço especialmente à Fundação Biblioteca Nacional, ao Arquivo Nacional, ao Museu Imperial de Petrópolis, ao IPHAN, à Fundação Cultural de Magé, à Diocese de Duque de Caxias, ao Instituto Histórico de Duque de Caxias, ao Centro de Referência Patrimonial e Histórica de Duque de Caxias, ao Museu Vivo do São Bento, entre outras, que mesmo in-



diretamente apoiaram a trajetória de desenvolvimento desse trabalho. Para cada funcionário que nos recebeu, para cada amigo que lembrou de um ativista cultural que poderia nos ajudar, meus agradecimentos. Em especial, eu gostaria de registrar o trabalho da professora Helenita Bezerra, coordenadora do projeto “Comunidade Educadora”, que nos ofereceu acervo, apoio, articulou entrevistas, cedeu material pessoal. Sem dúvida que essa parceria foi essencial para que esse trabalho tomasse a envergadura que tomou. Muito obrigado por tudo!

A cada projeto finalizado, um legado de amizade e carinho é tão importante quanto o resultado material do trabalho. Nesse sentido, eu gostaria de agradecer a contribuição e a amizade de Alexandro Braga e Tiago Sousa, grande militantes da Cultura em Magé. Tiago Sousa abriu as portas de sua casa, levando parte da equipe para os seios de sua família, apresentando pessoas, contextualizando histórias, trocando inúmeras experiências. Aproveito para agradecer toda a sua família, que recebeu a equipe diversas vezes, sempre atenta e interessada na preservação da Memória e da Cultura Popular de Magé e da Baixada Fluminense. Obrigado seria pouco para reconhecer a importância dessas pessoas para a realização desse projeto.

A Associação de Professores e Pesquisadores de História da Baixada Fluminense – APPH-CLIO, da qual sou um dos membros fundadores, mas uma vez foi fundamental para que esse trabalho fosse publicado. Aos demais membros, meus parceiros de longa data, os meus sinceros agradecimentos por todo o apoio neste e em todos os projetos que ofereci para a instituição. Também agradeço ao apoio institucional da Esteio Editora, na pessoa de Eduardo Ribeiro, cuja produção editorial e a promoção do projeto foram essenciais para que esse trabalho pudesse ser oferecido ao público.

Por último, eu gostaria de agradecer por todo o comprometimento para que o trabalho fosse desenvolvido. MarluCIA dos Santos Souza e Aline Nascimento foram mais do que parceiras. Companheiras de trabalho, sugeriram, executaram, revisaram, ajudaram na concepção de cada ficha finalizada. Não é por acaso que esse trabalho também foi registrado como uma autoria compartilhada. Meus agradecimentos especiais. Eu também agradeço a Moisés Peixoto e Dani Cavalheiro, amigos de longa data. Alunos de outrora, já parceiros de pesquisa. Essas são as pessoas que realmente foram responsáveis pelas atividades do projeto, tornando o meu trabalho mais fácil e possível de ser executado sem grandes problemas. Mais uma vez agradeço.

## Sumário

Prefácio .....	7
Apresentação.....	9
Ficha 1 – Colégio Estadual Guadalajara.....	13
Ficha 2 – Casa da Parteira Odete .....	54
Ficha 3 – Reisado Flor do Oriente .....	64
Ficha 4 – Associação dos Africanos Residentes no Brasil.....	77
Ficha 5 – Bloco Carnavalesco Império do Gramacho .....	86
Ficha 6 – Bloco Carnavalesco Dr. Laureano .....	96
Ficha 7 – Casa de Vivenda da Fazenda Iguaçu.....	104
Ficha 8 – Capela de Nossa Senhora do Rosário da Fazenda Iguaçu .....	116
Ficha 9 – Tulha Principal da Fazenda do Iguaçu .....	127
Ficha 10 – Casa de Farinha da Fazenda Iguaçu e Esporte Clube São Bento ..	136
Ficha 11 – Tulha de Armazenamento e Posto Médico do Núcleo Colonial São Bento.....	144
Ficha 12 – Armazém e Escola do Núcleo Colonial São Bento.....	152
Ficha 13 – Tulha de Carvão do Núcleo Colonial São Bento .....	166
Ficha 14 – Casa do Administrador do Núcleo Colonial São Bento.....	174
Ficha 15 – Terreiro do Pai Valdomiro de Xangô.....	185
Ficha 16 – Sítio Escola Sambaqui do São Bento.....	192
Ficha 17 – Igreja de Nossa Senhora do Pilar .....	203
Ficha 18 – Associação de Capoeira Maragogipe .....	219
Ficha 19 – Caminho de Inhomirim .....	229
Ficha 20 – Casa dos Escravos da Fazenda Mandioca.....	261
Ficha 21 – Fábrica de Pólvora da Estrela.....	286
Ficha 22 – Capela de Nossa Senhora do Rosário da Taquara .....	296
Ficha 23 – Parque Ecológico Vale dos Orixás .....	313
Ficha 24 – Capela de São Benedito .....	329
Ficha 25 – Capela de Nossa Senhora da Conceição .....	335
Ficha 26 – Casa de Farinha de Suruí .....	352
Ficha 27 – Caminho do Comércio .....	367
Ficha 28 – Casarão e Senzala da Fazenda São Bernardino .....	388
Bibliografia .....	405

## Prefácio

O estudo *Nas sombras da diáspora: patrimônio e cultura afro-brasileira na Baixada Fluminense*, de autoria de Nielson Rosa Bezerra, Marlúcia dos S. Souza e Aline Sousa Nascimento vem preencher uma lacuna nos estudos sobre a ação da população de origem africana no território da Baixada Fluminense, as marcas materiais e imateriais deixadas por esse grupo trazido compulsoriamente para o Brasil.

A diáspora dessa população ainda é um item a ser explicado para um melhor entendimento e representação da dinâmica como ocorreu no espaço aqui definido. Essa investigação definiu com mais clareza uma configuração da identidade territorial ancestral e da cultura afro-brasileira.

A historicidade espacial só pode ser explicada pela Geografia, a ciência do território. O território é algo concreto, no qual se dão os fatos políticos, sociais, culturais e históricos, portanto, nele estão registradas as referências culturais.

É com essa visão que os autores pretendem nesse trabalho estabelecer um diálogo entre a história da Baixada Fluminense e o Patrimônio Cultural, “considerando as heranças africanas que foram determinantes para a formação da sociedade local, valorizando a população negra, descendente dos africanos que aqui se estabeleceram desde os primeiros tempos da diáspora”, em suas próprias palavras.

A publicação dessa obra foi selecionada pelo Inepac por ser relevante e oportuna no estudo do legado da cultura afrodescendente na Baixada Fluminense. Por limitações decorrentes da própria natureza do trabalho e do tempo disponível, foram abordados os municípios de Duque de Caxias, Magé e Nova Iguaçu. Os autores também estabeleceram uma sequência temática com fins didáticos para a apresentação, não se atendo à ordem cronológica ou territorial. O mais relevante é que estejam representados elementos dos patrimônios cultural imaterial e material: comunidade educadora; blocos carnavalescos; Museu Vivo do São Bento; Caminhos do ouro e da pólvora; e) Caminhos do café; resistência escrava, trabalho e devoção.

A publicação *Nas sombras da diáspora: patrimônio e cultura afro-brasileira na Baixada Fluminense*, foi produzida com os recursos da Seleção Pública de Projetos para apoio financeiro, na área de Memó-

ria e Patrimônio, por meio da Chamada Pública nº 023/2011- MEMÓRIA FLUMINENSE – Inventários do Acervo Cultural – Edição 2011, do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac) da Secretaria de Estado de Cultura do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

***Sergio Linhares Miguel de Souza***  
*Diretor de Pesquisa e Documentação - Inepac*

## Apresentação

### Patrimônio e Cultura Afro-brasileira na Baixada Fluminense

O tema da diáspora africana está diretamente conectado com o debate sobre o Patrimônio Cultural que se formou no Brasil ao longo de seu processo histórico. De acordo com Gilberto Freyre, seriam as expressões afro-brasileiras as autênticas manifestações da nossa cultura, uma vez que teriam sido os negros, descendentes dos africanos escravizados em tempos coloniais, os principais agentes da formação de uma identidade nacional. Malogradas as críticas que atribuíram-se ao pensamento do autor de *Casa Grande & Senzala* (algumas muito acertadas, outras forjadas por corriqueiras leituras sobre a sua obra), há certo consenso no pensamento nacional sobre as heranças africanas que influenciaram diretamente na formação da cultura brasileira. O presente trabalho é uma contribuição sobre esse debate, uma vez que se propõe a identificação, o registro e a contextualização de equipamentos e tradições culturais que se forjaram na Baixada Fluminense ao longo dos anos. Acrescentou-se nesse inventário uma preocupação metodológica inspirada na concepção de que não há cultura brasileira sem a dimensão africana.

Desde o fim do século XVI, os africanos estiveram presentes na Baixada Fluminense em função do trabalho escravo colonial, principal eixo econômico do Brasil até o fim do século XIX. Durante o século XVIII, com a descoberta nas Minas Gerais, a abertura do Caminho Novo de Garcia Paes (1704), e de sua variante pelo Caminho do Proença (1722), cortou o território, tornando-se inevitável a passagem por suas freguesias para se atingir o interior da Colônia. Desse modo, viajantes, tropeiros, barqueiros e autoridades tornaram-se importantes agentes de confluências, transmitindo diferentes formas de pensar, diferentes modos do fazer cotidiano que forjaram tradições, sociabilidades e expressões culturais que ainda hoje se encontra na região. Durante o século XIX, as irmandades religiosas, fundadas durante o período colonial, continuavam como importantes referências para os arranjos sociais, tanto entre senhores, como entre libertos e escravos. Desse período, aprende-se sobre a interessante organização quilombola. Às margens dos rios Iguaçu, Sarapuí, Meriti, Botas, entre outros, os mesmos que teriam servido como primeiras vias para que o colonizador tivesse acesso as terras alagadas entre o mar e a serra, foram reduto de diferentes comunidades formadas por escravos fugidos. Com uma

economia baseada no corte e comercialização da lenha dos mangues, os quilombolas também negociavam informações sobre as milícias e as expedições de repressão, organizadas pelas autoridades da Corte, impulsionadas pelas denúncias de senhores locais.

Por conta desse processo, milhões de pessoas vieram para o Brasil, centenas de milhares se estabeleceram nas freguesias do Recôncavo da Guanabara. Além do trabalho que construiu muitos dos enclaves coloniais ainda presentes na região, essas pessoas ofereceram seus hábitos, seus costumes, suas tradições, suas manifestações culturais. Muitos deles, já convertidos ao cristianismo, ofereceram a herança por devoções marianas, recorrentes em tempos coloniais, como Nossa Senhora do Rosário ou Nossa Senhora da Conceição. Em muitos casos, foram igrejas e capelas construídas pelos africanos escravizados, mas também por eles frequentadas, onde batizavam seus filhos, registravam seus casamentos e seus parentes falecidos. Muitos deles eram membros assíduos de irmandades, privilegiados espaços que nos oferecem alguns fragmentos das formas de sociabilidade de africanos e afrodescendentes em tempos mais distantes.

Ao longo da segunda metade dos tempos oitocentistas já se podia sentir o vento das ideias de liberdade sobre o território fluminense. Pelo menos é o que se percebe na documentação da época. Alguns depoimentos e processos criminais oferecem a voz do africano escravizado. Neles é possível encontrar uma perspectiva de transformação social, seja através de fugas, de formação de quilombos ou de alguma forma de manuseio das estratégias de liberdade forjadas pelas novas formas de interpretar a Lei e a concepção do Direito que envolviam as questões da escravidão no âmbito do debate durante o Segundo Reinado. Desse tempo começa-se a perceber as últimas gerações de africanos na Baixa da Fluminense, pelo menos aqueles que para cá vieram como escravizados. Desse tempo também começa-se a perceber as primeiras gerações de famílias afrodescendentes, cuja forma de viver revelava muito das antigas tradições de seus antepassados africanos agora adaptadas ao direito à liberdade, inicialmente asseguradas pelas alforrias e depois pela sua universalização através da Lei Áurea.

O pós-abolição marcou a vida dessas famílias. O campesinato e a agricultura familiar eram o tom das formas de sobrevivência das famílias negras durante os primeiros anos republicanos. A luta por melhores condições de saúde e pelo acesso à escolarização dos netos e filhos daquelas famílias possibilita uma ideia sobre as expectativas de

ascensão geracional para uma ascensão social. Ainda no início do século XX, percebe-se o processo de enraizamento e estabilização social de famílias negras na Baixada Fluminense. Enraizamento porque muitas famílias que viviam durante o trabalho escravo, ali se mantiveram, mesmo após o direito à liberdade assegurado pela lei de 1888. Era o caso de raízes sociais e culturais que mantiveram aquelas pessoas fixadas nas terras em que já haviam batizados seus filhos ou enterrado seus entes queridos. Por outro lado, muitas famílias, que optaram por sair do interior, encontraram na Baixada Fluminense a proximidade possível da capital nacional e as condições de vida e de trabalho baseadas em um campesinato negro ainda existente.

São dessas primeiras décadas do século XX que se tem informações sobre os primeiros terreiros de candomblé, das primeiras folias de reis, dos blocos carnavalescos, entre outras tantas manifestações afro-brasileiras estabelecidas na Baixada Fluminense. De alguns anos mais tarde, encontra-se, por exemplo, a notável obra de Santos Lemos, um jornalista que descrevia a vida cotidiana da população empobrecida (em sua maioria negra), suas tradições, suas condições de trabalho e a pesada discriminação social que a Lei Áurea não garantiu o fim. Ainda é possível encontrar poetas, obras literárias, artistas plásticos que, de alguma forma, expressaram o valor das manifestações afro-brasileiras na Baixada Fluminense.

A Baixada Fluminense é um conjunto de 12 cidades localizadas na região metropolitana do Rio de Janeiro. A sua população total passa de 4,5 milhões de pessoas, chegando a quase 3 milhões de eleitores. Na maioria dessas cidades, a população caracteriza-se pela maior concentração de pardos e negros do estado do Rio de Janeiro. A sua história se confunde com a história do território fluminense e, conseqüentemente, com todo o território nacional. O presente trabalho é uma contribuição para relacionar a história da Baixada Fluminense com o debate sobre o Patrimônio Cultural, considerando as heranças africanas que foram determinantes para a formação da sociedade local, valorizando a população negra, descendente dos africanos que aqui se estabeleceram desde os primeiros tempos da diáspora.

Diante de um território amplo e uma população de milhões de pessoas, é possível afirmar que há uma quantidade expressiva de patrimônio que precisa ser identificado, registrado e contextualizado. Seria impossível trabalhar com a perspectiva de inventariar todo o patrimônio da região em um período curto de tempo. Então, foi necessário estabelecer critérios para selecionar os patrimônios mais significativos, considerando uma ideia mais abrangente de patrimônio, de forma que todas as heranças da cultura afro-brasileira fossem contempladas. Além disso, havia a necessidade de

contextualizar determinados patrimônios já identificados e contemplados por outros estudos e tradições que destacaram a sua importância cultural para o povo da Baixada. Por último, também se verificou patrimônios que, em princípio (considerando as diretrizes do edital que financiou o projeto) não poderiam ser enquadrados, pois não havia um patrimônio material a ser preservado. O desafio de assegurar o registro de algumas tradições foi importante para se repensar a ideia de patrimônio que gostaríamos de trabalhar. Dessa forma, pensamos em justificar o registros de “casas”, cuja importância arquitetônica não se justificava, mas a tradição que nelas estão abrigadas são de extremo valor para a sociedade em geral e para a comunidade afro-brasileira especificamente.

Embora as fichas dos equipamentos e expressões patrimoniais estejam enumeradas sequencialmente no corpo do trabalho, a sua feitura estabeleceu seis eixos temáticos: a) Comunidade Educadora; b) Blocos carnavalescos; c) Museu Vivo do São Bento; d) Caminhos do Ouro e da Pólvora; e) Caminhos do Café; f) Resistência escrava, trabalho e devoção. Em primeiro momento, pensou-se em organizar o inventário obedecendo a critérios cronológicos e geográficos. Contudo, percebeu-se que, mesmo distante do ponto de vista físico geográfico ou cronologicamente, os significados de cada patrimônio se aproximavam, sobretudo quando olhámos para igrejas, casas de santos, casas de moradia, estradas, entre outros, como espaços que foram cenários para a formação de uma cultura afro-brasileira, independente do tempo em que se iniciou o seu processo histórico. Assim, obedeceu-se um critério temático, algumas vezes de forma quase intuitiva, buscando uma conexão entre diferentes temporalidades e espaços, uma vez que os africanos e afrodescendentes foram agentes fundamentais para a construção das relações que a sociedade mantém com determinado símbolo cultural.

O inventário abrange parte de três municípios: Duque de Caxias, Magé e Nova Iguaçu. Era desejado que outros municípios fossem contemplados. Mesmo desses, muitos patrimônios, que poderiam aqui está relacionados, ficaram de fora. Nesse caso, não houve critérios, apenas a incapacidade humana de realizar um trabalho dessa envergadura em poucos meses. Contudo, a perspectiva é a continuidade. Há desejo e interesse de ampliar esse trabalho de forma interativa, capaz de envolver diferentes pesquisadores e multiplicar as referências da cultura afro-brasileira que estejam amparadas por um registro que valorize a sua importância para toda a sociedade.

*Nielson Rosa Bezerra*  
Coordenador





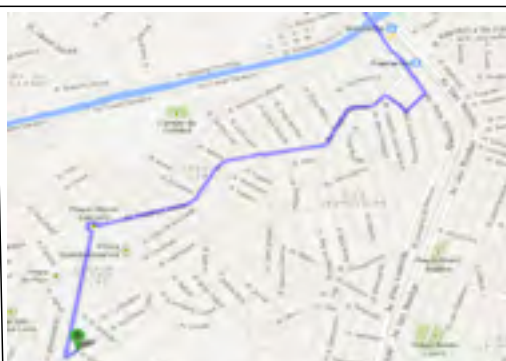
Instituto Estadual do Patrimônio Cultural  
Secretaria de Estado de Cultura - RJ

DENOMINAÇÃO  
**Colégio Estadual Guadalajara**

LOCALIZAÇÃO  
**Rua Aristides Caire, s/nº, Olavo Bilac**

MUNICÍPIO  
**Duque de Caxias**

ÉPOCA DA CONSTRUÇÃO:  
**1971**  
ESTADO DE CONSERVAÇÃO:  
**Detalhamento no corpo da ficha**  
USO ATUAL/ORIGINAL:  
**Colégio estadual**  
PROTEÇÃO  
EXISTENTE/PROPOSTA:  
**Nenhuma**  
PROPRIEDADE:  
**Governo do Estado do Rio de Janeiro**



Dados cartográficos ©2013 Google MapLink



Fachada do Colégio Estadual Guadalajara em 2012. Acervo Colégio Estadual Guadalajara

Levantado por: Marlúcia dos Santos Souza  
Data:

Revisado por: Nielson Rosa Bezerra  
Data:



## EM TEMPOS DE DITADURA, NASCE UMA ESCOLA...

*A minha alma andou pelas ruas desta cidade mais que o meu corpo.*

*A minha alma anda pelas ruas desta cidade mais que o meu corpo.*

*A minha alma andar  pelas ruas desta cidade livre do meu corpo.*

*Imagine a inveja que o meu corpo tem da minha alma.*

*Prado Veppo*

O Grupo Escolar Guadalajara foi fundado em 1971, na esfera estadual, em plena euforia da conquista de mais um título do campeonato mundial de futebol para o Brasil, na copa de 70. O nome da escola está relacionado   cidade mexicana Guadalajara, palco da realização das disputas esportivas. Em pleno período da ditadura militar, no auge dos tempos mais duros de repressão, nasce a escola.

Entre os gritos apaixonados dos “noventa milhões em a o, salve a sele o”, silenciavam-se os gritos das prisões, das torturas, dos desaparecimentos políticos, do massacre da Guerrilha do Araguaia. De um lado, os desfiles militares, os tanques, as batidas policiais, a euforia do milagre econômico e da vitória do futebol brasileiro unindo as identidades nacionais. Do outro, a concentra o de renda, a precariza o oficializada do mundo do trabalho no campo e o aumento da faveliza o nas cidades brasileiras; o eco das lutas sociais como: a dos estudantes na França; a do movimento hippie e sua nega o   sociedade do consumo, assim como a dos movimentos pelos direitos civis e contra o racismo nos EUA; a das mobiliza es pacifistas na Europa e na América do Norte combatendo as guerras do Vietnã e da Coreia; a dos ambientalistas contra as armas nucleares e pelo desarmamento no planeta. De um lado, a censura, o cálice de vinho tinto de sangue, o silêncio e as obras fara nicas do Brasil gigante como a Ponte Rio-Niterói e a Transamazônica. Do outro, a luta pelos direitos humanos, a contesta o do rock, o feminismo, a presença da Jovem Guarda e da Tropicália... Tempos de rebeldia, de contesta o, da Revolu o dos Cravos e de ditaduras.

Como beber da bebida amarga da ditadura militar que se espalhou pela cidade de Duque de Caxias? Como acordar calado frente aos horrores cometidos pelos grupos de extermínios? Como suportar a impunidade, os trens lotados, a ausência de infraestrutura urbana, os desmandos policiais, a baixa escolariza o e o analfabetismo? Como escapar das balas do esquadrão da morte, do Mão Branca, do camburão do Dops, da Lei de Segurança Nacional imposta na cidade? Como enfrentar um “rei mal coroado — não eleito, não escolhido e sim, imposto — que não queria o amor em seu reinado, pois sabia não ia ser amado”? Aliás, os interventores foram amados

sim, por alguns que se beneficiaram com os desvios de verba pública para as escolas privadas no formato de bolsas de estudo e para as casas de saúde conveniadas, alguns que se beneficiaram com o monopólio funerário, com as privatizações da FNM e da FABOR, com a instalação do Aterro do Jardim Gramacho. Mesmo calados, resta o grito dos bêbados da cidade. Uma cidade que crescia velozmente e que recebia a cada dia um número crescente de trabalhadores rurais dos interiores do território fluminense, do Espírito Santo, de Minas Gerais e principalmente do Nordeste. Como dizia o jornalista Maurício Hill nos anos 50, um lugar que mais parecia um Nordeste sem seca.

A cidade de Caxias foi considerada por muitos uma cidade dormitório. Na década de 60, ela se parecia mais com uma cidade daquelas de filme de faroeste, apenas um pequeno centro possuía pavimentação. O transporte principal era o trem e algumas linhas de ônibus foram se constituindo.

Os povoados mais antigos da cidade surgiram nas margens das áreas dos caminhos do ouro e nas portuárias. Depois do trem (Estrada de Ferro Leopoldina de 1886), os bairros se constituíram no entorno das estações ferroviárias.

A cidade crescia velozmente e para abrigar tanta gente, fazendas e sítios foram sendo retalhados e os seus lotes vendidos à prestação para trabalhadores pobres em infundáveis prestações. Casos exemplares foram os da Fazenda Gramacho, Marajó e Covanca e da Olaria do Leal, que deram origem aos bairros do Gramacho, do Leal e do Olavo Bilac. Casas



de pau a pique, pequenas construções de alvenaria, capelas, fogão a lenha, lamparina, água de poço, caminhadas longas atrás de madeira para cozinhar os alimentos e para se chegar às estações de trem mais próximas que eram a do Meriti (a partir de 1931, passou a receber a denominação de Caxias) e a do Gramacho. Para curar as doenças, havia as rezadeiras, as parteiras e os terreiros de umbanda e de candomblé.

Estradas, quase não havia. Eram os caminhos, as trilhas que favoreciam a circulação. No início, o caminhar era a pé, a cavalo. Depois chegaram algumas kombis improvisadas, o sentar em caixotes de madeiras e os primeiros ônibus da empresa Reginas.

Era necessário lutar por tudo, por luz, por água, por escola, por saneamento, por transporte... Mas havia a esperança da casa própria, do trabalho, do samba e dos blocos carnavalescos como o do Gramacho... Mas havia as festas juninas, a fê na bandeira e a devoção no Reisado Flor do Oriente, as manifestações religiosas... Mas havia a possibilidade de acolhimento e de exílio para escapar das investidas dos camburões do Dops, como nos ensinou Tião Lanterneiro e dona Elsa. Tião era trabalhador da Fábrica Nacional de Motores e, em 1964, foi preso e torturado por conta de sua militância no movimento operário. Instalou-se no Olavo Bilac e se sentia mais protegido, já que naquela época até o camburão do Dops encontrava dificuldades para chegar. Mas havia a esperança do fim das enchentes, da chegada do saneamento e das escolas... Mas havia a esperança e a luta das Associações de Moradores... Mas havia a esperança...



**Reisado Flor do Oriente na Praça do Pacificador.** Fotografia: Tânia Amaro



Rapidamente, os bairros do Gramacho, do Leal e do Olavo Bilac cresceram. As padarias, as igrejas, as escolas instaladas, os blocos carnavalescos, os armazéns, as quitandas e os pontos de ônibus tornaram-se lugares de sociabilidades, de encontros. Os morros, até então vazios, começaram a ser ocupados: Morro São Sebastião ou Morro do Sapo, Morro do São Pedro, da Caixa D'água, da Telefônica, Favela do Escadão e Mangueirinha.



**Rua Bananal, no Olavo Bilac, nos anos 60.** Acervo CRPH



**Morro do São Sebastião ou do Morro do Sapo em 2012.** Fotografia +Alto. Acervo Projeto Comunidade Educadora

O Grupo Escolar Guadalajara nasce neste contexto de luta pelo direito à educação, nasce como filha de um tempo marcado pela repressão e rebeldia, nasce em um lugar marcado pela presença de trabalhadores que lutam pelo direito à vida, à casa, ao trabalho. Como dizia Gonzaguinha, o homem sem trabalho não é nada, se do seu trabalho ele vive.

Nasce em um contexto municipal em que a cidade apresentava índices de baixíssima escolarização e alta de analfabetismo. Um território considerado lugar de trabalhadores simples, ameaçado pela “desordem” ou rebeldia construída no calor da luta por direitos, no interior das fábricas por melhores condições de trabalho, nas ruas para melhorar a vida do bairro e para romper os grilhões da ditadura militar. A ausência de lugares alternativos e de escolas na Baixada Fluminense, nos anos sessenta e setenta, transformou ainda edificações populares dos blocos carnavalescos e de clubes esportivos em espaços educativos. Caso exemplar foi o do Clube de Malhas, situado na Rua J.J. Seabra, no Olavo Bilac, que instituiu nas suas dependências salas de aulas multiseriadas com professoras leigas.



**Alunos do noturno brincando com o jogo de malha na aula de educação física em 2012. Atividade desenvolvida para rememorar o nascimento da escola. Acervo Guadá**

Vale lembrar que o jogo de malhas era bem popular em diversos bairros da cidade de Duque de Caxias, como Jardim Primavera e Olavo Bilac. Os jogos aconteciam nas ruas sem saídas ou de pouco movimento. No Bilac, a popularidade do jogo de malhas era tão grande que levou os jogadores a iniciar uma organização, uma agremiação, ou seja, um clube de malhas. No sentido de evitar acidentes durante o lançamento das malhas e proteger as canelas das pernas dos jogadores e dos que circulavam nas ruas, foi criado um espaço reservado para a atividade esportiva, ou seja, o clube. Além do jogo, realizavam-se festas, almoços comunitários, reuniões dos moradores para lutar por melhorias locais e outras reuniões políticas.

Na medida em que o número de turmas e de alunos cresceu, a luta por uma escola pública no local para acolher os alunos e outros ainda fora da escola foi ganhando mais legitimidade, mais poder de pressão junto aos políticos que apareciam nos períodos eleitorais. Dessa luta, nasceu o Grupo Escolar Estadual Guadalajara. Ele foi construído em um terreno baldio, muito utilizado para desova de cadáver, segundo os depoimentos, sendo inaugurado em junho de 1971.

## **ERA UMA VEZ UMA ESCOLA NO MEIO DO CAMINHO... NO MEIO DE UM CAMINHO, UMA ESCOLA...**

*Como se fosse brincadeira de roda / Memória  
Jogo do trabalho na dança das mãos / Magia  
O suor dos corpos na canção da vida / História  
O suor da vida no calor de irmãos.  
Gonzaguinha*

Em 2002, o Colégio Estadual Guadalajara recebeu da Unesco o prêmio de escola inovadora na relação com a comunidade. A diretora Maria Helena da Silva Ramos proferiu um discurso na premiação. O texto tornou-se lugar de memória da fundação de experiências alternativas inventadas pelos educadores da escola. Diz ela:

Ao assumirmos a direção do Colégio Estadual Guadalajara em 1997, encontramos inúmeros problemas: conflitos, pichações, depredações, roubo (principalmente de merenda), ou seja, problemas recorrentes na grande maioria das escolas públicas do nosso país. Nossa primeira iniciativa foi tentar entender o que acontecia em nossa escola, na comunidade escolar e no seu entorno. Começamos promovendo uma série de reuniões com os professores, com os alunos, com o pessoal de apoio, com os pais e responsáveis. O que poderia parecer óbvio, porém, não era tão simples, já que a escola e a comunidade não tinham esse tipo de prática, que, ao nosso ver, seria fundamental para construir acordos afirmativos dentro da realidade em que vivemos. O que mais nos chamava a atenção nas reuniões era o fato de sempre nos depararmos com situações de desânimo e descrença, que se resumiam na certeza do fracasso. A nossa maior preocupação é que tal situação é profundamente propícia ao agravamento de situações relacionadas à violência.

Nós, direção e equipe pedagógica, não tínhamos nenhuma solução milagrosa e nem mesmo propostas muito bem organizadas e planejadas. Tudo que tínhamos era a



vontade de mudar e melhorar um pouco aquela situação; buscar, coletivamente, sair desse sentimento de fracasso e desesperança que vem marcando o cotidiano das escolas públicas e, principalmente, os segmentos juvenis.

Quando fomos selecionados como uma escola inovadora e indicados para participar deste seminário, ficamos pensando sobre os ‘porquês’ dessa indicação. Na verdade, a primeira conclusão a que chegamos é que nossa escola não se difere das demais escolas públicas dos grandes centros urbanos brasileiros. O que temos tentado fazer é responder à realidade que o dia a dia nos impõe, construindo práticas que valorizam o diálogo, a força do coletivo e a autonomia dos sujeitos que compõem a unidade escolar. Todo esse trabalho é fruto de relações intensas e, muitas vezes, tensas, entre professores, alunos, suas famílias, ex-alunos e a comunidade na qual nossa escola está inserida.

Ao rememorar algumas leituras que permeavam as reflexões acerca do ofício de educador nos anos 80 e 90, não poderiam ficar de fora algumas obras e reflexões. Os textos de Paulo Freire, principalmente a *Pedagogia do Oprimido* e *da Autonomia*, para ajudar a pensar a emancipação humana; as referências no campo da psicologia para pensar o cognitivo, o processo de aprendizagem em Piaget e o conceito de dialógica em Vigotski; o debate acerca das concepções de educação em Saviani. As obras *Cuidado Escola*, *A Escola de Vidro* e *Uma Escola para o Povo* aqueceram o debate acerca da exclusão escolar e a educação popular. As leituras, os debates, a realidade e a inquietude dos profissionais de educação do Guadá promoveram movimentos de superação e de ousadia afirmando-se assim o slogan “Ousar é preciso”. Práticas reconhecidas pela Unesco como inovadoras:

A práxis do Colégio Estadual Guadalajara parece apontar que a opção por práticas dialógicas de resolução democrática dos conflitos e a aposta na cultura como espaço-tempo de coexistência podem ser efetivos meios de combate à violência. Os projetos especiais Núcleo de Cultura do Guadá e Educação Ambiental apontam para novas e criativas formas de organização do tempo escolar, indicando a possibilidade do estabelecimento de novas relações sociais e produção de saberes que não se processam necessariamente no contexto das rígidas e convencionais grades curriculares. (Unesco, 2003, P. 261)

Ao construir práticas pedagógicas e projetos experimentais, ultrapassaram os muros escolares. Ao articular professores dos vários espaços educativos dos bairros do Olavo Bilac, do Jardim Leal e do Gramacho nas Jornadas Pedagógicas, apostou não apenas na qualifica-

ção do fazer da escola, mas, sobretudo, na invenção de um fazer mais interativo, mais coletivo. A partir do ano 2000, as jornadas anuais ganharam visibilidade e adesão de outros educadores e até de normalistas.

As atividades culturais tornaram-se caminhos de interação escolar, de luta contra o racismo, de visibilidade para a arte e saberes afro-americanos. Caminhos de musicalidade, de leitura de mundo, de expressão corporal e de sonhos. Sonhos que viraram energias na Banda do Guadá, no grupo de dança e de teatro e, finalmente, na criação do Núcleo de Cultura do Guadá em 1996, a primeira iniciativa desse porte na rede pública estadual com abertura de atividades culturais aos sábados.

Para lutar pelo direitos dos estudantes, principalmente pelo passe livre e pela participação política na escola, foi criado o Grêmio Estudantil Carlos Drummond de Andrade, carinhosamente chamado de Grecada.

Os desejos de intervenção na realidade ambiental fizeram surgir o Guadá Vida em 1997. Oficinas de reaproveitamentos, trabalhos de campo, investigações dos problemas ambientais do planeta, do estado do Rio de Janeiro, da cidade de Duque de Caxias e, principalmente, do território local foram se multiplicando. Caminhos trilhados de aproximação da ciência para pensar o nosso quintal, o nosso lugar, para espalhar vontades de mudanças.

As várias experiências inovadoras construídas pelas equipes diretivas e pedagógicas, pelos professores e animadores culturais levaram em conta o protagonismo dos alunos e dos educadores. O compromisso com a construção de uma escola pública de qualidade implicava pensar as intervenções na realidade social e ambiental, assegurar o acesso à produção cultural e à pesquisa, afirmar o direito à leitura, à memória e à história.

Ao valorizar o caminho da dialógica na solução dos conflitos; ao inventar práticas de interação e de reconhecimento do protagonismo juvenil na produção cultural e na invenção de políticas e de ações de combate à degradação ambiental; ao instituir outras possibilidades de organização do tempo escola, ampliava-se a permanência dos alunos na unidade de ensino e estabelecia outras formas de encontro que considerasse a roda, a leitura, a fala, a oficina, o movimento corporal, o debate e a produção juvenil, alterando-se o comportamento descompromissado do aluno. Esse tempo escola diferenciado contribuiu para qualificar a presença e a participação do aluno das modalidades regulares do tempo sala de aula, na afirmação do pertencimento ao território local, à comunidade e à cidade.

No esforço de aproximar ainda mais a ciência do fazer da escola e do território local, o Guadá organizou a partir de 1998, em parceria com a Associação de Professores Pesquisadores de História / APPH-Clio, cursos acerca da História da Baixada Fluminense e da Cidade de Duque de Caxias com vista a incluir a História Local nos currículos vi-

vidos da escola. No PPP – Projeto Político Pedagógico a História Local foi incorporada como pressuposto norteador da prática escolar e mais recentemente como disciplina.

O Projeto Comunidade Educadora foi sonhado e idealizado, em 2004, pelo Guadá e pela ONG Care Brasil, organização não governamental norte-americana que se dedica ao combate à pobreza. Foi inspirado pelas orientações da Unesco que afirmavam os princípios de comunidade educadora ou de bairro que educa e é educador, estimulador de vivências comunitárias solidárias. O projeto foi pensado como ferramenta de articulação e de integração dos diferentes espaços educativos do território que compreende os bairros do Olavo Bilac, do Jardim Leal e do Gramacho. As fronteiras desses bairros se confundem e suas histórias estão entrelaçadas, sendo portanto difícil delimitar quando um bairro começa e o outro termina.

Em 2005, após a captação de recursos, o projeto começou a dar seus primeiros passos. Inicialmente, o projeto se estruturou a partir de dois eixos centrais: Meio Ambiente e Leitura. O primeiro objetivava a implementação de um trabalho de educação ambiental realizado pelos jovens a partir da instalação de tendas educativas. Através de jogos elaborados e reproduzidos pelos jovens, alguns princípios ganharam maior visibilidade tais como: redução do consumo dos bens naturais, repensar o consumo desenfreado de produtos embalados em suportes descartáveis e que aumentam a produção de lixo no planeta, afirmação da lógica do reaproveitamento, da reciclagem, da reutilização.

Em 2008, foi criado o eixo memória e comunicação, em parceria com o Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias e, em 2012, foi criado o Espaço Museal e de Memória do Guadá e de seu Território.



**Pintura externa do Espaço de Memória com grafiteiros locais - ANO/ 2012**



**Pintura externa do Espaço de Memória com grafiteiros locais - ANO/ 2012**



## NÚCLEO DE CULTURA DO GUADÁ

Em 1996, uma equipe de animadores culturais chegou ao Colégio Estadual Guadalajara. O animador cultural é responsável pela dinamização e pela problematização da cultura no ambiente escolar. Procurando promover um diálogo crítico e reflexivo entre os saberes locais e os conteúdos estabelecidos pela escola, favorece um processo de aprendizagem onde a política e a defesa de valores essenciais ao desenvolvimento humano sejam defendidas.

A equipe de animadores propôs à unidade escolar uma intervenção mais ousada, respaldada no seu Plano Político Pedagógico. Assim, ainda em 1996, foi criado o Núcleo de Cultura do Guadá, o primeiro equipamento cultural em funcionamento dentro de uma escola pública. O núcleo nasce, portanto, afirmando e valorizando a escola pública como lugar de expressão cultural e de conhecimento.

Em seu nascimento, o Núcleo de Cultura marca o seu repúdio a qualquer forma de injustiça, de violência e de discriminação. Partindo deste pressuposto, o núcleo atendeu a uma solicitação dos alunos em montar um espetáculo teatral, com fins de arrecadação de recursos para a formatura. A equipe considerou a reivindicação dos jovens uma oportunidade singular de aproximação com o universo escolar e da comunidade. Iniciou-se, dessa forma, a primeira oficina de teatro do Guadá, após negociação com o grupo e um trabalho de convencimento acerca da importância de um processo de trabalho prévio. No decorrer dos encontros, o Núcleo de Cultura foi se aproximando da história da comunidade local, de seus costumes, de seus “causos” e dos seus personagens marcantes. O envolvimento experimentado foi fundamental para o trabalho e as definições das estratégias de intervenção naquela realidade. Durante a realização das oficinas, ocorreu um dos piores episódios da história recente do Brasil: o massacre dos trabalhadores rurais em Eldorado dos Carajás, Pará.

O acontecimento estarreceu a população, que mais uma vez se deparou com um Brasil desigual, violento e excludente. Enquanto educador, o Núcleo de Cultura não poderia fazer ouvidos de mercador e silenciar sobre o fato. Ao contrário, era necessário pensar em uma abordagem séria, contextualizada e problematizadora. Foi sugerido então, ao grupo, a criação de um texto teatral coletivo que abordasse a questão da reforma agrária e das disputas sangrentas de terra no Brasil. Assim, nasceu o espetáculo teatral *Cajás de Eldorado*, que estreou no

mesmo ano, no Teatro Armando Mello, na cidade de Duque de Caxias.

O espetáculo foi assistido por mais de 3 mil pessoas entre alunos, professores e moradores da cidade. O resultado surpreendeu até mesmo a equipe produtora. Ele concorreu no Festival de Teatro da Baixada Fluminense, sendo vencedor na categoria revelação. *Cajás de Eldorado* ganhou ainda a primeira Mostra de Talentos da Secretaria Estadual de Educação. O trabalho do Núcleo de Cultura foi se afirmando e se diversificando a cada ano. Foi ganhando novas tonalidades e sonoridades, sendo norteado pelos seguintes eixos:



## PRÁTICAS CULTURAIS DESENVOLVIDAS PELO NÚCLEO DE CULTURA

### Circuito de Oficinas Culturais Artísticas

(Capoeira, contação de histórias, dança afro, salão e contemporânea, desenho e pintura, Hip-Hop e percussão)

Oferecidas aos alunos e abertas a comunidade local

### Projeto IBÂMÒ

se ele soubesse...

Criado em 2002

Implementar a temática racial no ambiente escolar (Grupo Guadalaxé, Cia de Contação As Partejas de Histórias, Espaço Cartola e Trabalhos em parceria com os professores)

### Projeto Sessão Literária

Criado em 1999

Promover o diálogo entre os conteúdos das diferentes áreas do conhecimento e as artes, o incentivo à leitura, à escrita e à expressão criativa dos alunos (trabalho com autoria e suas obras)

Mais de 10.000 expectadores

### Projeto Caravana Cultural

Apresentação das práticas culturais do Guadá em outros espaços educativos

Comunicar o vivido

Incentivar outras experiências culturais nas escolas e universidades principalmente

### Projeto Rádio Guadá

Criado em 1999

Favorecer a comunicação no espaço escolar tendo o jovem como principal ator

## Apresentação da Banda e do Grupo de Dança Afro do Guadá no Centro Cultural de Imbariê, em 2011





**Apresentação da Banda e do Grupo de Dança Afro na catedral de Santo Antônio  
Semana da Cultura Afro-brasileira em 2011**



**Presença da Banda e do Grupo de Dança no Ato contra a Intolerância Religiosa,  
em Copacabana, em 2010**



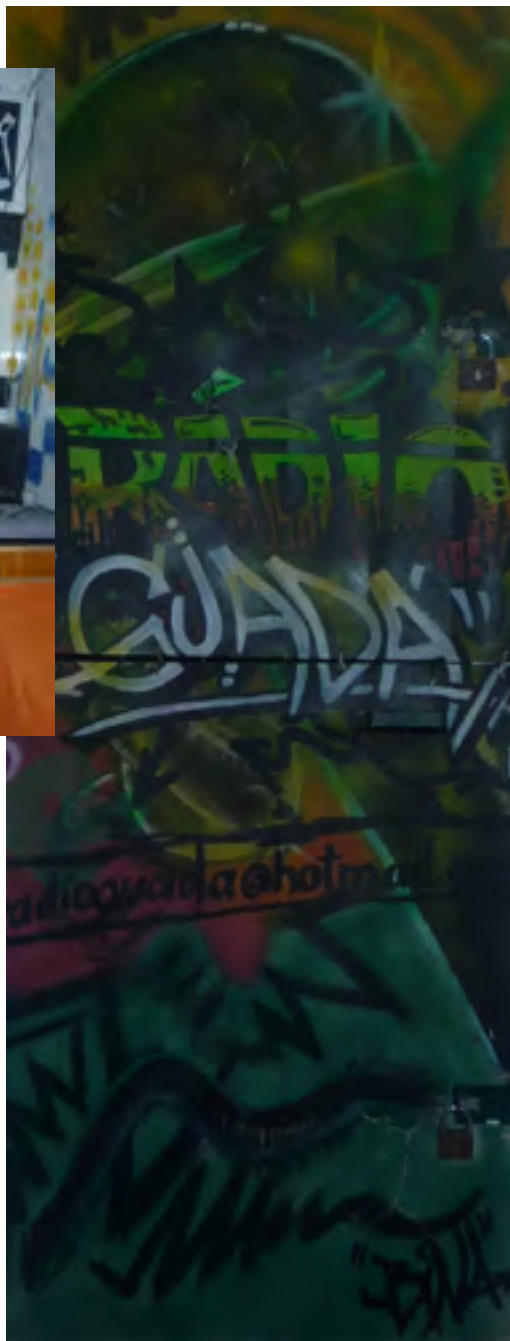
# IMAGENS DO NÚCLEO DE CULTURA DO GUADÁ - NCG

Em março de 2013

Fotografias: Aline Nascimento



Rádio Guadá





## INTERIOR DO NÚCLEO DE CULTURA E PAINÉIS EM 2013

Fotografia: Aline Nascimento





Espaço Digital em março de 2013  
Fotografias: Aline Nascimento





## O PROGRAMA GUADÁ VIDA

O Programa Guadá Vida iniciou suas ações em 1997. Idealizado por um grupo de professores que participaram de um curso de Gestão Ambiental, ministrado pela UERJ, em parceria com o governo do estado. O programa foi pensado como ação pedagógica que incorporasse alunos em um processo continuado de formação ambiental. De um lado para ajudar a reduzir a evasão escolar e de outro, qualificar alunos da escola acerca dos problemas ambientais do bairro e da cidade.

Outro compromisso do programa era o envolvimento da escola e dos alunos no que tange às intervenções na realidade para superar os problemas. Vale lembrar que quando chegava o período das chuvas fortes os alunos não apareciam na escola, devido às enchentes.

Inicialmente, com um trabalho contínuo de formação, procurou-se estabelecer uma postura reflexiva em torno do ambiente físico escolar e de seu entorno, mapeando os mais graves dilemas.

Várias oficinas foram ministradas, como as de reaproveitamento de materiais sólidos para compostagem; de cozinha experimental, para favorecer o reaproveitamento de sementes, talhos, cascos de frutas na merenda escolar; de reaproveitamento do lixo, como garrafa pet, jornais e outros papéis; etc. Investiu-se no protagonismo dos jovens a partir da criação das monitorias, em ações de coleta seletiva do lixo e na poupança ecológica.

Investiu-se ainda: na inclusão digital orientada para a preservação das espécies, no combate ao desperdício e promoção do reaproveitamento; na promoção de saraus, festival de música, seminários e rodas de leitura com as temáticas ambientalistas; nas visitas ecológicas para conhecer os problemas ambientais e experiências alternativas, integrando diferentes áreas disciplinares e ampliando a visão de mundo dos jovens. A sistematização do conhecimento construído através da produção textual tornou-se ferramenta para o trabalho na sala de aula.

Na medida em que o processo se consolidava, surgiu a proposta de estabelecer as chamadas “trocas de figurinhas” onde se articulavam as escolas vizinhas e outras instituições para apresentar o conhecimento acumulado, incentivar as articulações e ações integradas, principalmente no território do Olavo Bilac, Jardim Leal e Gramacho. Da articulação com a vizinhança surgiu a proposta do Projeto Comunidade Educadora. Para consolidá-lo, foi estabelecida uma parceria com uma

ONG norte-americana, a Care Brasil, para a efetivação de captação de recursos.

O primeiro financiador foi o Instituto C&A, que apoiou o projeto de 2005 a 2011. Através da parceria, investiu-se mais no bazar, sendo seus recursos revestidos para o asilo Casa de São Francisco, em São João do Meriti, e para potencializar as ações do projeto.

Através do financiamento do Instituto C&A, o Projeto Comunidade Educadora avançou na criação e disseminação de rodas de leitura, na compra de acervos, na melhoria dos espaços de leitura e de uma biblioteca comunitária. Em 2011, iniciou-se a disseminação das rodas, com mediação de leitura realizada pelos jovens, para a rede pública municipal, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação.

Além da leitura, o eixo do meio ambiente também se espalhou pela vizinhança através da tenda ecoconsciência. A tenda vai às escolas promover, através de jogos educativos, a educação ambiental com base em cinco R: recusar, reduzir, reaproveitar, reciclar e repensar. Desse trabalho surgiram: a coleta seletiva do lixo nas escolas e nas casas do bairro do Olavo Bilac; o Ecoespaço para a montagem de uma horta coletiva; o biodigestor; e as hortas nas creches Parteira Odete e Maria José da Conceição.



**Biodigestor**



**Área de compostagem**



**Horta Orgânica, em construção**



**Espaço do Guadá Vida  
e do Projeto  
Comunidade Educadora  
em 2013**  
Fotografia: Aline Nascimento





## **ESPAÇOS EDUCATIVOS DO TERRITÓRIO DA CO- MUNIDADE EDUCADORA EM 2012**

### **Acervo Projeto Comunidade Educadora**

O Projeto Comunidade Educadora abarca um conjunto de instituições públicas de saúde e de educação (creches, escolas municipais e estaduais, postos de saúde), assim como instituições da sociedade civil, como escolas particulares, associações de moradores e bloco carnavalesco.



**C. E. Guadalajara**



**C. E. Aura Barreto**



**PSF do Gramacho**



**E. M. Ruy Barbosa**



**Espaço Cultural Oriodará**



**C. E. Getúlio Vargas**



**E. M. Barão do Rio Branco**



**E. M. Cora Coralina**



**C. M. Maria José da Conceição**



**C. M. Parreira Odete**



**Escola Reino da Cultura**



**C. CAIC Olavo Bilac**



**E. M. Darcy Vargas - Sede**



**E. M. Darcy Vargas - Anexo**



**PSF do Jardim Leal**



**C. E. Fidélis de Medeiros**



**C. M. Laura D'Aquino**



**PSF Olavo Bilac**



**E. M. Gustavo Armbrust**



**E. M. Dr. Ricardo A. Vianna**



**C. E. I. Bezerra de Menezes**



**Jardim Infância Reino da Cultura**





**C.e Pré-Escola M. Abne Abreu**



**Ass. De M. do Morro São Sebastião**



**CIEP Armanda A. Alberto**



**Ass. de Moradores do J. Leal**



**Bloco Carnavalesco Império do Gramacho**

## ESPAÇO MUSEAL E DE MEMÓRIA DO GUADÁ E DE SEU TERRITÓRIO

Na medida em que o Projeto Comunidade Educadora foi crescendo, a equipe compreendeu a importância da memória para afirmar as identidades locais e os laços de pertencimento dos jovens com as comunidades. Em 2008, foi criado o eixo memória e comunicação, em parceria com o Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias.

Inicialmente, formou-se um grupo de jovens pesquisadores populares dos diferentes espaços educativos que experimentaram um processo de formação continuada em educação patrimonial e iniciação à pesquisa histórica. A cada ano do projeto, os jovens elaboraram uma produção para comunicar as pesquisas realizadas. As produções eram reproduzidas e entregues às instituições educadoras.

O Eixo Memória e Comunicação do Projeto Comunidade Educadora, no seu primeiro ano de funcionamento, produziu a exposição *História e Memórias Afetivas do Bilac, Gramacho e Leal*, uma peça de teatro e o filme de curta metragem *Em Busca...*, em parceria com o Mate com Angu Cine Clube. Os Jovens Pesquisadores Populares entrevistaram moradores mais velhos, fotografaram os três bairros, sistematizaram informações obtidas, participaram de estudos da história da cidade de Caxias, de oficinas de fotografia, de teatro e de cinema para qualificar e assegurar a autoria deles nas construções empreendidas.

A exposição formada por 17 painéis traz aspectos da História Local e o acervo de imagens produzidas pelos jovens. A própria elaboração dos painéis foi realizada por eles e pela equipe do Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias - CRPH. Vale destacar que a exposição conta a história do Quilombo do Sarapuí e da Expedição de 1825, organizada pelo governo de Pedro I, para destruir a hidra iguaçuana.

O filme *Em Busca* também foi produzido pelos jovens, pelo Mate com Angu e pela Coordenação Geral do Projeto Comunidade Educadora. Os jovens pesquisadores participaram de todo o processo de elaboração do roteiro, da preparação e das filmagens. A equipe do Cine Clube assessorou, participou e acompanhou todo o processo e efetivou a edição. O curta traz algumas referências comunitárias como as dos blocos carnavalescos Uirapuru, Império do Gramacho e do reisado Flor do Oriente.

# Escravidão e Rebelião nas Cercanias do Guanabara

Este artigo foi publicado originalmente no livro "A Escravidão e a Rebelião nas Cercanias do Guanabara", de Nielson Rosa Bezerra, publicado em 2014.

**P**roduziu rebelião e construiu alternativas de liberdade, ainda que a esta estivesse sempre por um fio. Afirma a possibilidade de ser de outra forma, de ser sujeito do seu fazer e da sua liberdade. Produziu incômodo e temor aos proprietários de terras e de escravos do Recôncavo Guanabareno.

O Ministro da Justiça chamou os quilombos da Baixada de "Habitaculosa". Semelhante ao monstro da mitologia grega que vivia no rio Polígono. Era um vilão que atacava os navios que chegavam às costas brasileiras, já haviam abandonado o moinho, porém eram considerados indomáveis. Possuíam uma rede de proteção e condições ambientais que lhes permitiam situações de fuga e de sobrevivência. Os principais quilombos eram o do Iguaçu, do Sarapu, do Pilar, do Gabriel, do Suro, do Estreito Redondo e o do...

## A Expedição de 1825

**O** chefe de polícia da Corte informou ao Ministro da Justiça a existência de grandes quilombos entre o Rio Sarapu, Rio do Iguaçu e outros. Doutor Jacinto José da Silva Quintão denunciou a existência de quilombos que assolavam constantemente suas embarcações nas cercanias do Guanabara.

O senhor Viana enviou correspondência ao Imperador Pedro I denunciando o incômodo sofrido por um de seus hóspedes, um francês, ao ser assaltado por quilombolas quando se dirigia a sua fazenda. Apresentou ainda solicitações de providências para desbaratar os quilombos. O Imperador determinou a organização sigilosa de uma grande expedição para destruir os quilombos do Sarapu e do Iguaçu. Vejamos ao lado o documento extraído do Arquivo Histórico do Exército acerca da expedição de 1825.



**N**o relatório enviado pelo coronel Figueira ao governo imperial ficaram o desleixo da expedição. Quando as tropas chegaram aos moinhos não encontraram os rebeldes. Durante o cerco na Baía de

Guanabara encontraram apenas uma cabana com 4 negros fugidos de Ilhaçó e que preferiram se unir aos quilombos iguaçuanos. Comemoraram a obra feita levados para a praia. Selecionamos do relatório alguns fragmentos do desleixo e dos atropelos dirigidos aos senhores locais. (ao lado)

Quando as forças repressoras abandonaram a área, os quilombolas retornaram às margens dos rios para reconstruírem seus moinhos. Os quilombos do Recôncavo Guanabareno mantiveram-se intactos até o término da escravidão.



## Origem Étnica dos Escravos das Cercanias do Guanabara



Em maio de 2010, a exposição, o filme e a peça de teatro dirigida por Antônia foram apresentados no Sarau Leitura e Memória, realizado na Biblioteca Municipal Leonel Brizola. Além disso, a exposição itinerante e o curta-metragem circularam por vários espaços educativos do território da Comunidade Educadora e da cidade caxiense.

No seu segundo ano, o Eixo Memória e Comunicação produziu jogos para brincar focando as comunidades e a cidade de Caxias. Assim como ocorreu nas outras produções, a ação protagonista dos jovens possibilitou a construção dos jogos que oferecemos a esta instituição. No terceiro e quarto ano, os jovens produziram o livro digital *Guardados*, trazendo as resistências culturais locais, uma caixa com os depoimentos de moradores e cartões postais.

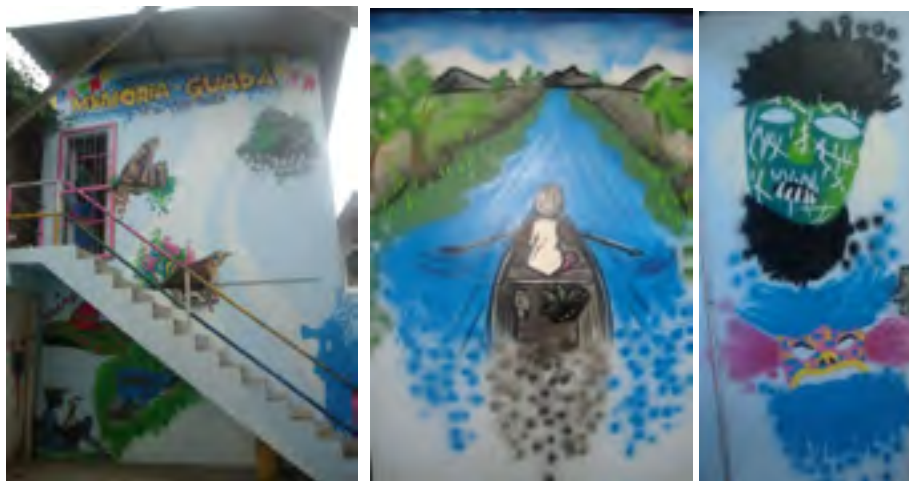
Em 2012, foi criado o Espaço Museal e de Memória do Guadá e de seu Território.



**Imagens da inauguração do Espaço Museal e de Memória, em 29 de novembro de 2012**  
Acervo Guadalajara



# Inauguração do Espaço Museal e de Memória do Guabá e de seu Território



Inauguração do Espaço de Memória



Presença de representante da SEDUC, de professores, funcionários, alunos e moradores do local



**Inauguração do Espaço de Memória**  
**Presença de representante da SEDUC, de professores, funcionários, alunos e moradores do local**

## **TIME DE FUTEBOL GUADALAJARA**

O Time de Futebol Guadalajara foi formado em julho de 1999, pelo professor de Educação Física Osnildo João Silveira e alunos do colégio.

Patrocinado pelo professor, o time possuía seu uniforme nas cores vermelho, azul e amarelo. Treinavam no Campão, ou melhor, no campo do seu Manoel, no Olavo Bilac.

O Time de Futebol Guadalajara jogou em vários lugares da cidade do Rio de Janeiro, inclusive no campo do Romário (Aliança), na Vila da Penha.

Disputou campeonatos em Macaé, Cabo Frio e Rio de Janeiro. Recebeu vários troféus. Em 2010, o professor Osnildo saiu da escola, mas o time continuou sua luta pela sobrevivência, trazendo orgulho para a escola.

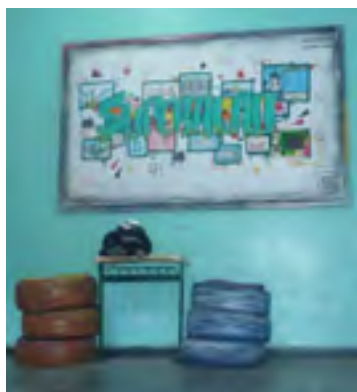


**Time do Guadá (alunos e o professor Osnildo João)  
Participação no torneio regional em Conceição de Macabu, 31 de maio de 2008**

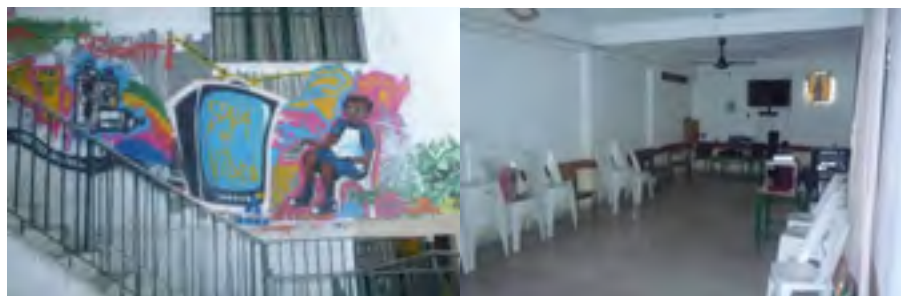
## IMAGENS DA ESCOLA



Mosaico trazendo representação das obras dos modernistas



Painel e bicicleta da Coleta Seletiva do Lixo do Guadá Vida, em 2013



Sala de vídeo





**Pátios internos da escola**



**Quadra**



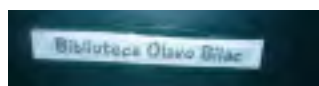
**Vestiário, bazar e em cima, Espaço Museal e de Memória**



**Cozinha e refeitório**



Painel do Núcleo de Cultura do Guadá

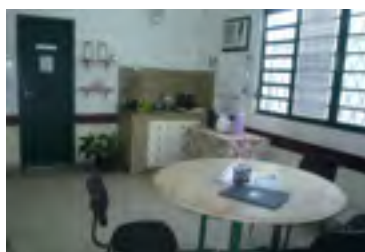




Painel pintado na parede da entrada pela quadra da escola em 2012



Homenagem a Elisete, funcionária administrativa muito querida na escola e que ajudava na coordenação de turno



Sala dos Professores



Entrada pela quadra da escola



Pátio externo



Sala da direção

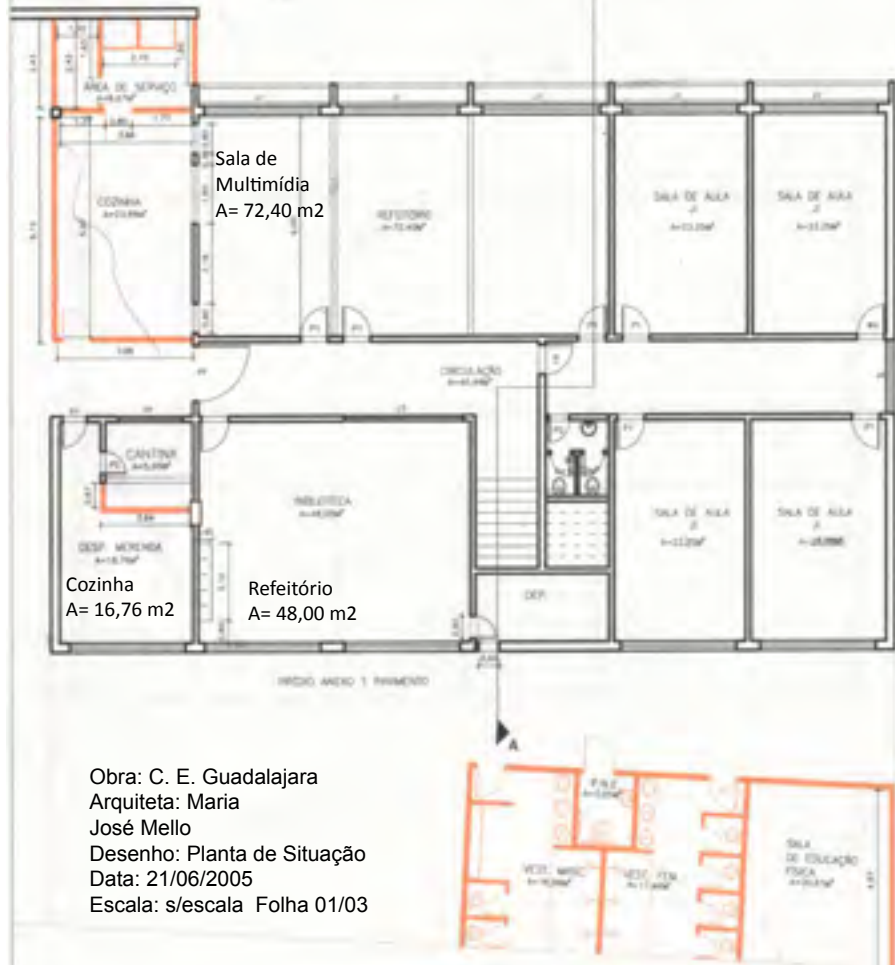


Sala de aula da escola

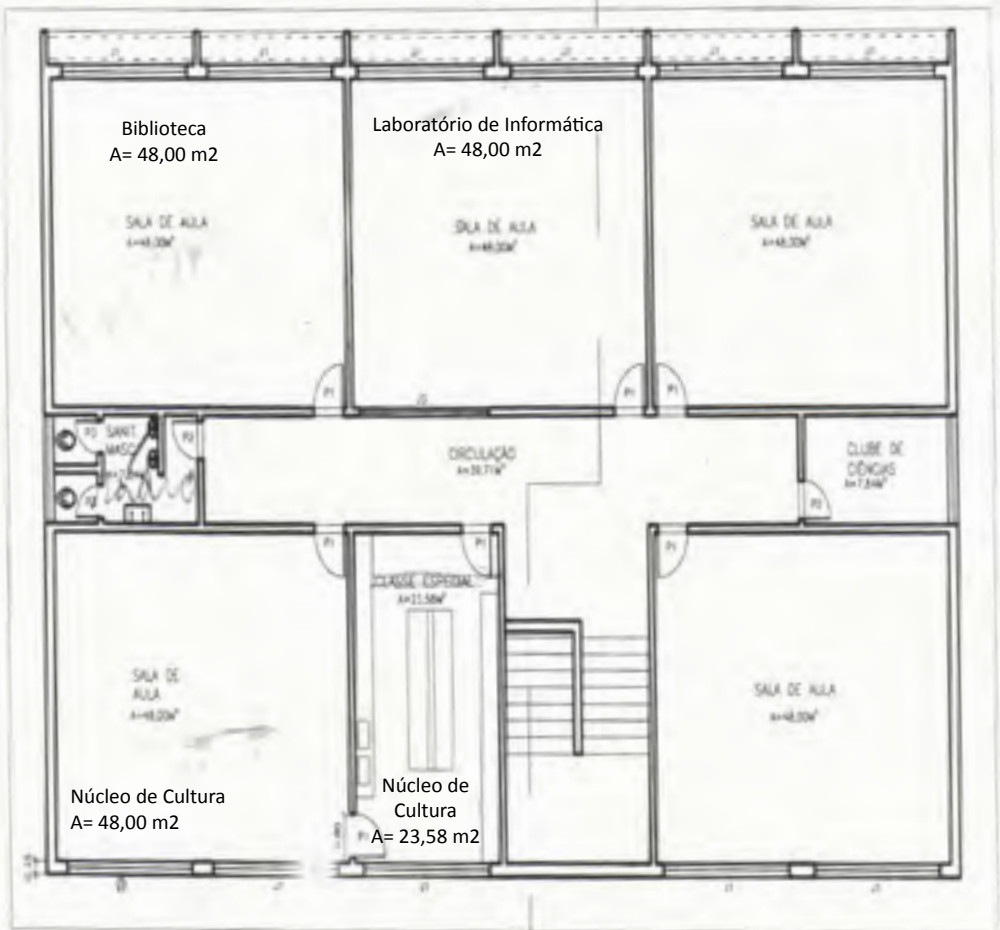


Colégio Estadual Guadalajara

Primeiro Pavimento  
Escala Gráfica



Segundo Pavimento. Anexo  
Escala Gráfica



Obra: C. E. Guadalajara  
Arquiteta: Maria  
José Mello  
Desenho: Planta de Situação  
Data: 21/06/2005  
Escala: s/escala Folha 01/03



# Nas Sombras da Diáspora

Patrimônio e Cultura Afro-brasileira na Baixada Fluminense



Instituto Estadual do Patrimônio Cultural  
Secretaria de Estado de Cultura - RJ

## DENOMINAÇÃO

**Casa da Parteira Odete**

## LOCALIZAÇÃO

### MUNICÍPIO

**Rua Deputado Almeida Franco, 223**

**ÉPOCA DA CONSTRUÇÃO:**

**1945**

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:**

**Detalhamento no corpo da ficha**

**USO ATUAL/ORIGINAL:**

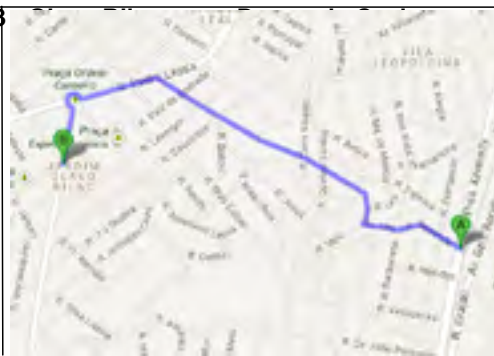
**Casa dos familiares (filhos e netos)**

**PROTEÇÃO EXISTENTE/PROPOSTA:**

**Nenhuma**

**PROPRIEDADE:**

**Particular da família**



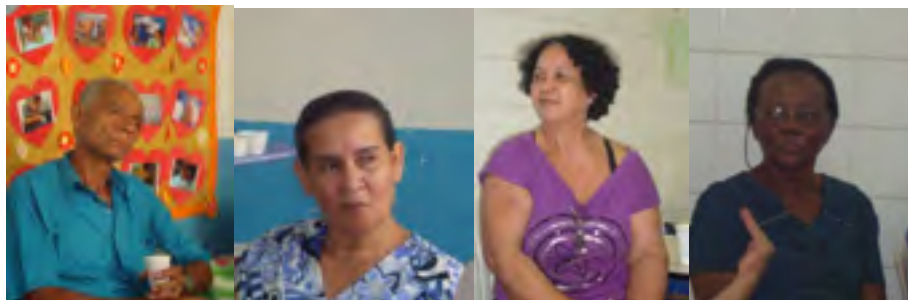
Parteira Odete e imagem do Espaço Museal e de Memória do Guadá e de seu Território homenageando a parteira Odete em 2013. Acervo Guadalajara.

Levantado: MarluCIA dos Santos Souza  
Data: agosto de 2013

Revisado: Nielson Rosa Bezerra  
Data: setembro de 2013

## HISTÓRICO

Durante uma roda de memória organizada pelo Projeto Comunidade Educadora, realizada na Creche Municipal Parteira Odete em 31 de maio de 2012, moradores e parentes da parteira narraram suas memórias.



**Em sequência: filho mais velho, neta, senhora, que a parteira ajudou a encontrar uma família para adotá-la, e vizinha que teve seus cinco partos realizados pela parteira Odete**



**Entrevista realizada em parceria: Creche Municipal Parteira Odete, CRPH/DC e Guadá  
Junho de 2012. A entrevista na íntegra em anexo**

A parteira Odete Maria de Oliveira nasceu em 26 de outubro de 1913, em Porto da Madeira, no município de Itaperuna – RJ. Casou-se com Leôncio José de Oliveira, lavrador. Ainda jovem, com 25 e 26 anos, atuou como parteira no interior fluminense. Acompanhava a gestação atendendo as grávidas em suas residências ou, ainda, fazendo sua moradia de consultório. Fazia o parto, oferecia os primeiros cuidados ao recém-nascido, assessorava a mãe quando esta não possuía ainda experiência.

A crise da agricultura fluminense fez com que Maria Odete e Leôncio decidissem vir para mais perto da capital federal, em busca de trabalho e sobrevivência. Em 1945, chegaram ao bairro Olavo Bilac, em Duque de Caxias. Conseguiram um pequeno terreno em um morro e lá edificaram seu casebre, na Rua Cinco de Julho (atual Deputado Almeida Franco), 223. O casal possuía 10 filhos, perderam uma das filhas com dois anos de idade.

Leôncio enfrentou, inicialmente, dificuldade em encontrar emprego. Como não possuía outro ofício, além de lavrador, foi trabalhar em um sítio arrendado em Piabetá, no município de Magé. Enquanto o esposo tomava conta do sítio, a parteira fazia os partos e socorria doentes. Quando podiam, os seus pacientes ofertavam algum trocado ou ainda, uma ou outra doação em alimentos. Quinzenalmente, o esposo visitava a família trazendo sua produção rural para os filhos venderem nas feiras de Caxias para ajudar no sustento.



Parteira Odete jovem com o seu esposo

Quando Odete e Leôncio chegaram ao Olavo Bilac, o bairro estava apenas começando. Não havia arruamento, apenas caminhos, trilhas. Somente mais tarde abriu-se uma rua. Não havia energia elétrica nas casas. Quando algum carro passava, as crianças ficavam impressionadas com os faróis e imaginavam as razões de se ter luz em um carro e não nas moradias. Os morros não eram ocupados como hoje, o local era caracterizado pela presença de extensa mata e as residências eram poucas e distantes umas das outras. Nas casas não havia gás de cozinha, cozinhava-se no fogão a lenha. Não havia transporte, andava-se a pé até as estações de trem.



Estações mais próximas do Olavo Bilac eram as de Merity (lado esquerdo) e do Gramacho (lado direito). Acervo IHDC

Quando chovia, as coisas ficavam mais complicadas. Embaixo, havia o barro e o alagamento; em cima, no morro, era difícil de chegar. O meio de comunicação mais utilizado era o rádio à pilha, porém, ainda era escasso.

Logo, foram chegando novos moradores para compartilhar a escassez e a solidariedade entre a vizinhança. As famílias foram se multiplicando, todavia, não havia hospitais e maternidade no local e a distância dos grandes centros era maior, devido à ausência de transporte coletivo. Dessa forma, o trabalho da “Dona Odete”, da “irmã Odete”, da “Mãe Odete”, como diziam na época, era o único com que se podia contar.

Não havia horário para o seu atendimento. Segundo a neta, ela acompanhava todo o pré-natal da grávida e quando sabia que o parto estava próximo, recostava na cadeira arrumada à espera do chamado. Adorava ouvir o rádio que tinha recostada na cadeira no tempo de espera. A qualquer hora da noite, atendia a todos os chamados, seguindo muitas vezes por trilhas durante a noite. Após o nascimento, a parteira



acompanhava o primeiro mês do bebê, orientando a mãe nos primeiros cuidados e no aleitamento. Pesava o bebê, media o seu cumprimento, observava o umbigo e o trato, ajudava nas primeiras dificuldades. Acompanhava ainda o resguardo e os cuidados com a mãe.

Odete era também rezadeira e benzedeira, curava espinhela caída, rezava ferimentos e doenças crônicas, fazia curativos, acalmava, articulava lar para as crianças abandonadas ou para aquelas que as mães não podiam naquele momento cuidar. Curava no tempo em que médico não havia. A maior parte das famílias do Olavo Bilac possuem um parente que nasceu aparado por ela, que foi curado ou cuidado por ela.

Quando foi construída uma Casa de Saúde no Gramacho, tempos depois, a parteira passou a receber também orientações médicas, equipamento de ajuda e medicamentos de primeiros socorros. Registrava os seus atendimentos em fichas por paciente, os acompanhamentos à mãe e à criança, informava a clínica quando era necessário uma intervenção de um médico. Andava com sua maletinha... Ainda andarilha para curar.

Como se sabe, quando a parteira chegou ao Olavo Bilac, encontrou um lugar sem energia elétrica. A lamparina que iluminava o caminho ou as pessoas que se tornaram lamparinas? Ou ainda as duas coisas. No seu quintal, a parteira construiu um cômodo dedicado à igreja da Assembleia de Deus. Nela, foi instalada uma sala de aula para ensinar as primeiras letras. Eram turmas multisseriadas com aulas ministradas por professores leigos. A parteira queria dar escola aos filhos.

A ausência de espaços educativos para dar aos filhos as primeiras letras levaram moradores e igrejas locais a pensar e a inventar alternativas para assegurar o direito à escolarização. Quando não foi mais necessário, a igreja manteve-se apenas como lugar de devoção, sendo construída em terreno próprio. Um dos filhos de Odete assumiu o pastoreio dessa comunidade evangélica no tempo presente.

A parteira Odete passou por um avesso que muito lhe fez sofrer. Após o retorno de seu esposo ao sítio em Piebetá/Magé, ele sofreu um acidente mortal na estação férrea de Imbariê. O trem deixou o esposo esmagado. Foi a parteira que foi recolher os pedaços e recompor o corpo do marido para lhe dar um sepultamento digno. Toda a comunidade lembra o episódio com tristeza. Tempos depois, foi a vez da Odete dizer adeus ao Olavo Bilac ou um até breve.





**Inauguração da Creche Municipal  
Parteira Odete.  
Amigos e familiares presentes**



Nos anos 90, durante o processo de implantação do Projeto de Saneamento da Baixada, ou Nova Baixada, pelo governo do Estado do Rio de Janeiro, três creches foram construídas e a comunidade pôde opinar acerca da escolha do nome delas. A comunidade, em uma delas, decidiu homenagear a parteira Odete, inaugurada em março de 2004.



**Creche Municipal Parteira Odete.** Fotografia de 2012 - Acervo Projeto Comunidade Educadora



**Inauguração do Espaço de Memória, homenagem à Parteira Odete**



**Familiares da parteira Odete se emocionam com a homenagem feita a ela**



**Estudantes e visitantes conhecem um pouco mais da história da Parteira Odete no Espaço Museal e de Memória do Guadá**







**Casa da Parteira Odete, residência atual dos descendentes**





Instituto Estadual do Patrimônio Cultural  
Secretaria de Estado de Cultura - RJ

DENOMINAÇÃO

**Reisado Flor do Oriente**

LOCALIZAÇÃO

**Rua Felinto de Almeida, 429, Vila Rosário**

MUNICÍPIO

**Duque de Caxias**

ÉPOCA DA CONSTRUÇÃO:

**Nasceu em Minas Gerais no Século XIX e chegou no Olavo Bilac em 1945**

ESTADO DE CONSERVAÇÃO:

**Detalhamento no corpo da ficha**

Uso atual/original:

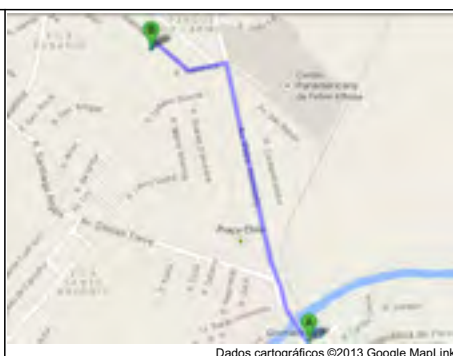
**Aldeia familiar e sede do reisado**

PROTEÇÃO EXISTENTE/PROPOSTA:

**Nenhuma**

PROPRIEDADE:

**Família fundadora do reisado**

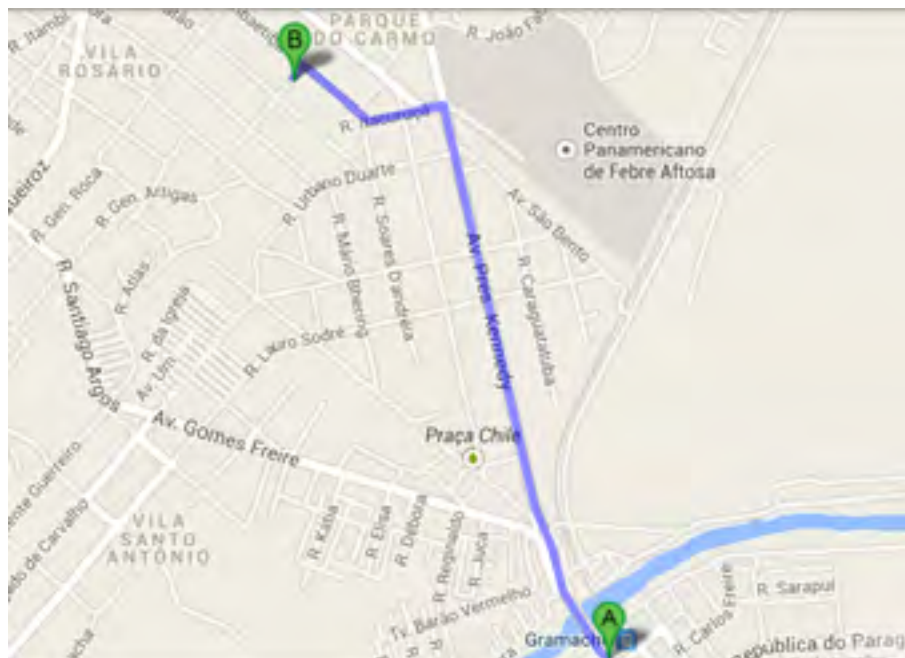


Dados cartográficos ©2013 Google MapLink



Levantado: Marlucia dos Santos Souza  
Data: maio /2013

Revisado: Nielson Rosa Bezerra  
Data: setembro/2013



Dados cartográficos ©2013 Google MapLink





## HISTÓRICO

A bandeira original e sagrada do Reisado Flor do Oriente foi trazida pela família Vicente de Moraes da Fazenda Recreio, localizada em Miracema, em Minas Gerais. Peregrina desde o século XIX, atravessou os estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Chegou à Baixada Fluminense, em Duque de Caxias, no bairro Olavo Bilac, em 1945, abençoando o nosso território e a nossa gente. No dia do lançamento da exposição da História da Fazenda do Iguaçú, a bandeira da Flor do Oriente estava iluminada à pilha. Sua armação de madeira estava ornada pela estampa interna, fitas, flores e véus rendados.

A guardiã da bandeira, atualmente, é a alferes Marília Silva de Moraes, esposa do mestre falecido, Sebastião Vicente de Moraes, e mãe do mestre atual, Rogério Silva de Moraes. A bandeira afasta os males, protege, abençoa e, para muitos, pode levar à cura. Ela é a primeira a entrar nos lugares visitados, é homenageada pelos donos da casa ou da festa, é acolhida e protegida nos momentos de apresentação dos palhaços. A bandeira ainda é usada para receber os donativos ofertados ao grupo, utilizados para ajudar a manter a folia e para a Festa de Reis, a Festa de Arremate, isto é, a festa de encerramento das apresentações. Segundo a tradição, se a festa não for realizada, o grupo não poderá sair no ano seguinte.

Os foliões do Reisado Flor do Oriente utilizam uniformes brancos e azuis. O mestre se destaca pelo uso de fitas no peito. Os uniformes podem sofrer alterações no seu designer, mas as cores são mantidas. É comum o uso de uma faixa com o nome da folia. Os quepes são enfeitados com tecidos luminosos, com contas e com flores brancas, azuis e vermelhas e um coração no centro. Nas tradições das Folias de Reis, o quepe é conhecido como coroa. Geralmente, a coroa do mestre se destaca pela presença de uma estrela guia.

O mais importante da folia é a bandeira. Vai ela à frente do grupo, e em lugar de honra, enfeitada de fitas e lanterna e de registros católicos. É a bandeira a primeira a entrar em qualquer casa. Postada junto ao presépio ou ao altar, ali recebe as homenagens dos moradores. A bandeira representa tanto a folia que tanto faz dizer folia como dizer bandeira. E é a bandeira que se homenageia, quando se quer homenagear a folia, com dinheiro ou presentes. Esse costume das zonas rurais,

principalmente de Minas Gerais e do Estado do Rio, que está invadindo o Distrito Federal, acolhido com a tolerância tradicional do carioca, tocado pela simplicidade desses homens pacatos, morigerados e corteses que, há 2000 anos de distância, vêm à rua lembrar a todos que nasceu numa humilde manjedoura, em Belém, o Salvador do Mundo, com a sua promessa de paz aos homens de boa vontade <sup>(1)</sup>.

Segundo os estatutos do Reisado Folia de Reis do Oriente da Penha, criado em 1955, o palhaço é o policial da Folia de Reis. Dentro das regras, ele resolve todos os casos e problemas violentos. Um bom palhaço pode vir a ser um futuro mestre. Um bom palhaço ajuda o mestre, um ajuda o outro no enredo da profecia, nos pontos de marcação da bandeira ou do próprio palhaço. O palhaço e o mestre devem saber os princípios, o quantitativo dos componentes da jornada; agem de comum acordo. O palhaço nunca deve se afastar da bandeira ou da folia. Tudo que o mestre estiver cantando, o palhaço deve saber acompanhar.

... nenhuma folia estaria completa sem a presença de personagens especiais: os palhaços. O palhaço é o mais legítimo atrativo popular da folia. Supõe-se que tenha parte com o diabo e os foliões explicam a sua existência dizendo que são os soldados de Herodes. São, geralmente, três os palhaços em cada folia. Estão obrigados, como os demais, a cumprir sete anos de jornada, mas sofrem uma série de restrições em virtude da sua condição de palhaços. Se a folia penetra em alguma casa, os palhaços ficam de fora. Se a folia canta, a única coisa que os palhaços podem fazer é acompanhar a música, entre um e outro verso, com exclamações e palavras sem sentido. Se a folia está em marcha, os palhaços não podem passar-lhe à frente, nem formar com ela, e muito menos ficar à frente da bandeira. Mas, terminada a louvação ao Menino, chega a vez dos palhaços. Muda a música e os palhaços, cada qual por sua vez, comandam a orquestra. Em versos engraçados, divertem e mexem com o povo e saracoteiam, pulam e dançam, em cabriolas incríveis, para encanto da meninada que de longe os vem seguindo, à espera desse momento. E chovem

---

1. Fonte: Revista Jangada Brasil - Trindade, Solano. Folias de Reis. Revista Manchete. Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1954. [www.jangadabrasil.com.br](http://www.jangadabrasil.com.br)

moedas no chão, dinheiro que lhes pertence, dinheiro em que nenhum folião ousaria tocar sequer <sup>(2)</sup>.

Para rememorar a Festa dos Reis, os foliões organizam todos os anos, no dia 6 de janeiro, a Festa do Arremate, ou seja, do encerramento dos anunciamentos do nascimento do Menino Jesus e das profecias feitas pelo grupo. O Reisado Flor do Oriente, todos os anos, vai à Catedral de Santo Antônio neste dia e atende solicitações de visitas. Algumas delas são realizadas como pagamento de promessas do solicitante. Por sua vez, o Flor do Oriente também recebe visitantes de outras folias.

---

2. Fonte: Revista Jangada Brasil - Trindade, Solano. Folias de Reis. Revista Manchete. Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1954. [www.jangadabrasil.com.br](http://www.jangadabrasil.com.br)

**Reisados e Maracatus**  
**Aquarela de Carlos Julião 1776**



*Foi o negro que viu a crueldade bem de perto e ainda produziu arte e milagre de fé no Extremo Ocidente. Caetano Veloso*

## **REISADO FLOR DO ORIENTE**



**Apresentação do Reisado Flor do Oriente na Semana da Cultura em março de 2008, na Praça do Pacificador. Fotografia: Tania Amaro**



## A bandeira

é a mais importante referência da folia. é a guia dos foliões, está sempre à frente mostrando a direção. *El a estória paraguá.*

No período de 24 de dezembro a 6 de janeiro, a bandeira representa a manjedoura e anuncia o nascimento do menino Jesus.

A partir do dia 7 ao dia 20 de janeiro, quem reina na bandeira da Flor do Oriente é o mártir São Sebastião. A bandeira transforma-se em charola (andor) de São Sebastião, pedreiro do Rio de Janeiro. Assim, a estampa interna dos reis magos e da sagrada família pode mudar para a de São Sebastião, assim como as cores da bandeira também podem sofrer alterações.

### REISADO

Fragmentos de "Guardados. Resistências Culturais nas Comunidades do Olavo Bilac, Jardim Leal e Gramacho. Duque de Caxias: Projeto Comunidade Educadora, 2011."

O Reizado Flor do Oriente surgiu no Século XIX, em Minas Gerais.

Caminhantes eram seus devotos.

E seguiram em busca de sobrevivência material para o Espírito Santo.

Depois, chegaram no território da Comunidade Educadora, em 1945. Ficaram um bom tempo no Olavo Bilac, em Duque de Caxias.

Nos anos 60, se instalaram no Território do Grande São Bento, na Vila Rosário.

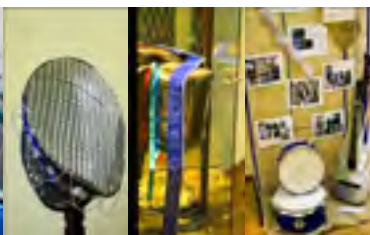
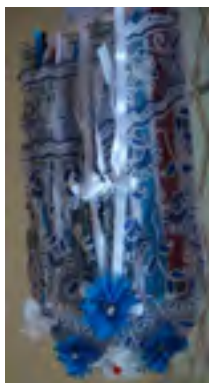


Reizado Flor do Oriente s.d. Acervo Projeto Comunidade Educadora





Reisado Flor do Oriente, 2011. Acervo CRPH-DC



Reisado Flor do Oriente, 2011. Acervo CRPH-DC



Adereços utilizados por membros do Reisado Flor do Oriente, 2011. Acervo CRPH-DC

## DEPOIMENTO DE MARÍLIA SILVA DE MORAES, ALFERES DO REISADO FLOR DO ORIENTE

*Antes, eu achava que folia era para gente que não tinha o que fazer. Depois eu fui para o Olavo Bilac e conheci meu marido. Ele e a família eram envolvidos com folia, meu cunhado era o mestre e meu marido era o palhaço. Depois meu marido tornou-se mestre. Começamos a namorar, morar juntos e a constituir família. Minha cunhada faleceu, assumi em seu lugar o papel de alferes para cuidar e proteger a bandeira. Aí que eu aprendi mesmo o que é uma folia. A folia é folclore e é religioso, é devoção. Não saímos para ganhar dinheiro, só para gastar, o governo não nos ajuda em nada. Saímos pela fé que temos.*

*A bandeira veio de Minas Gerais, de Mimoso, peregrina pelas mãos da família do meu marido. Eu nasci na Gávea e vim para o Olavo Bilac com sete anos. Lá, vivi com meu marido até a morte do pai dele, depois nos mudamos para a Vila Rosário. Naquela época, era tudo mato, a minha casa era de estuque. Aqui criei meus filhos, netos e bisnetos, minha mãe está criando “tataranetos”.*

*O que mais me marcou foi a convivência com meu velho. Ele morreu no dia 20 de janeiro no meio da apresentação da folia, enfartou e caiu em cima da bandeira. Eu pensei que ia tudo acabar, mas continuamos levando a bandeira. Saiu um, entra outro, de geração em geração. Nós não somos apaixonados por folia, somos doentes.*





Entrevista realizada em 2011 pelos jovens do projeto Comunidade Educadora e pela coordenação do Museu Vivo do São Bento



Entrevista realizada em 2011 pelos jovens do projeto Comunidade Educadora e pela coordenação do Museu Vivo do São Bento





# Nas Sombras da Diáspora

Patrimônio e Cultura Afro-brasileira na Baixada Fluminense



Instituto Estadual do Patrimônio Cultural  
Secretaria de Estado de Cultura - RJ

Denominação

**Associação dos Africanos Residentes no Brasil**

Localização

**Rua Vereador Tomé Siqueira, 370, Gramacho**

Município

**Duque de**

ÉPOCA DA CONSTRUÇÃO:

ESTADO DE CONSERVAÇÃO:

**Detalhamento no corpo da ficha**

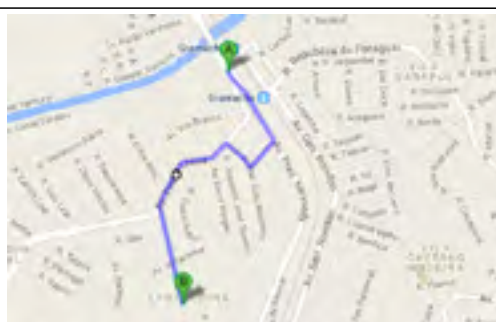
USO ATUAL:

PROTEÇÃO

EXISTENTE/PROPOSTA:

**Nenhuma**

PROPRIEDADE:



Dados cartográficos ©2013 Google MapLink



Sede provisória da Associação Congo-Angolese no Brasil (2011). Acervo Projeto Comunidade Educadora.

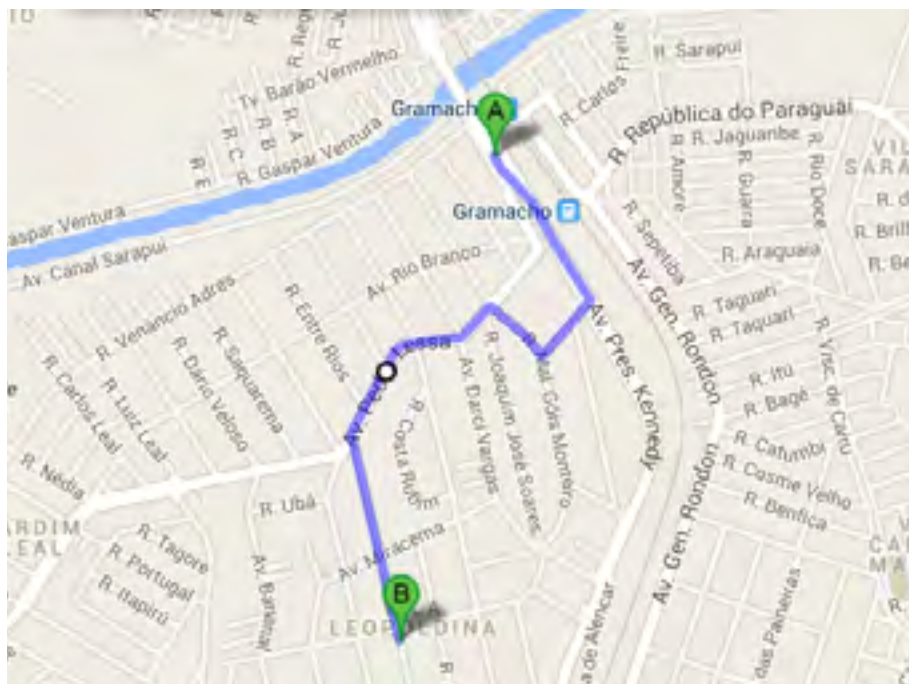
Levantado: Nielson Rosa Bezerra

Data: maio /2013

Revisado: MarluCIA dos Santos Souza

Data: setembro/2013





Dados cartográficos ©2013 Google MapLink



©2013 Google Data da imagem: agosto de 2011 – Street View

## HISTÓRICO

A presença africana em Duque de Caxias e em todo o território fluminense é muito significativa, cujas marcas culturais estão presentes na formação social cotidiana. A fase atlântica da diáspora africana no Brasil provocou o deslocamento de africanos para viverem no Brasil sob as condições do trabalho escravo. Entretanto, há uma diáspora contemporânea que tem sido ignorada. Ainda hoje, muitos africanos continuam se deslocando para o Brasil, seja como refugiados de guerras, seja como comerciantes ou estudantes. Isso expressa as fortes conexões geográficas, econômicas e culturais que existem entre o Brasil e as diferentes sociedades africanas, fartamente estudada durante o tráfico de escravos, mas que ainda precisa ser melhor conhecida no processo contemporâneo.

Em 2010, algumas pessoas da equipe observaram um rapaz trabalhando como “guardador de carros” pelas ruas do centro da cidade de Duque de Caxias. O seu português “diferente” e o tipo físico mais robusto destacavam-se no cotidiano da cidade. Após um tempo de observação, houve uma abordagem sobre o rapaz. Ele muito desconfiado, falou-nos que seu nome era Manoel. Era apenas “guardador de carros”, mas que não poderia falar muito, pois a sua situação no país ainda não estava completamente legalizada. Mesmo com poucas informações, havia um entusiasmo em fazer um estudo sobre a diáspora contemporânea dos africanos no Brasil. Também era inevitável imaginar possíveis correlações com a diáspora atlântica. Entretanto, mesmo convidando o jovem Manoel, nascido em Angola, para uma entrevista no projeto Café com História, realizado na Câmara Municipal de Duque de Caxias, a equipe não conseguiu informações, pois o jovem angolano desmarcou a entrevista.



Lançamento do DVD com a entrevista dos africanos na sede do Museu Vivo do São Bento em 2012



**Lançamento do DVD com a entrevista dos africanos na sede do Museu Vivo do São Bento em 2012**

Durante o ano seguinte, nas atividades do Programa de Formação de Jovens Pesquisadores Populares, organizado no âmbito do Projeto Comunidade Educadora, com sede no Colégio Guadalajara, em Duque de Caxias, uma jovem chamada Sofia Rita chamava a atenção por seus traços fortes, sua beleza e um leve sotaque diferente, embora falasse português corretamente. Então, Marlúcia dos Santos Souza, na época coordenadora do Eixo de Memória do projeto, elogiou a jovem. Foi quando ela revelou que na verdade era africana e não brasileira. Aos poucos, os demais alunos foram “brincando” sobre



as características diferentes de seus “tios”, membros da família de Sofia. Então percebeu-se que não se tratava de uma “família nuclear”, mas que havia um parentesco social baseado na identidade africana, mesmo que algumas famílias não tivessem vindo do mesmo país.

Em 21 de maio de 2011, os jovens pesquisadores populares, coordenados pela professora Marlúcia Souza, realizaram uma entrevista com quatro senhores africanos: Manuel Pululu Rita (Sorney), nascido em Angola em 1956; Biyavanga Wa Biyanga (Lado), nascido no Congo em 1956; Lumbala Wa Lumbala Disasi (Xavier), nascido no Congo em 1963; José Mobgongo, nascido em Angola em 1962. A entrevista foi concedida na residência alugada, à Rua Pirai, no Gramacho, Duque de Caxias. Na residência, há uma divisão de espaço, de forma que seja acomodada diferentes famílias, embora não foi dita quantas ao certo moravam na casa. No mesmo lugar, também funcionava a sede provisória da Associação Congo Angolesa, atualmente em funcionamento em outra residência do mesmo bairro, à rua Pedro Lessa. Entretanto, os entrevistados deixaram claro o interesse de transformar a entidade, ampliando para uma Associação dos Africanos Residentes no Brasil, o que permitiria que africanos de outras nacionalidades pudessem participar, tendo os seus interesses e direitos amparados pelas atividades daquela instituição.

Na entrevista, foi revelado que há centenas de africanos vivendo no Brasil. De acordo com os dados apresentados pelos entrevistados, seriam 14 famílias de africanos vivendo em Duque de Caxias, sendo que 10 dessas famílias estavam concentradas no Gramacho, ou seja, no núcleo da formação das atividades institucionais da Associação. Contudo, todos os entrevistados foram enfáticos em afirmar que havia muito mais famílias espalhadas pela Região Metropolitana do Rio de Janeiro, como Niterói, São João de Meriti, Brás de Pina, Vila da Penha, Bonsucesso, entre outros. Embora não se tenha a possibilidade de saber o número correto, é possível presumir a presença de centenas, possivelmente milhares de africanos que vivem no Rio de Janeiro e seus arredores oriundos dessa nova diáspora.

O grupo de entrevistados, de uma forma geral, conheceu as dificuldades da guerra, tanto no Congo, quanto em Angola. Eles foram enfáticos em demarcar de onde eram originários, mas ao longo da fala de cada um demonstra-se certo “borramento” das fronteiras culturais. Alguns deles viveram no país vizinho. Em um momento da entrevista, um deles esclarece que a “maior fronteira em extensão do mundo é a

que divide o Congo e Angola”, o que justificaria as similaridades entre aquelas famílias, o interesse em viver próximos e criar a associação. O senhor José Mobgongo, por exemplo, logo em sua apresentação diz que nasceu em Angola, mas que se refugiou no Congo com sua família durante a guerra de independência de seu país.

A história comum daqueles homens e conseqüentemente de suas famílias sempre esteve ligada à guerra. Primeiro, todos enfatizam a Guerra de Independência durante as décadas de 1960 e 1970, período que ainda eram jovens. Em um momento da entrevista, o senhor Manoel Pululu Rita deixa escapar que teria participado da luta armada nas fileiras do Movimento para a Libertação de Angola, o MPLA. Porém, todos são enfáticos que o que os trazem para o Brasil é a chamada “Guerra Civil”, onde muitos morreram, a fome e a violência eram iminentes. De uma forma geral, antes de chegar ao Brasil, muitos deles foram para a Europa, mas o clima, as relações culturais e a ajuda humanitária da Caritas, instituição ligada à Igreja Católica, contribuíram para o pedido de refúgio no Brasil, já durante a década de 1990.

No Rio de Janeiro, viveram em diferentes lugares, como o Centro, Bangu, Niterói, antes de chegarem no Gramacho, em Duque de Caxias, atraídos pelos valores mais baixos dos aluguéis e de amigos que já viviam na região. Com a ajuda da Caritas e com o passaporte de refugiados, trabalharam em diferentes atividades, como seguranças, operadores de máquinas, vendedores, etc. Alguns deles trabalharam como vendedores ambulantes na Central do Brasil. Nesse momento, o senhor Xavier explica que por algum tempo foi possível enviar mercadorias do Brasil para a Angola através de voos comerciais entre o Rio de Janeiro e Luanda. Segundo ele, não era mais possível fazer isso, mas que essa atividade rendia-lhes bons lucros, o que permitiu que as famílias pudessem se estabelecer com melhores condições.

Atualmente, as famílias seguem suas vidas na cidade de Duque de Caxias. O senhor José Mobgongo é presença garantida nas reuniões de todos os conselhos e fóruns da cidade em busca de reconhecimento público para a associação que ele ajudou a fundar e hoje representa. Essa atitude foi encorajada depois da entrevista realizada pelos jovens pesquisadores que permitiu a produção do filme *Presença Ango-congolesa em Duque de Caxias*, da Série CRPH/DC.





**Atividades de Pesquisa. Ciranda da Memória: os jovens pesquisadores populares entrevistam os africanos para ouvir e aprender com suas histórias de vida em 2011**





Residência de uma das famílias no Gramacho



Fotografias da entrevista com os congo-angolese e militantes da Associação de Africanos Residentes no Brasil. Local: bairro do Gramacho, em 21 de maio de 2011

## LUTA ATUAL

Fundar uma casa de cultura africana em Caxias, para divulgar a arte e as culturas africanas



Lançamento do DVD com a entrevista dos africanos na sede do Museu Vivo do São Bento em 2012



# Nas Sombras da Diáspora

Patrimônio e Cultura Afro-brasileira na Baixada Fluminense



Instituto Estadual do Patrimônio Cultural  
Secretaria de Estado de Cultura - RJ

## DENOMINAÇÃO

**Grêmio Recreativo Bloco Carnavalesco Império do Gramacho**

## LOCALIZAÇÃO

**Rua Pedro Lessa, nº 10, Gramacho**

## MUNICÍPIO

**Duque de Caxias**

## ÉPOCA DE FUNDAÇÃO E DE CONSTRUÇÃO:

Fundação como bloco de rua nos anos 50.  
Oficialização como bloco escola em 9 de março de 1972

## ESTADO DE CONSERVAÇÃO:

Detalhamento no corpo da ficha

## USO ATUAL:

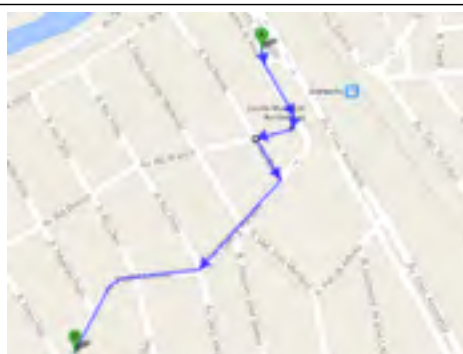
**Bloco carnavalesco**

## PROTEÇÃO EXISTENTE:

**Nenhuma**

## PROPRIEDADE:

**Dos associados do grêmio**

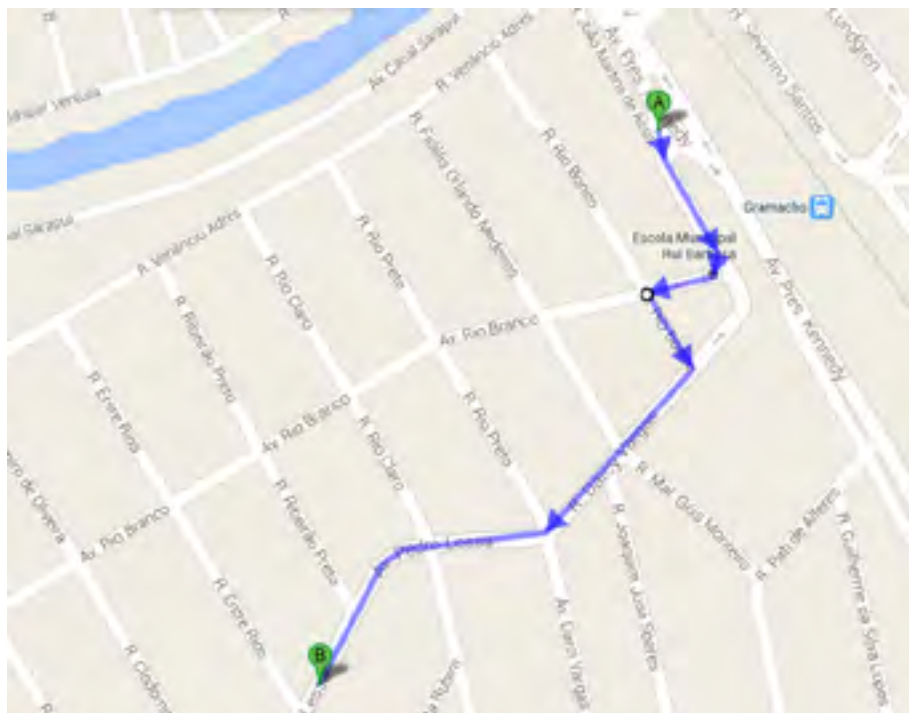


Dados cartográficos ©2013 Google MapLink

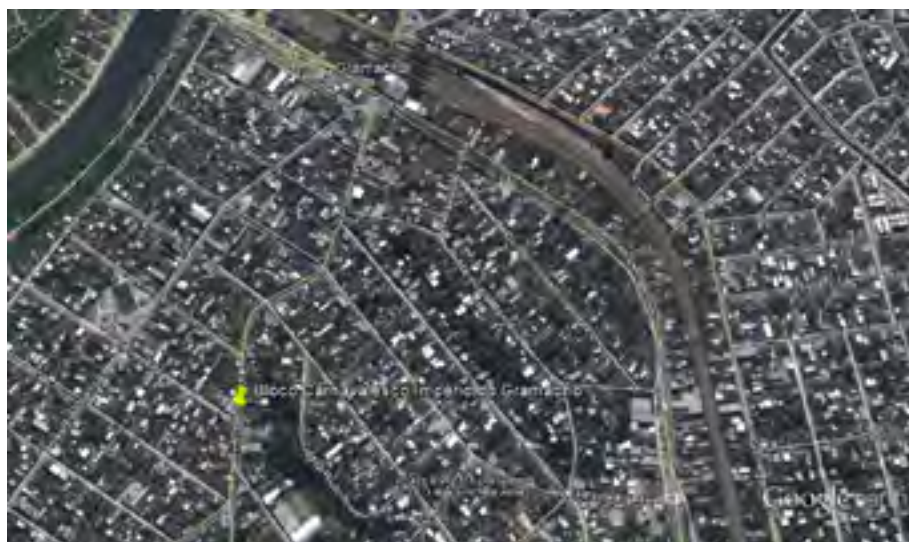


Levantado:  
Data: maio /2013

Revisado:  
Data: setembro/2013



Dados cartográficos ©2013 Google MapLink



Imagens ©2013 TerraMetrics - Dados cartográficos ©2013 Google MapLink





Pátio



Pátio



Pátio

**Interior do barracão do Bloco Carnavalesco em 16 de abril de 2013**

Fotografia: Marluvia Santos de Souza  
Acervo Comunidade Educadora e CRPH/DC



Preparativos para a realização do almoço (cozido) e da roda de samba, realizados em 16 de abril de 2013





**A professora Helenita Bezerra da Silva, coordenadora do Projeto Comunidade Educadora, negocia com alguns diretores do Bloco do Gramacho a instalação de uma biblioteca comunitária no interior do barracão**

**Diretores do Bloco Carnavalesco entrevistados, em 16 de março de 2013**



**Emílio Reis**



**Raimundo Câmara  
Moreira**



**José Alcino**



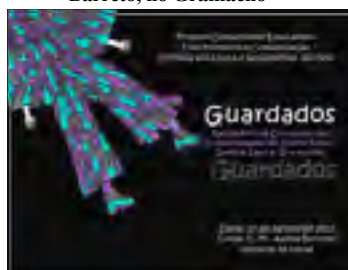
**Givaldo Evangelista**

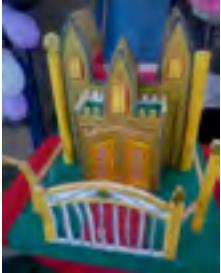


**Aline Nascimento, Marlúcia Santos e Nielson Bezerra apresentam a proposta da participação do bloco do Gramacho no inventário cultural**



Lançamento do livro *Guardados*, produzido pelos jovens pesquisadores populares. Presença de representantes do Império do Gramacho e apresentação de acervos do bloco. Local C. E. Aurea Barreto, no Gramacho







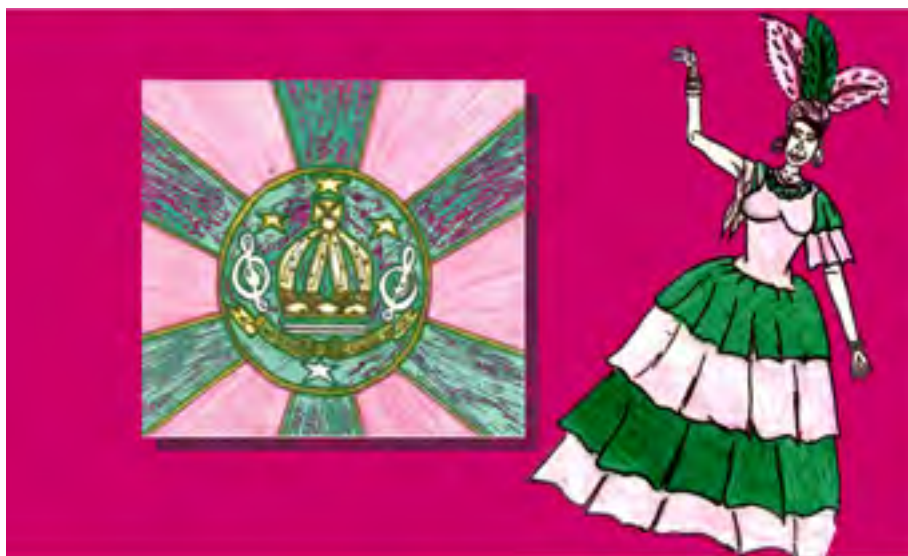
## BREVE HISTÓRICO<sup>1</sup>

Um grupo de amigos se reunia no Bananal para brincar o carnaval de rua, de corda. Logo depois, decidiram fundar um bloco carnavalesco. O primeiro presidente do bloco do Bananal foi o senhor Clodomiro de Oliveira.

Posteriormente, formaram um bloco carnavalesco no Gramacho e conseguiram da prefeitura um terreno para a construção da sede, em 1971. Na época, fizeram tanto sucesso que conseguiram negociar o espaço. Em 9 de março de 1972, eles oficializaram a existência do bloco que recebeu a denominação de Grupo Recreativo Bloco Império do Gramacho.

Segundo o carnavalesco Ailton, os principais carnavalescos do Império do Gramacho são: Raimundo, conhecido como Camarão, ele próprio e José Alcino, mais conhecido como Sunica.

Segundo o senhor Devalcir Ribeiro, um dos sócios do Império, os compositores que mais atraíram títulos para o bloco foram Valter Zacarias, Bigu e Muvuca. Os sambas mais marcantes foram o *Gira Baiana* e o *Máscara*, em 1980 e 1981, respectivamente, garantindo ao Império os títulos de campeão e de vice.



Representação do Império do Gramacho, 2012 - Acervo do Projeto Comunidade Educadora

1. IMPÉRIO DO GRAMACHO. In.: Guardados. Resistências Culturais nas Comunidades do Olavo Bilac, Jardim Leal e Gramacho. Duque de Caxias: Projeto Comunidade Educadora, 2011.

A escolha das cores foi influenciada pela escola de samba madrinha, a Mangueira. Na medida em que a organização crescia, e favorecidos pela existência da sede, ampliaram as atividades do Império do Gramacho.

Entre as atividades realizadas atualmente, durante todo o ano, destacam-se as feijoadas domingueiras com rodas de samba; as oficinas para as crianças e formação da bateria mirim; as rodas de samba noturnas com venda de bebidas e comidas (feijoadas, mocotós, peixadas, etc).

O Império do Gramacho desfila no Gramacho, no Centro da cidade de Duque de Caxias e na Rio Branco, Centro/Rio de Janeiro.



**B. C. Império do Gramacho, s.d.** Acervo do Bloco Carnavalesco Império do Gramacho



**IMPÉRIO DO GRAMACHO**  
Entrevista com a velha guarda do  
Império do Gramacho,  
realizada em 2013







Instituto Estadual do Patrimônio Cultural  
Secretaria de Estado de Cultura - RJ

**DENOMINAÇÃO**

**G.R.B.C Unidos da Laureano**

**LOCALIZAÇÃO**

**Avenida Leandro da Mota – s/nº, Dr. Laureano**

**MUNICÍPIO**

**Duque de Caxias**

**ÉPOCA DA CONSTRUÇÃO:**

**1976**

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:**

**Detalhamento no corpo da ficha**

**USO ATUAL/ORIGINAL:**

**Bar e espaço de Entretenimento;**

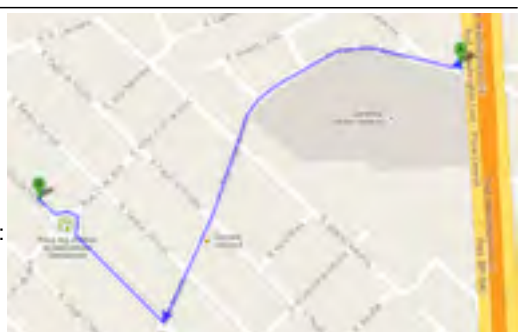
**Quadra de ensaios**

**PROTEÇÃO EXISTENTE/PROPOSTA:**

**Nenhuma**

**PROPRIIDADE:**

**Particular**



Entrevista com fundadores do B. C Unidos do Dr. Laureano (2013). Acervo CRPH-DC.

Levantado: Nielson Rosa Bezerra  
Data: maio /2013

Revisado: Aline Souza do Nascimento  
Data: setembro/2013

## HISTÓRICO

O Grêmio Recreativo Bloco Carnavalesco Unidos do Doutor Laureano é uma instituição marcada pelo companheirismo e pela amizade de alguns moradores do bairro Dr. Laureano, situado no 1º distrito do município de Duque de Caxias. Há poucos registros escritos sobre a trajetória do bloco. A sua memória tem sido lembrada por uma tradição oral e popular, uma forma de preservar o carnaval de rua, mais envolvido com a alegria e o entretenimento das pessoas comuns, o trabalhador, o estudante, a dona de casa.

As informações aqui relatadas são originárias do contato e da entrevista com dois de seus mais assíduos brincantes, membros da atual diretoria e fundadores da retomada do bloco. Jaci Roberto Guimarães e Celso de Jesus Lopes gravaram um longo depoimento para a equipe do projeto no dia 26 de junho de 2013. Talvez, seria melhor considerar um “bate-papo”, no lugar de um “depoimento”, uma vez que tratou-se de uma conversa descontraída, com muitas brincadeiras, bem comum na diáspora, seja no tempo do tráfico e da escravidão africana, seja durante o pós-abolição. É importante perceber o quanto alguns hábitos, costumes e tradições comuns entre a população negra da atualidade pode ter sua origem considerada e contextualizada a partir da história da diáspora no Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense.



Celso de Jesus Lopes (D) e Jaci Roberto Guimarães (E) (2013). Acervo CRPH-DC

Segundo os cumpadres, o B.C Unidos do Doutor Laureano surgiu no dia 29 de fevereiro de 1976. Mas por ser uma data incomum, pois tratava-se de uma ano bissexto, o bloco tem sua data oficial no dia 02 de março. No domingo de carnaval daquele ano, o Tião (a equipe insistiu para saber o nome completo dessa pessoa, mas repetidas vezes os dois diziam não saber) organizou um bloco na Rua Bangu, reunindo muitas pessoas, tudo muito improvisado. O grupo foi para a Vila São Luís, onde havia uma competição entre blocos. O novo bloco do Dr. Laureano chegou provocando as outras “agremiações”, pois era novo (na verdade nem existia institucionalmente) e maior. Então, houve uma briga, uma grande confusão. Dessa forma, os moradores de diferentes ruas de Dr. Laureano se organizaram, desejavam um bloco para servir como referência daquela identidade (chamada de bairrismo pelos entrevistados).

No ano seguinte, o bloco foi organizado. Havia de tudo, bateria, diretoria, intérprete, porta bandeira, etc. Com o enredo *Saudade da Praça Onze*, o bloco fez o seu primeiro carnaval, saindo em Santa Cruz, Zona Oeste do Rio de Janeiro. Assim, os carnavais se sucederam até o ano de 1987, quando por problemas de crise financeira e

desagregação de alguns membros, o bloco entrou em um período de desativação.

Entretanto, no ano de 2006, o bloco retornou através de uma conversa entre os amigos e cumpadres no bar Santo Antonio, situado no bairro.



**Tião, fundador do B.C. Unidos do Dr. Laureano. Sem data**  
Acervo pessoal de Celso Lopes

Atualmente, o bloco não tem muitas atividades ao longo do ano. Entretanto, no final de setembro ou início de outubro, logo após as grandes Escolas de Samba escolherem os seus enredos, marca-se os ensaios e atividades do bloco, normalmente na frente do bar Santo Antonio (considerado a sede social do bloco) ou em uma quadra improvisada em um espaço emprestado por um outro comerciante do bairro. Porém, mesmo nas condições atuais, a festa anual de São Jorge já virou uma tradição, já que o santo popular também é o patrono do bloco. Há uma crença entre eles que nos dias de festas não chove. Uma ajuda do patrono que tem olhado para o trabalho em meio a dificuldades enfrentadas.



Convite para a festa de São Jorge realizada pelo bloco Unidos do Laureano em parceria com o bloco Unidos da Fronteira

Segundo os entrevistados, o bloco carnavalesco expressa muito bem a capacidade de mobilização e orgulho do bairro. Mesmo sem atividades regulares ou mesmo uma sede própria, o bloco não deixou de existir, há ajuda de várias pessoas. Muitos ritmistas da Escola de Samba Grande Rio, depois de suas atividades, vão para o bloco tocar, estabelecendo um vínculo de carinho com o bloco do bairro, envolvendo diferentes atores. Nas palavras de Celso Jesus Lopes, “o bloco aglutina pessoas de diferentes classes sociais, seja adulto, crianças, velhos, doutores, bebuns...”. Para Jaci Guimarães, “não se pode apresentar pelo carnaval. O enredo não pode ficar no oba-oba da festa. É preciso pensar um enredo que tenha significado social”. Os componentes do bloco têm orgulho de expressar uma certa “crítica social”, que os enredos apresentam, com destaque para *Terra sem males, paraíso dos Guaranis*, que contava a história dos indígenas no Brasil, denunciando o genocídio e a falta de políticas públicas em relação aos povos nativos do País.



**Essas Irmandades... Foi uma base da luta... Essa responsabilidade de escrever samba e fazer o carnaval... Essas coisas de Irmandade... Não é bem na Religião não. O samba faz parte da história do meu povo, do Brasil. (Jaci Guimarães)**

Antes de finalizar a entrevista, os dois entrevistados concordaram em dizer que o bloco está crescendo, as pessoas do bairro estão redescobrimdo aquela tradição. Celso Lopes argumentou que já há um processo de institucionalização, a criação de um site e a formação de projetos sociais, mesmo que o sonho da quadra própria ainda esteja um tanto distante. Entretanto, para eles, o registro da história do bloco nesse inventário seria uma importante oportunidade de fortalecer ainda mais o desenvolvimento dessa tradição popular.





**Bloco Carnavalesco Unidos do Dr. Laureano. Diferentes épocas, muitas memórias**  
Acervo pessoal de Jaci Guimarães



**Bloco Carnavalesco Unidos do Dr. Laureano. Diferentes épocas, muitas memórias**  
Acervo pessoal de Jaci Guimarães









## Nas Sombras da Diáspora

Patrimônio e Cultura Afro-brasileira na Baixada Fluminense



Instituto Estadual do Patrimônio Cultural  
Secretaria de Estado de Cultura - RJ

### DENOMINAÇÃO

**Casa de Vivenda da Fazenda do Iguaçu**

### LOCALIZAÇÃO

**Rua Benjamim Rocha Junior, 6, São Bento**

### MUNICÍPIO

**Duque de Caxias**

### ÉPOCA DA CONSTRUÇÃO:

**Século XVII e XVIII**

### ESTADO DE CONSERVAÇÃO:

**Detalhamento no corpo da ficha**

### USO ATUAL/ORIGINAL:

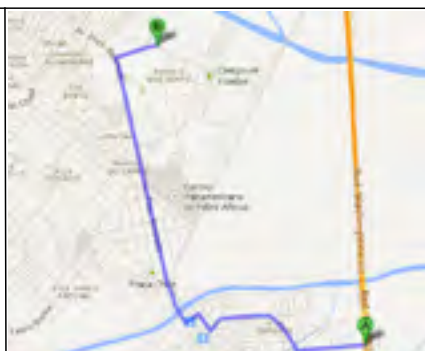
**Ainda desativado a espera de intervenção**

### PROTEÇÃO EXISTENTE/PROPOSTA:

**Tombamento pelo IPHAN**

### PROPRIEDADE:

**Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti**



Panorâmica da Fazenda do Iguaçu em 1922. Acervo Biblioteca Nacional

## HISTÓRICO

A Casa de Vivenda da Fazenda Iguaçu, atualmente, pertence a Mitra da Diocese de Duque de Caxias, situada no bairro São Bento, 2º distrito de Duque de Caxias. As suas dependências estão interditadas há mais de dez anos, uma vez que a sua estrutura encontra-se comprometida, impossibilitando qualquer acesso às suas áreas internas. A casa é constituída de um pavimento interno, onde funcionavam as oficinas e a cozinha da casa, bem como de um segundo pavimento, onde se encontram os quartos. A casa ainda é caracterizada por um avarandamento, o que demonstra a antiga disposição espacial da fazenda.

A história da Fazenda do Iguaçu traz referências significativas para a história do Rio de Janeiro, da Ordem do São Bento e da Baixada Fluminense, especialmente da cidade de Duque de Caxias. No período colonial é possível reconhecer a complexidade da escravidão nas cercanias da Guanabara, principalmente em uma propriedade pertencente a uma ordem religiosa subalternizada à coroa portuguesa e, no século XIX, ao governo imperial. Ao mesmo tempo, é possível olhar para a diversidade das experiências do trabalho escravo, das sociabilidades e das resistências ao cativo. De um lado, o horror da escravidão em um território marcado pela simbiose ou confluências da escravidão urbana e rural, e de outro, as possíveis redes de solidariedade, as vivências da fuga e da vida nos mocambos.

A história da Fazenda do Iguaçu começou com a sua fundação em 1565, tendo como marco inicial a doação da sesmária do Iguaçu para Cristóvão Monteiro. Todavia, vale lembrar que a presença humana no território é muito mais antiga, ainda é possível ver no território vestígios de assentamentos dos povos das conchas com datação de quase 4 mil anos A. P. e a dos tupinambás<sup>(1)</sup>. Por ora, trataremos aqui da fundação e da história da fazenda no período colonial, imperial e republicano. Há registros da passagem de portugueses comandados por Américo Vespúcio pelo Rio de Janeiro e pelo oeste das cercanias da Guanabara em 1504.

Segundo o relatório do Marquês do Lavradio ao vice-rei Luís de Vasconcelos e Souza, Américo Vespúcio esteve nas cercanias

---

1. Para saber mais sobre a presença dos povos das conchas e dos tupinambás ver a ficha Sambaqui São Bento.



da Guanabara em 1504, nas fronteiras da aldeia Jacutinga, indo até o Rio Meriti, 40 léguas pelo interior. Além de madeiras (principalmente pau-brasil) e animais (macacos, papagaios, araras, saguis...), os portugueses levaram 40 escravos nativos da aldeia Jacutinga, sendo que a maioria deles era mulheres. É possível que as experiências, travadas neste episódio e em outros, tenham contribuído para que os nativos fluminenses identificassem os colonizadores portugueses como uma ameaça à sobrevivência tupinambá. Assim sendo, os senhores do litoral não queriam ser guiados pela força, preferindo estabelecer alianças com outros que apresentassem vantagens nas trocas comerciais e nas alianças políticas. Por sua vez, os franceses precisavam dos tupinambás para a extração de madeira, para ocupar o território sem a resistência local, para estabelecer as trocas comerciais mais vantajosas e, ainda, para assegurar o abastecimento de alimentos advindos da agricultura, da pesca e da caça nativa com vista a manter a sobrevivência francesa em terras americanas <sup>(2)</sup>.

Em 1555, os franceses iniciaram um processo de ocupação mais permanente das terras fluminenses. Estabeleceram aliança com os tupinambás, transformando o território fluminense em um reduto antilusitano. Padre Anchieta diz ter visto religiosos franceses de branco trabalhando catequisando os nativos nas terras de Meriti e Igoassu. Supunha ele ser os religiosos da Ordem Beneditina. Dom Clemente da Silva Nigra acreditava que eram os monges beneditinos da Congregação Francesa de São Mauro que se estabeleceram na região do Rio Iguazu <sup>(3)</sup>.

Dez anos depois, em 1565, os portugueses iniciaram uma guerra sangrenta contra os Tamoios (Confederação Tupinambá) e os franceses. A colonização lusitana das cercanias da Guanabara tornou-se estratégica para assegurar o domínio português e evitar uma retomada francesa nas terras cariocas. Incorporando-se parte das terras da Capitania do Espírito Santo, da Capitania de São Vicente e de São Tomé, foi criada a Capitania Real do Rio de Janeiro e intensificou-se a distribuição de sesmarias. No leste da Baía da Guanabara (Niterói) ficaram os vencedores da Guerra dos Tamoios, ou seja, alguns colonos, o cacique Arari-

---

2. Ver Achadouros: 400 Anos de Devoção - 1612-2012. Fé e Vivências Comunitárias no Pilar em anexo.

3. ROCHA, Mateus Ramalho. O Mosteiro de São Bento no Rio de Janeiro 1590/1990. RJ: Studio HMF, 1991: 23.

bóia, os nativos catequizados pelos jesuítas e os religiosos organizados em aldeamentos. No norte e no oeste, foram distribuídas as primeiras sesmarias para colonos portugueses católicos e fiéis à coroa, ora como mercês (privilégios) em troca dos préstimos no processo de conquista das terras fluminenses, ora como estratégia para consolidar a ocupação lusitana e assustar as ameaças francesas.

A Fazenda do Igoassú foi administrada pela Ordem do São Bento de 1591 a 1922, quando foi desapropriada pela Empresa Pro-Melhoramentos da Baixada Fluminense para fins de saneamento e de colonização. Para o estudo da história da Fazenda durante o período de regime escravista foi possível localizar um conjunto de documentos nos arquivos do Mosteiro de São Bento, da Biblioteca Nacional, do IHGB e do Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias.

No norte, Cristovão de Barros e Simão da Mota receberam sesmarias nas margens do Rio Magepe. No leste, Cristovão Monteiro, ouvidor-mor do Governo Geral, recebeu a sesmaria do Aguassú ou Igoassu e uma outra possessão de terras nos sertões cariocas. Assim, Monteiro e a sua esposa, Marquesa Ferreira, tornaram-se senhores da Fazenda do Igoassú. Pouco se sabe até o presente sobre este período de domínio das famílias Monteiro e Ferreira nas terras iguaçuanas.

Em 1591, após a morte de Monteiro, sua viúva doou e vendeu possessões de terras das Fazendas de Igoassú e de Santa Cruz. As terras da Fazenda do Igoassú foram doadas e vendidas para a Ordem do São Bento, que acabara de se instalar no Rio de Janeiro. As da Fazenda da Santa Cruz foram doadas para a Companhia de Jesus (Zona Oeste do Rio de Janeiro atualmente). Segundo o Mosteiro de São Bento no Rio de Janeiro, a partir de 1591, a Ordem Beneditina recebeu várias doações e efetivou compras de terras em Iguaçu. Jorge Ferreira, pai da Marquesa Ferreira, casada com Cristovão Monteiro, fez doações e ven-



Fazenda do Iguaçu em 1922. Acervo Biblioteca Nacional

da de terras em Iguaçú em 1591. A viúva Marquesa Ferreira também fez doações de terras à Ordem, em 1596. Em 1611, o governador Afonso de Albuquerque concedeu aos beneditinos uma sesmaria dos sobejos até o mar. De 1593 a 1784, a Ordem efetivou mais 15 compras de terras em Iguaçú. Em 1784, as terras da Fazenda Iguaçú chegavam a um total de 4 para 5 léguas em quadra compreendendo as antigas sesmarias de Cristovão Monteiro, Manoel Gonçalves, Jorge Fonseca, Tomé de Alvarenga e Antônio de Mariz e as terras de Leonor da Fonseca, Diogo de Montarroio, Antônio de Aguiar, Amaro Furtado de Moraes, Padre João Coelho e Francisco Cabral de Melo Moranci <sup>(4)</sup>.

Quando em 1591, a Ordem do São Bento do Rio de Janeiro recebeu a doação e posteriormente comprou propriedades no entorno da Baía da Guanabara (Fazenda do Iguaçú, terras em Rosário - Saracuruna e Inhomirim), assumiu atividades produtivas com vistas ao abastecimento da cidade do Rio de Janeiro e à exportação. Os recursos obtidos nas propriedades rurais foram para guardar materiais de construção, bem assim, mantimentos provenientes das Fazendas de Iguaçú e Inhomirim, e que eram transportados por mar, levantaram os monges beneditinos um grande armazém no Porto da Prainha... Assim, para transportar fizesse dentro da propriedade cercada, o Mosteiro construiu um cais particular...

No açougue do São Bento abatia-se o gado que vinha das próprias fazendas do Mosteiro, como a de Campo Grande, Iguassu, Inhomirim, Cabo Frio, Ilha do Governador, Campos de Goitacazes, Camorim e Vargem <sup>(5)</sup>.

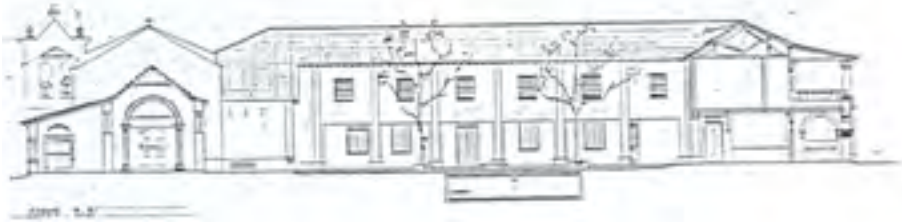
O Mosteiro do Rio de Janeiro considera o ano de 1590 o marco



4. ROCHA, Mateus Ramalho. O Mosteiro de São Bento no Rio de Janeiro 1590/1990. RJ: Studio HMF, 1991: 57-58



FACADA TRONCAL - see elevation in other sheet.



fundador da Ordem de São Bento no Rio de Janeiro. Em 1593, a Ordem fundou sua casa do Rio. Em 1620, transferiram-se para o Morro de N. S. da Conceição <sup>(6)</sup>. Uma vez instalada no Rio de Janeiro, a Ordem de São Bento adquiriu diferentes propriedades na antiga capitania. Entre essas, a Ordem possuía as chamadas “propriedades rústicas”, distribuídas no Recôncavo da Guanabara, como Inhomirim, Iguaçu, Ilha do Governador, Niterói, Ilha Grande e Angra dos Reis. Nessas propriedades eram praticadas diferentes atividades produtivas que provinham os monges de recursos financeiros <sup>(7)</sup>.

Durante o século XVII, os beneditinos ampliaram seus limites e sua produção açucareira. Construíram o sobrado nas proximidades da capela para impedir que esta desmoronasse, ergueram uma olaria, um engenho de farinha, aumentaram a criação de gado e de aves. Segundo o documento de transmissão da abadia de Frei Francisco das Chagas para o Frei Rosendo do Rosário, constava do inventário de 1685, 48 escravos, 780 arrobas de açúcar, 5 pipas de aguardente, 113 cabeças de gado, etc. Ainda no século XVII, foi registrado na fazenda a presença de 25 escravos trabalhando diariamente nos três fornos de sua olaria <sup>(8)</sup>.

---

5. Construtores e Artistas do Mosteiro de São Bento do RJ. P. 28 e 46.

6. ROCHA, Mateus Ramalho. O Mosteiro de São Bento no Rio de Janeiro 1590/1990. RJ: Studio HMF, 1991: 28.

7. PACHECO, Paulo Henrique. Crise e decadência: a Fazenda do Iguaçu e seus escravos, século XIX. In: Nielson Bezerra e Mariza Soares (orgs.). Escravidão Africana no Recôncavo da Guanabara, séculos XVII-XIX. Niterói: EdUFF, 2011: 67-83.

8. PEREIRA, Waldick. Cana, café e laranja: História Econômica de Nova Iguaçu. RJ: FGV, 1977: 20.



Há relatos que confirmam o início da construção da Casa de Vivenda da Fazenda do Iguaçú em 1688, sendo a sua reconstrução, que lhe deu as características atuais, em 1754. De acordo com Paulo Pacheco, a casa foi reconstruída para melhor atender as práticas litúrgicas dos religiosos. Assim, a casa passou a ter o formato de um mosteiro, tendo pátio e cômodos semelhantes ao claustro, na qual passou a funcionar o hospício (casa de hospedagem) <sup>(9)</sup>.

Por volta de 1850, a Fazenda de Iguaçú tinha cerca de 60 escravos, que fabricavam telhas e tijolos, além de suas atividades agrícolas, como o cultivo de mandioca e o processamento de farinha. <sup>(10)</sup> Essa quantidade de escravos já comprova certo decréscimo do número de escravos das propriedades rústicas da Ordem de São Bento em Iguaçú ainda na primeira metade do século XIX. Por exemplo, na transmissão da lista de provimentos referentes ao triênio 1819-1821, constava que na Fazenda do Iguaçú estavam empregados mais do que 78 indivíduos escravizados. Esse decréscimo, pelo menos em parte, pode ser explicado pelo grande número de alforrias que a Ordem de São Bento concedia aos seus escravos. Segundo Paulo Pacheco, em 1856, a Ordem de São Bento concedeu 55 alforrias aos escravizados da Fazenda do Iguaçú.



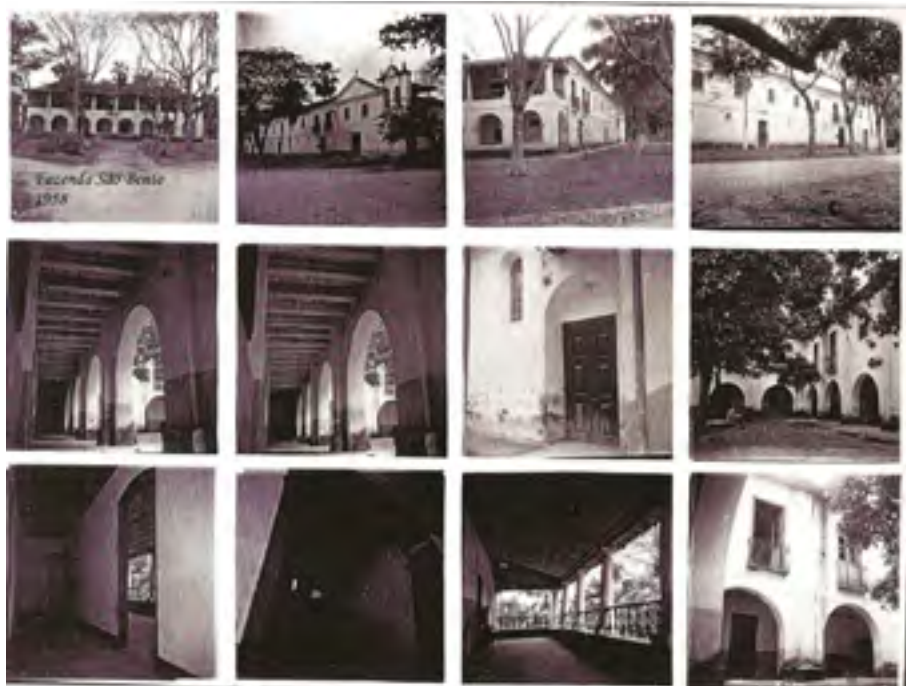
9. PACHECO, Paulo Henrique. Crise e decadência: a Fazenda do Iguaçú e seus escravos, século XIX. In: Nielson Bezerra e Mariza Soares (orgs.). *Escravidão Africana no Recôncavo da Guanabara, séculos XVII-XIX*. Niterói: EdUFF, 2011: 67-83.

10. GOMES, Flávio dos Santos. *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006: 46.

Da mesma forma, 13 foram alforriados em 1869 e outros 39 em 1870. A concessão das alforrias estava relacionada a um processo mais amplo. A baixa produção das fazendas fez com que o Império deliberasse a conversão dos bens das corporações religiosas em apólice da dívida pública, tornando-se assim parte do orçamento nacional, de acordo com a Lei Imperial Número 1764, de 1870 <sup>(11)</sup>.

Após um longo período de poucos investimentos, a Fazenda do Iguazu foi oficialmente desapropriada pelo Estado em 1921, como estabelecia o Decreto 15036. A partir de então, suas terras passaram a ser ocupadas pela Empresa responsável pelo saneamento na Baixada Fluminense. Em 1932, foi instalado o Núcleo Colonial do São Bento na propriedade, onde 70 famílias de colonos receberam terras, casas e assistência do Governo Vargas para desenvolver atividades de cultivo para, entre outras finalidades, abastecer a cidade do Rio de Janeiro com gêneros agrícolas.

Com o fim do governo Vargas, o Núcleo Colonial do São Bento enfrentou dificuldades em se manter, sobretudo por estar situado em uma área de expansão urbana. Com o fim do projeto, os antigos colonos foram incorporados à população urbana do município de Duque



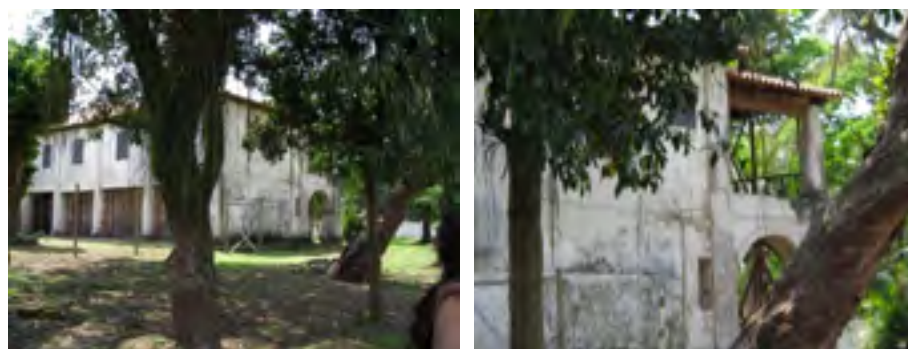
Casa de Vivenda da Fazenda Iguazu, 1922 - Acervo da Biblioteca Nacional

11. GOMES, Flávio dos Santos. História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006: 46.

de Caxias. Segundo Marlúcia de Souza, o Núcleo Colonial viveu uma bem sucedida experiência até a década de 1960. Entretanto, a essa época, a Casa de Vivenda da Fazenda do Iguazu já havia sido retornada para o conjunto de propriedades da Igreja, sendo que agora no âmbito do patrimônio da Diocese Metropolitana. Até os anos de 1980, a Casa de Vivenda foi sede do Patronato São Bento Odilon Braga. Contudo, as condições materiais da edificação colonial, que jamais recebeu uma reforma ou obra de restauro de forma contundente, desde a sua fundação, não resistiu ao tempo, sendo necessária a sua completa interdição durante os anos 1990.

Atualmente, a Casa de Vivenda da Fazenda Iguazu está interdita, sendo vedado qualquer acesso às suas dependências. Entretanto, isso não lhe retirou o lugar de principal referência arquitetônica colonial (ao lado da Igreja do Pilar) da cidade de Duque de Caxias. Isso significa que, com as atividades do Museu Vivo do São Bento, essa edificação colonial recebe centenas de visitantes por semana, mesmo que as visitas sejam restritas apenas a sua fachada externa.





**Imagens externa da casa de vivenda em 2008.** Fotografia: Marlucia Santos de Souza. Acervo CRPH





**Imagens externa da casa de vivenda em 2008.** Fotografia: Marlucia Santos de Souza. Acervo CRPH





## Nas Sombras da Diáspora

Patrimônio e Cultura Afro-brasileira na Baixada Fluminense



Instituto Estadual do Patrimônio Cultural  
Secretaria de Estado de Cultura - RJ

### DENOMINAÇÃO

**Capela Nossa Senhora do Rosário dos Homens de Cor**

### LOCALIZAÇÃO

**Rua Benjamim Rocha Junior, 6, São Bento**

### MUNICÍPIO

**Duque de Caxias**

### ÉPOCA DA CONSTRUÇÃO:

**Século XVII**

### ESTADO DE CONSERVAÇÃO:

**Detalhamento no corpo da ficha**

### USO ATUAL/ORIGINAL:

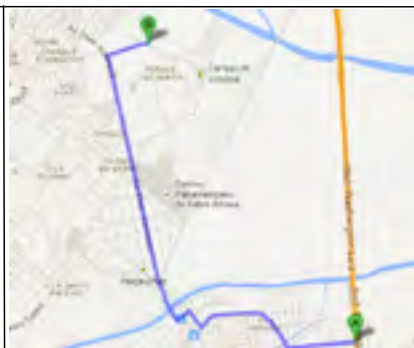
**Capela**

### PROTEÇÃO EXISTENTE/PROPOSTA:

**Tombamento pelo IPHAN**

### PROPRIEDADE:

**Diocese de Duque de Caxias e São João do Meriti**



Casa de Vivenda e capela Nossa Senhora do Rosário dos Homens de Cor (2009). Acervo Museu Vivo do São Bento

Levantado: Nielson Rosa Bezerra  
Data: Junho de 2013

Revisado: MarluCIA dos Santos Souza  
Data: Agosto de 2013

## Histórico

A fazenda instalada por Cristóvão Monteiro na sesmaria que este recebera após 1565, por conta da necessidade de ocupação das terras em volta da Baía de Guanabara, foi transferida para a Ordem de São Bento em 1591. É possível que uma capela já tivesse erguida na fazenda antes disso, uma vez que a instalação de uma pequena igreja era uma das marcas da colonização portuguesa. Contudo, a primeira capela construída na Fazenda do Iguazu que se tem notícias foi erguida em homenagem a Nossa Senhora das Candeias, em 1645. A capela era a principal referência da fazenda, pois não era frequentada apenas pelos monges beneditinos, mas por todas aquelas pessoas envolvidas no trabalho que praticava-se ali, incluindo os escravos africanos. Talvez por isso, a capela foi nomeada como Nossa Senhora do Rosário dos Homens de Cor, em 1695. Embora essa seja a data de sua conexão com a principal devoção mariana que envolvia os africanos durante o período colonial, há registros que apenas em 1760 foi recebida uma nova imagem da Virgem do Rosário.

Há registros de que quando da reconstrução da Casa de Vivenda da Fazenda do Iguazu em 1754, o novo prédio teve as suas paredes propositalmente construídas junto de uma das laterais da capela, pois as condições do terreno oferecia vulnerabilidade para a sua estrutura. Assim, com a construção da Casa de Vivenda (também conhecida como mosteiro) constituiu-se um complexo que, em uma primeira impressão, parece ter sido erguido em uma mesma ocasião.



Casa de Vivenda e Capela Nossa Senhora do Rosário dos Homens de Cor em 1922

Acervo Biblioteca Nacional

De acordo com Paulo Pacheco, havia uma dinâmica disciplinar em que os escravos africanos e crioulos eram submetidos no âmbito do universo beneditino, tanto no mosteiro da cidade Rio de Janeiro, quanto em suas propriedades rústicas, como a Fazenda do Iguaçú. Havia uma “instrução primária” direcionada aos escravos, de forma que lhes fossem ensinado um ofício, como pedreiro, carpinteiro, entre outros. Também havia uma “instrução religiosa”, onde se realizava o ensino da Doutrina Cristã aos domingos, pela convocação de rezar o terço às quartas-feiras e aos domingos e pela prática da confissão, ao menos uma vez ao ano <sup>(1)</sup>.

Embora não se tenha notícias que os escravizados da Fazenda de Iguaçú faziam parte da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, é fato que aquelas pessoas participavam ativamente das atividades que eram realizadas na Capela de Nossa Senhora do Homens de Cor. De uma forma geral, a mão de obra escrava era composta, quase proporcionalmente, por homens e mulheres, favorecendo a formação de famílias de cativos. Isso, inclusive, aponta para a presença de um número considerável de “pequenas senzalas”, em forma de cabanas, normalmente construídas de “pau a pique”.

Ao que tudo indica, a Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens de Cor era uma igreja que não era exclusiva dos monges beneditinos, muito menos dos escravos que trabalhavam na Fazenda Iguaçú. Havia casos de necessidade repentina que faziam com que os monges atendessem além mesmo algumas pessoas que não tinham nenhuma relação direta com a fazenda, como pode ser percebido no assento de óbito a seguir:

Aos dezessete dias do mês de Abril de mil setecentos e cinquenta e sete annos, faleceu José Francisco do Vale, cazado com Inácia Maria de Jesus e não recebeu Sacramento algum por falecer em lugar deserto, mordido por uma cobra entre quatro ou cinco horas e foi sepultado na Igreja dos religiosos de São Bento, no Rio Aguassu e como há com feito testemunhas de que fiz este assento. Vigário Jacinto José de Sá Freyre <sup>(2)</sup>.

1. PACHECO, Paulo Henrique. Crise e decadência: a Fazenda do Iguaçú e seus escravos, século XIX. In: Nielson Bezerra e Mariza Soares (orgs.). *Escravidão Africana no Recôncavo da Guanabara, séculos XVII-XIX*. Niterói: EdUFF, 2011: 67-83.

2. Ver: Arquivo da Cúria da Diocese de Nova Iguaçú. Livro de óbitos da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Aguassú, 1757.

É possível presumir que a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, no documento identificada como “Igreja dos religiosos de São Bento no Rio Iguçu”, era uma referência não apenas para os religiosos ou seus escravos. Isso se comprova à medida que se constata que uma pessoa que tivera falecido por um acidente (que deveria ser comum na região), fora levada para ser enterrado de forma emergencialmente naquela região.

O cemitério onde José Francisco do Vale foi enterrado ainda pode ser identificado, uma vez que atualmente, bem ao fundo da Capela de Nossa Senhora do Rosário, encontra-se um pequeno cemitério antigo, coberto por um gramado baixo e algumas pequenas árvores que fazem companhia aos restos mortais das pessoas que ali foram enterradas durante o período colonial. Há um interesse por parte da Diocese e do Museu Vivo do São Bento em realizar uma prospecção arqueológica naquele local, de forma que fosse possível constatar que casos como o de José Francisco do Vale foi infortuito ou se pessoas que não estavam inseridas no contexto produtivo ou diretivo da fazenda eram enterradas ali de forma corriqueira.

Quando os jardineiros encontraram alguns restos de esqueletos humanos no entorno da capela, a primeira hipótese levantada era que se tratava de um cemitério exclusivo dos monges da Ordem de São Bento. Com a conclusão de que aquela se tratava de uma capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens de Cor, a hipótese era que membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário poderiam estar enterrados ali também. Nesse caso, seria possível incluir africanos escravizados nessa lista, uma vez que essa irmandade era uma referência cultural para os cativos durante o período colonial. Entretanto, o assento de óbito examinado anteriormente, demonstra que a acomodação da morte nem sempre seguia a hierarquização social dos vivos. Assim, é possível que as novas pesquisas arqueológicas naquela localidade possam revelar conhecimentos sobre a miscigenação social e cultural no âmbito da Fazenda do Iguçu, onde estava localizada a capela que se está analisando nesse momento.

Mas a Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens de Cor também era uma referência para os vivos. Nela se registrava os assentos de nascimento e de casamento também, o que indica a presença cotidiana de pessoas que viviam fora da Fazenda do Iguçu, mas que mantinham aquela capela como uma referência para as suas formas de sociabilidades.



**Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens de Cor. Visão parcial dos fundos e do cemitério**  
Acervo CRPH-DC. Fotografia de 2008



Francisco Rocha Quintela e Rosalia Matilde de Jesus, embora não fossem oficialmente casados, batizaram a sua filha Maria na Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens de Cor. Dois anos depois, já em 1901, Bernardina Maria da Conceição e Manoel José Barbosa batizaram o filho Alberto, cujos padrinhos foram José Guilherme do Nascimento e Maria Henriqueta da Conceição. Embora o batismo tenha ocorrido na capela da Fazenda São Bento, tanto os pais quanto os padrinhos eram moradores da freguesia de Meriti<sup>(3)</sup>.

As referências anteriores demonstram duas importantes questões: primeiro, que mesmo após a desapropriação da Fazenda do Iguazu pelo Governo Imperial, a sua capela continuou sendo referência para os moradores que viviam, seja no seu território circunscrito, seja por pessoas que viviam em freguesias próximas, como era o caso do Pilar e do Meriti; a segunda questão tem haver com o fato de que os assentos de batismo citados foram identificados em um livro de tomo da Matriz da freguesia do Pilar, quando sabe-se que a Fazenda Iguazu estava localizada no território da Freguesia de Santo Antônio da Jacutinga, sendo, inclusive, a Capela de Nossa do Rosário dos Homens de Cor uma de suas capelas filiais.



**Interior da Capela Nossa Senhora do Rosário dos Homens de Cor em 1922**  
Acervo Biblioteca Nacional

3. Arquivo da Diocese de Duque de Caxias. Livro de Batismo. Capela da Fazenda São Bento do Iguazu, 1914-1921.

Em 1914, foi aberto um livro específico para a Capela de Nossa Senhora do Rosário da Fazenda São Bento, como ela é melhor conhecida atualmente, devido ao bairro que se originou nos arredores do núcleo central da antiga Fazenda do Iguaçú receber o topônimo de São Bento, o que justifica no nome do Museu Vivo do São Bento. No livro, mais uma vez vemos o fluxo de pessoas. Por exemplo, quase 30% dos pais que batizaram os seus filhos na capela da fazenda eram moradores de Meriti. Em 1914, duas páginas depois do termo de abertura do livro, já se encontra o assentamento de Mathias, filho natural de Maria da Conceição, que vivia em Meriti. Os moradores de Meriti multiplicam-se nos assentos que registram o batismo de crianças na capela do São Bento. Mesmo que sua mãe tivesse um nome de devoção católica, o que já implicaria interpretá-la como alguém que engrossava a população de cor da região, a menção sobre a cor fica cada vez mais rara. No entanto, entre as centenas de batismos registradas entre 1914 e 1921, é possível identificar algumas crianças, cuja cor também foi registrada. Em 1919, Hercília, de cor preta, filha natural de Thereza Elisária da Conceição, moradora do Sarapuhí, em Meriti, foi batizada na capela do São Bento sob o olhar atento de Salvador de Sant'Anna e Clara Julia Soares, seus padrinhos <sup>(4)</sup>.



**Interior da Capela Nossa Senhora do Rosário dos Homens de Cor em 1922.**

Acervo Biblioteca Nacional

---

4. Arquivo da Diocese de Duque de Caxias. Livro de Batismo. Assento 05 (1914). Capela da Fazenda São Bento do Iguaçú, 1914-1921. Arquivo da Diocese de Duque de Caxias. Livro de Batismo. Assento 82 (1919). Capela da Fazenda São Bento do Iguaçú, 1914-1921.

A Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens de Cor, localizada no núcleo central da Fazenda do Iguaçú, propriedade rústica da Ordem de São Bento desde o século XVI e desapropriada pelo Governo Imperial no final do século XIX tinha uma representação que estava para além dos monges e de seus escravos. Mesmo após a sua desapropriação, os moradores que viviam em freguesias próximas utilizavam a fazenda para batizar os seus filhos, estabelecer o laço do compadrio, isto é, buscavam nela a construção dos laços de sociabilidade, tanto no tempo de escravidão, quanto no pós-abolição.

A Fazenda do Iguaçú foi uma das sedes da empresa responsável pelo saneamento básico na Baixada Fluminense, desde o governo Nilo Peçanha. Depois, foi em seu território que foi instalado o Núcleo Colonial do São Bento. É impressionante que a Capela de Nossa Senhora do Rosário tenha resistido ao séculos de Colônia, do Império e da República. É ainda mais impressionante o fato dela ter recebido poucas intervenções visando a sua preservação.

No final da década de 1980, a Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens de Cor não resistiu. O seu telhado sucumbiu à ação do tempo e dos cupins. Somente nos anos 2000 foi realizada uma pequena obra de reconstrução de seu telhado. Assim, a capela foi reaberta para a comunidade. Atualmente, a capela funciona como uma comunidade da Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti, onde funciona um bazar assistencial para a comunidade e missas periodicamente.



**Pia de água benta fixada na sacristia**



**Pia batismal fixada na sacristia**



**Piso da capela**



**Janela da sacristia**

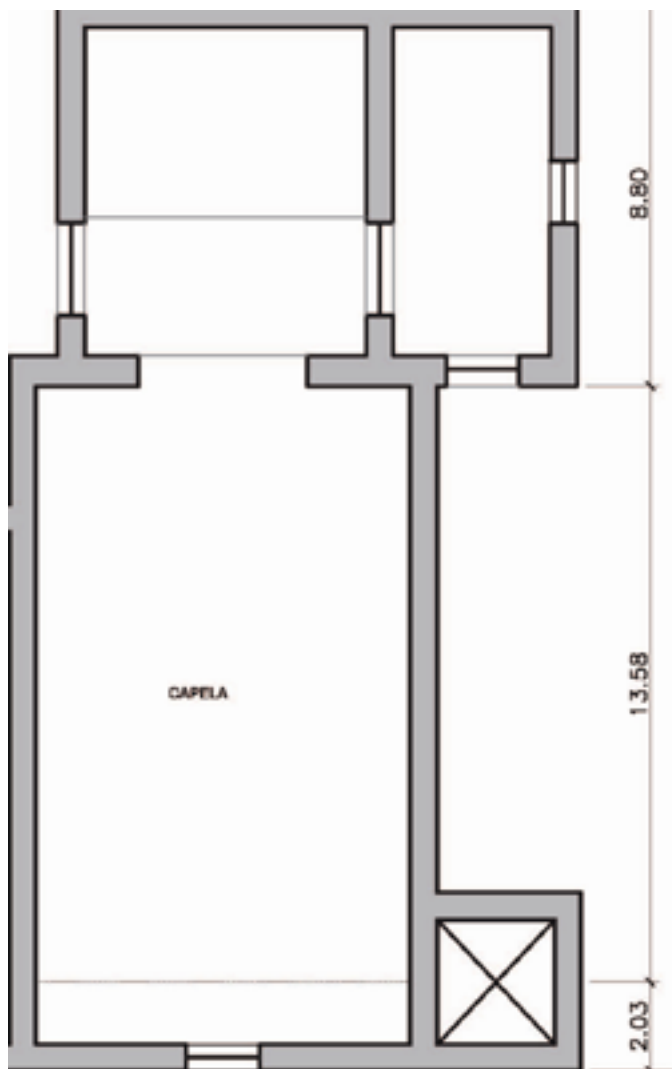


**Móveis da capela e da sacristia**



Do ponto de vista arquitetônico é uma capela bem simples. Trata-se de um conjunto formado por uma nave separada do altar através de um arco cruzeiro. A sua sacristia está conectada com o interior da igreja através de uma porta. Há uma torre sineira bem pequena, mas o suficiente para manter um sino, ainda utilizado nos dias de missas festivas.

No croqui abaixo, há uma representação de uma planta baixa. Para que fosse acentuada a representação da capela, foi, propositalmente, excluído a representação do prédio da Casa de Vivenda, também conhecido como mosteiro, que foi construído de suas paredes, de forma que lhe desse sustentação.



**Croqui de uma planta baixa da Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens de Cor. Projeto Museu Vivo do São Bento**  
Acervo CRPH-DC







Instituto Estadual do Patrimônio Cultural  
Secretaria de Estado de Cultura - RJ

**DENOMINAÇÃO**

**Tulha Principal da Fazenda do Iguaçu**

**LOCALIZAÇÃO**

**Rua Benjamim Rocha Junior, 465, São Bento**

**MUNICÍPIO**

**Duque de Caxias**

**ÉPOCA DA CONSTRUÇÃO:**

**Data indefinida anterior a 1922**

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:**

**Detalhamento no corpo da ficha**

**USO ATUAL/ORIGINAL:**

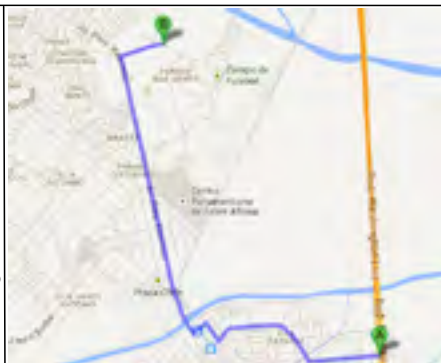
**Armazém Cultural e fábrica de asfalto da PMDC**

**PROTEÇÃO EXISTENTE/PROPOSTA:**

**Lei de criação do Museu Vivo do São Bento**

**PROPRIEDADE:**

**PMDC - SME**



Fachada Tulha principal da Fazenda do Iguaçu em 2008. Acervo Museu Vivo do São Bento

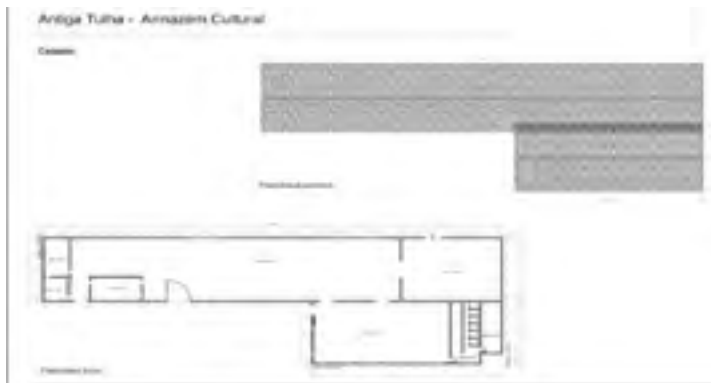
Levantado: Nielson Rosa Bezerra  
Data: Maio de 2013

Revisado: Marlúcia dos Santos Souza  
Data: Setembro de 2013

## HISTÓRICO

A tulha principal da Fazenda do Iguaçú é um grande galpão de cerca de 904,83 m<sup>2</sup>, distribuídos em 7 compartimentos, sendo que um bem amplo, com mais de 444 m<sup>2</sup>, dois outros menores, mas ainda bem amplos, se comparados com os outros quatros restantes. A data de sua construção é incerta, embora as fotografias encontradas no acervo da Biblioteca Nacional de 1922 já apresentem o prédio construído. A sua estrutura construída com “tijolos maciços” remete ao final do século XIX ou início do século XX.

A construção de uma tulha com uma estrutura de quase 1.000 m<sup>2</sup>, localizada frontalmente para a Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens de Cor e da Casa de Vivenda da Fazenda Iguaçú pode ser explicada pela grande produção de alimentos que era produzida no âmbito da antiga propriedade rústica da Ordem do São Bento. Provavelmente, não se tratava da produção que era realizada apenas no núcleo principal da fazenda, mas também a produção dos agregados e meeiros que arrendavam as terras mais distantes, embora ainda nos domínios do território da fazenda. Essa informação endossa a ideia da crise geral da Baixada Fluminense no período de transição entre o final do século XIX e início do século XX. Uma fazenda localizada em uma área que vivia uma suposta crise generalizada não teria razão para construir uma tulha com a amplitude mencionada. Isso também permite pensar a questão da mão de obra, uma vez que os monges beneditinos alforriaram todos os seus escravos que restavam em 1870. Caso a questão do esvaziamento populacional fosse explicada pela Lei Áurea, os escravizados libertos pelos beneditinos também teriam se retirado, o que seria uma contradição para a construção de um armazém com tamanha envergadura.



**Planta Baixa (térreo e telhado) da Tulha principal da Fazenda do Iguaçú**  
 Projeto Museu Vivo do São Bento. Acervo CRPH-DC

## Antiga Tulha - Armazém Cultural

Calcestr



**Fachada frontal e lateral da Tulha principal da Fazenda do Iguau**  
**Projeto Museu Vivo do São Bento. Acervo do CRPH-DC**

A visão frontal da tulha principal e, sobretudo, a sua disposição lateral lembra uma senzala no formato de pavilhão, muito comum nas fazendas cafeeiras do final do século XIX. Sabe-se que qualquer café que tenha sido cultivado nas terras da Fazenda do Iguau foi esporádico. Entretanto, isso não excluía uma senzala no modelo daquelas facilmente encontradas nas zonas cafeeiras do Vale do Paraíba fluminense, por exemplo.



**Visão lateral da Tulha principal da Fazenda do Iguau em 1922. Acervo Biblioteca Nacional**

Ao olhar a fotografia externa da visão lateral da tulha principal, é possível encontrar uma semelhança com as senzalas de pavilhão. As portas laterais, no mínimo cinco, como mostra a fotografia anterior, separadas por pequenas janelas superiores e inferiores, são típicas de senzalas de pavilhão que eram utilizadas para agrupar os escravos que se identificassem pelo gênero ou pela faixa etária. No caso das famílias, cinco ou seis compartimentos não seriam suficientes para atender a todos os escravizados, considerando que cada família ficaria em um lugar daqueles.

A questão é que a Fazenda do Iguaçú tinha uma escravaria um tanto homogênea por gênero e por idade, o que facilitava a formação de famílias de escravizados. É possível afirmar que a maioria dos escravizados daquela fazenda estavam organizados ou inseridos em um núcleo familiar, seja por laços de sangue, seja por laços de compadrio. Sem falar que a formação de famílias entre escravos era uma estratégia do conjunto de doutrinação social e cristão a que os monges beneditinos submetiam os seus escravizados. Desse modo, as senzalas da Fazenda do Iguaçú tendiam a seguir o modelo de choupanas ou cabanas construídas de “pau a pique”.

A origem e a finalidade da construção da Tulha principal da Fazenda do Iguaçú ainda guardam alguns mistérios que a pesquisa histórica, até aqui realizada, não foi capaz de oferecer respostas concretas. O seu formato arquitetônico remete a uma grande senzala de pavilhão, como havia nas grandes plantações escravistas desde o período colonial. Contudo, o conhecimento que se tem sobre a fazenda e, sobretudo, a forma como os beneditinos tratavam os seus trabalhadores escravizados, não contribui para que se possa afirmar com certeza a existência de uma grande senzala de pavilhão em suas dependências, ainda mais tão próxima da casa de vivenda e da capela.



**Tulha principal: secagem de sementes e grãos da Fazenda do Iguaçú em 1922**  
Acervo Biblioteca Nacional



Seja qual for a finalidade inicial da tulha principal, sua disposição arquitetônica possibilitou a sua adaptação para diferentes atividades que se realizavam no âmbito da produção da Fazenda do Iguaçu em 1922. As fotografias do álbum da Fazenda do Iguaçu, encontrado no acervo da Biblioteca Nacional, revelam trabalhadores de diferentes ofícios trabalhando no espaço da tulha principal. Além do armazenamento dos gêneros agrícolas colhidos nos canteiros da fazenda, no espaço da tulha se realizavam a secagem de sementes e grãos, preparando-os para o seu processamento, ensacamento e escoamento para os mercados da cidade do Rio de Janeiro, principal destino daquelas mercadorias.

No mesmo álbum de fotografias é possível encontrar imagens de duas grandes colheitadeiras, marca da mecanização modernizadora do projeto agrícola fluminense durante a Primeira República no Brasil. Da mesma forma, é possível encontrar fotografias das colheitadeiras estacionadas em um dos compartimentos da tulha principal, como se pode perceber na fotografia a seguir. Desse modo, é possível afirmar com certa clareza que a tulha principal também era um espaço de garagem. Não apenas isso, mas também um espaço de mecânica, já que é possível encontrar evidências que as colheitadeiras, quando necessário, sofriam reparos naquele mesmo espaço.



**Tulha principal: oficina e garagem da Fazenda do Iguaçu em 1922. Acervo Biblioteca Nacional**

De qualquer forma, seja uma construção oitocentista, seja uma construção da Primeira República, o fato é que a tulha principal se tornou uma referência para os trabalhadores da Fazenda do Iguaçu durante o período das obras de saneamento da Baixada, bem como durante o período em que a mesma se tornou sede do Núcleo Colonial São Bento, já durante a Era Vargas. Nesse último período citado, a tulha principal tornou-se o principal lugar de armazenamento de alimentos, não apenas aqueles que eram produzidos na gleba sede, mas também os diferentes tipos de alimentos que eram produzidos nas demais glebas.

Desde a década de 1990, a tulha principal da Fazenda do Iguaçu abriga a Fábrica Municipal de Manilha e Artefatos de Cimento de Duque de Caxias. Com a criação do projeto do Museu Vivo do São Bento, em 2007, a memória desse patrimônio vem sendo resgatado. Nesse sentido, foi realizado um acordo com a Secretaria Municipal de Obras de Duque de Caxias de desativar a fábrica de manilhas à medida que o projeto do museu fosse avançando. Assim, atualmente, pelo menos na prática, há uma gestão compartilhada do imóvel, pois mesmo com o funcionamento da fábrica de manilhas (submetida à Secretaria de Obras), a equipe do Museu Vivo do São Bento incluiu a tulha principal no seu roteiro de visita. Sendo assim, cotidianamente, professores, alunos e visitantes em geral visitam aquele espaço, estabelecendo uma relação de respeito e afeto com aquele patrimônio.



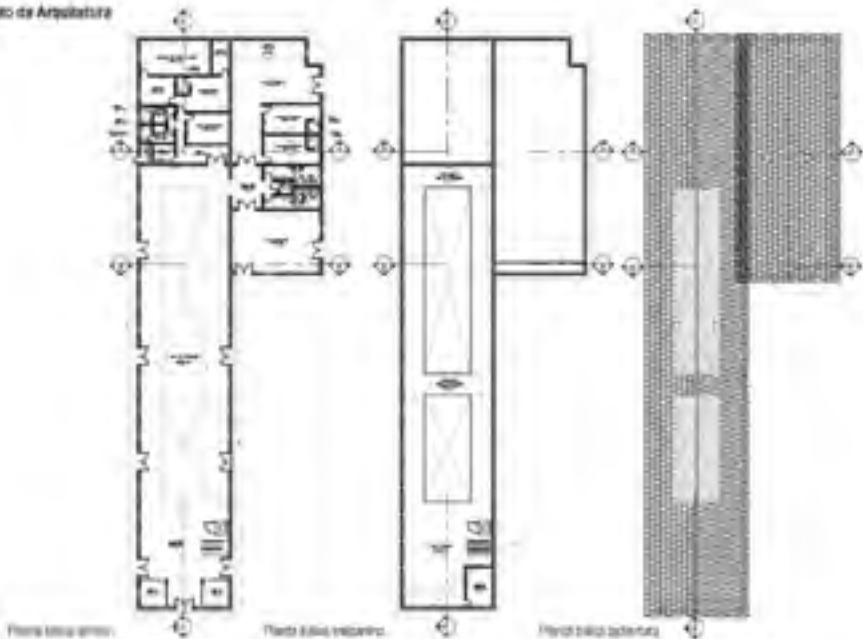


**Imagens do prédio da Tulha Principal da Fazenda do Iguaçú. Fábrica de Manilhas, 2008**  
Acervo do CRPH-DC

No âmbito do projeto do Museu Vivo do São Bento, a tulha principal seria transformada em um “Armazém Cultural”, onde aquele espaço pudesse ser utilizado para a realização de oficinas e cursos durante o dia e festas, show e espetáculos durante a noite. Há uma série de iniciativas para a efetivação do projeto, entretanto, o alto valor de mais de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) para restaurá-lo e adaptá-lo para as suas novas funções tem sido o principal entrave a sua realização.

#### Antiga Tulha - Armazém Cultural

Projeto de Arquitetura



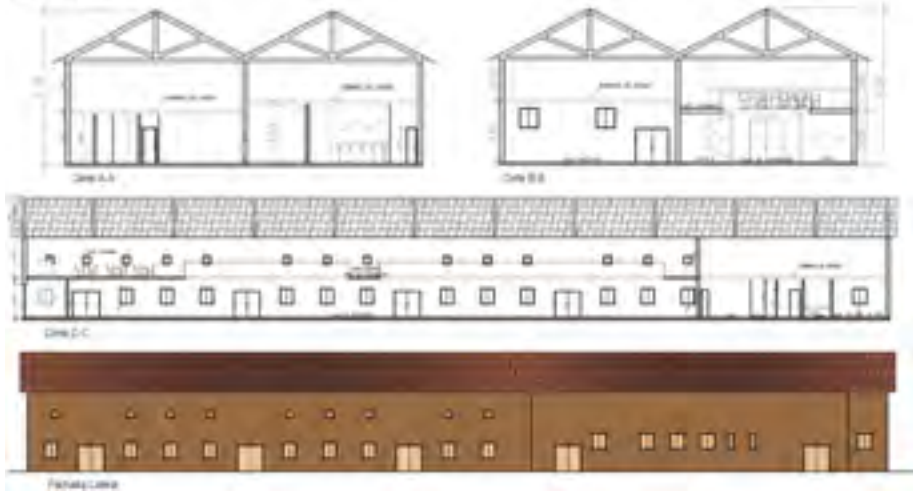
Armazém Cultural. Antiga Tulha da Fazenda do Iguaçu. Projeto Museu Vivo do São Bento  
Acervo CRPH-DC

A ideia de se criar um “Armazém Cultural” no âmbito do Museu Vivo do São Bento se dá pela realidade socioeconômica de baixos índices de desenvolvimento, muito em função de sua população formada basicamente por famílias de baixa renda. O acesso a equipamentos culturais é sempre comprometido. O “Armazém Cultural” suprimiria essa vulnerabilidade dos atores sociais inseridos naquele contexto.

A partir do programa do projeto do Museu Vivo do São Bento, a ideia principal é criar e adaptar o conjunto arquitetônico da antiga tulha principal para a realidade local e a disponibilidade financeira, tanto do projeto quanto da população em geral.

Antiga Tulha - Armazém Cultural

Projeto de Arquitetura



**Armazém Cultural. Antiga Tulha da Fazenda do Iguaçú**  
**Projeto Museu Vivo do São Bento. Acervo CRPH-DC**

Uma vez que o prédio possui piso de terra batida, um piso de baixo custo e com grande durabilidade e sua antiga estrutura de tijolo maciço reformada, trazendo o antigo ao presente. O mezanino formado de estrutura metálica, na cor branca.

A estrutura da antiga tulha poderia ser reaproveitada para ser transformada em uma referência artístico-cultural para a Baixada Fluminense. Sendo essa região um lugar de concentração de população afrodescendente, uma construção que poderia ter sido uma senzala e que com certeza foi lugar de trabalho da população de cor no pós-abolição se tornaria uma referência para essa população. Nesse sentido, o encontro entre o presente e o antigo não seria apenas do ponto de vista arquitetônico, mas também do ponto de vista simbólico, já que aquele espaço seria um lugar para as recordações do trabalho, oferecendo diferentes significados do cativeiro e da liberdade para as referências das sociedades atuais.





Instituto Estadual do Patrimônio Cultural  
Secretaria de Estado de Cultura - RJ

DENOMINAÇÃO

**Casa de Farinha – Esporte Clube São Bento**

LOCALIZAÇÃO

**Rua José Pinto, 88**

MUNICÍPIO

**Duque de Caxias**

ÉPOCA DA CONSTRUÇÃO:

**Data indefinida**

ESTADO DE CONSERVAÇÃO:

**Detalhamento no corpo da ficha**

USO ATUAL/ORIGINAL:

**Esporte Clube São Bento**

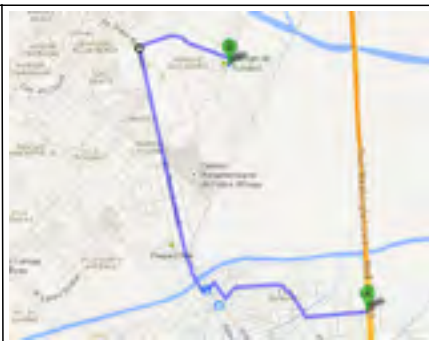
PROTEÇÃO EXISTENTE/PROPOSTA:

**Lei de criação do Museu Vivo do São Bento**

**LMDC 2224/08**

PROPRIEDADE:

**Esporte Clube São Bento**



Fachada do Esporte Clube São Bento em 2008. Acervo Museu Vivo do São Bento

Levantado: Nielson Rosa Bezerra  
Data: Junho de 2013

Revisado: MarluCIA dos Santos Souza  
Data: Julho de 2013

## HISTÓRICO

Não se tem certeza da época da construção do prédio do atual Esporte Clube São Bento, situado à Rua José Pinto, 88, São Bento, Duque de Caxias – RJ. Contudo, é possível afirmar que o prédio principal já existia antes de 1922, pois suas dependências podem ser encontradas nas fotografias do álbum da Fazenda do Iguaçú, identificado no acervo da Biblioteca Nacional. Naqueles tempos, o prédio era utilizado para o beneficiamento do leite extraído dos animais que eram criados no âmbito das atividades da fazenda.

Desde os tempos coloniais que a Fazenda do Iguaçú mantinha a criação de animais como uma de suas atividades regulares. Ainda no século XVII, por conta da transmissão da abadia de Frei Francisco das Chagas para o Frei Rosendo do Rosário, foi realizado um inventário onde constava, entre os inúmeros bens da fazenda, 48 escravos e 113 cabeças de gado <sup>(1)</sup>.



Área de beneficiamento do leite da Fazenda do Iguaçú em 1922. Acervo Biblioteca Nacional

---

1. Ver: SOUZA, Marlúcia Santos de. Escavando o passado da cidade: Duque de Caxias e os projetos de poder político local, 1900-1964. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, 2002.



Embora não se tenha muitas evidências, a memória coletiva do atual bairro São Bento, onde o prédio localiza-se, remete que no tempo da implementação do Núcleo Colonial, em 1932, o prédio era utilizado para receber os colonos solteiros. De acordo com a memória dos antigos moradores do bairro, os colonos casados, já com suas famílias constituídas, tinham o direito de receber uma pequena casa de dois quartos e um pequeno quintal onde se vivia de acordo com as regras

impostas pelo Ministério da Agricultura, já na Era Vargas.

Também a partir da memória coletiva é possível identificar que naquela localidade funcionava uma casa de farinha de mandioca, como o prédio era conhecido antes de se tornar o clube. Sobre a produção de farinha de mandioca, é importante afirmar que a maioria das fazendas da Baixada Fluminense tinham na produção deste gênero alimentício uma de suas mais importantes atividades produtivas. Durante o século XVII, os senhores fazendeiros da região do Iguazu perceberam que a produção de açúcar e aguardente demandava muito investimento, tanto em mão de obra, quanto no financiamento para o manufaturamento propriamente dito. Dessa forma, um século depois, o relatório do Marquês de Lavradio apontou para uma imensa desproporção entre a produção de farinha e a produção de açúcar e aguardente nos engenhos da região <sup>(2)</sup>.

Há diferentes referências sobre a produção e o escoamento da farinha de mandioca produzida no recôncavo para a comercialização na cidade do Rio de Janeiro e a sua exportação para outros mercados atlânticos. Como se pode inferir, a produção da farinha de mandioca tornou-se uma tradição cultural, tornando-se uma referência de trabalho familiar que surgiu ainda nos tempos da escravidão e que persistiu

---

2. Ver: DEMÉTRIO, Denise Vieira. A família escrava em Jacutinga, 1686-1721. In: Nielson Bezerra e Mariza Soares. *Escravidão Africana no Recôncavo da Guanabara, séculos XVII-XIX*. Niterói: EdUFF, 2011: 23-46.

na Baixada Fluminense ao longo de todo o século XX. Desse modo, é possível que a memória coletiva dos moradores do atual bairro do São Bento tenha pleno fundamento, uma vez que a farinha de mandioca poderia, pelo menos, ser produzida para o consumo dos moradores que viviam no Núcleo Colonial. Como se tratava de um espaço amplo, com o tempo, a casa de farinha também passou a ser o alojamento dos colonos solteiros. Naquele lugar, além de muitos trabalharem, havia um espaço para o descanso e a vivenda dos colonos que ainda não haviam constituído suas famílias.

Em 19 de fevereiro de 1943 foi instituído oficialmente o Esporte Clube São Bento. É possível que antes disso já houvesse festas e bailes naquele espaço. Entretanto, com a fundação do clube, os colonos passaram a ter um espaço de lazer e diversão, que contava não apenas com a organização das festas, mas também com o clube de futebol.

O baile de 1958 foi memorável, centenas de pessoas vinham de diferentes partes do Núcleo Colonial. As moças sonhavam em ser coroadas a rainha do baile. Para isso, desfilavam os seus vestidos e a beleza que tipifica a juventude da época. Os rapazes, sobretudo os solteiros, ficavam em pequenos grupos esperando a oportunidade para tirar uma moça para dançar. Alguns deles já eram trabalhadores no Núcleo Colonial, alguns eram visitantes, que aproveitavam a ocasião para se divertir, namorar e visitar os amigos.



**Esporte Clube São Bento.  
Carnaval de 1958. Coleção  
Dona Tereza Senna Costa  
Acervo do CRPH-DC**

**Esporte Clube São Bento. Carnaval de 1958**  
**Coleção Dona Tereza Senna Costa. Acervo do CRPH-DC**





Nos relatos de dona Delfhina de Oliveira é possível identificar algumas falas que remontam o passado do núcleo como um tempo dourado. Um olhar romântico do passado mediado por um presente de ausência de políticas públicas. Recortamos alguns fragmentos dos relatos para melhor compreendermos que tais políticas ativaram repressão concomitantemente com a busca do consentimento.

*Na entrada do núcleo havia uma guarita. De dois lados tinha aquele pau que atravessava. Os carros e as pessoas tinham que se identificar tudo direitinho, mostrar documentos. Festa só até as 10h30, era ordem do administrador e ninguém passava daquela ordem. (...) Quando vinha parente ou amigos, tinha que avisar ao administrador, dizer quanto tempo ia ficar a pessoa...*

*Eu cheguei com 7 anos. Meu pai conseguiu o lote com outro colono que quis passar o lote. Você tinha dez anos para pagar e três anos eles custeavam tudo assim, ferramentas, sementes, serviço médico, escola para os filhos, carro para levar as crianças para o patronato. Tinha o futebol e depois veio o clube na época do administrador doutor José Henrique Fernandes Filho (agrônomo). O carnaval era uma maravilha. O baile de lá sabe, ele mesmo mandava buscar as moças e os rapazes da colônia e depois levar, o motorista vinha. Tinha cinema de vez em quando... Era tudo tratado, a rua, tinha máquina e agente não precisava tirar o sapato. Era tudo florido, tinha jardineiro que mantinha, limpava, arrumava, regava... Tinha aquelas touceiras grandes de capim, tinha papoula e tudo cercado de um lado e do outro, tinha angico. Tinha canteiro da entrada até o Reviver, em frente ao mosteiro também, ali tinha palmas <sup>(3)</sup>.*

Outro importante espaço de sociabilidade dos colonos era o time de futebol que representava o clube em competições locais. As partidas ocorriam nos fins de semana. Era uma verdadeira festa, após os jogos havia sociabilidade, diversão e muita música. Desde a sua fundação, o clube passou a dividir com a Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens de Cor a atenção e a referência.

3. Entrevista com Delfhina de Oliveira Mendes, funcionária aposentada pelo Ministério da Agricultura. Ela foi funcionária das cooperativas do Núcleo Colonial São Bento. Chegou ao São Bento com sete anos e na data da realização da entrevista ela estava com 77 anos. A entrevista foi realizada em 2004. Em 2009, ela faleceu. As entrevistas podem ser encontradas no Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias.



**Esporte Clube São Bento.  
Time de futebol nos anos  
1950  
Coleção Dona Tereza Senna  
Costa. Acervo do CRPH-DC**



**Esporte Clube São Bento.  
Time de futebol nos anos  
1950.  
Coleção Dona Yvonne Ro-  
cha Guiraldello. Acervo do  
CRPH-DC**

O Esporte Clube São Bento ainda funciona, a organização de torneios de futebol ainda é a sua principal atividade, embora seja possível perceber a sua decadência, não apenas física, já que o prédio precisa de muitas reformas, mas também em relação à sociabilidade dos moradores. As festas noturnas são raras e, mesmo as rodas de samba e pagode depois dos jogos não são frequentes.

No espaço do campo do clube, além dos jogos de final de semana, funciona uma “escolinha de futebol”, com atividades aos sábados. Há alguns anos, a escolinha também funcionava durante a semana, pois havia recursos do projeto Segundo Tempo do governo federal. Com o fim da vigência do convênio, as atividades contam com o apoio de alguns voluntários que treinam os jovens da comunidade com a esperança de um dia surgir um novo craque de futebol naquele campo. Por falar em craque, foi ali que surgiu o Roberto Dinamite, atualmente deputado federal e presidente do Vasco da Gama Futebol e Regatas, antes de despontar como jogador profissional de futebol. Não há uma pessoa do bairro que não cite o Roberto Dinamite. Os mais velhos ainda falam que Garrincha também frequentava o clube e que muitas vezes “fazia chover” com os seu dribles desconcertantes sobre os seus adversários.

Além de alguns convênios de projetos do governo federal implementados com a ajuda da Secretaria Municipal de Esportes da cidade, atualmente o clube vive mesmo é com a contribuição mensal de algumas dezenas de sócios que passam a ter direito de utilizar o espaço para a organização de festas. Normalmente, essas festas são particulares, restritas para familiares e convidados do sócio que está oferecendo, o que compromete o espaço como um espaço de sociabilidade coletiva, como já foi um dia.



## Nas Sombras da Diáspora

Patrimônio e Cultura Afro-brasileira na Baixada Fluminense



Instituto Estadual de Patrimônio Cultural  
Secretaria de Estado de Cultura - RJ

### DENOMINAÇÃO

**Tulha e Posto Médico**

### LOCALIZAÇÃO

**Rua Benjamim Rocha Junior , s/nº, São Bento**

### MUNICÍPIO

**Duque de Caxias**

### ÉPOCA DA CONSTRUÇÃO:

**Sem data, anterior a 1922**

### ESTADO DE CONSERVAÇÃO:

**Detalhamento no corpo da ficha**

### USO ATUAL/ORIGINAL:

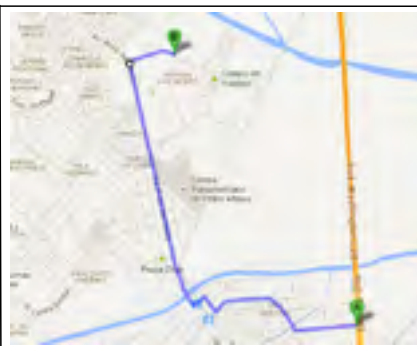
**Desativado a espera de reforma**

### PROTEÇÃO EXISTENTE:

**Raio de abrangência da casa de vivenda da fazenda do Iguaçú pelo IPHAN**

### PROPRIIDADE:

**PMDC - SME**



Antiga tulha da Fazenda do Iguaçú e antigo Posto Médico do Núcleo Colonial São Bento, 2008. Acervo do CRPH-DC.

Levantado: Nielson Rosa Bezerra

Data: julho de 2013

Revisado: MarluCIA dos Santos Souza

Data: Agosto de 2013

## HISTÓRICO

O prédio da segunda tulha, como é comumente conhecida, depois adaptado para servir como farmácia e posto médico, foi construído antes de 1922. A sua localização é frontal ao conjunto da Casa de Vivenda e da Capela de Nossa Senhora do Rosário, portanto, localizado no núcleo principal da Fazenda do Iguaçú. É exatamente nesse raio que localiza-se também a tulha principal e a tulha de carvão. Como os outros dois prédios, este também era utilizado para o armazenamento dos gêneros agrícolas que eram produzidos na Fazenda do Iguaçú.



A imagem anterior apresenta o prédio da antiga tulha ao fundo. Em primeiro plano, os trabalhadores da fazenda estão utilizando uma máquina empregada na “agricultura mecanizada”, praticada na Fazenda do Iguaçú no início do século XX. Não se sabe ao certo quando o prédio foi construído nem por quanto tempo foi utilizado para o armazenamento da produção agrícola. Esse prédio se caracteriza por ter dimensões menores, se comparado com a tulha principal. Contudo, a sua altura é de chamar a atenção. Não se sabe se ele já foi construído dessa maneira ou se foi adaptado posteriormente. Quando do seu uso como escola e centro social, já muito tempo depois da ativação do Núcleo Colonial (1961), ele se apresenta com dois pavimentos, interligado por uma escada interna.

Há uma fotografia do álbum da Fazenda Iguaçú de 1922 que oferece uma visão privilegiada do prédio. Ao que parece, houve uma partida de futebol.



Provavelmente, tratava-se de uma partida festiva, dado a organização dos uniformes dos jogadores e do árbitro da partida. Ao fundo, há diversos homens vestidos de branco. Parece se tratar de uniformes de marinheiro, exceto dois homens de lado, com atitude que estava se retirando atrás do gol da esquerda, que parecem estar vestidos de hábito branco. Tratam-se, provavelmente, de dois monge beneditinos que poderiam estar visitando a fazenda, já que essa já não era mais uma propriedade da Ordem de São Bento, pois a mesma foi desapropriada pelo governo imperial alguns anos antes.



**Partida de futebol na Fazenda do Iguaçu. Albúm de 1922. Acervo da Biblioteca Nacional**

Lamentavelmente, o álbum de 1922 não apresenta nenhuma fotografia interna da segunda tulha. Uma fotografia como essa poderia confirmar se o prédio ainda era utilizado como tulha por aqueles tempos, já que a primeira fotografia demonstra os funcionários da fazenda trabalhando com a seleção de grãos próximo, mas não confirma totalmente que aquele prédio era o destino do armazenamento de alguns tipos de alimento. Pela ausência desse material iconográfico, é preciso confiar na memória coletiva do bairro que afirma ter sido aquele prédio tulha, posto médico e farmácia, depois escola e Centro Social Renascer.

Segundo Marlúcia Santos de Souza, quando o Núcleo Colonial do São Bento foi instalado na fazenda em 1932, esse prédio foi utilizado como a segunda tulha, provavelmente porque já era utilizado anteriormente para essa finalidade. Pouco tempo depois, no prédio foi instalada a farmácia e posto médico do Núcleo Colonial. Quando da desativação do Núcleo, em 1961, ainda havia um posto médico em funcionamento <sup>(1)</sup>.

Alguns anos depois, o prédio passou a receber uma nova função. Alguns moradores afirmam que ali funcionou uma escola. Porém, o que se tem certeza é que no prédio foi instalada uma Casa de Passagem, uma espécie de casa de correção para menores infratores ou em condições de abandono. Até a década de 1990, havia uma instituição dessa natureza funcionando no prédio, o então Centro Social Renascer, órgão ligado à Secretaria Municipal de Assistência Social.



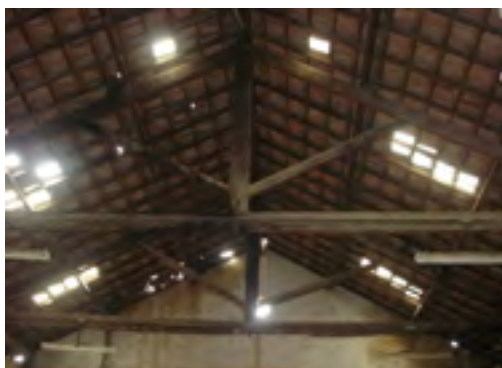
---

1. SOUZA, Marlúcia Santos de. Escavando o passado da cidade: Duque de Caxias e os projetos de poder político local (1900-1964). Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, 2002

Os relatos de alguns técnicos da Secretaria Municipal de Obras dão conta que o prédio foi interditado, pois em uma pequena reforma foi retirada uma coluna central. A intenção de obter um salão mais amplo, de forma que fosse possível realizar atividades coletivas, se voltou para o comprometimento do prédio e sua interdição pela Defesa Civil Municipal.



**Prédio do antigo posto médico, posteriormente Abrigo Renascer**



**Visão interna da Tulha e Posto Médico da Fazenda do Iguaçu, 2008. Acervo do CRPH-DC**



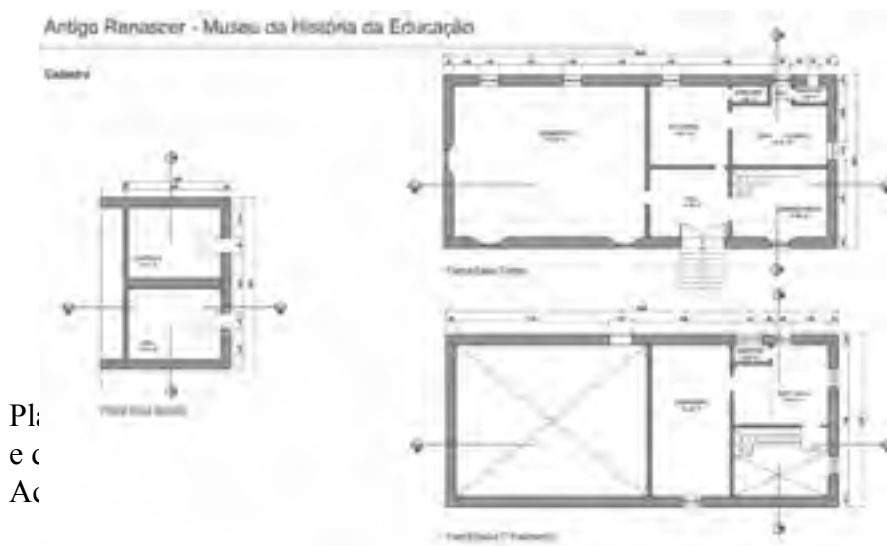
**Prédio do antigo posto médico,  
posteriormente Abrigo Renascer**



**Visão interna da Tulha e Posto Médico  
da Fazenda do Iguacu, 2008. Acervo do  
CRPH-DC**

Depois da transferência do Centro Social Renascer, o prédio foi completamente abandonado. Sem uso e com a sua estrutura comprometida, o desabamento do prédio é uma questão de tempo. A situação é mais complicada porque não há qualquer recurso disponível para a sua imediata recuperação.

Mesmo com todas as adversidades, por ocasião da criação do Projeto Museu Vivo do São Bento, em 2007, o prédio foi passado para a administração do Centro de Referência Patrimonial e Histórico de Duque de Caxias – CRPH-DC, que tem o plano de abrigar o espaço museal da História da Educação e da Cidade de Duque de Caxias naquele prédio. Entretanto, as condições do prédio complica-se a cada dia e os recursos continuam escassos.



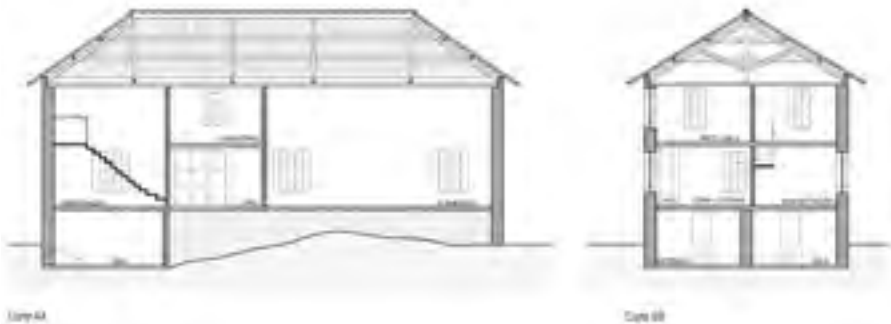
**Planta Baixa do Antigo Renascer – Museu da História da Educação e da Cidade de Duque de Caxias. Projeto Museu Vivo do São Bento - Acervo CRPH-DC**

Através da planta baixa, é possível compreender que se trata de três pavimentos, se contarmos com o subsolo, onde há uma sala e um depósito. Nos pavimentos internos, há uma escada que os conectam, com cômodos amplos que podem ser adaptados como salas de exposição. Além disso, o projeto prevê a manutenção de uma sala menor para o funcionamento da administração, bem como os banheiros e uma área de cozinha. O projeto Museu Vivo do São Bento tem incluído o prédio no seu roteiro de visitação, de forma que os estudantes e professores tenham consciência da importância da memória desse patrimônio para a história da cidade de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense.



## Antigo Renascer - Museu da História da Educação

Corte III



**Planta Baixa do Antigo Renascer – Museu da História da Educação e da Cidade de Duque de Caxias. Projeto Museu Vivo do São Bento - Acervo CRPH-DC**

O Espaço Museal da História da Educação e da Cidade de Duque de Caxias tem por objetivo resgatar a memória das instituições educativas do município, sobretudo aquelas de educação básica, que marcaram o pioneirismo do seu processo de escolarização. Quando fala-se de instituições educativas inclui-se a memória dos professores e dos demais profissionais da educação que militaram na carreira docente das redes públicas e privadas da cidade. Do mesmo modo, também inclui-se os estudantes das inúmeras escolas que existem e que existiram ao longo do processo histórico da região. Como se trata de um prédio com mais de um pavimento e com cômodos bem amplos, também é possível instalar um espaço museal com uma síntese da história recente da cidade de Duque de Caxias.

Assim, será possível elaborar outros significados para esse prédio que guardou diferentes usos e instituições em suas dependências ao longo do tempo. De qualquer forma, mesmo sem a sua restauração e recuperação, a sua inclusão no roteiro de visitação tem proporcionado o resgate e a preservação de sua memória.



## Nas Sombras da Diáspora

Patrimônio e Cultura Afro-brasileira na Baixada Fluminense



Instituto Estadual do Patrimônio Cultural  
Secretaria de Estado de Cultura - RJ

### DENOMINAÇÃO

**Armazém do Núcleo Colonial São Bento e Escola Colonial Nísia Vilela**

### LOCALIZAÇÃO

Rua Benjamim Costa Junior, s/nº, São Bento

MUNICÍPIO

Duque de Caxias

### ÉPOCA DA CONSTRUÇÃO:

**Data indefinida**

### ESTADO DE CONSERVAÇÃO:

**Detalhamento no corpo da ficha**

### USO ATUAL/ORIGINAL:

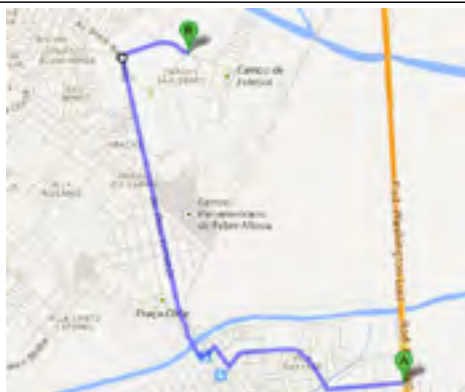
**Sede Administrativa do Museu Vivo do São Bento**

### PROTEÇÃO EXISTENTE/PROPOSTA:

**Lei de criação do Museu Vivo do São Bento – LMDC 2224/08**

### PROPRIEDADE:

**PMDC - SME**



Antigo Armazém do Núcleo Colonial do São Bento e Escola Colonial Nísia Vilela, 2011. Acervo do CRPH-DC.

Levantado: Nielson Rosa Bezerra  
Data: Junho de 2013

Revisado: Aline Souza do Nascimento  
Data: Julho de 2013

## HISTÓRICO

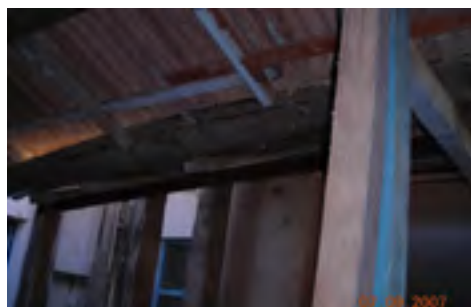
O prédio, onde funcionou o armazém do Núcleo Colonial São Bento e, posteriormente, a Escola Colonial Nísea Vilela, atualmente abriga a sede administrativa do Centro de Referência Patrimonial e Histórico de Duque de Caxias – CRPH-DC e do Museu Vivo do São Bento. Em suas dependências também coexistem o núcleo principal do Centro de Memória da Educação de Duque de Caxias – CEPEMHed e o Arquivo Público Municipal de Duque de Caxias.

As informações sobre a construção do prédio não são bem claras. Entretanto, sabe-se que ocorreu durante a vigência oficial do Núcleo Colonial do São Bento, instituído pelo Ministério da Agricultura em 1932 e extinto em 1961. Durante esse período, naquele prédio funcionava o armazém do Núcleo Colonial. Nesse caso, esse armazém eram um lugar de compra e venda das mercadorias que os colonos tinham acesso, já que nem tudo era possível de se produzir individualmente. Também era o espaço onde os colonos poderiam vender os seus produtos uns para os outros. Aqueles trabalhadores estavam organizados em duas cooperativas: a Cooperativa Mista de São Bento (fábrica de farinha) e a Cooperativa Agropecuária de São Bento Ltda.

Após a extinção do Núcleo, já na década de 1970, o prédio passou a abrigar a Escola Colonial Nísea Vilela, que já existia em um outro lugar, mas que foi instalada nesse prédio por conta de suas amplas dimensões, que possibilitava a sua adaptação para uma unidade escolar. Com esse uso, o prédio funcionou até o final dos anos 1990, quando um novo prédio terminou de ser construído na Av. Presidente Kennedy e a escola foi mais uma vez transferida.

O prédio ficou abandonado por mais de cinco anos. O seu destino era o desabamento. Quando o CRPH-DC foi instituído em 2007 e, conseqüentemente, o projeto Museu Vivo do São Bento foi elaborado, o prédio da antiga escola e do antigo armazém do Núcleo foi escolhido para abrigar a sede administrativa daquelas instituições. O trabalho foi penoso, pois as condições do prédio eram precárias, com infiltrações, cupins, deteriorações generalizadas, entre outros problemas.

Então, foi realizado um trabalho de parceria e articulação. A equipe do CRPH-DC realizou uma longa peregrinação de mais de 4 anos atravessando dois governos municipais distintos. A parceria com



**Presença da arquiteta Marisa (Secretaria Municipal de Obras) para vistoriar e discutir o projeto de reforma da edificação. Posteriormente ela fez a planta e a proposta da reforma, 2007**

Acervo CRPH

os técnicos da Secretaria de Obras e da Secretara de Planejamento foi fundamental, pois mesmo com a troca de governo, as atividades continuaram sendo encaminhadas à revelia das rivalidades políticas presentes na disputa eleitoral.

Após muitas idas e vindas, o prédio foi entregue em 2010. Inicialmente, se instalaram as sedes administrativas do CRPH-DC e do CEPEMHed. Com o tempo, percebeu-se que aquele espaço também deveria ser musealizado.



A reforma da sede administrativa foi iniciada em 2008. Acervo CRPH-DC







Após três anos de obras, orçamentos, aditivos, empreiteiras, etc, finalmente o prédio foi reinaugurado como sede administrativa do CRPH-DC e do CEPEMHed e, provisoriamente, abrigaria o Arquivo Público Municipal. Como sede administrativa que deveria apenas ser, as suas dependências foram transformadas em salas de reuniões, salas de arquivo e salas de trabalho administrativo. Contudo, logo se percebeu a necessidade de musealizar aquele espaço. A antiga escola se transformou em uma referência cultural da cidade, recebendo todos os visitantes que fazem o circuito do Museu Vivo do São Bento.

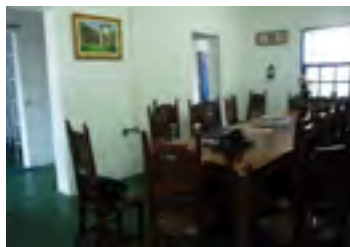


**Sala do CRPH, Secretaria, Pesquisa, Edição de material didático, 2012**  
Acervo do CRPH-DC



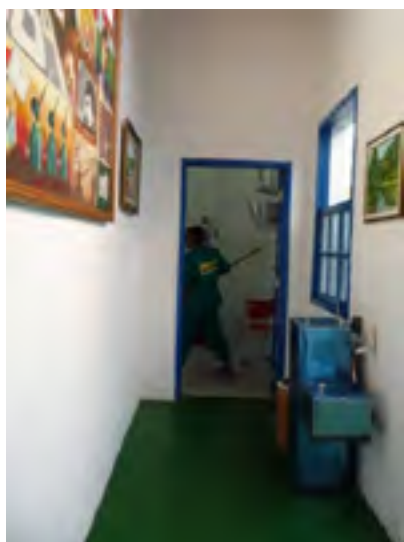
As salas passaram a ter uma dupla função. Ao mesmo tempo em que funcionam a secretaria, sala de edições, sala administrativa, entre outros, também há pequenas exposições que contribuem para a compreensão do processo histórico do território do São Bento, da cidade de Duque de Caxias, do estado do Rio de Janeiro e do Brasil. Em qualquer espaço que se esteja, há sempre uma pequena motivação para se pensar a história, aprender com o passado e fazer contribuições para a ampliação do conhecimento coletivo.

As salas mais amplas receberam mais de uma função, tentando-se otimizar os espaços. A sala principal foi transformada em auditório, mas foi providenciada uma divisória que, além de decorar, isola um pequeno espaço onde se tem uma grande mesa de reuniões. Assim, é possível realizar duas atividades ao mesmo tempo, embora a dificuldade para regular o volume das vozes mais exaltadas nem sempre seja fácil.



**Auditório Getúlio Cabral**

O espaço do corredor também foi musealizado com uma pequena exposição sobre a História Contemporânea do Brasil, da Baixada Fluminense e da cidade de Duque de Caxias. Nesse corredor, inclusive, há



um pequeno conjunto de quadros e telas pintados por artistas plásticos da cidade de Duque de Caxias. Compartilhando do espírito cooperativo do Museu Vivo do São Bento, todos os artistas doaram suas peças para o acervo do CRPH-DC. Essa iniciativa é uma forma recíproca de valorizar o trabalho de cada indivíduo que procura expressar sua visão sobre a cidade através de sua arte.

**Corredor**

Na sala do Centro de Memória da Educação – CEPEMHed, há uma pequena exposição sobre as “Memórias da Infância”, onde se convida a lembrar como se brincava nos tempos dos avós. Sem dúvida, essa é uma das exposições de maior sucesso, pois encanta os jovens estudantes e emociona os adultos que visitam aquele espaço museal.

Seguindo a lógica com que o espaço foi organizado, algumas vezes é necessário paralisar as atividades administrativas para receber os visitantes. Como em sua maioria, os membros das duas instituições são professores, muitas das vezes, há uma relação muito interessante, pois o pedagógico retira o tempo do administrativo, priorizando a constante trocas de saberes.

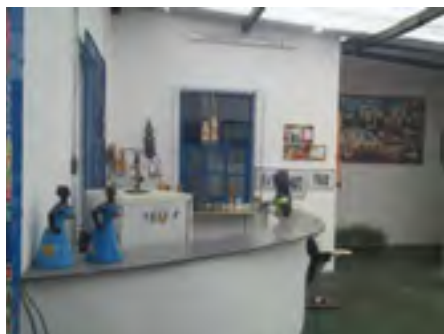


Corredor e Sala do Centro de Memória da Educação

Há um pátio interno que foi preservado. Nele se elaborou um jardim interno, com algumas plantas decorativas. Assim foi possível dar vida ao Poema Bar Solano Trindade. A princípio, nesse espaço, seriam vendidos alguns lanches, balas, doces e bebidas em geral. Pensava-se que o Poema Bar pudesse ser uma pequena fonte de renda para subsidiar as despesas cotidianas do Museu Vivo do São Bento. Entretanto, o Poema Bar virou um espaço de confraternização. Nunca foi vendido qualquer alimento. Ao contrário, nele ocorre os lanches coletivos, comprados em cotas pelos envolvidos nas atividades realizadas no museu ou trazidos pelos visitantes de suas casas. A canjica preparada na cozinha do Museu já é uma tradição nas diferentes atividades.



Poema Bar Solano Trindade







**Painel da sala do arquivo**

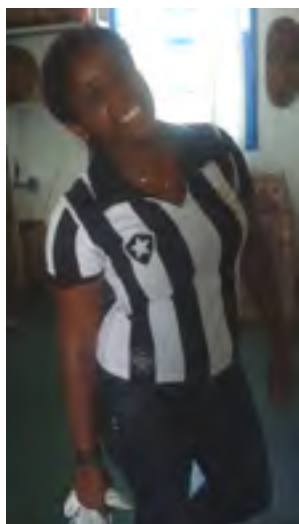
Na sala provisória do Arquivo Público Municipal também há uma exposição sobre a cultura nordestina, importante referência da identidade de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense em geral. Há uma pequena



**Arquivo Público em construção**



**Professoras Rosenilda e Débora, recém chegadas para compor a equipe do arquivo**



quantidade de documentos, se considerarmos que esse é o embrião de um Arquivo Público Municipal. Entretanto, o arquivo é caracterizado por sua grande diversidade. São diferentes tipos de documentos que estão abrigados no arquivo, desde documentos escolares, documentos eclesiásticos, documentos oficiais, entre outros. Também há uma pequena biblioteca anexada ao arquivo com um significativo conjunto de teses, dissertações, monografias, artigos e livros sobre a Baixada Fluminense e a cidade de Duque de Caxias especificamente.

**Professora Aline Nascimento, responsável pelo processo de ambientação do arquivo, catalogação e higienização do acervo**

O trabalho que se realiza no arquivo passa pela conservação, higienização, acondicionamento e catalogação do acervo. No conjunto de atividades também há um importante trabalho de digitalização de acervo, sobretudo de fotografias. Tem sido comum a visita de moradores do bairro São Bento e adjacências com a intenção de “emprestar” objetos de sua memórias pessoais e familiares. Por conta disso, foi desenvolvido um trabalho que visa fazer uma cópia digital do material para que depois ele possa retornar para as pessoas que detêm sua propriedade. Também há material de audiovisual constituído de filmes e de entrevistas realizadas pela equipe do CRPH-DC.

As referências da cultura afro-brasileira são muito fortes no Museu Vivo do São Bento, conseqüentemente, a sede administrativa mantém diferentes exposições e atividades que remetem às influências africanas na formação da sociedade brasileira. No auditório principal, há uma exposição de destaque com imagens de orixás, pinturas a óleo



Área externa da sede administrativa do CRPH-DC  
O coreto e suas atividades: capoeira e roda de leitura, 2013. Acervo do CRPH-DC



do babalorixá Joãozinho da Goméia, pinturas a óleo de pretos velhos, bem como referências ao uso das ervas como tratamento das doenças do corpo e da alma, amplamente difundida na cultura afro-brasileira.

Há diferentes atividades que são realizadas no Museu Vivo do São Bento que se remetem às referências afro-brasileiras. No coreto, na parte externa da sede administrativa ocorrem aulas de capoeira três vezes por semana. Esses jovens fazem apresentações em escolas, associações e comunidades. Como não poderia ser diferente, essas apresentações de capoeira também são comuns em todas as atividades do museu.

Museu Vivo do São Bento  
Centro de Referência Patrimonial e Histórica do Município de Duque de Caxias - CRPH

*Cultura Afro-Brasileira no Museu: História, Arte e Música  
em comemoração ao Dia da Baixada Fluminense*

Data: 22 de maio de 2012  
Local: Museu Vivo do São Bento  
Tel: (21) 2653-7561  
E-mail: centroderreferencia.historia@gmail.com  
Rua Benjamin de Rocha Junior, 1419, São Bento, Duque de Caxias, RJ

**PROGRAMAÇÃO**

- 14 h - Tenda com História - Depoimentos de representantes da Comunidade Capangue Angolosa de Duque de Caxias
- 15 h - Apresentação de Música com Marcelo Landim (Caxias e Ilhaqueiro)
- 15:30 h - Apresentação de Poesia com Silvio Neto (Poeta e Compositor)
- 16h - Abertura da Exposição de Artes e Ofícios (Comissão estadual e municipal) - Entrega da escultura da "mãe de iguassú", especialmente construída para o acervo do Museu Vivo do São Bento.
- 16:30 h - Lançamento de Livros, Revistas e Vídeos produzidos pela equipe do Museu Vivo do São Bento.
- 17 h - Apresentação de Pesquisa com Marcelo Amara (Investigador)
- 18 h - Encerramento.



Imagens do evento. Acervo do CRPH/Museu Vivo do São Bento



**Orixás.** Esculturas feitas em argila, por Agenor Nunes de Oliveira (Ceramista autodidata afrodescendente). O artista doou uma Hídra, símbolo do Museu Vivo do São Bento para o acervo. “Os Orixás” ficou como exposição temporária, 2012. Acervo do CRPH-DC



**Estudantes visitando a Exposição sobre a Cultura Afro-brasileira no Museu Vivo do São Bento. Sede Administrativa do CRPH-DC, 2012. Acervo CRPH-DC**





## Samba no Museu - 2011



Samba no Museu em parceria com a ASAMIH, em 2011. Compositores de samba da Baixada Fluminense contam e cantam as suas trajetórias musicais. Acervo CRPH-DC





Instituto Estadual do Patrimônio Cultural  
Secretaria de Estado de Cultura - R

**DENOMINAÇÃO**

**Tulha de carvão e alojamento para os doentes de malária**

**LOCALIZAÇÃO**

**Rua Antônio Ferreira SN**

**MUNICÍPIO**

**Duque de Caxias**

**ÉPOCA DA CONSTRUÇÃO:**

**Data não identificada, é anterior a 1922**

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:**

**Detalhamento no corpo da ficha  
USO ATUAL**

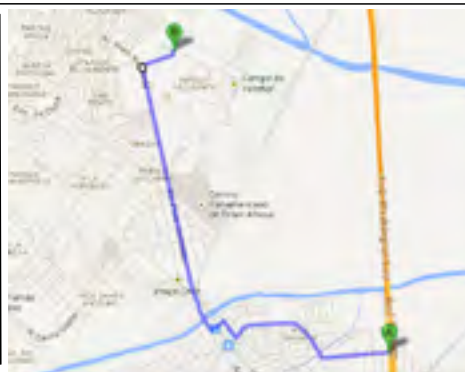
**Sede do Moto Clube Veneno da Cobra**

**PROTEÇÃO EXISTENTE:**

**Lei do Museu Vivo do São Bento**

**PROPRIEDADE:**

**Moto Clube Veneno da Cobra**



Panorama da tulha em 2013. Atual sede do Moto Clube Veneno da Cobra. Acervo CRPH/ Museu Vivo do São Bento

Levantado: Nielson Rosa Bezerra  
Data: Junho de 2013

Revisado: Aline Souza do Nascimento  
Data: Julho de 2013

## HISTÓRICO

Há uma imagem de uma “antiga senzala” na memória coletiva do bairro São Bento. Para moradores mais antigos e mesmo para os moradores mais jovens, a terceira tulha que, juntamente com as outras duas, era utilizada para o armazenamento das mercadorias produzidas na Fazenda do Iguaçú, mesmo antes de sua transformação em Núcleo Colonial São Bento, em 1932. Esse prédio também está localizado em um raio próximo à casa de vivenda e à Capela de Nossa Senhora do Rosário, ficando praticamente em frente da mesma e na lateral da primeira tulha, a maior das três.

Sabe-se que no início da formação do Núcleo Colonial, essa tulha foi adaptada como alojamento de alguns colonos que ainda não tinham as suas casas definidas. Na prática, tratava-se de uma moradia de transição, provisória. Talvez por isso, essa tulha é comumente reconhecida pelos moradores do bairro atual como a “senzala” da fazenda, embora, assim como em outros casos, não há uma certeza sobre esse uso antes da Lei Áurea, promulgada em 1888.

A principal característica arquitetônica desse prédio é sua entrada de porta dupla (única entrada originalmente) e um espaço interno amplo e único, onde era armazenado todo o carvão vegetal produzido na fazenda. Trata-se de um grande galpão erguido em tijolos maciços em posição dobrada, originalmente sem reboco. O telhado sustentado por madeira rústica, com três grandes caimentos, o que garantiria o constante escoamento da água da chuva.



Extração de carvão. Albúm da Fazenda Iguaçú, 1922. Acervo da Biblioteca Nacional

Nessa tulha, armazenava-se basicamente o carvão vegetal, principal fonte de energia da fazenda Iguaçú antes da expansão da rede elétrica que ocorreu na região já em pleno século XX. Isso significa que a extração vegetal foi praticada no entorno dos rios Iguaçú, Sarapuí e Meriti desde o início da ocupação portuguesa na Baía de Guanabara, no século XVI. Há uma tradição da historiografia regional que afirma a extração de 500 toras de pau-brasil, levada do Rio Meriti pela expedição exploradora de Américo Vespúcio para a Europa em 1503 <sup>(1)</sup>. É possível considerar que a madeira extraída de parte da Mata Atlântica que existia no Recôncavo do Guanabara era utilizada para a produção de tintura e para a construção de casas, móveis e embarcações, mas também para a utilização de carvão, amplamente utilizado como energia vegetal até as primeiras décadas do século XX.

Essa é a tulha cuja localização está mais próxima do córrego (atualmente apenas uma vala) que ligava o centro produtivo e de armazenamento da fazenda ao porto do Rio Iguaçú, onde era possível transferir as mercadorias para embarcações maiores. Depois de 1916, com a abertura da linha férrea, o escoamento passou a ser realizado pelas duas vias, tanto a fluvial quanto a ferroviária.



**Extração de carvão. Álbum da Fazenda Iguaçú, 1922.** Acervo da Biblioteca Nacional

---

1. Dalva Lazaroni. O município de Duque de Caxias: sua gente, sua economia, sua história. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1990.

Ao analisar a formação e a atuação dos quilombolas situados entre os rios Iguaçú e Meriti (mesma localização da sede da Fazenda Iguaçú), Flávio dos Santos Gomes identificou um comércio de “lenha de mangue” como o principal fator econômico que sustentava as relações entre os escravos fugidos e os pequenos comerciantes da região. Segundo o autor, ao saber de possíveis ataques contra os pequenos quilombos da região, os taberneiros anunciavam para os quilombolas, que tinham tempo de se refugiar no pé da serra ou entre as áreas de difícil acesso, seja pela vegetação densa, seja pelo terreno pantanoso. Essa relação permitiu que os quilombos rapidamente ressurgissem após sua “completa destruição”, como era noticiado nos periódicos que circulavam na Corte. Entretanto, o que fica nítido aqui é que os quilombolas eram os fornecedores de lenha para os taberneiros que atravessavam aquela mercadoria e a revendiam com melhores valores no Rio de Janeiro. Nas palavras do autor:

Como vimos nas falas das autoridades provinciais fluminenses, os quilombolas de Iguassu se dedicavam, entre outras coisas, ao comercio de lenha com os taberneiros da região. Segundo as mesmas autoridades tratava-se de um lucrativo comercio pelo menos para os taberneiros que conseguiam bons negócios, vendendo lenha na Corte, onde era muito “bem paga”, enquanto fornecia aos quilombolas apenas gêneros de pequeno valor <sup>(2)</sup>.



Extração de carvão. Álbum da Fazenda Iguaçú, 1922. Acervo da Biblioteca Nacional

2. Flávio dos Santos Gomes. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 68.

Mas não eram apenas os quilombolas e os pequenos comerciantes que precisavam da lenha e do carvão originários da madeira extraídas das margens dos rios da região ao longo dos oitocentos. Por exemplo, no inventário do senhor Bento Domingues Vianna (1869), entre os seus vários bens, encontra-se “uma porção de madeira para construção, de maior parte estragada, por quinhentos mil réis (500\$000). Esse valor demonstra bem a importância econômica dessa mercadoria no comércio praticado no recôncavo durante aquele período. O valor médio de um escravo barqueiro ladinizado, portanto de bom valor, custava em torno de um conto de réis (1:000\$000). Mesmo tendo uma parte estragada, a “porção de madeira”, inventariada pelos herdeiros do comendador de Iguaçu, demonstra que esse tipo de mercadoria ainda despertava o interesse dos comerciantes em geral, uma vez que era assim que se obtinha a principal fonte de energia naquela época.

Como é possível observar através das imagens da Fazenda Iguaçu (1922) e a existência de sua “tulha de carvão”, mantida até o final do período de vigência do Núcleo Colonial do São Bento (1932-1961), é possível identificar a extração de madeira e a produção carvoeira como uma atividade cotidiana na prática econômica da Baixada Fluminense ao longo da primeira parte do século XX. De acordo com Magalhães Corrêa, na década de 1940, as carvoarias estavam regularmente presentes no distrito do Pilar:

Presentemente daí partem caminhões de lenha, única produção do território da antiga freguesia do Pilar: a lenha como produto da derrubada sistemática das antigas florestas e o carvão obtido pelo processo dos balões, introduzidos pelos italianos (...). No Km 25 a 900 metros do Pilar, a paisagem muda: a vegetação é mais densa, o prazer dos lenhadores de manejarem sem dó nem piedade abate árvores e arbustos remanescentes: região de centro agrícola, mas que falta noções de silvicultura <sup>(3)</sup>.

---

3. Magalhães Correa. A Baixada e Montes Fluminenses: Pilar. In: Jornal Correio da Manhã, 3 de março de 1940.





**Extração de carvão. Albúm da Fazenda Iguaçu, 1922. Acervo da Biblioteca Nacional**

Enquanto no Pilar, o escoamento da madeira e do carvão já era realizado pela via rodoviária, na Fazenda Iguaçu, esse processo ainda era feito através de embarcações e da via ferroviária. Em diferentes imagens da Fazenda Iguaçu é possível encontrar essas diferentes formas de transporte sendo utilizadas para a madeira que era cortada e o carvão que era produzido nas dependências da fazenda.



Transporte de carvão. Álbum da Fazenda Iguaçu, 1922. Acervo da Biblioteca Nacional

Sendo a extração de madeira e os balões de produzir carvão recorrentes no cotidiano da fazenda, sem dúvida que se fazia necessária a manutenção de uma tulha para o seu armazenamento. Era preciso ter uma reserva para o consumo da fazenda. Também era preciso aguardar o momento correto para o transporte da mercadoria para as regiões onde se comerciaria o excedente. Pelo menos no século XIX, esse excedente normalmente era escoado para a cidade do Rio de Janeiro. Como a energia elétrica ainda não estava universalizada no território de toda a capital federal, é possível sugerir que algumas sacas de carvão e metros de madeira produzidos pela Fazenda do Iguaçu ainda poderiam ser consumidos pelos moradores da cidade do Rio de Janeiro, já em pleno século XX.

Por muitos anos o prédio da antiga tulha de carvão ficou abandonado. Um grande prédio público sem qualquer ocupação até o final do século XX. Quando o Museu Vivo do São Bento foi instituído em 2007, sua equipe descobriu que aquele prédio, embora público, tinha sido ocupado pelo Moto Clube Veneno da Cobra. Nas palavras dos diretores do moto clube, adquirido através da compra de um dos antigos moradores do Núcleo Colonial do São Bento. Atualmente, no antigo prédio da tulha de carvão funciona a sede do moto clube, onde são realizadas as suas atividades regulares, bem como os visitantes do Museu Vivo do São Bento tem acesso cotidiano.



**“Antiga Tulha de Carvão” (2007). Acervo CRPH-DC**



Instituto Estadual do Patrimônio Cultural  
Secretaria de Estado de Cultura - RJ

DENOMINAÇÃO

**Casa do Administrador**

LOCALIZAÇÃO

**Avenida Governador Leonel Brizola, s/nº**

MUNICÍPIO

**Duque de Caxias**

ÉPOCA DA CONSTRUÇÃO:

**1950**

ESTADO DE CONSERVAÇÃO:

**Detalhamento no corpo da ficha**

USO ATUAL/ORIGINAL:

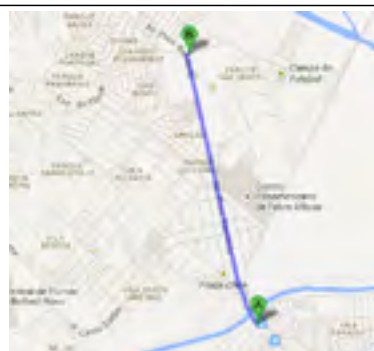
**Casa do Pesquisador**

PROTEÇÃO EXISTENTE/PROPOSTA:

**Lei de criação do Museu Vivo do São Bento - LMDC2224/08**

PROPRIEDADE:

**FEUDUC**



Fachada da casa do Administrador, em 2011. Acervo CPPH/DC - Museu Vivo do São Bento

Levantado: MarluCIA dos Santos Souza  
Data: março de 2013

Revisado: Nielson Rosa Bezerra  
Data: Julho de 2013

## HISTÓRICO

A casa do administrador está situada no interior do campus da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias, de frente para a antiga Estrada Rio Petrópolis, denominada posteriormente de Avenida Presidente Kennedy e atual Avenida Leonel Brizola. Foi erguida próximo à porteira da sede gleba do Núcleo Colonial de São Bento.



**Beiral com ajuntamento e cobertura de pedras (2012). Acervo CRPH-DC**





Portas de entrada da casa (2012)  
Acervo CRPH-DC

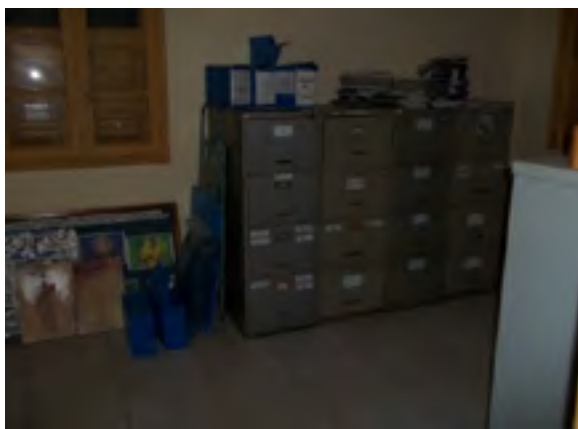
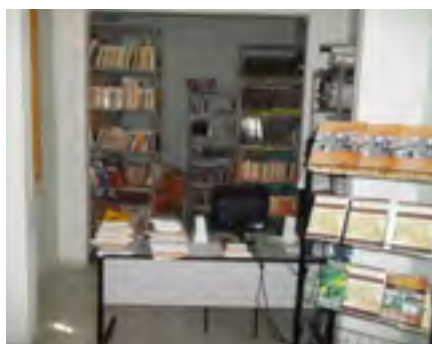
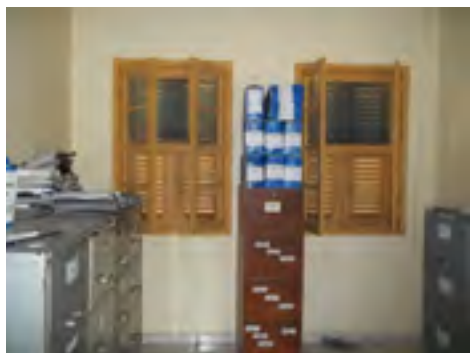


**Janelas de entrada da casa (2012)**  
Acervo CRPH-DC



**Janelas laterais da casa (2012)**  
Acervo CRPH-DC

Interior da casa (2012). Acervo CRPH-DC



A casa do administrador foi construída no início da década de 50, no século XX, com os recursos do Ministério da Agricultura e do Núcleo Colonial São Bento. Até o presente, não foi possível identificar documentações oficiais acerca da casa. Segundo o depoimento de uma das funcionárias do Ministério da Agricultura, dona Delfhina de Oliveira Mendes, no local havia um gramado livre onde os colonos realizavam piqueniques nos finais de semana para assistir o movimento dos carros e das pessoas passando pela Estrada Rio-Petrópolis. Ao lado, além da presença do vigia na cancela ou portal, havia uma estrada, atual Benjamim Rocha Junior, via principal de acesso da sede gleba do núcleo e vários eucaliptos plantados pelas comissões de saneamento nos anos 20 e 30 do século XX. O administrador Dr. José Henrique Fernandes Filho determinou sua construção para nela residir e melhor administrar todo o território. A residência tornou-se assim, lugar de poder, representação materializada do Estado brasileiro. Vejamos o depoimento de dona Delfhina Mendes, gravado em 1999:

*Eu me chamo Delphina de Oliveira Mendes, tenho 72 anos e moro aqui há 65 anos. Vim pra cá com 7 anos. Morava antes na Praça da Bandeira. Meu pai tinha uma padaria e outras posses, mas foi ser fiador de uma certa pessoa e perdeu tudo. Quando veio para o núcleo só tinha dez tostão no bolso, tendo sorte do Ministério da Agricultura dar o transporte, o caminhão para buscar as mobílias.*

*O Ministério dividiu as terras do núcleo em 7 glebas, uma delas era a Cidade das Meninas. O presidente Vargas doou aquela gleba porque a esposa dele, Darcy Vargas, apoiava essa campanha. Mais tarde acabou com as meninas e veio o Pequeno Jornaleiro.*

*Então, viemos para cá em 1934, mas o núcleo veio a funcionar em 1932, quando Vargas veio aqui inaugurar tudo. Eu acho que eu ainda tenho uma fotografia dele. Nós tínhamos o direito de ir lá na sede, tomar um copo de leite bem quentinho (o lote do meu pai era no atual Parque Fluminense) e trazer um litro de leite para casa, pois lá tinha muito gado. Quando foi em 1944, por insistência do diretor comercial e do presidente da cooperativa fui trabalhar lá, e em 1948, passei para o Ministério da Agricultura e fiquei até 1982.*

*Quando viemos para cá tinha uma casa velha que foi chamada D. Maria Preta. Ela era preta mesmo, cheguei a conhecê-la, mas já estava bem velhinha e diziam que ela tinha cento e não sei quantos anos. E também tinha em nosso terreno cacos de louças de*

*cerâmica boa, forte. Cheguei a encontrar algumas louças tipo moringa quebrada, dizem que tinha uma fábrica de louça de barro. No lote 8, onde foi a Igreja Universal tinha uma casa de escravo. Lá no final do lote 7 com divisa com a Vila Rosário também tinha casa velha que morou uma escrava. Hoje não sobrou mais nada pois foi caindo. Depois que loteou saiu tudo.*

*Quando aqui chegamos já tinha famílias em outras glebas. Aqui no Parque Fluminense, nós fomos os primeiros. Meu pai era português e veio trabalhar aqui no Brasil. Trabalhou, casou, ficou viúvo durante cinco anos e voltou para Portugal. Lá, casou-se com minha mãe e retornou para o Brasil. Depois foram chegando outras famílias. Veio uma família do Norte, o senhor Manoel Viardo que ficou com o lote 4. Tinha a família do Sr. Antônio Granja que era do Rio de Janeiro. Tinha o China no lote 24 que plantava tomate. Ele já estava aqui antes. Veio um outro português, Sr. Joaquim, que trabalhou para o China, mas quando esse chinês saiu quem ficou no lugar dele foi o seu Joaquim. Os lotes eram sítios e eles exigiam que plantassem mais laranjas no período que o Rio de Janeiro exportava laranja. O colono vendia a laranja diretamente. Vinha um pessoal de São Paulo, olhava o fruto e se agradasse marcava pra gente tirar e vinha com caminhão e pegava. Aí eles levavam para lá e davam um banho nelas, limpavam e exportavam, principalmente para a Argentina.*

*Além da laranja, meu pai plantava as coisas pra gente comer, como arroz, feijão, amendoim, abacaxi, aipim, batata... No lote 4, plantavam cana para os caldos de cana, no lote 13, plantavam bananas.*

*O núcleo depois começou a construir casas lá dentro para os funcionários virem morar porque de manhã o caminhão ia para Caxias buscar o pessoal e a tarde ia levar de volta. Então veio a verba para construir e eles construíram.*

*Ali o divertimento era muito bom. Eu, minha irmã, meu primo, meu pai e minha mãe íamos para onde hoje tem a FEUDUC, era construída pelos escravos. Tinha morado nela uma senhora, era tudo gramado e ficávamos ali sentados vendo os carros passar na Rio – Petrópolis. Naquela época não tinha baile. Depois chegou um administrador do Ministério da Agricultura, o Dr. José Henrique Fernandes Filho, e construiu aquela casa que hoje é tesouraria da faculdade. Ele ia se casar e morar lá, a sua esposa era Nísia Vilela. Quando ele veio para cá, ele vinha da Vila Isabel e era amigo de Noel Rosa. Já tinha na época o clube, não tinha nada de bonito, era tudo simples. Ele ajudou*



*muito a fazer o campo e a legalizar a documentação. Os moradores para fazer baile tinham que pedir autorização à administração e em horários determinados. Naquela época, na entrada da faculdade tinha um portão como o do Pan-americano, até melhor, pois tinha cabine e dois guardas. Então, quando chegava um carro eles anotavam e tinha que dizer aonde ia.*

*A primeira escola do bairro foi a Odilon Braga. O administrador pegava as crianças daqui, do Gramacho e da Vila Rosário, e colocava todas num caminhão que tinha bancos e lona por cima e levava para a escola. O nome da escola foi uma homenagem ao ministro da agricultura. Ele chegou a vir duas vezes em São Bento. Eu mesmo o conheci. Nem todas as professoras eram formadas, eu mesma lecionei sem ser formada por muitos anos. Quando houve a municipalização, algumas foram aceitas pela prefeitura. Como eu era estatutária do Ministério não iria trocar pelo municipal.*

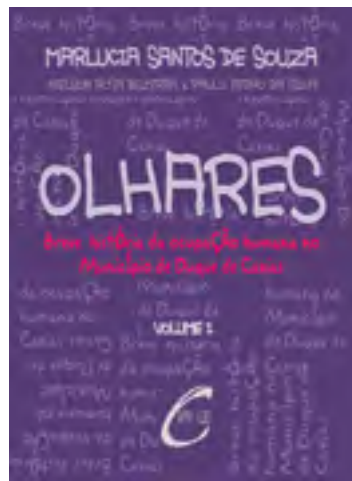
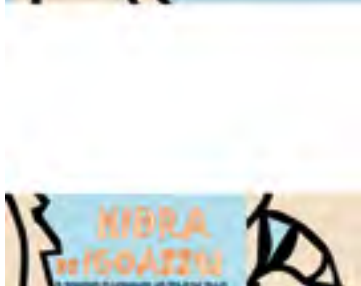
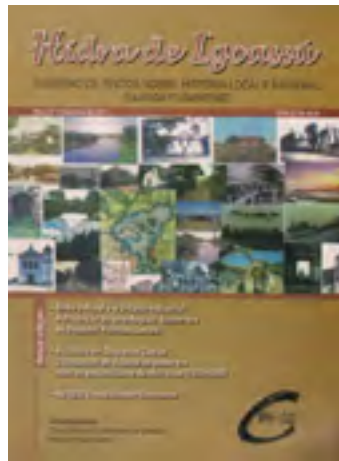
*Uma outra escola que veio depois foi a do Sr. Macê, foi no nosso loteamento na Rua 5. Ele era espanhol. A escola é da prefeitura e tem o nome de Paulo Freire.*

As funções dos administradores dos núcleos coloniais, segundo o Regimento do Departamento Nacional de Produção Vegetal, de 26 de julho de 1939, eram as seguintes:

- ✓ Receber os agricultores estrangeiros e nacionais que se destinem ao núcleo, na estação ferroviária, porto marítimo ou fluvial, transportá-los, com suas bagagens, até a sede do núcleo e dar-lhes agasalho;
- ✓ Providenciar os auxílios necessários aos agricultores para a sua manutenção e o da sua família;
- ✓ Efetuar a distribuição dos lotes pelos agricultores e entregar-lhes o título provisório e definitivo;
- ✓ Fornecer, gratuitamente, aos recém-chegados ao núcleo, ferramentas de trabalho, plantas e sementes;
- ✓ Facultar ao estrangeiro o serviço de intérprete;
- ✓ Encaminhar a correspondência dos colonos e promover a entrega das que lhes for endereçada;
- ✓ Orientar o colono em seu primeiro trabalho;
- ✓ Administrar todos os serviços do núcleo;
- ✓ Visitar frequentemente os lotes ocupados informando a Divisão de Terras e Colonização a aplicação de penas disciplinares que se tornarem necessárias;
- ✓ Manter a ordem em todo o núcleo e requisitar às autoridades as providências que dependerem;
- ✓ Providenciar o fornecimento de materiais e gêneros alimentícios de que necessitar o núcleo;
- ✓ Comunicar falecimento de qualquer colono, para a fazenda arrecadar, arrolar e guardar os bens do finado;
- ✓ Encaminhar a folha de pagamento ou o resumo do ponto do pessoal;
- ✓ Aprovar a escala de férias do pessoal do núcleo;
- ✓ Encerrar o ponto do pessoal.

O administrador do núcleo era obrigado a residir na sede do núcleo colonial, atuando no controle social, na organização e circulação da produção agrícola, na garantia do processo produtivo, na administração do corpo de funcionários do Ministério a serviço do núcleo e na infraestrutura.

Produções da Clio e parceiros. Parte da produção bibliográfica editada pela APH-CLIO







## Nas Sombras da Diáspora

Patrimônio e Cultura Afro-brasileira na Baixada Fluminense



Instituto Estadual do Patrimônio Cultural  
Secretaria de Estado de Cultura - RJ

### DENOMINAÇÃO

**Terreiro Santo Antonio dos Pobres – Ilê Asé Baru Lepê**

### LOCALIZAÇÃO

**Rua Sion L 7, Parque Fluminense**

### MUNICÍPIO

**Duque de Caxias**

### ÉPOCA DA CONSTRUÇÃO:

**Década de 1950**

### ESTADO DE CONSERVAÇÃO:

**Detalhamento no corpo da ficha**

### USO ATUAL/ORIGINAL:

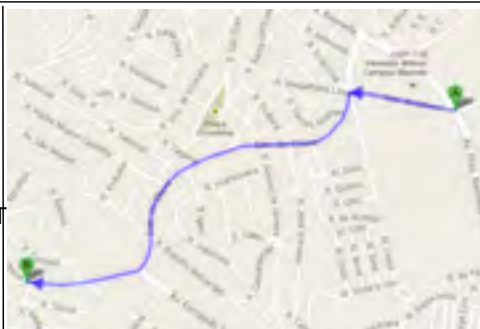
**Casa de Candomblé**

### PROTEÇÃO EXISTENTE/PROPOSTA:

**Há um processo em curso de tombamento pelo IPHAN**

### PROPRIEDADE:

**Da Instituição**



Dados cartográficos ©2013 Google MapLink



Pai Valdomiro de Xangô (2006). Acervo IHCMDC

Levantado: Nielson Rosa Bezerra  
Data: maio /2013

Revisado: Aline Souza do Nascimento  
Data: setembro/2013



## HISTÓRICO

O Terreiro de Santo Antônio do Pobres, situado no Parque Fluminense, Duque de Caxias, é seguramente um dos mais antigos e famosos candomblés da Baixada Fluminense. O seu fundador, Valdomiro da Costa Pinto (1928-2007), mais conhecido na tradição por Valdomiro de Xangô, ou carinhosamente como “Pai Baiano”, foi um dos mais respeitáveis zeladores de santo que o estado do Rio de Janeiro conheceu. De acordo com a entrevista (2006) concedida à MarluCIA dos Santos Souza e Rogério Torres, registrada por Daniel Isaac em artigo publicado na Revista Pilares da História (2007), Pai Valdomiro afirmou que veio para o Rio de Janeiro acompanhando o seu pai de santo, Cristóvão Lopes dos Anjos, da nação Efon, que manteve uma importante casa de candomblé no Pantanal, também no município de Duque de Caxias. Segundo ele, três casas de candomblé foram abertas sob a sua responsabilidade, desde que havia chegado ao Rio de Janeiro, sendo que a primeira, ainda no Rio de Janeiro; depois, por algum tempo manteve uma segunda casa no bairro da Chacrinha, já em Duque de Caxias. Por último, abriu a casa do Parque Fluminense, que em 2006 já contava com mais de 50 anos de existência <sup>(1)</sup>.

Pai Valdomiro foi feito no santo aos 15 anos de idade, isto é, por volta de 1943, pouco antes de se estabelecer em Duque de Caxias. Por conta disso, ele conheceu os pioneiros do Candomblé na Baixada Fluminense. De acordo com suas palavras, quem deu início ao Candomblé na região foi Joãozinho da Goméia, mas já havia outros terreiros na cidade do Rio de Janeiro, na região conhecida como “Pequena África”. Logo depois disso, o senhor Cristóvão Lopes dos Anjos, seu pai na nação Efon, chegou a Duque de Caxias.

Porém, a casa do Parque Fluminense é de outra tradição do Candomblé, a nação de Ketu. Depois de algum tempo, já experiente no mundo do candomblé, o senhor Valdomiro fez todas as suas obrigações com Mãe Meninha do Gantois, já na década de 1970. Segundo ele, a nação Efon era pequenina, muito fechada. Ele desejava expandir, abrir novas fronteiras para o Candomblé. Essa teria sido a principal razão de sua mudança. No trabalho de Marcia Ferreira Netto há uma descrição do terreiro:

---

1. Daniel Isaac. “O Candomblé na Baixada Fluminense”. In Revista Pilares da História. Ano 4. Número 6. Duque de Caxias, 2006, p. 49-69.

Situado na periferia da cidade, o terreiro possui as principais acomodações de uma casa de candomblé: salão principal (barracão) para festas (xirê), com três atabaques no fundo, a cadeira de Airá do pai de santo à esquerda, uma foto de Mãe Carmem de Ajagunã, do Asé do Gantois, e outra de pai Valdomiro e, nas laterais, bancos e cadeiras para os visitantes. Acima, o teto coberto de bandeirinhas; um rancó de Xangô (no final do prédio principal); uma casa de Ogun que possui um barracão, em anexo, e dois banheiros em obra; casa de Omolu na lateral do barracão central; casa de Oxóssi, duas cozinhas grandes; armário para guardar louças; quartos de filhos de santos, e prédio anexo de dois andares para o uso das ekedis, ogãs e visitantes <sup>(2)</sup>.



Festa na casa de Pai Valdomiro (2007). Acervo do IHDC

---

2. Marcia Ferreira Netto. Terreiros de Candomblé do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009, p. 66.



A casa e Terreiro de Pai Valdomiro legenda (2007). Acervo IHDC

Em vida, Pai Valdomiro tinha o sonho de ver a sua casa de candomblé tombada como Patrimônio Cultural. Em 2006, os professores Marlúcia e Rogério Torres o entrevistaram, por sua própria solicitação. Ele explicou que tinha feito uma solicitação de tombamento de seu terreiro junto ao IPHAN, mas que era necessário um histórico da casa e de sua trajetória. Também com esse propósito, o mesmo ainda concedeu entrevista para a equipe da Superintendência de Patrimônio Imaterial do IPHAN, que realizou um trabalho de mapeamento das casas de candomblé do estado do Rio de Janeiro, publicado em 2009. Por conta do sonho de Pai Valdomiro, seu terreiro foi o primeiro de todo o estado do Rio de Janeiro a solicitar o tombamento ao IPHAN, tendo o processo sido aberto em 8 de julho de 2006.

Em 18 de fevereiro de 2007, Pai Valdomiro faleceu, vítima de insuficiência respiratória. Contudo, o seu legado não foi apenas para o mundo do candomblé, mas também para o reconhecimento da cultura popular do estado do Rio de Janeiro como Patrimônio Cultural. Após um período de “luto”, como parte da tradição do candomblé, em 9 de abril de 2008, seu herdeiro espiritual Pai Sandro de Oxalaguian assumiu a casa para seguir a tradição de uma das figuras de maior notoriedade da religião dos orixás na Baixada Fluminense.



Entrevista com Pai Valdomiro. Acervo do IHDC



Casa de Pai Valdomiro. Acervo do IHDC





★ 1928  
† 2007

# “Candomblé de Luto : Morre Pai Baiano”

“Um dos mais velhos pais de santo em atividade no país”



Pai Cláudio Silva de Paz  
claudiosilva@bol.com.br

Um dos pais de santo mais conhecidos do Brasil morreu no dia 15 de fevereiro, aos 78 anos, Pai Cláudio Silva de Paz, conhecido como Pai Cláudio de Luto.

Pai Cláudio nasceu em Ilhéus, Bahia, em 1928. Foi iniciado no Candomblé em 1948, no Terreiro de São João, em Ilhéus, sob a orientação de Pai João de Deus, um dos pais de santo mais conhecidos do Brasil.

Pai Cláudio foi um dos pais de santo mais conhecidos do Brasil. Ele nasceu em Ilhéus, Bahia, em 1928. Foi iniciado no Candomblé em 1948, no Terreiro de São João, em Ilhéus, sob a orientação de Pai João de Deus, um dos pais de santo mais conhecidos do Brasil. Ele morreu em 15 de fevereiro de 2007, aos 78 anos.

Se uniu a pai João de Deus em 1948, no Terreiro de São João, em Ilhéus, Bahia. Foi iniciado no Candomblé em 1948, no Terreiro de São João, em Ilhéus, sob a orientação de Pai João de Deus, um dos pais de santo mais conhecidos do Brasil.

Pai Cláudio foi um dos pais de santo mais conhecidos do Brasil. Ele nasceu em Ilhéus, Bahia, em 1928. Foi iniciado no Candomblé em 1948, no Terreiro de São João, em Ilhéus, sob a orientação de Pai João de Deus, um dos pais de santo mais conhecidos do Brasil.

### Iniciação no Efon

Pai Cláudio foi iniciado no Efon em 1948, no Terreiro de São João, em Ilhéus, Bahia, sob a orientação de Pai João de Deus, um dos pais de santo mais conhecidos do Brasil.



### PAI FRANCELINO DE SHAPANÁ TAMBÉM FALECE



★ 1956  
† 2007

Pai Francelino de Shapaná nasceu em 1956, em Ilhéus, Bahia. Foi iniciado no Candomblé em 1978, no Terreiro de São João, em Ilhéus, sob a orientação de Pai João de Deus, um dos pais de santo mais conhecidos do Brasil.

Pai Francelino de Shapaná morreu em 15 de fevereiro de 2007, aos 50 anos. Ele nasceu em Ilhéus, Bahia, em 1956. Foi iniciado no Candomblé em 1978, no Terreiro de São João, em Ilhéus, sob a orientação de Pai João de Deus, um dos pais de santo mais conhecidos do Brasil.

Pai Francelino de Shapaná nasceu em 1956, em Ilhéus, Bahia. Foi iniciado no Candomblé em 1978, no Terreiro de São João, em Ilhéus, sob a orientação de Pai João de Deus, um dos pais de santo mais conhecidos do Brasil.



# Nas Sombras da Diáspora

Patrimônio e Cultura Afro-brasileira na Baixada Fluminense



Instituto Estadual do Patrimônio Cultural  
Secretaria de Estado de Cultura - RJ

Denominação

**Sambaqui do São Bento**

Localização

**Rua Fabiano de Castro, s/nº, São Bento**

Município

**Duque de Caxias**

ÉPOCA DA CONSTRUÇÃO:

**4 mil anos A. P.**

ESTADO DE CONSERVAÇÃO:

**Detalhamento no corpo da ficha**

USO ATUAL:

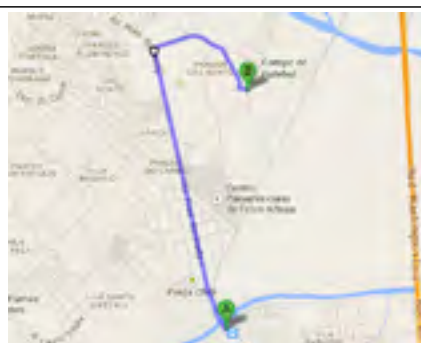
**Sítio Escola Sambaqui São Bento**

PROTEÇÃO EXISTENTE:

**Patrimônio federal e lei de criação do Museu Vivo do São Bento (LMDC2224/08)**

PROPRIEDADE:

**CRPH/DC - SME - PMDC**



Placa de identificação do sítio arqueológico, imagens do sítio escavado e visitação no ano 2010. Acervo CRPH/Museu Vivo do São Bento



Levantado: Nielson Rosa Bezerra  
Data: maio de 2013

Revisado: Aline dos Santos Souza  
Data: setembro de 2013

## HISTÓRICO

As primeiras ocupações humanas no oeste da Baía da Guanabara foram as dos povos das conchas ou sambaquianos. Fizeram seus primeiros assentamentos nas cercanias da Guanabara por volta de 8 a 4 mil anos A.P. No território da Fazenda Iguaçú foram identificados vários sambaquis: um sambaqui de mangue (bem próximo à foz do Rio Sarapuí e, conseqüentemente, da Baía da Guanabara) e um outro em área mais elevada denominado de Sambaqui da Marquesa de Santos (no Pantanal da Boa Vista, atual Vila São José) ambos nas margens do Rio Sarapuí; o sambaqui do São Bento (o único que foi escavado com datação de quase 4 mil anos A.P.) e o Sambaqui do Iguaçú nas proximidades da Baía e nas margens do Rio Iguaçú; o Sambaqui de Saracuruna nas margens do rio do mesmo nome; e o Sambaqui de Xerém, na subida da serra de Estrela ou Petrópolis. Por volta de 3 a 2 mil anos A.P., chegaram no lugar os tupinambás. Não se sabe se eles destruíram os povos das conchas ou se os incorporaram ao modo de vida tribal.

Quando os portugueses efetivaram a colonização europeia na Baía de Guanabara durante o século XVI, os tupinambás eram os moradores das terras entre os rios Iguaçú e Sarapuí. No território onde se localizava a aldeia Jacutinga de nação tupinambá, instalou-se as primeiras possessões da sesmaria do Rio Iguaçú, concedida pela Coroa Portuguesa a Cristóvão Monteiro em 1567. Com a presença dos monges da Ordem de São Bento, na última década do século XVI, sabe-se que durante esse período já havia trabalhos de evangelização e catequização dos povos tupinambás. Os registros que demonstram a presença de africanos escravizados na região onde se instalou a Fazenda do Iguaçú são do início do século XVII. É possível sugerir que os africanos que chegavam encontravam os indígenas na mesma região. Assim, havia uma confluência de diferentes culturas que coexistiam naquele território durante o início da ocupação europeia.

O Sambaqui do São Bento, bem como os demais encontrados no território da atual Baixada Fluminense, são vestígios de povos que viveram na região bem antes da chegada de portugueses e africanos. É possível que os tupinambás tenham convivido com esses antigos moradores do entorno da Baía de Guanabara. Porém, nas mesmas localidades onde os “povos das conchas” se estabeleciam, ao longo dos séculos, outros povos também se estabeleciam, o que explica a sobre-



**Sambaqui do São Bento (2006).** Acervo CRPH-DC

posição de diferentes camadas de terras, bem como a diversidade de cerâmica e de vestígios que revelam a presença de africanos no território margeado pelas águas dos rios Iguaçu, Sarapuí e Meriti.

Ao mesmo tempo em que o Sambaqui do São Bento é uma encosta com vestígios da cultura material dos “povos das conchas”, que permitem conhecer parte do seu modo vida coletiva, em seu entorno também pode-se encontrar materiais típicos das sociedades tupinambás que ainda viviam naquele território quando os portugueses ali se estabeleceram. Da mesma forma que no entorno do Rio Iguaçu foi encontrada uma máscara utilizada como ferramenta de controle da escravaria.

Em 2002, uma aluna do curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias – Feuduc, ao realizar caminhadas pelo bairro São Bento, por conta das atividades de Educação Física da instituição, observou a possibilidade de haver um sambaqui de encosta na Rua Fabiano de Castro. Ao longo de suas aulas, foi exposta aos professores aquela observação. Nos dias que se seguiram, uma comissão de alunos e professores se encaminharam até o local e constataram que realmente se tratava de um sambaqui. No mesmo ano, uma equipe do setor de Arqueologia do Museu Nacional realizou a identificação oficial daquele sítio arqueológico, passando a ser conhecido como o “Sambaqui do São Bento”, determinando sua datação em 4.000 A.P. Mesmo estando no âmbito de uma propriedade particular, o Sambaqui do São Bento passou a ser parte dos roteiros de visita histórica do município de Duque de Caxias, tornando-se uma referências das mais antigas comunidades humanas que viveram no entorno da Baía de



Visita de professores e alunos ao Sambaqui do São Bento  
(2006) - Acervo do CRPH-DC

Guanabara, muitos anos antes da chegada de europeus ou mesmo dos povos tupinambás.

Em março de 2007, durante uma visitação de professores das redes públicas municipais e estaduais de Duque de Caxias, organizada pelo Centro de Referência Patrimonial e Histórico de Duque de Caxias, o grupo ficou alarmado com o retalhamento e a venda das terras em que se assentava o sítio arqueológico. Apesar do Sambaqui do São Bento ser basicamente de encosta, apresentando limites para o trabalho de escavação, é considerado pela Rede de Memória e História, um importante lugar de memória da presença do

homem antigo na cidade. Logo, a sua preservação, para fins didáticos, de educação patrimonial e de presença da memória do homem sambaquieiro nas cercanias da Guanabara, apresentou-se como uma necessidade emergencial.





Visitas de alunos da rede estadual de ensino (2009). Acervo do CRPH-DC

As diferentes comunidades escolares do município de Duque de Caxias e de outras cidades da Baixada Fluminense se apropriaram rapidamente do Sambaqui do São Bento. Nos anos que se seguiram, tornou-se comum a visita cotidiana de alunos no bairro. Além da história dos sambaquieiros, do alto da encosta daquele sítio arqueológico, era possível contextualizar a história dos africanos e da ocupação colonial portuguesa, visto a privilegiada visão panorâmica da Baía de Guanabara.

Os professores que visitaram o sítio sugeriram que os centros organizassem, emergencialmente, um movimento para arrecadação de fundos para compra simbólica do terreno, a fim de sustar a venda anunciada pelo morador do terreno há mais de 40 anos. A área do São Bento, onde está localizado o sambaqui, vem sendo impactada por uma acirrada disputa pelas terras públicas, pertencentes ao Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), portanto, as vendas são consideradas ilegais. Entretanto, a acelerada ocupação irregular do solo torna-se visível. Moradores mais antigos colocaram à venda suas posses ou parte delas, frente à revalorização fundiária provocada pelo crescimento populacional, pela melhoria do sistema de transporte coletivo e pela pavimentação das ruas. O quadro colocou o sítio arqueológico em situação de risco levando os centros a empreender a campanha ‘SOS Sambaqui do São Bento’.



Lote do Sambaqui do São Bento à venda (2007)

Acervo do CRPH-DC

A ameaça imposta provocou um movimento popular de reconhecimento da importância histórica da área e de defesa do patrimônio. Inicialmente, foi enviado para as escolas material informativo acerca de sambaquis no Rio de Janeiro e sugestões de visitas ao Museu Nacional. Palestras e visitas às escolas acerca da impor-

tância dos sítios arqueológicos, e em especial a do Sambaqui do São Bento, foram efetivadas.

A campanha ganhou grandes proporções, principalmente educativas, no sentido de se propagar o que é um sítio arqueológico e o que é um sambaqui. Professores das redes públicas do município e alunos de graduação das faculdades se envolveram e contribuíram para a compra simbólica do terreno. Os professores fizeram campanha com os seus alunos em suas escolas, inclusive alunos do primeiro segmento do Ensino Fundamental. Sindicatos, movimentos populares e instituições educativas também participaram desta empreitada em defesa deste bem cultural ameaçado de desaparecer.



Lote do Sambaqui do São Bento à venda (2007). Acervo do CRPH-DC

A campanha levantou quase 11 mil reais, o que representou para os centros uma quantia significativa, pois nossa cidade é formada por uma população empobrecida, além disso, em tempo neoliberal o individualismo é sempre cultuado. Mas a campanha venceu o imobilismo e o corporativismo.

O senso de coletividade construído por esses diversos atores foi fundamental para fomentar a solidariedade, a fome de conhecimento, de resgate de identidade, de conhecer a memória silenciada e a história desconhecida e de preservar o patrimônio encontrado. Esta campanha também conseguiu sensibilizar o poder público municipal, que passou a respeitar e conhecer mais esta luta de resgate da própria cidadania.



Durante o ano de 2008, a equipe do CRPH-DC e do Museu Vivo do São Bento conseguiu a inclusão da escavação do Sambaqui como medida compensatória das obras de construção do Arco Metropolitano, RJ 109, através do setor de Arqueologia do IPHAN. Então, o Instituto de Arqueologia Brasileira – IAB foi designado para fazer as primeiras prospecções. Com esse trabalho foi possível encontrar diferentes camadas de aterro, revelando os diferentes períodos e sociedades que haviam vivido naquele local. As conchas, característica principal do Sambaqui, se multiplicavam em quantidade e espécies, demonstrando a diversidade da forma de viver daqueles antigos moradores do São Bento. Os arqueólogos encontraram duas múmias, sendo uma de adulto e outra de criança, revelando que aquele lugar também era um espaço para rituais fúnebres, o que favorece a elaboração de hipótese sobre a forma de viver daquelas pessoas.



Arqueólogos do IAB no Sambaqui do São Bento (2009). Acervo Museu Vivo do São Bento

Com a prospecção, o Sambaqui passou a receber muito mais visitantes. A idéia de organizar um sítio escola se consolidava. Embora cobertos por gesso e lona (para proteger da ação do tempo), as múmias passaram a ser um grande sucesso entre os estudantes e professores. Não demorou muito para que passassem a ser conhecidos como “os ancestrais da Baixada Fluminense”.



Porém, depois de um período de êxtase e de muitas visitas, a realidade do Sambaqui se fez presente outra vez. A inclusão do Sambaqui do São Bento nas obras compensatórias do Arco Metropolitano garantiu apenas a sua prospecção. Isso significa que tudo o que foi encontrado foi recolhido para as dependências do IAB ou ficou exposto às condições da natureza. Por exemplo, com o passar do tempo, até mesmo o gesso e as lonas que cobriam as duas múmias começaram a ceder e aquelas riquezas arqueológicas passaram a correr novo perigo. Foram muitas as reuniões e palestras de sensibilização com o governo municipal. As autoridades ficavam impressionadas, mas não incluíam a memória e o patrimônio do município como prioridade nas suas ações. O tempo passava e a implacável ação da chuva e do sol provocava erosão e a destruição de parte dos vestígios arqueológicos que tinham ficado expostos.

Apenas no final de 2011, a Associação de Amigos do CRPH-DC apresentou um projeto para o programa de editais da Superintendência Estadual de Museus. Mesmo com os recursos reduzidos, foi possível incluir no edital a efetivação de um pequeno sistema de drenagens, baseado, basicamente, em calhas aéreas e calhas e tubulação no solo, uma estruturação metálica e a cobertura de telhas. Mais uma vez, com o apoio em forma de mutirão também foi possível construir uma escada e o muro frontal do terreno. Assim, desde 2012, que o Sambaqui passa por uma nova fase. A sua proteção está longe de estar completa e definitiva, entretanto, atualmente, há algum conforto para os visitantes e certa acomodação para o material ali exposto.







Imagens do Sítio Escola Sambaqui do São Bento (2013). Acervo CRPH-DC



**Localização do Sítio Escola Sambaqui do São Bento. Google Earth, 2012**



## Nas Sombras da Diáspora

Patrimônio e Cultura Afro-brasileira na Baixada Fluminense



Instituto Estadual do Patrimônio Cultural  
Secretaria de Estado de Cultura - RJ

### DENOMINAÇÃO

**Igreja Nossa Senhora do Pilar**

### LOCALIZAÇÃO

MUNICÍPIO

**Avenida Governador Leonel Brizola, s/nº, Pilar**

**Duque de Caxias**

### ÉPOCA DA CONSTRUÇÃO:

**Início do século XVIII**

### ESTADO DE CONSERVAÇÃO:

**Detalhamento no corpo da ficha**

### USO ATUAL/ORIGINAL:

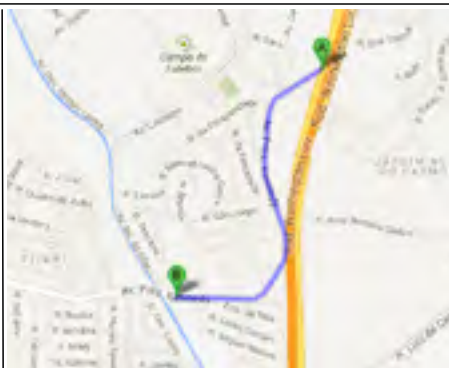
**Igreja da Diocese**

### PROTEÇÃO EXISTENTE:

**Tombada como patrimônio nacional pelo IPHAM**

### PROPRIEDADE:

**Diocese de Duque de Caxias e de São João de Meriti**



Fachada da Igreja Nossa Senhora do Pilar, em 2012. Acervo CRPH/Museu Vivo do São Bento

Levantado: Nielson Rosa Bezerra  
Data: Agosto de 2013

Revisado: Aline Souza do Nascimento  
Data: Setembro de 2013

## HISTÓRICO

Segundo Monsenhor Pizarro, a primeira devoção instituída no território da Freguesia e Paróquia do Pilar foi a de N. Senhora das Neves, instituída em 1612, nas margens da Baía da Guanabara, em uma área elevada conhecida como Cangulo e Porto Calundú, nas proximidades da Fazenda Rosário, atual Saracuruna, distante da atual igreja do Pilaruma 7 km mais ou menos. A escritura da capela é de 9 de junho de 1612, em terras doadas por Domingos Nunes Sardinha e sua esposa, Maria da Cunha.

O Doutor Araújo na Informação da sua visita 1ª do Bispado em 1737, relatou que ... esta Freguesia foi criada há muito mais de cem anos, e servia de Capela curada de N. Senhora das Neves (...) e haverá quarenta para cinquenta anos que se fundou uma capela com o título de Pilar, pouco distante da Matriz nova, que hoje se acha, e para ela veio o Reverendo Capelão curado o padre Joaquim Moreira exercer as funções de pároco passando para ela o título de paróquia, que até então estava na dita Capela das Neves <sup>(1)</sup>.

Apesar do pouco detalhamento, Pizarro cita que as precárias condições da capela fizeram com que uma outra edificação com o mesmo orago dedicado a N. Senhora das Neves fosse erguida nas proximidades do atual Rio Pilar. Não está claro nos registros de Pizarro se houve mudança do orago das Neves para N. Sra do Pilar ou ainda se havia duas edificações que funcionaram simultaneamente e com o tempo a Capela das Neves ficou em ruínas. Entretanto, ele afirma que o primeiro templo dedicado a N. Senhora do Pilar de Morobay ou de Aguassú ou Goaguassú foi construído em 1696 ou um pouco antes. É possível que a capela existisse muito antes de 1696, já que o visitador menciona o estado precário dela no início do século seguinte.

A provisão de 20 de janeiro de 1569 determinou a criação de várias freguesias na Província do Rio de Janeiro. Entre elas, consta a de Nossa Senhora do Pilar do Aguassú, Morobay e Iaguaré - rios que cortavam o arraial (o Rio Morobay é conhecido atualmente como Rio Pilar). O

---

1. ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. Memórias Históricas do Rio de Janeiro. RJ: Imprensa, 1945, p. 105.

ano de 1696, demarca também a passagem da capela de curada para colada, recebendo proventos da coroa portuguesa para a conclusão da obra ou reforma.

Ainda é Pizarro que nos informa acerca de uma nova construção de pedra e cal nas proximidades da anterior, em terreno doado por Manoel Pires e sua mulher Catherina de Sene, em agosto do 1697, para erguer a Igreja, seu adro ou cemitério. Para a edificação do novo templo, a paróquia recebeu doações dos colonos e da Fazenda Real.

Levantando o templo com materiais pouco duráveis, não tardou que as paredes externas precisassem de reparo e premeditando o povo construir nova Igreja, fabricada com paredes de pedra e cal, nas margens do Rio Pilar, concorreu para a obra com as suas esmolos, e o pároco ajudou a despesa, contribuindo em suas côngrua, mas não podendo progressar o trabalho pela falta de mais avultado auxílio, por Ordem de 26 de janeiro de 1717 contribuiu a Fazenda real com a quantia de 400.000 réis, em efeitos, por cada um de quatro anos sucessivos <sup>(2)</sup>.

Em fins do século XVII, foi aberto um caminho novo do ouro passando pelo Pilar. O caminho do Pilar ou do Aguassú ou Goaguassú, também conhecido como caminho do Garcia Paes, em homenagem ao seu desbravador, transformou a Freguesia do Pilar no lugar que estava no meio do caminho entre o Rio de Janeiro e o Planalto Mineiro. Logo, o porto do Pilar transformou-se em importante entreposto comercial. Frente a esta conjuntura, a emergência de uma matriz de pedra e cal no principal escoadouro do ouro tornou-se fundamental para os devotos e para a Coroa Portuguesa. Em 1717, a igreja matriz atual já estava erguida e com a chegada dos recursos da Fazenda Real e das esmolos dos colonos e viajantes, a edificação foi ganhando requintes, imagens barrocas, altares talhados e policromados.

A matriz do Pilar possuía cinco altares, um principal ou altar-mor que acolhia o santíssimo e a imagem de N. S. do Pilar e quatro laterais: 1º ) Nossa Senhora do Rosário; 2º) Nossa Senhora da Conceição; 3º) São Miguel e Almas; 4º) Nossa Senhora de Santana. Segundo Ubiratan Cruz, é provável que o altar-mor de madeira talhada tenha sido feito pelo artista entalhador barroco Francisco Xavier de Brito e

---

2. ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. Memórias Históricas do Rio de Janeiro. RJ: Imprensa, 1945, p. 106.





Capa e contracapa do Livro do Ordenamento de Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosário na Freguesia N. S. do Pilar do Aguassú



Capa e contracapa do Livro do Ordenamento de Compromisso da Irmandade de São Miguel e Almas, Freguesia Nossa Senhora do Pilar do Aguassú - 1730



Adro da Igreja de Nossa Senhora do Pilar - Fotografia: Aline Nascimento/2013

por outros sob a sua coordenação <sup>(3)</sup>.

Ao longo de toda a vigência do regime escravista no Brasil, os africanos e seus descendentes foram encorajados ou mesmo obrigados a fazer parte da vida religiosa de seus senhores através da conversão ao catolicismo. Além dos sacramentos católicos, como o casamento ou o batismo, os escravizados também participaram de outras importantes formas da organização da vida social através da religiosidade. O espaço de sociabilidade católica em que os escravos conviviam com seus pares desde o século XIX era as Irmandades. Mariza Carvalho Soares demonstrou a importância dessas agremiações religiosas na cidade do Rio de Janeiro desde o século XVIII. Nesses espaços, as identidades eram reelaboradas, os laços de solidariedade eram reforçados e os conflitos eram inevitáveis, provocando disputas pelo controle da mesa diretora entre irmãos de filiação e devoção religiosa, mas muitas vezes de diferentes origens étnicas provenientes do mundo africano <sup>(4)</sup>.

---

3. CRUZ, Ubiratan. Família na Freguesia de Nossa Senhora do Pilar do Morobahi: Estrutura Social e Padrões de Sociabilidade (Capitania do Rio de Janeiro, 1759-1793). Vassouras: Dissertação de Mestrado em História pela Universidade Severino Sombra, 2005.

4. Mariza de Carvalho Soares. Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.



**Altar de N. S. do Conceição.  
Acervo Arquivo da Diocese de Petrópolis**



**Altar de Santana Mestre. Acervo  
Arquivo da Diocese de Petrópolis**



**Altar de São Miguel e Almas.  
Acervo Arquivo da Diocese de Petrópolis**



**Altar de N. S. do Rosário.  
Acervo Arquivo da Diocese de Petrópolis**





Altar-Mor de N. Senhora do Pilar. Acervo CRPH



A Irmandade de Nossa do Rosário da matriz do Pilar foi fundada em 1728. Através dessa agremiação, os africanos tinham uma referência social. Entre outras coisas, ser filiado a uma irmandade religiosa significava ter um sepultamento cristão e missas encomendadas, o que emprestava algum conforto sobre um mundo desconhecido que se teria acesso através da morte. Em 1875, a centenária irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito da Igreja do Pilar, em documento oficial, solicitava esclarecimentos junto ao presidente da Província por conta de uma dúbia interpretação na legislação que passava a reger a atuação daquele tipo de agremiação religiosa. Os irmãos do Rosário no Pilar contestavam um ato da Presidência da Província que mandava suprimir o artigo quinto de seu estatuto de compromisso que estabelecia que pelos menos seis irmãos cativos deveriam fazer parte da administração da irmandade. Na mesma petição, havia uma preocupação de explicar a capacidade civil exigida por lei para que os irmãos pudessem participar da mesa diretora da agremiação.



Vista da torre do sino. Fotografia: Aline Nascimento/2013





Vista da torre do sino. Fotografia: Aline Nascimento/2013

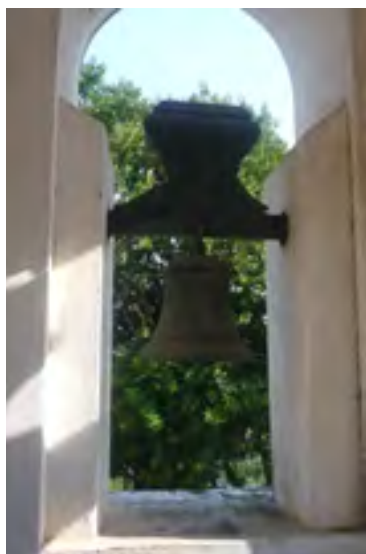
Então, mencionava-se o artigo segundo do compromisso aprovado sem alteração pelo governo provincial: “A ela pertencerão os indivíduos de ambos os sexos e todas as condições, uma vez que por seus costumes e espírito religiosos e tornem merecedores desta graça.” De acordo com as leis gerais números 1083 e 2686, de 1860, “a criação das irmandades acessíveis aos cativos seria um meio de condição de abrandar os rigores da escravidão, moralizando-os e facultando-lhes o exercício do culto que todos são aptos”. Assim, os irmãos do Rosário estabeleciam como certa aprovação do artigo segundo de seus compromissos que mantinham os cativos aptos para serem admitidos como irmãos e possíveis membros da mesa diretora da irmandade. Contudo, não era qualquer cativo que poderia fazer parte daquela agremiação religiosa. Mesmo que não houvesse nenhuma restrição moral quanto à participação de cativos, sendo mantida o original entusiasmo de recebê-los como irmãos, o artigo de número 70 estabelecia que “pagarão a jóia de 4 mil réis no ano e serão instituídos por escrivães aqueles que tenham servido através de algum cargo na mesa”<sup>(5)</sup>. Desta forma, havia uma cláusula que estabelecia uma barreira econômica, limitando o interesse de qualquer cativo em participar daquela irmandade religiosa.

5. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (doravante APERJ). Fundo Presidente de Província (FPP). Notação 243. Maço 2. Nossa Senhora do Pilar, 1874.



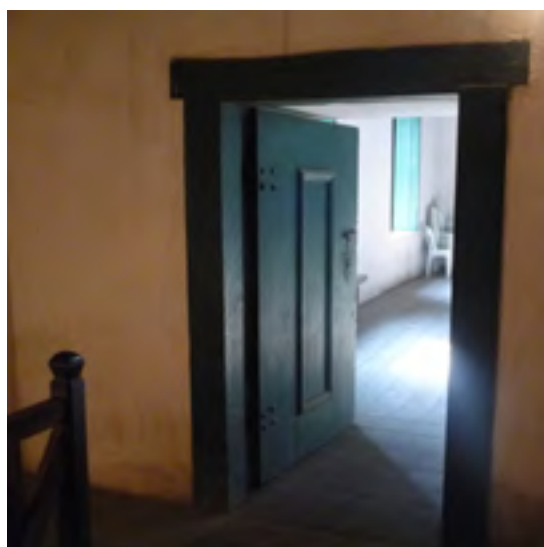
**Interior da Igreja.** Fotografia: Aline Nascimento/2013

Os sinos. Fotografia: Aline Nascimento/2013





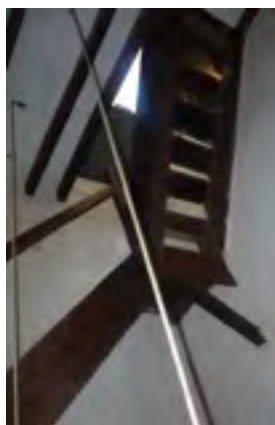
**Pia batismal e pia de água benta.** Fotografia: Aline Nascimento/2013



**Porta de acesso ao Coro**  
Fotografia: Aline Nascimento/2013



**Porta de Entrada**  
Fotografia: Aline Nascimento/2013



**Porta de Entrada.** Fotografia: Aline Nascimento/2013





**Romaria do Pilar**







## A IGREJA COMO MONUMENTO <sup>(1)</sup>

Devido ao fato de ser uma das poucas obras arquitetônicas coloniais ainda preservada na Baixada Fluminense, mais precisamente no município de Duque de Caxias, a Igreja de Nossa Senhora do Pilar é considerada uma referência patrimonial e indiscutivelmente digna de zelo. Tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico, ainda na década de 1930, é a presença concreta de um período próspero e de grande prestígio da região. O fato de ser a mais antiga sede de freguesia em Iguazu e da importância de suas irmandades, de suas confrarias e da Fábrica – cuja função é cuidar dos assuntos pertinentes aos funerais – bem como toda mobilização religiosa e social que se organizava a sua volta, enriquecem seu valor histórico e cultural. Atualmente, podemos considerá-la como um verdadeiro “monumento” se levarmos em consideração o termo elaborado por Jacques Le Goff:

A palavra latina monumentum remete para a raiz indo-europeia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *mone-re* significa ‘fazer recordar’, de onde ‘avisar’, ‘iluminar’, ‘instruir’. O monumento é um sinal do passado. Atenden-

---

1. SANTOS, Patrícia de Andrade. A IGREJA COMO MONUMENTO. IN: *Entre o Local e o Global: o caso do município de Iguassú*. RJ: UFF, 2006 (Este artigo é uma adaptação do último capítulo da monografia de fim de curso).

do às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação...<sup>(2)</sup>

Uma prática concreta dessa manutenção da memória é observada anualmente na conhecida “Romaria do Pilar”. A referida Igreja de Nossa Senhora do Pilar, eclesialmente falando, integra a Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti. Há quase trinta anos, por iniciativa do então Bispo Diocesano Dom Mauro Morelli, é promovido o encontro anual no qual os romeiros residentes na diocese e nas adjacências dirigem-se a igreja secular onde é celebrada a Missa Comemorativa e acompanhada de outros eventos.

Quando pensamos em tal manifestação cultural – já considerada tradição – da diocese com adesão da população, à luz do argumento de Le Goff, podemos concluir que toda vez em que a comunidade de fiéis e simpatizantes é convocada a dirigir-se e celebrar junto ao patrimônio material, que é a edificação da Igreja, como sinal de presença, memória, evocação de um passado, a mesma está sendo elevada à categoria de monumento, um “lugar de memória”<sup>(3)</sup>, por assim dizer.

A mesma Igreja do Pilar também é um símbolo, uma bandeira de luta em prol da pesquisa, reconstrução e manutenção de uma identidade local numa região da Baixada Fluminense que sofre com tantas adversidades. O mesmo autor nos lembra uma característica essencial do monumento: “... o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva)...”<sup>(4)</sup>.

A questão da preservação do patrimônio histórico e cultural em regiões periféricas, como a Baixada Fluminense, é outro desafio a ser apontado. Para além de toda carga simbólica que trazem em si, mantê-los ou restaurá-los é uma árdua missão para os segmentos, religiosos ou não, comprometidos com a causa da valorização da história local, que por sua vez não é menos importante que a história mais global (macro história) e sequer dela está desvinculada. Reconhecemos que ainda é um começo de trabalho e que muito ainda há que se “garimpar” nos arquivos e memórias pessoais para conhecermos mais a respeito do lugar onde vivemos. Lugar não só da memória gloriosa ou da “triste memória”, mas da polifonia, das memórias que ainda têm muito a nos ensinar.

2. LE GOFF, Jacques. História e Memória. 4ª Edição. Campinas, São Paulo, Editora da Unicamp, 1996: 535.

3. MOTTA, Márcia Maria M. História e Memórias. IN: MATTOS, Marcelo Badaró de (org.) História: Pensar e Fazer. Niterói. Laboratório Dimensões da História – UFF, 1998: 86.

4. LE GOFF, 536.



**Quermesse. Aniversário de 400 anos de devoção.** Fotografia: Padre Josias Leal



# Nas Sombras da Diáspora

Patrimônio e Cultura Afro-brasileira na Baixada Fluminense



Instituto Estadual do Patrimônio Cultural  
Secretaria de Estado de Cultura - RJ

Denominação

## Associação de Capoeira Maragojipe

Localização

Rua da Felicidade , nº 189, Pilar

Município

Duque de Caxias

ÉPOCA DA CONSTRUÇÃO:

**6 de junho 1974**

ESTADO DE CONSERVAÇÃO:

**Detalhamento no corpo da ficha**

USO ATUAL/ORIGINAL:

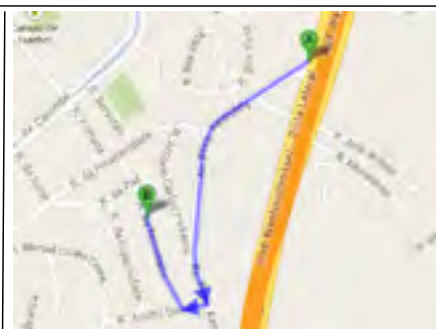
**Residência do Mestre Gegê em baixo e sede da Associação de Capoeira em cima**

PROTEÇÃO EXISTENTE:

**Nenhuma**

PROPRIEDADE:

**Mestre Gegê**



Sede da Associação de Capoeira Maragojipe, no Pilar. Visita dos mestres que atuam na Espanha e na Austrália, em 2012. Acervo do Mestre Gegê

Levantado: Marlúcia Santos de Souza  
Data: maio /2013

Revisado: Nielson Rosa Bezerra  
Data: setembro/2013

## HISTÓRICO

### Trajetória do Mestre Gegê

9 de abril de 1949 – Geraldo Costa Filho (Mestre Gegê) nasceu em Maragogipe, BH. Filho de Geraldo Evangelista da Costa — lavrador e da marinha mercante (transportava mercadorias na BH em saveiros, à vela, tipo falua, e chegou a ter uma pequena venda) — e de Lúcia Negreiros, filha de lavrador e trabalhadora doméstica com fabrico de charuto.

1952 – Falecimento do pai. Inicialmente, os recursos deixados pelo pai conseguiram manter a família. Entretanto, dona Lúcia contraiu tifo, sendo levada para Salvador onde esteve por três meses internada em um hospital particular. Os recursos existentes foram utilizados para sanar as dívidas hospitalares, obrigando a família a se desfazer também do comércio.

1956 – A família se transferiu para Salvador e, com sete anos, Geraldo foi internado na Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim até a idade de 15 anos. As visitas familiares eram mensais. Estudava o ensino e música, através de um projeto de parceria da Marinha do Brasil. Através da parceria do Colégio com a Marinha, os jovens seguiam direto do internato para o serviço militar entrando como agregado na Marinha. Depois passava para aprendiz de marinheiro. No colégio foi visto jogando futebol por um dos jogadores veteranos do Clube Bahia que indicou Gegê. Durante sua estadia no Colégio São Joaquim, os responsáveis levavam os meninos à praia de São Joaquim para brincar e tomar banho de mar. Lá na praia, Geraldo conheceu Mestre Sete com quem teve o primeiro contato.

*Eu tinha sete anos de idade quando vi pela primeira vez o Mestre Sete jogando capoeira. Ele tinha uma barraca na praia e vendia cachaca, amendoim, jaca, melancia, cana... Nos intervalos, ele brincava com os meninos e mostrava a capoeira. Ele era como se fosse o leão de chácara da praia. Qualquer confusão, ele mediava e resolvia o conflito. Ele era muito forte, tinha um físico invejável. Era um grande nadador.*



*Certa vez, duas boias de caminhão se perderam no mar chegando próximo de um navio. Ninguém conseguia chegar até lá para resgatar as boias. Uma era nossa, do colégio interno. Dois rapazes tentaram e não conseguiram. Mestre Sete foi lá e resgatou as duas boias. Ele só devolveu apenas a boia do colégio, a outra ele se negou a devolver. O dono da boia chamou um tenente que reconheceu que a boia estava perdida. Portanto, pertencia agora aquele que havia conseguido retirá-la do mar.*

*Mestre Sete era pescador e mergulhava para pegar cobre no fundo do mar. Mestre Sete ainda está vivo, hoje com 93 anos, no Mirante do Piri-piri. A praia de São Joaquim não existe mais. Quando a Feira de Água de Meninos, perto do Barbalho, foi atingida pelo incêndio do Moinho da Bahia, a feira foi transferida para a praia de São Joaquim, onde até hoje encontra-se em funcionamento. O Mestre Sete teve uma influência imensa na minha vida. No Colégio, recebíamos apenas uma alimentação simples. Muitas vezes, os meninos furtavam frutas na Feira de Água de Meninos, que ficava próximo. Mestre Sete aconselhava a não roubar e dava frutas para nós. Ele tornou-se uma referência. Eu me inspirei tanto na vida, quanto na capoeira no Mestre Sete. A capoeira dele foi como uma luz na minha vida. Nunca mais deixei a capoeira”.*

*Mestre Gegê, 22 de julho de 2011*

1957 – A mãe de Geraldo e seu irmão mais novo foram para o Rio de Janeiro. Dona Lúcia optou pelo Rio em busca de oportunidade de trabalho para sustentar a sua família. Foi residir junto com os familiares no bairro do Pilar, em Duque de Caxias. Inicialmente, ela já havia enviado o filho mais velho para ficar com a irmã e o cunhado. Este cunhado já trabalhava na Fábrica Nacional de Motores - FNM e encaminhou o sobrinho. No Rio, dona Lúcia trabalhou como empregada doméstica.

1965 – Geraldo ingressou na Marinha. Permaneceu pouco tempo já que sua mãe foi buscá-lo, levando-o para o Rio de Janeiro para jogar no infantojuvenil do Botafogo. Ela era, na época, cozinheira do presidente do Botafogo, Dr. Paulo Azeredo. Durante a sua estadia no Botafogo, Geraldo praticava capoeira em casa. Naquela época, em Caxias não havia grupo de Capoeira.

1966 – Crispiniano de Jesus, irmão de criação de Geraldo veio para o Rio de Janeiro e serviu na Marinha como fuzileiro naval. Ele havia trei-

nado com o Mestre Pastinha, importante capoeirista da Bahia, durante três meses. Residiu, inicialmente, no Pilar, jogando capoeira com Geraldo. Posteriormente, foi morar no Gramacho com uma moça.

1968 – Geraldo, aos dezoito anos, saiu do Botafogo para trabalhar, já que recebia apenas passagem e a idade não lhe permitia a permanência no infantojuvenil.

1969 – Iniciou sua trajetória profissional ingressando na Fábrica Nacional de Motores em processo de privatização para Alfa Romeo. Na Bahia, Gegê se qualificou pelo Senai em marceneiro (torno de madeira) entre os anos de 63 e 65. A formação possibilitou a sua aproximação de operador de máquinas. Entrou como ajudante e, após um ano, tornou-se operador.

Na fábrica, Geraldo jogava capoeira no abrigo aéreo nos intervalos ou tempos vagos. Nesse período, companheiros de trabalho (Mestre Góis e Vanderlei), praticantes de judô, assistiram admirados a mestria de Geraldo, que já ensinava a movimentação para outros. Incentivaram Geraldo a frequentar a academia de judô na Penha. Gegê recusou o convite afirmando sua fidelidade à capoeira. Um outro companheiro (Black) indicou a Academia Leopoldinense, na Rua Nicarágua, 172, na Penha (atualmente é um posto de gasolina), onde se praticava também a capoeira. O dono da academia era Maurício e os mestres de capoeira eram o Touro e o Pepe.

Em uma visita à academia, o irmão de criação de Geraldo reencontrou o Mestre Fernandinho, antigo conhecido de Salvador. Do encontro surgiu o convite para Geraldo frequentar gratuitamente a academia do Mestre Fernandinho, que era na Escola de Samba Rouxinol da Penha.

1972 – Mestre Fernandinho foi para a Alemanha com o Grupo Cultural Furacões da Bahia, do Mestre Camisa Roxa. Geraldo passou então a treinar com o Mestre Zé Pedro, do Academia Amaralina de Capoeira, em Bonsucesso, na Rua Uranos, 497. Neste período, Mestre Gegê entrou para a Academia Amaralina.

1973 – A capoeira sai do Código Penal, sendo facultado a sua oficialização através da Confederação Brasileira de Pugilismo. O brigadeiro Jerônimo Bastos, presidente da confederação, proibiu o uso do nome de

academia, forçando-a a denominar-se como grupo. Vale lembrar que o Mestre Zé Pedro foi obrigado pela ditadura militar, em 1969, a mudar o nome de sua academia que se chamava Pequenos Libertadores. Ele escolheu o nome de Academia Amaralina.

1974 - Uma nova mudança de nome ocorreu. A Academia Amaralina passou a receber a denominação de Grupo dos Guaiamuns Nagos. A mudança do nome foi inspirada pelas informações fornecidas pelo historiador André Lacer. Segundo o professor, existiram no século XIX, duas importantes maltas de capoeira na cidade do Rio de Janeiro, denominadas de Guaiamuns e Nagôs, no qual destacava-se o Prata Preta, importante liderança popular da Revolta da Vacina. O Mestre Zé Pedro resolveu então homenagear a capoeiragem carioca.

1974 – Gegê já havia comprado um terreno no bairro do Pilar e construído sua casa. Casou-se com Neusa de Oliveira Soares Costa com quem teve três filhos. Mais tarde, o casal adotou um filho. Ainda neste ano, Mestre Gegê fundou o Grupo de Capoeira Maragogipe, no bairro do Pilar, em Duque de Caxias. Paralelamente, manteve-se no Grupo Guaiamuns Nagos até 1978, quando seu mestre saiu para ajudar a fundar o BOP (Batalhão de Operações Especiais), fechando, portanto, a sua academia.



Mestres de Capoeira (s.d). Acervo pessoal Mestre Gegê

1974 - Saiu da Alfa Romeu e ingressou no Estaleiro Eskhavagima onde a remuneração era melhor. Trabalhou como operador de máquina neste estaleiro até 1978.

1978 – Retornou para a Marinha como civil, passando para o quadro permanente. Trabalhou na Marinha na Divisão de Máquinas até se aposentar, em 1997. Durante o período de trabalho na Marinha, Mestre Gegê foi professor de capoeira no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

**Aula inaugural da capoeira em agosto de 2011**  
**Apresentação da Associação Maragogipe e do Grupo de Capoeira do Museu Vivo**







**Visita dos mestres de capoeiras europeus (Espanha e Holanda) e do mestres de capoeira que atua na Austrália (Grupo Muzenza) em 2012**



**Sede da Associação de Capoeira Maragojipe, no Pilar**  
**Visita dos mestres que atuam na Espanha e na Austrália em 2012. Acervo do Mestre Gegê**

### Entrega das faixas da Capoeira na UFRJ







# Nas Sombras da Diáspora

Patrimônio e Cultura Afro-brasileira na Baixada Fluminense



Instituto Estadual do Patrimônio Cultural  
Secretaria de Estado de Cultura - RJ

## DENOMINAÇÃO

**Caminho do Inhomirim**

## LOCALIZAÇÃO

**Território da Antiga Freguesia de Inhomirim**

## MUNICÍPIOS

**Magé e Duque de Caxias**

**ÉPOCA DA CONSTRUÇÃO:**

**Década de 20/Século XVIII**

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:**

**Detalhamento no corpo da ficha**

**USO ATUAL/ORIGINAL:**

**O uso original era escoar o ouro de MG**

**PROTEÇÃO EXISTENTE/PROPOSTA:**

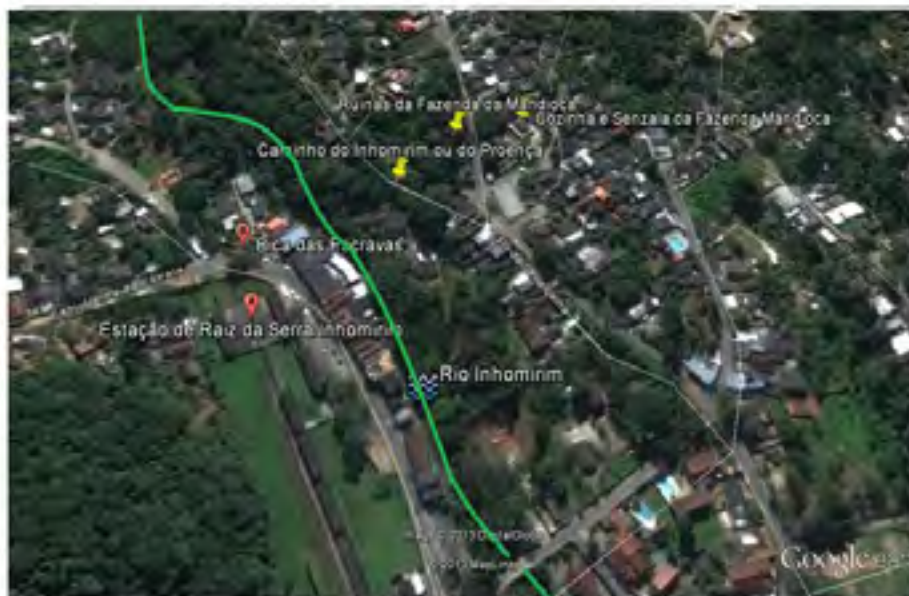
**PROPRIEDADE:**



Caminho do Inhomirim ou do Proença em 2008. Acervo CRP/UDC

Levantado: MarluCIA dos Santos Souza  
Data: junho 2013

Revisado: Nielson Bezerra  
Data: agosto de 2013





## HISTÓRICO

A escolha do Caminho de Inhomirim para compor este inventário está relacionada à relevância dos caminhos novos do ouro para pensar a complexidade do trabalho do escravo africano nas cercanias da Guanabara, principalmente no que tange à circulação de pessoas e coisas entre o porto carioca, os portos do Recôncavo Guanabarinense e os sertões, particularmente o Planalto Mineiro. É possível encontrar nas narrativas dos viajantes, sejam eles comerciantes, artistas, naturalistas, missionários, pesquisadores dos costumes ou representantes de embaixadas, relatos de memórias descritivos do cotidiano dos africanos em cativeiro, no trabalho de ganho, nas atividades rurais, nos ofícios urbanos e até no assessoramento das expedições pesquisadoras, atuando como guias, como cozinheiros, como curadores, como tropeiros e na apreensão das espécies naturais com vistas a compor a coleção dos cientistas. Os chamados escravos e índios naturalistas eram imprescindíveis no trabalho de coleta e na transmissão de conhecimentos acumulados no interior da vida tribal ou no cotidiano vivido nas serras fluminenses e mineiras. George Gardner deixou registros da expedição científica realizada no século XIX, e descreve quatro escravos, por certo alugados, destacando a importância do Pai Felipe:

Um deles, Pai Felipe, crioulo sexagenário, era o guia. Este velho camarada era dos mais ativos, não só entre os pretos, mas entre qualquer indivíduo da mesma idade que tenho conhecido. Acostumado às selvas desde criança, era um dos melhores caçadores da fazenda. Os outros três deviam cuidar das provisões e ajudar-me a conduzir as coleções para casa.

Pai Felipe era respeitado por negros e brancos. O conhecimento construído nas vivências das selvas ao longo de sua existência assegurava-lhe respeito, prestígio e confiabilidade. No texto, não fica claro se Pai Felipe era escravo de ganho, escravo alugado ou liberto ao ganho. Todavia, fica evidenciado a sua importância para a sobrevivência dos viajantes nas matas e para o trabalho de composição da coleção do naturalista. Ao nosso ver, a experiência de Pai Felipe nas matas, apreendidas possivelmente com outros africanos e indígenas, assim como, as trocas estabelecidas nas viagens com outros naturalistas, o qualificava e o legitimava neste ofício.

A francesa Adèle Toussaint narrou em seu diário de viagem, a presença de um feiticeiro na Fazenda São José, em Santo Aleixo, Magé.

Ela testemunhou o caso de um escravo chamado Luís que havia sido mordido por uma cobra e vomitou sangue. Imediatamente, o capataz Ventura mandou chamar o feiticeiro. No relato, ela descreveu o feiticeiro e a situação vivida naquele momento:

Ele era negro, muito alto, de cabelos encarapinhados e brancos, que tinha, ao que se dizia, mais de noventa anos e, no entanto, mantinha-se ainda firme e ereto. Estava envolto em uma capa raiada, trazia uma espécie de alforje pendurado de lado e tinha um bastão na mão. Seu rosto era sério e pensativo.

Foi diretamente à enfermaria onde fora posto o negro doente, fechou-se com ele, o fez beber uma infusão de plantas de que só ele tinha o segredo, e afirmou que curaria o negro, com a condição, porém, de que nenhuma mulher entrasse, durante sete dias, no quarto daquele de quem cuidava; sem isso, não respondia por nada, dizia ele. Teve-se o cuidado, portanto, de enviar a comida do negro apenas por homens; as prescrições foram seguidas ao pé da letra, e o negro ficou perfeitamente curado.

Quis então conversar com o velho feiticeiro; e, depois de lhe dar alguns vinténs para o seu café e seu açúcar, perguntei-lhe que plantas havia empregado para curar a mordida da jararaca, uma das piores cobras do Brasil.

É meu segredo, disse ele.

Por que não o revela aos outros?

Eu cuido deles quando estão doentes, é o bastante.

Mas, quando morreres?

Tanto pior para eles; se fossem bons comigo, eu lhes diria muitos segredos que sei, mas fogem de mim e ensinam seus filhos a me temer. Levarei meus segredos comigo.

Eis tudo que pude tirar dele. Ele foi chamado ainda uma outra vez para um boi que tinha uma bicharia. O feiticeiro aproximou-se do boi, que estava deitado, sem dúvida aplicou-lhe também alguma planta moída no local doente: a bolsa de vermes caiu quase instantaneamente, e o animal ficou curado. Então, não houve um negro na fazenda que não repetisse que o feiticeiro só precisara recitar algumas palavras mágicas, e imediatamente ocorrera a cura <sup>(2)</sup>.

---

2. SAMSON-TOUSSAINT, Adèle. Uma Parisiense no Brasil. RJ: Ed. Capivara, 2003: 134-135.

Fica claro no depoimento da francesa que ela não acreditava nos poderes mágicos do feiticeiro e sim, nos conhecimentos fitoterápicos acumulados por ele. Não diz se este conhecimento foi adquirido apenas no Brasil ou se haviam trazidos também da África. Já os negros, acreditavam também nos seus poderes mágicos. Apesar dos conhecimentos e possíveis poderes mágicos, ele sofria com os temores e o isolamento imposto. O preconceito pode ter sido ensinado pelo catolicismo ou advindo de outras experiências na África, não sabemos. Contudo, apesar do relato não estar relacionado ao Caminho do Inhomirim, aconteceu em suas fronteiras, nos permitindo reconhecer este ofício.

Podemos ainda identificar em outras narrativas ofícios e condição do trabalho dos africanos e crioulos durante, seja nas travessias pela Baía da Guanabara, nos portos e nos caminhos. Ao chegar à Praia dos Mineiros, o missionário protestante Daniel Kidder descreveu:

Quando chegamos ao ponto onde devíamos tomar a embarcação, fomos, como de costume, assaltados por cerca de cinquenta barqueiros, em tremenda concorrência, oferecendo botes, fáluas ou canoas ... Esses homens pertencem à numerosa classe de escravos adestrados no mister de catraieiros e empregados no transporte de passageiros no interior da baía. Dão-lhes botes e canoas pelos quais ficam pessoalmente responsáveis, assumindo perante os seus senhores a obrigação de pagar certa parcela diária, depois de deduzida a quantia necessária a sua subsistência... não trabalham apenas para ganhar a vida, mas, para escapar ao castigo que lhes está reservado caso não consigam entregar a seus senhores a parcela estipulada... alugamos um bote munido de velas e remos conduzidos por dois negros que se diziam perfeitos conhecedores de todos os portos da baía <sup>(3)</sup>.

---

3. KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil (Províncias do Sul)*. RJ: Biblioteca Histórica Brasileira, 1972: 145-146.



Vista do Rio de Janeiro por Rugendas

Kidder revela em seus registros de viagem os principais portos da Baía da Guanabara, que ainda no século XIX, eram apontados como os mais importantes:

Os portos principais da Baía são: Magé, Piedade, Estrela e Iguassú. Nesses pontos, as tropas procedentes do interior descarregam grandes quantidades de mercadorias que seguem para o Rio de Janeiro em pequenas embarcações... Se alguma coisa pode aumentar a magnificência do empolgante cenário são as numerosíssimas embarcações de todos os tipos que cruzam incessantemente a Baía, pontilhando com suas velas brancas, o verde claro do mar <sup>(4)</sup>.

Podemos imaginar o trabalho escravo nos remos, na guia, no carregamento das mercadorias, nas trocas comerciais, nas tabernas, na produção artesanal (alfaiate, tecelão, ferreiro, oleiro, etc) no comando dos carros de boi, das mulas, no cuidado com os animais, na feitura dos alimentos, na segurança do viajante, na conservação e calçamento (pé de moleque) do caminho, na busca do viajante que se dirigia a alguma fazenda da cercanias da Guanabara, no carregamento das cargas nos locais onde as mulas não conseguem passar com segurança entre outros.

---

4. KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil (Províncias do Sul)*. RJ: Biblioteca Histórica Brasileira, 1972: 158-159.



**Porto Estrela por Rugendas. Aquarela recortada com destaque para o trabalho dos escravos ou libertos ao ganho**

Vejamos o relato da viagem da Praia dos Mineiros ao Porto Estrela presente no texto de Pondé:

Tomava-se na Praia dos Mineiros, no Rio de Janeiro, passagem em uma falua às 11 horas da manhã e aproava-se ao Porto Estrela, passando pelo Boqueirão, na ponta da Ilha do Governador, através de grandes molhes de pedras e grandes quantidades de aloés, e outras plantas aquáticas que ali imergem suas raízes na água salgada. Do Porto Estrela, desembarcava-se em qualquer dos ancoradouros de Francisco Alves Machado Martinho e de Joviniano Varela, às cinco horas da tarde, quando o tempo favorecia, aí pernoitando-se em qualquer das casas desses que davam franca hospitalidade, ou em uma estalagem do lugar. No outro dia, seguia-se a cavalo ou de carro, fornecido pelo capitão Albino José de Sequeira Fragoso, pela estrada de Minas até Fragoso, importante passagem obrigatória de todo o comércio dessa província, que até hoje se acha abandonada. De Fragoso subia-se a serra velha de Estrela para se chegar a Petrópolis com uma viagem de duas a cinco horas. Cada viagem custava 4\$000, sendo 3\$000 pelo aluguel do cavalo até o porto e 1\$000 pelo



transporte na falua até a Praia dos Mineiros. Se tomasse o carro do S.Albino até Estrela pagava-se então, mais a quantia de 2\$000 <sup>(5)</sup>.



**Praia dos Mineiros por Rugendas**

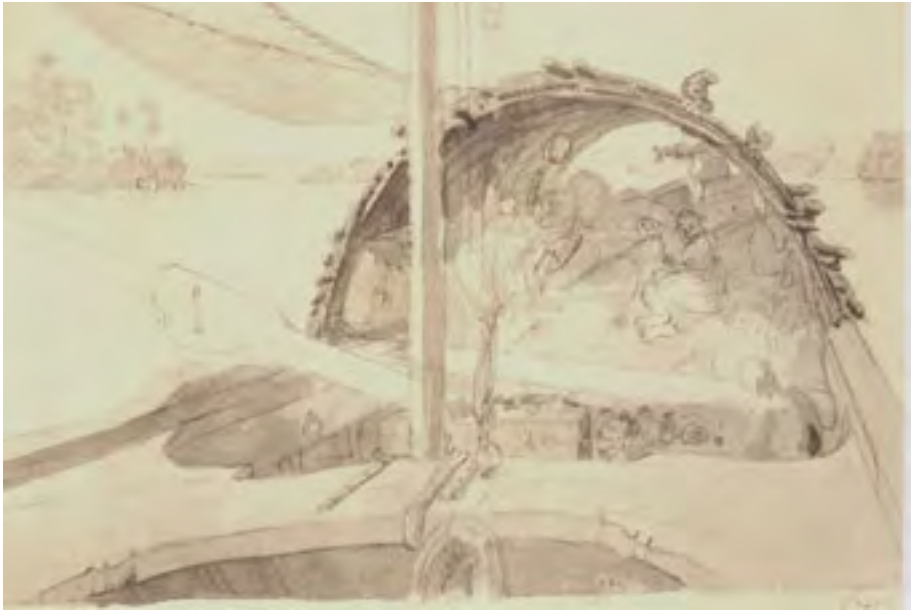
---

<sup>5</sup> PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. O Porto Estrela. In: Revista da IHGB, nº 293, 1971





Mapa executado pelo cartógrafo Eduardo Canabrava Barreiros indicando o caminho percorrido por Burchell na viagem do Rio à Paraíba do Sul, via Rio Inhomirim, Porto da Estrela, Córrego Seco (Petrópolis) e Cebola



**Interior de uma falua por Burchell**

Kidder e Fletcher que aqui estiveram nessa época descreveram uma falua:

...uma espécie de bote, com velas latinas, pesando 20 a 40 toneladas. É manejada por um patrão que cansa e torna exaustos os pobres pretos remadores. Quando faz calma-ria, os negros mais que semi-nus, lentamente movimen- tam seus longos remos, e esses são tão pesados que para obter um impulso são obrigados a trepar numa espécie de banco diante deles, e, assim, levantando e deixando cair os remos, ao som de uma monótona cantiga africana, formam um dos aspectos mais peculiares do Rio <sup>(6)</sup>.

Ao retornar ao Rio de Janeiro dos sertões, Bunbury lançou o seu olhar sobre os negros remadores. Embora reconheça o peso dos remos e as dificuldades de movimentação da falua, considerou o modo de remar dos barqueiros esquisito e desajeitado:

Os negros têm um modo muito esquisito e aparentemen- te desajeitado de remar; em cada remada eles não só se levantam dos assentos, como ficam de pé sobre o banco em frente deles, e então se jogam para trás em posição de

6. PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. O Porto Estrela. In: Revista da IHGB, n° 293, 1971.

quem se senta, de modo a dar remada todo o ímpeto do seu peso. Pode se imaginar que os seus remos são pesados e difíceis de manejar e seu progresso lento. <sup>(7)</sup>

Poderíamos imaginar o quanto era difícil o trabalho dos negros de ganho barqueiros. Além de força, era necessário habilidade, conhecimento das marés, da hidrografia fluminense, coragem para enfrentamento dos possíveis assaltos, habilidades para negociar os tributos pela passagem pelas propriedades ou mocambos de escravos fugitivos e ainda obter a confiança do senhor para registrá-lo e dar-lhe autorização para circulação. Não é possível também esquecer dos escravos barqueiros que só trabalham para os seus proprietários escoando a produção da fazenda, tais como: açúcar, aguardente, lenha, tijolo, telha, carvão, farinha, toucinho, etc. Logo, é compreensível que o escravo barqueiro fosse uma das mãos de obra mais valorizadas no mercado do Recôncavo Guanabará.

Ao chegar em terra, era comum o aluguel de escravos para guiar e servir os viajantes até o seu destino. Principalmente, os viajantes estrangeiros que não conheciam o território, só era possível com uma tropa, ainda que pequena. Outra possibilidade era a do viajante que possuía mais recursos de planejar melhor a sua expedição e contratar uma tropa para fazer toda a viagem de ida e volta. Ao pensar na viagem por terra, é necessário considerar que havia travessias de rios, trechos em que era mais favorável a circulação fluvial e o retorno para o caminho posteriormente.

No caso dos caminhos do ouro que cortaram o oeste e o norte das cercanias da Guanabara, isto é, o Caminho do Pilar e o de Proença ou Inhomirim, encontraremos ainda trabalho escravo na guarda do Pilar e de Paraíba do Sul. Nelas, havia a presença de guardas e de escravos a serviço deles, fiscalizando, revistando as mulas para coibir o contrabando do ouro. Aliás, a descoberta do ouro nos sertões da América Portuguesa no século XVII transformou a vida dos territórios compreendidos hoje por Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente. Neste sentido, vale apresentar uma descrição dos caminhos fluminenses.

Após a descoberta do ouro nas Minas Gerais, os bandeirantes paulistas procuraram encontrar possíveis rotas para escoar o metal extraído para o litoral.

---

7. BUNBURY, Charles James Fox. Viagem de Um Naturalista Inglês ao Rio de Janeiro a Minas Gerais (1833-1835). BH: Itatiaia; SP: Editora da Universidade de São Paulo, 1981: 114-115.



Após a descoberta do ouro nas Minas Gerais, os bandeirantes paulistas procuraram encontrar possíveis rotas para escoar o metal extraído para o litoral com menor pesar. Passaram a utilizar o Caminho dos Guaianazes. Anthony Knivet, inglês capturado e escravizado pela família Sá, no século XVI, deixou também seus registros de memórias do tempo em que viveu em cativeiro até o seu retorno à Europa e a sua libertação. Ao retornar para a Inglaterra, recebeu financiamento da coroa para a publicação de seus registros em cativeiro. Logo, a obra não é nenhuma declaração de amor aos portugueses, ao contrário, revela os bastidores da família Sá e do Rio de Janeiro do ponto de vista da sua condição de escravo.

Ele descreveu com precisão o caminho denominado, no século seguinte, de Caminho de Paraty. Knivet fazia parte de uma expedição organizada por seu senhor com vistas a capturar Tamoios que viviam nos sertões serra acima. Não é novidade para a historiografia brasileira que no século XVI, a mão de obra do chamado negro da terra foi largamente utilizada como força de trabalho escrava no território carioca e, sobretudo, como moeda de troca no mercado de escravos. Colonos portugueses do Rio de Janeiro, particularmente a família Sá e Barros, acumularam capital vendendo escravos indígenas no interior da colônia, principalmente no que chamamos hoje de território paulista e fluminense. Descreve o inglês:

Os Guaianases têm laços de comércio e amizade com os portugueses, enquanto os Tamoios são os inimigos mais mortais em toda a América. Os Guaianases haviam perdido muitos homens numa batalha e, não mais conseguindo por conta própria fazer frente aos Tamoios, pediram



**Rio Inhomirim - Burchell**

ajuda aos portugueses. Como meu senhor era governador da cidade, enviou seu filho Martim de Sá com setecentos portugueses e dois mil índios. Os Guaianases nos garantiram que levaríamos no máximo um mês para alcançar os Tamoios.

Assim, no dia 14 de outubro de 1597, partimos com seis canoas pelo mar até um porto que fica a umas trinta milhas do Rio de Janeiro, chamado Paraty. No dia seguinte em que partimos, veio-nos uma tempestade que achamos que iríamos todos nos afogar... Durante a noite, enquanto atravessávamos uma grande baía, uma baleia virou uma de nossas canoas, mas recolhemos os homens que caíram no mar...

No dia seguinte, o capitão ordenou que retirássemos todas as canoas da água e as cobríssimos com galhos para continuarmos a viagem por terra...

Naquela noite em que chegamos a Paraty e veio-nos um canibal chamado Aleixo de uma aldeia chamada Juequirê... Esse índio trouxe oitenta arqueiros e se ofereceu para viajar conosco... No dia seguinte, seguimos viagem pela montanha...

Passaram três dias de viagem, chegamos ao pé de uma enorme montanha que os índios chamavam de Paranapiacaba (vista para o mar)... Levamos três dias para subi-la e três para descê-la. Dois dias depois chegamos a uma bela campina... Voltamos a viajar através das montanhas por uns quarenta dias até chegarmos a um rio muito largo chamado Paraibuna. <sup>(8)</sup>

O Caminho dos Guaianazes ou de Paraty tornou-se o principal escoadouro do ouro no século XVII. A viagem até o Planalto Mineiro poderia durar de dois a três meses, dependendo das condições climáticas e da distância das áreas mineradoras. É possível imaginar a movimentação da escravaria para alugar aos tropeiros, para ampliar o caminho dos Guaianazes, para pavimentá-la com pé de moleque nos trechos mais pantanosos, para transportar as mercadorias, alimentar as tropas e os animais, construir os casarios e capelas. Aos poucos, Paraty foi ganhando ares de cidade portuária.

---

8. KNIVET, Anthony. *As Incríveis Aventuras e Estranhos Infortúnios de Anthony Kinivet*. RJ: Zahar Editor, 2007: p. 90-92.

Exposta a ataques de corsários, a cidade de Paraty crescia recebendo investimentos em defesa como a instalação de canhões voltados para o mar. Um conjunto de atividades econômicas foi se estruturando: instalação de fazendas para abrigar tropeiros e armazenar a produção em circulação; construções de espaços de trocas comerciais e de estalagens para o pouso; empreendimentos que consistiam no aluguel de mulas e de escravaria para operacionalizar o transporte das mercadorias e; cobranças de tributações pela passagem nos lugares, pelo aluguel de embarcações, etc. Frente ao crescimento da extração aurífera e da necessidade de controle fiscal sobre o ouro, o próprio governador Artur de Sá e Menezes deixou para Garcia Paes, filho do bandeirante Fernão Dias Paes, a incumbência da abertura de um novo caminho que encurtasse o tempo de viagem. A emergência da abertura de um novo caminho vinha ao encontro também da necessidade de favorecer a circulação de mercadorias para o abastecimento dos espaços urbanos que surgiam no entorno das áreas mineradoras. Um outro aspecto a considerar era o aumento do fluxo de pessoas para as Minas Gerais, as condições de pobreza dos chamados desclassificados do ouro e da escravaria tornando a região um terreno propício à rebeldia <sup>(9)</sup>. Tal quadro impunha à coroa pensar sobre os mecanismos de controle e de coerção para manter a ordem colonial <sup>(10)</sup>.

Praticamente até o final do século XVII, o Caminho de Paraty concentrou, exclusivamente, a circulação de pessoas e coisas do Planalto Mineiro ao Rio de Janeiro. O primeiro caminho novo aberto por Garcia Paes foi iniciado em 1699 e concluído em 1704, recebendo várias denominações: Caminho de Garcia Paes, Caminho do Guaguassu ou Goagoassu e Aguassu, Caminho do Pillar de Aguassu e Caminho do Couto. Garcia Paes utilizou seus próprios recursos e escravaria, recebendo em troca sesmarias para si e sua família nas proximidades dos caminhos, a mercê do cargo de Guarda-mor das minas por três anos a partir de 1702, e a concessão para empreender aluguel de embarcações e monopólio pela cobrança de tributos pela passagem do Rio Paraíba do Sul <sup>(11)</sup>.

Enéas Martins Filho, em seu artigo “Os Três Caminhos para as

9. Ver SOUZA, Laura de Melo e. Os Desclassificados do Ouro. RJ: Edições Graal, 1986.

10. SOUZA, MarluCIA Santos de Souza e BEZERRA, Nielson Rosa. Os Caminhos do Ouro na Baixada Fluminense. DC/RJ: Revista Pílares da História, Ano 6, nº7 – maio/2007.

11. MAGALHÃES, Basílio de. Garcia Rodrigues Paes. In Revista do IHGB, Volume I, Número 138, T. 84, 1918.

Minas Gerais” apontou a possibilidade do Caminho do Pilar ter sido aberto do planalto para o litoral, isto é, do norte para o sul. Segundo o autor, “um viajante que partisse do litoral jamais escolheria para vencer a serraria o ponto onde ela se apresenta mais escarpada, mais agreste e mais hostil...”. Ele ainda apresentou documentos oficiais que apontam a saída de Garcia Paes do planalto para o litoral <sup>(12)</sup>.

Faz parte do imaginário social de muitos moradores de Paraíba do Sul reconhecer Garcia Paes como pai fundador do povoado. Os seus restos mortais encontram-se na igreja matriz da cidade onde é lembrado com frequência, principalmente nas datas festivas da cidade.

O novo caminho encurtou a distância entre Minas Gerais e o



---

12. MARTINS FILHO, Enéas. Os Três Caminhos para as Minas Gerais. Congresso Comemorativo do Bicentenário da Transferência da Sede do Governo do Brasil da cidade de Salvador para o Rio de Janeiro. Revista do IHGB, Vol. 1, 1965: 171-21.

Rio de Janeiro, reduzindo o tempo de viagem para 15 dias. Por sua vez, os portos cariocas ampliam suas movimentações e o fluxo de pessoas. No século XVIII, a cidade do Rio de Janeiro já se caracterizava como a porteira do ouro mineiro, vindo a tornar-se sede do governo geral.

No itinerário geográfico, com a descrição dos caminhos, estradas, roças, sítios, povoações, vilas, rios, montes e serras que há na cidade do Rio de Janeiro até as Minas Gerais, elaborado por Francisco Tavares de Brito em 1732, podemos identificar o percurso do Caminho de Garcia Paes:

Parte-se da cidade do Rio de Janeiro em lancha e se entra pelo Rio Iguaçu, e em uma maré se chega ao sítio do Pilar; e daqui em canoa pelo rio acima se vai ao Couto; aqui se monta a cavalo e se segue a Taquaraçu, ao pé da Boa Vista; sobe-se a serra com bastante trabalho. Do mesmo mais eminente da estrada se vê o mar e a planície da terra em recíproco comércio; goza aqui a vista de um famoso espetáculo... Ao pé desta serra, da parte norte, estão situadas as roças do Silvestre; Bispo; Governador; Alfêres; Rocinha; Pau Grande; Cavaruaçu; Dona Maria Taquaraçu; Dona Maria Paraibuna – passa-se um rio deste nome...<sup>(13)</sup>

A abertura do Caminho de Garcia Paes ou do Pilar transformou as cercanias da Guanabara em elo de ligação do porto carioca com o Planalto Mineiro, o que por sua vez, valorizou a propriedade rural nos arredores, desencadeou um processo da ocupação serrana, diversificou as atividades econômicas com vistas ao abastecimento das cidades auríferas que surgiam no entorno das minas. O aquecimento econômico gerou uma ampliação no trânsito de escravos no fundo da Baía, movimentando tanto a produção rural, quanto as relacionadas aos entrepostos comerciais e aos ofícios típico da escravidão urbana. Nielson Rosa Bezerra caracterizou esse território do Recôncavo Guanabara, em sua obra, *Chaves da Liberdade*, como área de confluência dos tipos de escravidão rural e urbana.

Além do caminho pelo mar, na obra de Antonil, editado pela primeira vez em 1711, o autor descreve o Caminho do Pilar por terra firme:

13. FIGUEIREDO, Luciano Raposo de e CAMPOS, Maria Verônica (orgs). *Códice Costa Matoso*. Vol. I e II. BH: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999: 11.



Partindo da cidade do Rio de Janeiro por terra firme, com gente carregada, a primeira jornada se vai à Irajá; a segunda ao engenho do alcaide-mor, Tomé Correia; a terceira ao Porto do Nóbrega no no Rio Iguaçu, onde há passagem de canoas e saveiros; a quarta ao sítio que chamam de Couto <sup>(14)</sup>.

Até 1720, o único percurso partindo do Pilar para Minas era o do Couto. Ao chegar no porto, era preciso alugar canoas menores para seguir do Rio Pilar ao Xerém (atualmente, uma parte desse rio é nomeado de Calombé) até o sopé da serra.

Segundo Maria Beatriz Leal, o sargento-mor Bernardo Soares de Proença, morador do Suruí, recebeu uma sesmaria serra acima em Inhomirim, em 1721. Não se sabe se as terras recebidas fora fruto de



**Plano Geral dos Projetos de Canalização dos rios Xerém e Mantiquira** (Arquivo Nacional)

14. ANDREONI, João Antônio. *Cultura e Opulência do Brasil*. SP: Cia Editora Nacional, texto da edição de 1711: 288.

mercê pela proposição da abertura de uma variante que encurtasse ainda mais a viagem para as Minas Gerais ou se para ampliar o controle de possíveis contrabandos serra acima. Ainda há de se considerar a possibilidade de Proença desejar favorecer a circulação de sua produção em direção ao Rio de Janeiro, se prontificando a financiar a construção do caminho de sua propriedade (atual alto da serra de Petrópolis) até a Baía da Guanabara. É possível que tenha aproveitado alguma picada ou trilha já existente. Utilizou a mão de obra de seus escravos e de nativos na empreitada, sendo a obra concluída em 1724. Vale lembrar que Proença, posteriormente, tornou-se tenente coronel, graças aos préstimos em favor da coroa portuguesa <sup>(15)</sup>.

No requerimento emitido pelo tenente coronel Bernardo Soares de Proença, no início do século XVIII, solicitando a autorização para abertura de um outro caminho para as Minas Gerais por Inhomirim, podemos identificar os argumentos utilizados por ele para convencer as autoridades da viabilidade da nova rota:

1. A vantagem do escoamento dos quintos por caminhos mais suaves e mais curtos;
2. A comodidade oferecida por ser o lugar habitado por vários moradores;
3. A existência no lugar de vários portos na barra do Inhomirim e serra acima;
4. A facilidade do desembarque de pessoas e de cavalaria sem as pensões que há no Rio Guaguassu, sem a necessidade de se fazer baldeação com canoas menores e;
5. As custas da abertura do novo caminho ficar por conta do empreendedor. <sup>(16)</sup>

Os argumentos convenceram a Coroa Portuguesa e as obras da variante ou do novo caminho iniciaram. O caminho era mais alargado para favorecer a passagem das tropas e reduziu pela metade o tempo de viagem comparando-se com o Caminho de Paes.

Bernardo Soares e os demais moradores de Inhomirim pretendiam com esse caminho valorizar suas propriedades, alargar as fronteiras de suas atividades econômicas e aproximar ainda o local

15. LEAL, Maria Beatriz. Recordo-me de ti, terra bendita. Centenário da Matriz de Raiz da Serra 1900-2006. RJ: Editora Vide, 2006: 31.

16. MARTINS FILHO, Enéas. Os Três Caminhos para as Minas Gerais. Congresso Comemorativo do Bicentenário da Transferência da Sede do Governo do Brasil da Cidade de Salvador para o Rio de Janeiro. Revista do IHGB, Vol. 1, 1965.

a Minas Gerais. Por sua vez, encontravam resistência entre os moradores das áreas beneficiadas pelo Caminho do Garcia Paes como Meriti, Pilar, Iguaçú e Serra do Couto. Francisco Gomes Pereira, morador do Rio de Janeiro e vizinho de fazendeiros do Aguassu, enviou uma petição ao Conselho Ultramarino para solicitar o impedimento da abertura do Caminho do Inhomirim. Utilizou como justificativa a dificuldade do controle fiscal do ouro e do contrabando. Fica claro que as disputas em jogo não são insignificantes e no caso específico, apesar dos reclamos dos moradores de Aguassu e do Pilar, o caminho de Inhomirim foi aberto, recebendo posteriormente autorização oficial. Enquanto pelo Caminho do Pilar, o tropeiro e o viajante gastavam em média 15 dias de viagem, pelo do Inhomirim gastavam 5 a 7 dias <sup>(17)</sup>.

O Caminho do Proença tornou-se o principal escoadouro do ouro na América Portuguesa. No traçado do caminho, novas ocupações e propriedades surgiram, as trocas comerciais se intensificaram nos entrepostos e o Porto Estrela experimentou um crescimento vertiginoso do seu arraial. Em contrapartida, o Caminho do Pilar na travessia do Couto foi perdendo importância. Ainda no século XVIII, o ouro foi se escasseando e o café inicia a sua marcha no Rio de Janeiro a partir do final da década de 70. Já no século XIX, pelo Caminho do Proença, as tropas circulam café, toucinho, queijo, farinha, aguardente e outras mercadorias que movimentam as trocas comerciais entre o Rio de Janeiro, Minas Gerais e África. Além disso, as fazendas instaladas nas margens e arredores do caminho mantinham o tráfego aquecido.

Segundo Pondé, a intensa movimentação no Caminho do Proença das tropas e cargas provocava situações de perigo frente aos lamaçais e nevoeiros, principalmente no inverno. Diz ele:

...O vice-rei D. Fernando José de Portugal houve por bem determinar a sua melhoria e calçamento, dos quais foi encarregado o capitão Aureliano de Souza Oliveira, da infantaria, mas com boa tarimba em obras de engenharia...

Ernest Ebel que a conheceu em 1824, dissera representar, sem exagero, um trabalho de gigante, comparável às grandes obras dos romanos e às afamadas estradas de Napoleão I, tanto pela dificuldade de construção como pela utilidade...

17. SOUZA, MarluCIA Santos de Souza e BEZERRA, Nielson Rosa. Os Caminhos do Ouro na Baixada Fluminense. DC/RJ: Revista Pílares da História, Ano 6, nº7 – maio/2007.



Porto Estrela, Aquarelas de Thomas Ender



Caminho de Inhomirim ou do Proença em 2008, Arquivo CRP/UDC



Bela da Quarebara nas proximidades do Porto Estrela e o Porto Estrela, Aquarelas de Thomas Ender



Caminho de Inhomirim, Aquarelas de Thomas Ender



**Fonte: Pequena Planta para se ver a Estrada de Minas desde o alto da Serra até o Porto Estrela**  
Acervo do Arquivo Nacional

Em 1808, as obras do Caminho do Inhomirim foram finalizadas. Segundo o brigadeiro Cunha Matos, em 1823, as casas do arraial do Porto Estrela eram um pouco mais de cem. Elas eram baixas, de pau a pique, algumas eram de tijolo, poucas de alvenaria cobertas com telhas e, um bom número, não eram rebocadas, muitas casas eram cobertas de sapê. Havia várias lojas de fazendas, de secos e molhados, grande

armazém de sal, muitos ranchos ou armazéns abertos e fechados. É inúmera a quantidade de mulas de sela e carga, descarregadas, de cavalos e de pessoas em movimento. Antes de chegar ao Porto Estrela ainda se avista o Armazém ou depósito de pólvora.<sup>(18)</sup>



**Porto Estrela - Burchell**

18. MATTOS, Raymundo da Cunha. Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás Volume II. RJ: Itatiaia, 1836.





Ruínas do Porto Estrela, da Igreja N. S. dos Mares e Caminho do Proença





Ruínas do Porto Estrela, da Igreja N. S. dos Mares e Caminho do Froença em 2002





**Povoado de Inhomirim no século XIX.** Acervo Arquivo Nacional

George Gardner narrou a sua viagem de retorno das Minas Gerais para o Rio de Janeiro. O Caminho do Proença ou do Inhomirim e o Porto Estrela foram retratados por ele em 1840:

A estrada, que desce da Serra em ziguezague, tem cerca de uma légua de extensão, é bem construída, bem calçada com grandes blocos de pedra e está excelentemente conservada. Mas, como era um tanto escarpada em alguns lugares, preferi descê-la a pé e não a cavalo. Um pouco além do pé da Serra passamos por Mandioca, propriedade que outrora pertenceu a Langsdorf, falecido cônsul geral da Rússia no Brasil e célebre viajante. Foi convertida em fábrica de pólvora e pertence agora ao governo.

...Pouco adiante de Mandioca, paramos num grande rancho, donde, depois de postas em ordem as coleções feitas nesta jornada, parti sozinho para o Porto Estrela, com a intenção de embarcar ali, ao anoitecer, para o Rio de Janeiro, a fim de ter um lugar pronto para receber minha bagagem, antes que esta chegasse. A distância que tinha ainda de percorrer a cavalo era de cerca de três léguas, por uma planície geralmente pantanosa, muito semelhante à que fica em Piedade (Magé) e o começo da subida para a propriedade de Mr. March.

A tarde ia adiantada quando cheguei à aldeia de Porto Estrela e, como as barcas só podiam partir para a cidade depois que deixar de soprar a brisa do mar, percebi que chegara cedo demais; e como ainda não havia jantado, procurei lugar onde pudesse achar alimento, interrogando o menino da venda donde partem as barcas, este me disse que costumavam preparar ali as refeições para os passageiros e, se eu quisesse, ele me providenciaria um jantar. Depois de esperar com larga paciência por mais de duas horas, fui afinal introduzido em uma salinha sórdida ao fundo, onde me serviram um prato de peixe frito em óleo, pirão..., tudo tão sujo que pouco bastou para satisfazer meu apetite.

Quase todas as mercadorias destinadas ao interior embarcam-se no Rio em grandes botes chamados faluas e descarregam-se na aldeia. Os fardos são todos do mesmo peso, para que se equilibrem quando postos no lombo das mulas que os devem levar para o sertão. Há aqui, por isso, grande atividade, visto que nem um só dia se passa sem que cheguem e partam diversas tropas grandes.

Os principais artigos para aqui trazidos do interior são café, queijo, toucinho, marmelada, etc. É uma aldeia solitária, extensa e suja, com poucos atrativos para deter o viajante. Por volta das sete horas da noite fui informado de que o bote que eu alugara estava pronto para navegar; mal, porém me achava a bordo, quando uma trovoadá veio rolando das montanhas, retardando-nos de uma hora de partida.

A aldeia, distante do mar uma milha, assenta nas margens de pequeno rio chamado Inhomirim; e tão lenta foi a navegação, que eram onze horas quando chegamos à sua confluência com a Baía. Existe aqui excelente estalagem com muito boas acomodações como experimentei em ocasião posterior.

Sendo muito fraca a brisa da terra o bote teve de ser impellido a remo quase toda a viagem, razão pela qual só chegamos à cidade às quatro horas da madrugada. Não querendo incomodar qualquer amigo a hora matutina, fiquei no bote até às seis horas.

Dirigi-me então a casa dos senhores Willian Harrison & Cia, onde recebi dos velhos amigos cordialíssimas boas-vindas ao Rio de Janeiro, após a ausência por mais de três anos <sup>(19)</sup>.

---

19. GARDNER, George. Viagem ao Interior do Brasil. BH: Itatiaia e SP: Editora da Universidade de São Paulo, 1975: 235-236.

Em 1846, Estrela foi elevada a categoria de vila, isto é, de município, incorporando as Freguesias do Pilar, de Guia de Pacobaíba, de São Nicolau do Suruí, de Piedade de Inhomirim e de Petrópolis. A Fazenda Córrego Seco já se encontrava sob o domínio da família imperial, vindo a tornar-se a cidade de Pedro, a segunda corte. Nos períodos de verão aumentava ainda mais o tráfego de pessoas para a região serrana. Não se pode esquecer que a década de 40 foi considerada a chamada era do vapor. Embarcações maiores a vapor disputam o mercado com as faluas em direção à Estrela, onde o viajante, se conseguir passagem, poderá embarcar em um ônibus (carruagem) que transporta até dez passageiros. Vale lembrar que em 1844, o governo imperial determinou a abertura de uma outra estrada de maior porte, circundante ao Caminho do Inhomirim na altura da subida da serra, para circular melhor as carruagens. A estrada foi construída por escravos e por colonos alemães e recebeu a denominação de Estrada Normal de Estrela, conhecida atualmente por Estrada Velha de Petrópolis.



**Rio Inhomirim no sopé da serra atualmente. Fotografia/2013**





## PORTO ESTRELA



O porto de Guia de Pacobaíba tornou-se também uma alternativa para as maiores embarcações a vapor, já que possuía maior volume de água no seu ancoradouro. De lá, seguia-se até Bongaba e Fragoso para subir pela Estrada Normal de Estrela.

A era do vapor provocou também a valorização da madeira e do carvão no mercado fluminense. Reservas de matas de muitas fazendas foram devastadas para movimentar esta atividade econômica, por outro lado, intensificou-se a degradação ambiental. Simultaneamente, chegaram as febres, o impaludismo, o cólera...

Em 1850, foi assinada a Lei Eusébio de Queirós proibindo o tráfico externo de escravos africanos. As dificuldades ora estabelecidas na aquisição de mão de obra escrava intensificou o tráfico interprovincial e elevou ainda mais o valor do cativo. Some-se a este cenário a instalação da primeira ferrovia em 1854, interligando o Porto de Guia de Pacobaíba e Bongaba até Raiz da Serra. Agora, o viajante atravessava a Baía da Guanabara de barca a vapor até Guia; pegava-se o trem do Barão de Mauá até Raiz da Serra e; lá pegava-se o ônibus até Petrópolis. Posteriormente, em 1856, foram iniciadas as obras da Estrada União Indústria, integrando o território de Petrópolis até



Subida da Serra dos Órgãos, por Rugendas

Minas Gerais. Em 1857, o município de Estrela perde o território de Petrópolis, que se emancipa.

Apesar do quadro, o município de Estrela se mantinha com a circulação do café, as olarias, a comercialização de madeira, o fabrico de carvão e de mandioca, principalmente.

O Caminho de Inhomirim, em vários trechos, foi sendo utilizados mais para as atividades locais e o Porto Estrela, apesar de se manter como centro administrativo da vila e manter algumas circulações, gradativamente foi reduzindo o seu dinamismo. Vale lembrar ainda que a construção da Estrada de Ferro Pedro II, pelo Estado Imperial, em 1858, provocou um intenso deslocamento econômico, valorizando-se um percurso que se distanciava das rotas fluviais coloniais. Segundo Vânia Fróis, em sua dissertação de Mestrado pela UFF, intitulada *O Porto de Estrela*, a construção da Ferrovia Pedro II foi determinante para a decadência do Porto Estrela, da rota Porto de Guia-Ferrovia do Barão de Mauá e do município de Estrela.

No tempo mais aquecido do Porto Estrela, o Código de Postura da Vila de Estrela revelava a preocupação da boa sociedade do lugar em manter a ordem imperial. Além da proibição do ajuntamento de negros nas tabernas e outros lugares públicos, como previa o Código do Processo Criminal, era ainda proibido ao escravo portar arma, fazer batuque, comprar ervas venosas no boticário e fixar panfleto sob a pena de açoite, prisão e multa para o seu senhor.

Apesar das estratégias de controle, as organizações quilombolas, denominadas pelo Estado Imperial de Hidra de Igoassu <sup>(20)</sup>, já estudadas por Flávio Gomes, foram promessa de liberdade nas cercanias da Guanabara, ainda que por um fio. As lembranças do Quilombo das Laranjeiras, citado por Libaneo <sup>(21)</sup>, o Quilombo de Maria Conga e do Campinho, que ainda mantêm memória e descendência no presente, sinalizaram que rebeldia também foi caminho trilhado na Vila de Estrela. As fugas, os açoites, o silêncio do feiticeiro e a cura assegurada, a luta no trabalho ao ganho como remador para comprar a própria liberdade, o trabalho na lavoura, na manufatura e no entreposto comercial nos permite um olhar mais cuidadoso, mais atento para a complexidade das relações estabelecidas em tempo de escravidão.

20. GOMES, Flávio. História de Quilombolas. Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro- Século XIX. RJ: Arquivo Nacional, 1993

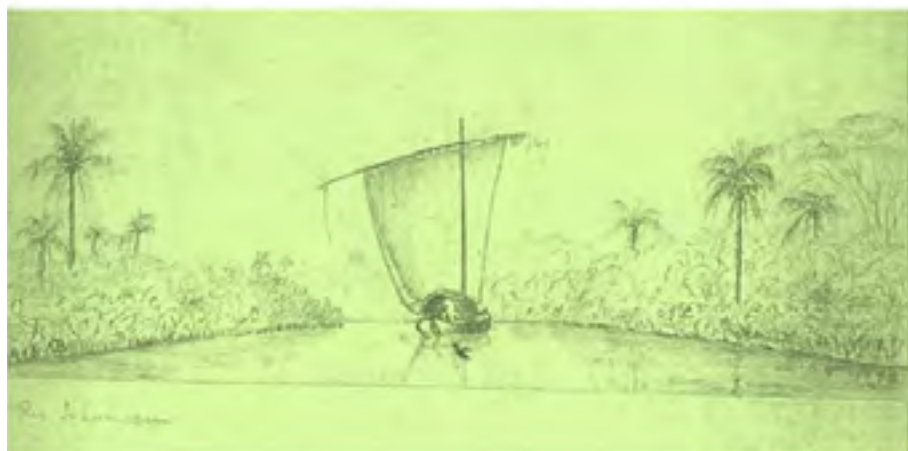
21. LIBANEO. A Casa de Zungú. RJ

Porto e Estação de Guia de Guia de Pacóbalta e embarcação à vapor. Acervo Arquivo Museu Imperial e CRPH/DC



Admissão Passagem a Vapor.





Rio Inhomirim - Burchell



Forto Estrela - Burchell





Instituto Estadual do Patrimônio Cultural  
Secretaria de Estado de Cultura - RJ

**DENOMINAÇÃO**

**Casa de escravos domésticos, cozinha e senzala da Fazenda da Mandioca**

**LOCALIZAÇÃO**

**MUNICÍPIO**

**Estrada Velha da Estrela, SN. Vila Inhomirim – Magé**

**ÉPOCA DA CONSTRUÇÃO:**

**Século XIX**

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:**

**Detalhamento no corpo da ficha**

**USO ATUAL:**

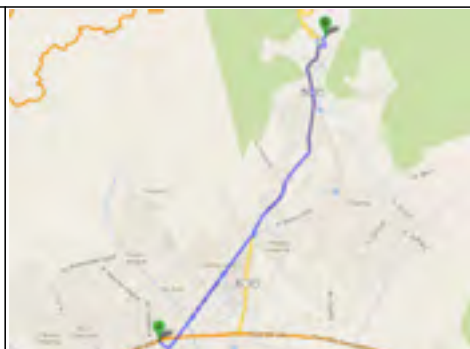
**Moradia de afro-descendentes**

**PROTEÇÃO EXISTENTE:**

**Nenhuma**

**PROPRIEDADE:**

**Funcionário aposentado da Fábrica da Estrela e familiares/ IMBEL**



Dados cartográficos ©2013 Google MapLink



Fonte: Casa de escravos domésticos, cozinha e senzala da Fazenda da Mandioca/Acervo Museu Imperial

Levantado:

Data: maio /2013

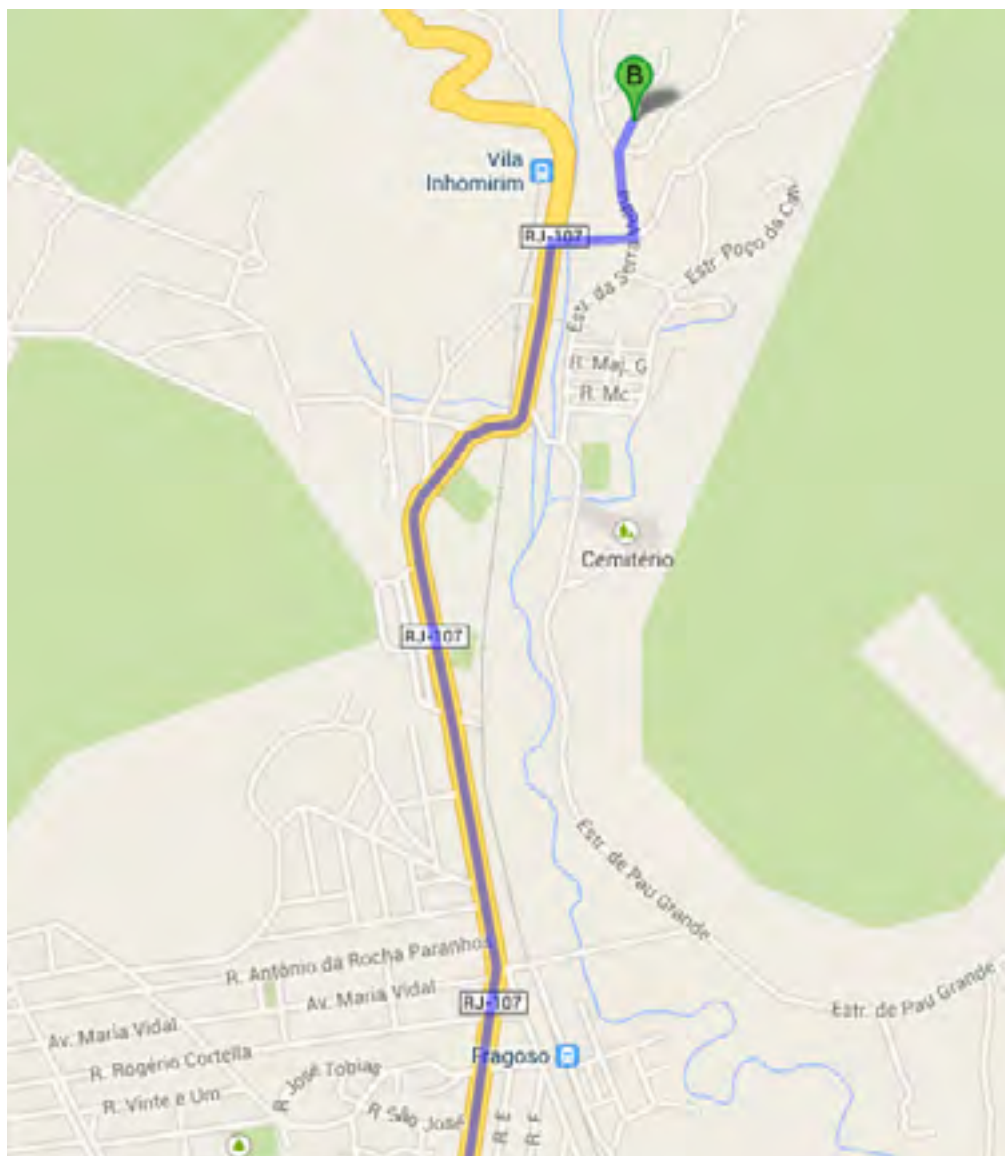
Revisado:

Data: setembro/2013



**Localização das ruínas da Fazenda da Mandioca,  
da Casa dos escravos domésticos,  
cozinha e senzala**





Dados cartográficos ©2013 Google MapLink

## HISTÓRICO

A edificação abaixo é conhecida na localidade como a casa dos escravos domésticos, cozinha e senzala da Fazenda da Mandioca. Segundo o senhor Aluísio, morador atual e ex-trabalhador da Fábrica da Estrela, ele recebeu autorização da IMBEL para residir na propriedade. Em 1973, durante as comemorações do sesquicentenário da Independência do Brasil, Renato Peixoto dos Santos, publicou a obra *Fábrica da Estrela (Imperial Fábrica Imperial) do Império aos nossos dias, servindo o Brasil*, com o apoio da Fábrica da Estrela, da Prefeitura e Câmara de Magé, das indústrias e empresas de ônibus da cidade. O autor apresenta na obra um breve histórico da Fazenda da Mandioca e duas fotografias da casa, fazendo referências a elas. A edificação está situada na subida do Caminho do Inhomirim ou Caminho do Proença, no sopé da Serra de Estrela, na atual Raiz da Serra/Magé. Nesta casa reside atualmente o senhor Aluísio e sua família. Outras moradias foram construídas no terreno pelos familiares. A casa fica em frente as ruínas do casarão da Fazenda da Mandioca.



**Casa dos escravos domésticos da Fazenda Mandioca.** Fotografia de 2013









**Entrada do terreno.  
A casa está localizada  
nos fundos do terreno**  
Fotografias de 2013

Senhor Aluísio, ex-trabalhador da Fábrica da Estrela, é o morador atual da antiga Casa dos Escravos da Fazenda Mandioca.

O terreno abriga casas mais recentes dos filhos, uma verdadeira aldeia familiar. O patriarca recebeu da Fábrica Estrela autorização para morar no espaço com sua família.

Segundo o seu depoimento de abril de 2013, ele nasceu em Minas Gerais e chegou a Inhomirim com sua esposa em 1962. Tinha vinte e dois anos na época. Residiu, inicialmente, na casa da sogra. Os parentes que trabalhavam na Fábrica da Estrela conseguiram uma vaga para ele. Seu ofício era carpinteiro. A Fábrica autorizou a sua ocupação da Casa dos Escravos.

O senhor Aluísio reconhece a importância deste patrimônio para a História da Baixada Fluminense e do Brasil. Portanto, todas as vezes em que lhe é solicitado, ele acolhe os visitantes interessados em conhecer a senzala.



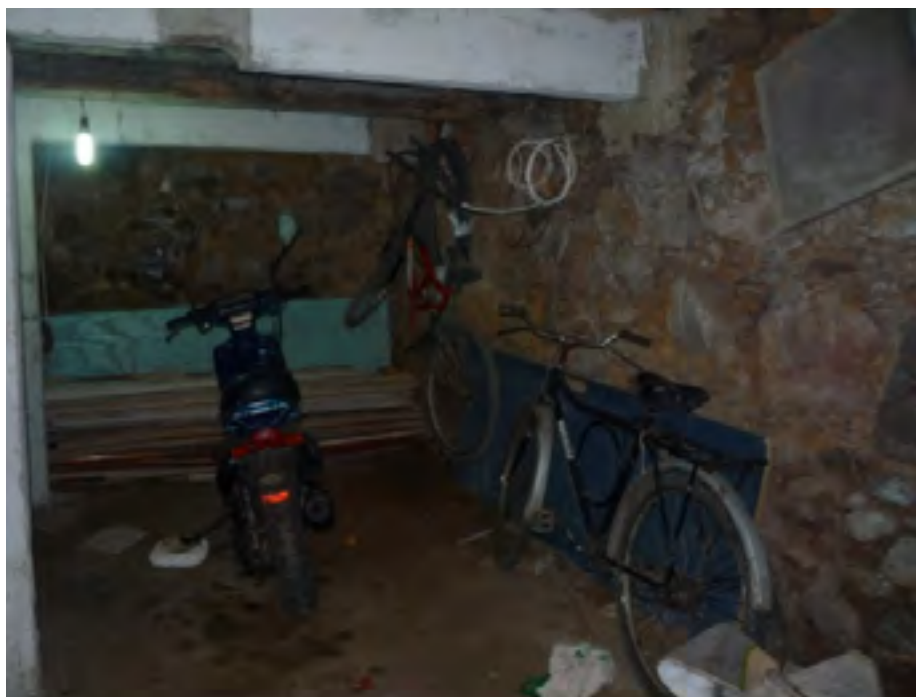
**Casa dos escravos domésticos em cima. Nos fundos e ao lado, podem ser vistos os paredões da antiga cozinha da Fazenda Mandioca.** Fotografias de 2013



**Entrada da antiga senzala. Não há janelas no espaço**



**Em baixo da casa, fica um depósito conhecido como senzala da Fazenda Mandioca. Atualmente, a senzala tornou-se um guardador de moto, bicicleta, escada, madeiras, ferramentas, etc. Fotografias de 2013**





**Ruínas da Fazenda da Mandioca em 2006.** Fotografia: Marlucia Santos de Souza

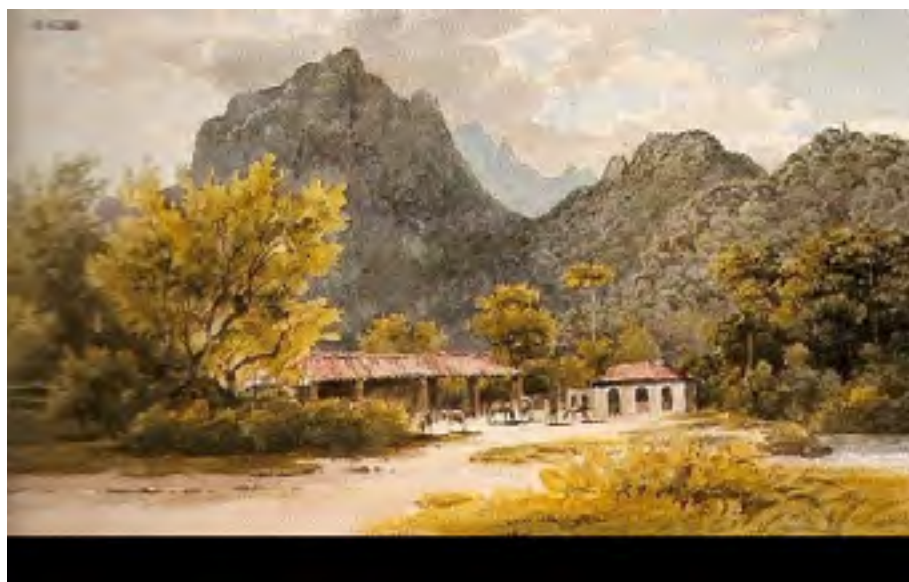






Casa dos Escravos e Senzala

Fazenda da Mandioca. Aquarelas de Tomas Ender





## HISTÓRICO

A casa dos escravos da Fazenda da Mandioca estava anexada à cozinha. Era comum nas fazendas do século XIX, a existência de uma cozinha de fogão e forno a lenha fora do interior do casarão, em uma edificação próxima. No caso específico do palácio da família imperial, atual Museu Imperial, a cozinha estava localizada a vários metros de distância, no atual centro comercial de Petrópolis. Na Fazenda Pau Grande, no Médio Paraíba, a cozinha também ficava em uma casa depois das tulhas de café. Assim, os escravos transportavam as refeições com suporte munidos de carvão aceso em baixo das baixelas ou vasilhames, mantendo assim, aquecidas as refeições. Os escravos mais antigos e de confiança do senhor tinham mais liberdade de circulação residindo muitas vezes em cabanas ou casas de escravos. Os outros eram trancafiados em senzalas durante à noite e somente quando a manhã nascia eram acordados para o trabalho.

As memórias de Rugendas sobre as construções existentes nos engenhos do Brasil no século XIX foram apresentadas em sua obra *Via-gem Pitoresca através do Brasil*:

As construções do engenho são as seguintes: residência do proprietário ou administrador, com uma pequena cocheira para os cavalos de cela; cabanas dos negros, quase sempre enfileiradas em linhas iguais dos dois lados da casa e formando uma espécie de pátio; moenda, alambique e casa de pulgar... As grandes plantações têm, quase todas, uma capela particular, e todas devem ter um lugar especialmente reservado ao culto. O cepo a que se amarram os negros recalcitrantes acha-se quase sempre na casa do alambique. As fazendas com trinta ou quarenta escravos e mais ou menos o número de cavalos e bois são consideradas importantes; mas as de primeira ordem têm pelo menos oitenta negros. Não é necessário tão grande o número de construções nas fazendas em que só se cultivam a mandioca, o milho, o feijão e o algodão; ... Nelas há apenas uma residência para o colono e sua família, cabanas para os negros, cocheiras e um rancho para abrigar da chuva as ferramentas e as colheitas, bem como os animais de carga e os escravos dos viajantes. Acrescente ainda uma pequena moenda para a mandioca... Os edifícios formam vários pátios cercados de muros, dentre os quais se prendem o gado e os carneiros. Bem próximo da casa e em torno dela, há campos e jardins que fornecem legumes e frutas aos habitantes.

No período colonial e nas primeiras décadas do século XIX, boa parte dos casarões eram ainda de pau a pique, de madeira ou erguidas a partir do ajuntamento de pedras. Com o crescimento das olarias, foi crescendo o número de casarões de alvenaria, principalmente a partir do século XVIII e XIX. Inicialmente, eram casarões de um único andar e com o tempo e a melhoria da fazenda, os casarios foram sendo ampliados, ganhando sobrados.

O luxo interno, o alargamento do número de cômodos, o uso dos papeis de paredes franceses, os mobiliários mais sofisticados, a presença dos pianos, dos salões para os sarais e dos jardins espelhados pelo modelo francês (Belle Époque francesa) chegaram com a expansão do economia cafeeira no Médio Paraíba.

As fazendas instaladas nos sopés das serras do Tinguá, da Estrela e dos Órgãos, após a abertura dos caminhos novos do ouro e da expansão cafeeira no século XIX, se caracterizaram pela presença da estrutura narrada por Rugendas, combinadas com as peculiaridades do território: 1. lugar de passagem dos tropeiros, dos artistas e viajantes que se dirigiam aos sertões; local de produção inicial do café como afirma Waldick Pereira, em sua obra *Cana, Café e Laranja*. O autor mapeou na Baixada Fluminense 16 fazendas de café no século XIX; território de recepção e armazenamento do café advindo do Médio Paraíba; área rural e periférica que guarda vestígios da escravidão urbana, sendo portanto, de confluência como afirma Nielson Rosa Bezerra, na sua obra *Chaves da Liberdade*.

A presença da produção açucareira ainda que cada vez mais incipiente, a crescente produção de farinha, a criação de gado, de carneiros, de mulas e aves, a presença das olarias, o fabrico de telhas, tijolos, cal, carvão e anil compunham o legue produtivo destas fazendas. No sopé de serra, é possível ainda encontrar uma diversificada produção agrícola e a existência de um pomar com frutas como morango, pêssego, etc.



**Aldeia nas margens de Inhomirim no século XIX. Observe as construções de pau a pique.  
Desenho de Burchell**

As propriedades situadas nos lugares de intensa circulação de pessoas e coisas possuíam, em suas fronteiras, tabernas, ranchos para pousio dos viajantes e dos escravos e espaço para renovar as ferraduras das mulas. Era possível ainda alugar nas propriedades escravos tropeiros que conheciam os caminhos e até escravos naturalistas que sabiam como recolher amostras para as coleções dos cientistas; mulas, carros de bois e leiteiras para a realização das viagens por terra. Era ainda comum o pagamento de quantias pela passagem dos rios, de alimentação e estalagem quando havia. Jonh Luccock mencionou em uma de suas narrativas a existência de uma taberna na Fazenda do Iguaçu. Na fotografia abaixo é possível ver a taberna da Fazenda Anhangá, nas margens do Rio Imbariê.





**Interior de rancho para tropeiros e viajantes, de uma fazenda próxima ao Porto Estrela  
Desenho de Burchell**

Todo o trabalho de cuidar das mulas, carregar e descarregar, acender a fogueira, cozinhar, guiar o viajante, abrir caminho, construir as moradias, plantar, colher, ferrar, tecer, moer, fabricar e remar era trabalho do escravo.

A Fazenda da Mandioca estava dentro deste contexto. Segundo Peixoto dos Santos, as terras da fazenda foram uma sesmaria concedida a Antônio Toledo Souto Mayer em 1676. No século XIX, a Fazenda da Mandioca pertencia ao sargento-mor Manuel Joaquim de Oliveira Malta e, em 28 de setembro de 1816, foi vendida para o consul da Rússia no Brasil, Langsdorff. A propriedade limitava-se com a Fazenda da Cordoaria e a do Velasco, localizada nas margens do Caminho do Proença ou do Inhomirim. A hospitalidade e o perfil acadêmico de Langsdorff transformou a Casa da Mandioca em casa da ciência. Viajantes e naturalistas passaram pela Mandioca descrevendo-a. Rugendas, Burchell e Thomas Ender, entre outros, deixaram registros iconográficos da fazenda. Vários foram os relatos descritivos deixados por Spix, Martius, Saint-Hilaire, J. Pohl e tantos outros. A fazenda possuía uma produção agrícola diversificada, um jardim botânico, uma biblioteca invejável e várias coleções de ciências naturais.

Segundo Boris N. Komissaro, professor titular do Departamento de História da Universidade Internacional de Estudos Langsdorff, o consul descobriu o Brasil em 1803, durante uma viagem de circunavegação em um navio russo chegando a Florianópolis.

Em 1803, começaram as regulares viagens de circunavegação dos navios russos, que tinham como objetivos ligar São Petersburgo com a América Russa. A Baía da Guanabara tornou-se escala constante e predileta neste percurso... Em 1807, Alexander I assinou com Napoleão o Pacto de Tilsit e uniu-se ao bloqueio continental da Inglaterra. Interromperam-se então as tradicionais ligações econômicas russo-inglesas, cessou a exportação para a Inglaterra de cereais e ferros russos, e a importação dos produtos tropicais efetuadas pelos ingleses. Nestas condições, a Rússia tentou ativar o comércio com os países da Ásia, com os Estados Unidos, com as repúblicas da América do Sul, então em guerra com a Espanha, e, é claro, também com o Brasil, onde estava estabelecida desde 1808 a Corte de Bragança...

SILVA, Danuzio Gil Bernardino da (org.). *Os Diários de Langsdorff Volume I*. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; RJ: Fiocruz, 1997: XIV.

As relações comerciais dos russos com o Rio de Janeiro tornaram-se mais íntimas com o começo da guerra de 1812. Neste conflito, São Petersburgo e o Rio de Janeiro participaram no mesmo campo estratégico anti-napoleônico. Para a capital brasileira foi enviado Fedor Pahlen, como ministro plenipotenciário, e estabelecido o Consulado Geral, que Langsdorff assumiu em 1813. Em dezembro de 1815, após a criação do Reino Unido de Portugal e Algarves, Langsdorff chegou ao Brasil para afirmar as relações comerciais e de aliança. Assim, em 1816, Langsdorff comprou a Fazenda da Mandioca.

Em 1818, Langsdorff retornou para a Rússia para preparar a sua expedição pelo Amazonas e somente em 1822, retornou acompanhado de mais de 90 alemães e, entre eles, duas dezenas de famílias de artesãos. Dos que chegaram, 80 alemães foram para Fazenda da Mandioca. Assim, Langsdorff instala a primeira colônia alemã no Brasil. As primeiras colônias alemãs só foram instaladas no sul do país em 1824.

Quando em 1822 foi proclamada a independência, Petersburgo considerou este ato uma traição a D. João VI, não reconhecendo o império. Durante o período de 1822/1824, Langsdorff organizou a expedição pelo território fluminense pouco desbravado. Em 1825, a expedição chegou a Minas Gerais; de 1825 a 1826, a São Paulo; e de junho de 1826 a janeiro de 1827, chegou no Paraná, Paraguai e Cuiabá, no Mato Grosso. Até março de 1828, exploraram Mato Grosso, chegando no mesmo ano no Amazonas. Vários cientistas e artistas participaram desta expedição, entre eles podemos citar Rugendas, Aime-Adrien Tau-



nay, que morreu afogado ao atravessar o Rio Guaporé em 1828, e Florence. Ainda em 1828, Langsdorff sofreu imensamente com febres que o deixou bastante debilitado, com perda de memória que o impediu de continuar suas pesquisas para sempre, retornando para a Rússia.

A Fazenda da Mandioca em 1828, já não pertencia ao barão de Langsdorff. Em 1824, o governo imperial já havia desapropriado três fazendas no sopé da serra para instalar a Fábrica da Estrela: Mandioca, Cordoaria e a do Velasco. Apesar da desapropriação, no período de 1816 a 1824, a fazenda esteve sob a administração de Lagsdorff. O esforço em modernizar a produção da fazenda com o uso de arado, da policultura e da mão de obra de trabalhadores livres europeus poderia sugerir que o barão não tenha utilizado a mão de obra escrava do africano. Todavia, podemos reconhecer a presença escrava nas aquarelas de Rugendas, nos diários do barão e, principalmente, na preservação de uma das senzalas.

Ao pensarmos as senzalas das fazendas instituídas nas fronteiras do que chamamos atualmente de Baixada Fluminense e no estado do Rio de Janeiro, encontramos registros, narrativas de memórias e edificações sobreviventes ou em ruínas como é o caso da senzala da Fazenda de São Bernardino. Rugendas pintou uma aquarela de uma casa de escravos e a francesa Adéle Toussaint-Samson descreve com precisão as senzalas da Fazenda de São José, situada em Santo Aleixo, no sopé da Serra dos Órgãos, não muito distante da Mandioca. Segundo ela, a fazenda possuía 120 escravos, sendo portanto considerada de grande porte. Havia mais ou menos 70 senzalas na frente da habitação e em toda a volta, dispostas em círculos. Ela descreveu uma senzala:

... Um tipo de choupana feita de terra e lama, com folhas secas de bananeira por telhado, triste abrigo onde a água penetra quando chove, onde o vento sopra de todo lado e de onde sai uma horrível fumaça à hora em que o negro ali aquece a sua refeição da noite, pois a senzala não tem chaminé nem janela, de sorte que o fogo é feito com um molho de lenha, muitas vezes verde, aceso no meio do quarto.

TOUSSAINT-SAMSOM, Adéle. Uma Parisiense no Brasil. RJ: Ed. Capivara, 2003: 118.



**Casa de escravos. Aquarela de Rugendas**

Ao se referir a um grande número de senzalas, Adèle nos permite reconhecer as diversidades de situações de moradia escrava que vai até a existência de apenas uma senzala que abrigava um grande número de escravos como era o caso da senzala da Fazenda da Mandioca, até a presença de várias senzalas abrigando um número menor de cativos. Encontramos situações diversas como a da Fazenda Murycana, em Paraty, onde a senzala ficava dentro do Alambique, no sótão, sendo retirada a escada de descida após a entrada dos escravos, deixando-os trancafiados até que o feitor a reabrisse para o trabalho no dia seguinte; a de São Bernardino, em Igoassu Velho, onde havia uma senzala para os escravos mais confiáveis e disciplinados e uma outra, com troncos e instrumentos de tortura, para os chamados escravos rebeldes, dispostas no formato retangular, na lateral do casarão, juntamente com o espaço de abrigar o carro de boi fazendo barulho e perfumando o espaço. No caso específico da Mandioca, havia as moradias para os colonos alemães, a casa de escravos juntamente com a cozinha para abrigar os escravos domésticos de confiança e a senzala situada no sótão, sem janelas.

O olhar de Adèle sobre uma fazenda situada no Recôncavo, no sopé da serra, vizinha da Mandioca, pode favorecer uma maior proximidade com o cotidiano escravo neste território e no século XIX. Optamos por trazer alguns relatos temáticos:

### O FEITOR

Terminado o jantar, nosso anfitrião mandou chamar seu feitor, um velho negro chamado Ventura, que vejo ainda com sua boa cara honesta e grave. Ele chegou, escoltado por dois outros negros altos, que eram seu lugar-tenentes: todos três tinham por vestimenta apenas uma espécie de camisa grosseira, posta por cima de suas calças de lona para velas. Sobre seus ombros estavam jogados uma espécie de andrajos, que deviam ter sido capas ou paletó em tempos remotos. Eles giravam em uma das mãos o chapéu de palha grossa, enquanto a outra estava munida de um comprido bastão com ponteira de ferro e Ventura segurava o chicote, insígnia de comando.

TOUSSAINT-SAMSON, Adèle. Uma Parisiense no Brasil. RJ: Ed. Capivara, 2003: 116.

### O AMANHECER DA ESCRAVARIA E A DIVISÃO DO TRABALHO

Postado nas portas da senzala, o feitor empunhava um chicote conferindo os que tardavam em sair. Ô patife! Puxa p'ra fora!”, gritava o velho Ventura. Formados em três grupos de mais ou menos vinte cinco negros e negras cada um, seguiram destinos diferentes, um dos quais dirigidos por Ventura, tomou o caminho do mato. Outro, acompanhado de um carro de bois “com imensas rodas de madeira maciça” em direção ao canavial, e o terceiro para as plantações. Seguiu com um dos pequenos pastores os animais de chifres, um segundo o seguiu com o rebanho de carneiros, as barreiras abriram-se e todo aquele gado humano partiu com o outro para o trabalho.

TOUSSAINT-SAMSON, Adèle. Uma Parisiense no Brasil. RJ: Ed. Capivara, 2003: 120-121.

Ainda se sabe pouco sobre a vida do escravo na Mandioca, mas encontramos registro de situações vividas pelo escravos no diário de Langsdorff. Identificamos o trabalho dos escravos nas expedições de Langsdorff como a de ferrar as mulas, carregá-las e descarregá-las todos os dias, armar o acampamento na mata quando não era possível encontrar abrigo nas fazendas, caçar para complementar a refeição, cozinhar, ajudar no recolhimento e no condicionamento das espécies da fauna e da flora, etc.

## *O diálogo entre a senhor e o feitor*

- O que foi plantado esta semana?
- Arroz senhor.
- Foi começado o corte da cana?
- Sim senhor, mas o rio transbordou, e vamos precisar refazer os canais.
- Envia para lá vinte negros amanhã de manhã .
- Que mais?
- Henriques fugiu.
- O cachorra! Ele foi apanhado?
- Sim senhor, está no tronco.
- Que lhe seja aplicada vinte golpes de chicote e posta a canga no pescoço.
- Sim senhor. Um bando de porcos da mata está devorando todas as plantações de batatas e uma onça foi vista perto da torrente; precisaríamos dos fuzis.
- Fereis três esta noite. É tudo?
- Sim senhor.
- O engenho começará a trabalhar amanhã. Está em condições?
- Sim senhor.
- Está bem. Agora chama os negros para a reza.



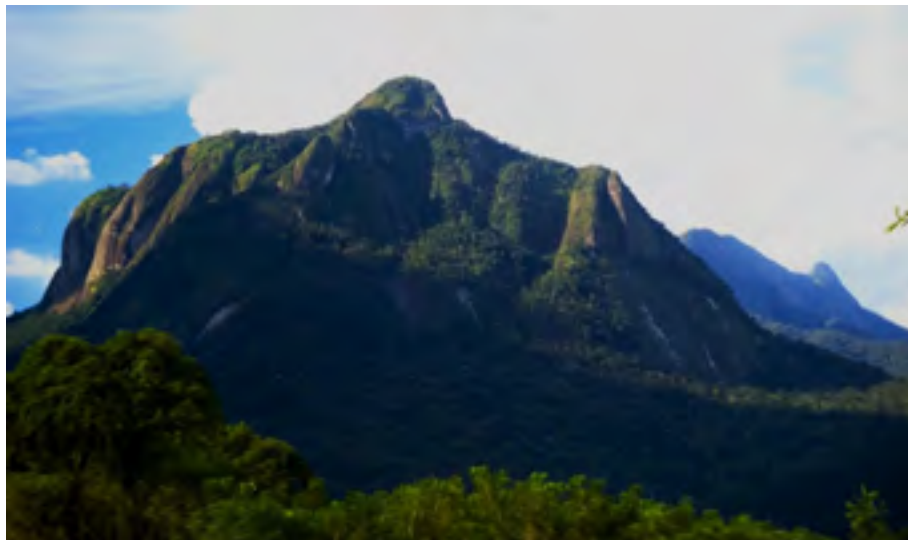


**Fazenda da Mandioca. Aquarela presente na obra de Spix e Martius**

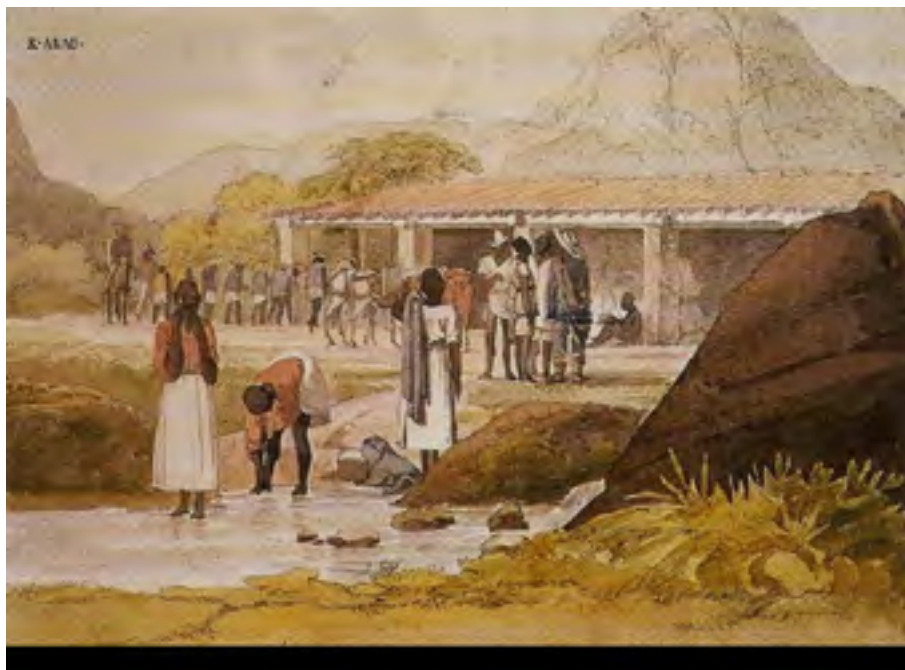


**Fazenda de café situada nas proximidades da Mandioca**





**Fotografia Paulo Martins**



**Fazenda da Mandioca**



Dali, descemos até a planície e chegamos à Fazenda da Mandioca, onde passei a noite num rancho. A fazenda ficava situada numa fértil planície, como uma série de edificações espalhadas por toda ela. Estendia-se desde o sopé da Serra dos Órgãos, que parecia elevar-se perpendicularmente de suas próprias terras e formar ao seu redor um semicírculo eriçado de agulhas.

WALSH, 1828/29: 136.





**Casa de Colonos. Fazenda da Mandioca**





**Caminho do Proença ou do Inhomirim  
e as ruínas da Fazenda da Mandioca**





**Fazenda de café situada nas proximidades da Mandioca**





## Nas Sombras da Diáspora

Patrimônio e Cultura Afro-brasileira na Baixada Fluminense



Instituto Estadual do Patrimônio Cultural  
Secretaria de Estado de Cultura - RJ

### DENOMINAÇÃO

**Fábrica de Pólvora da Estrela, atual IMBEL**

### LOCALIZAÇÃO

**Praca Marechal Angelo M. De Moraes, SN. Vila Inhomirim**

### MUNICÍPIO

**Magé**

### ÉPOCA DA CONSTRUÇÃO:

**Era Joanina (1808-1820)**

### ESTADO DE CONSERVAÇÃO:

**Detalhamento no corpo da ficha**

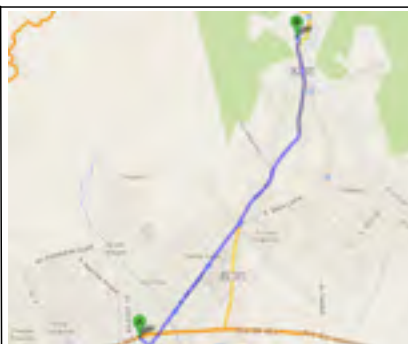
### USO ATUAL/ORIGINAL:

**IMBEL – Fábrica de Pólvora**

### PROTEÇÃO EXISTENTE/PROPOSTA:

### PROPRIEDADE:

**Governo Federal –Exército Brasileiro**



Dados cartográficos ©2013 Google MapLink



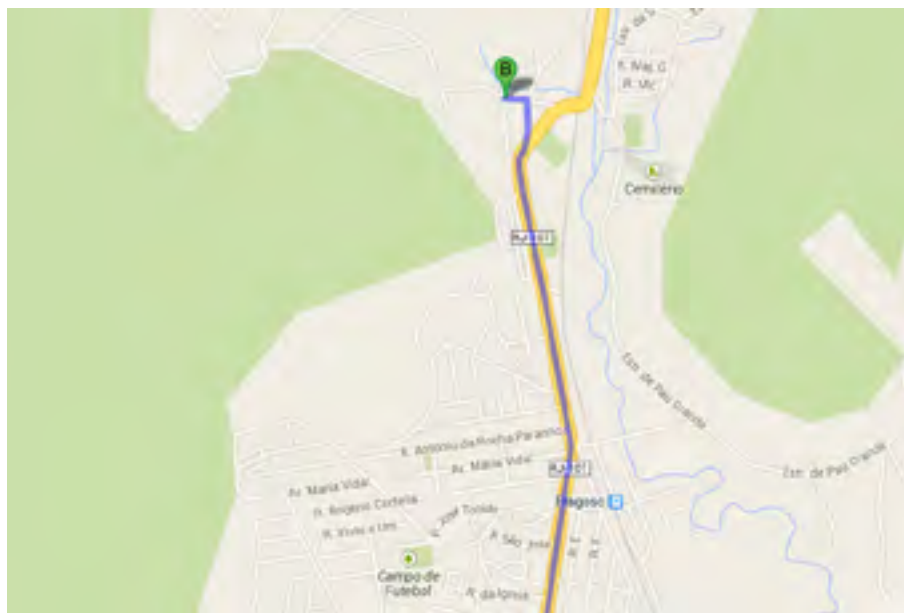
Monumento construído em homenagem aos escravos e africanos livres que trabalharam no fabrico de pólvora. Fotografia de 2008. Acervo CRPH/DC

Levantado: Daniela Carvalho Cavalheiro

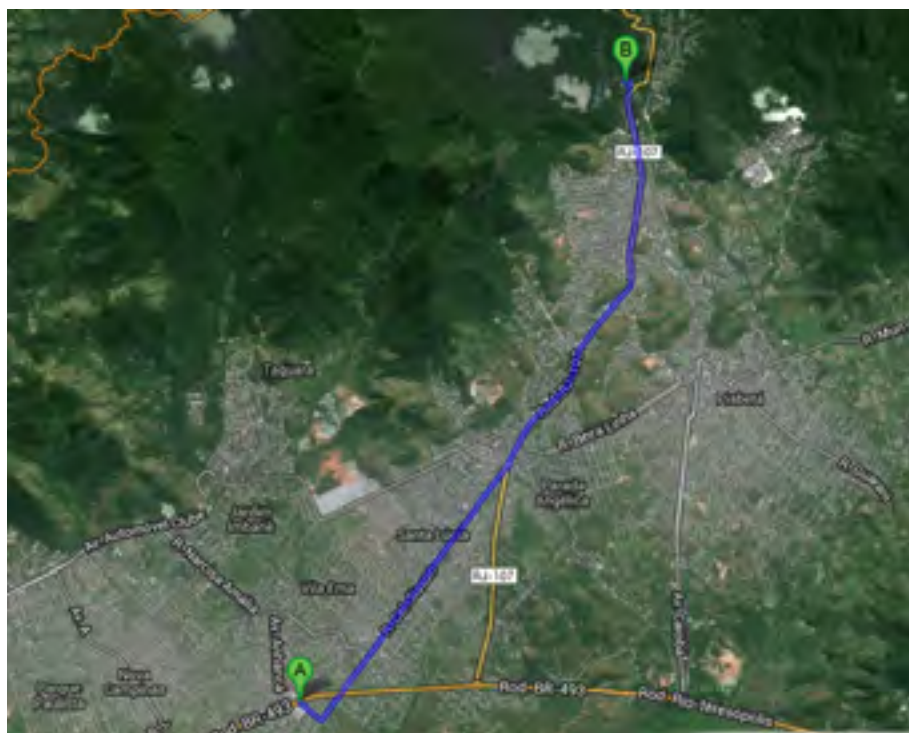
Data: junho de 2013

Revisado: Nielson Rosa Bezerra

Data: agosto de 2013



Dados cartográficos ©2013 Google MapLink



Imagens ©2013 TerraMetrics - Dados cartográficos ©2013 Google

## Histórico

Com o estabelecimento da família real portuguesa no Brasil, cresceu a preocupação com a segurança da Corte. Produzir pólvora era essencial para garantir as defesas do Império Português na América, uma vez que toda a pólvora consumida era produzida na Fábrica de Lisboa. A criação da Fábrica de Pólvora no Rio de Janeiro foi, então, não apenas uma questão de segurança, mas também de independência, uma vez que a Fábrica de Lisboa havia sido ocupada pelos franceses naquele mesmo ano de 1808.

Dessa forma, a Fábrica de Pólvora foi criada em 1808, pelo Príncipe Regente D. João VI. Inicialmente, ela se localizava ‘às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas, na imediação do Forte São Clemente. Desde sua criação, ela era administrada por militares.

O crescimento da malha urbana em Botafogo e a deficiência no abastecimento de água fizeram com que a transferência da fábrica fosse necessária. O lugar a ser escolhido deveria possuir água em abundância, possibilidades de ser cercado com um sistema de segurança eficiente e deveria ser localizado estrategicamente nas imediações para o escoamento da produção. O local escolhido ficava às margens do Rio Estrela, em Inhomirim. Era uma localidade conhecida, pois, desde os tempos da colônia, era um local de passagem para aqueles que iam do Rio de Janeiro a Minas Gerais.



Casario da Fazenda de Cordoaria

Dessa forma, em 1824, D. Pedro I ordena a transferência da fábrica para este local. Ainda neste ano, começaram os estudos da localidade para se decidir qual seria o melhor local para o estabelecimento da fábrica. As imediações da Fazenda da Cordoaria foram o local escolhido. Em julho de 1826, as terras da fazenda já estavam sendo utilizadas para o estabelecimento da Fábrica de Pólvora da Estrela. Seu casarão central serviu como base dos oficiais, se tornando depois residência do inspetor. Com o tempo, outras propriedades foram incorporadas: a Fazenda do viador João Pedro de Carvalho, que localizava-se às margens do Rio Inhomirim e serviu de porto particular da fábrica e porto alternativo ao Porto da Estrela, a Fazenda da Mandioca, propriedade do Barão de Langsdorff que foi comprada em 1829, e a Fazenda Velasco, que serviu, como algumas outras, para aumentar o terreno da fábrica e evitar roubos e invasões pelos vizinhos.

A Fábrica de Pólvora funcionava com um esquema de produção autossustentável, o que significava que, além da produção de pólvora, existia em seu entorno a produção de todo o básico necessário para o sustento de seus trabalhadores. Coexistia, então, o trabalho fabril e o trabalho doméstico. Havia ainda uma capela, hospital, prisão e a casa dos trabalhadores, além da senzala para os escravos da nação. Os trabalhadores empregados nos processos de produção da fábrica eram mistos. Empregava-se o trabalho dito livre e os escravos da nação lado a lado.



**Fazenda de Paulo Moreira em Inhomirim. Cordoaria. Desenho de Burchell**



Um olhar pelo interior do casarão da Fazenda da Cordoaria. No teto o emblema do império, mobiliários do século XIX



Peças do banheiro do casarão da antiga fazenda da Cordoaria – Fábrica Estrela



A construção da Fábrica da Estrela se mostrou muito lenta, sendo concluída apenas em 1831, ano em que a unidade da Lagoa Rodrigo de Freitas foi desativada. Nesse momento, existiam 129 escravos da nação na fábrica, sendo 10 casais e seis com filhos.

A Fábrica de Pólvora da Estrela contava com elementos que a caracterizavam como uma pequena cidade, com hospital, prisão, fazenda para o sustento dos escravos e uma capela. Os serviços, posteriormente, se estenderam aos moradores da região. A fábrica representou um aumento significativo no escoamento do porto, devido ao volume de pólvora produzido.

Em 1835, a fábrica ainda não possuía todas as suas oficinas prontas. Sua roça se encontrava abandonada, a produção anual de pólvora não atendia a meta e os gastos com mão de obra eram significativos. Foi aí que o então diretor da fábrica, o tenente-coronel José Maria da Silva Bitencourt decidiu adquirir africanos livres para o trabalho na instituição.

Com o fim do tráfico atlântico de escravos para o Brasil, em 1831, todos os navios encontrados fazendo tal comércio seriam considerados ilegais, submetidos a processo conduzido pela Comissão Mista Brasil-Inglaterra e remetidos para pregão e arrematação para pagar os custos do processo. Os africanos encontrados nestes navios eram colocados na categoria jurídica de africanos livres: eles não eram escravos juridicamente, mas deveriam cumprir um período de tutela de 14 anos nos quais teriam que trabalhar para o governo imperial a fim de aprenderem a língua e os costumes locais bem como um ofício, a fim de adquirirem o que era chamado de “viver sobre si”, ou seja, a capacidade de autogestão. Em 1834, o serviço desse africanos foi liberado para ser concedido a arrematantes particulares da Corte, e no ano seguinte, para aqueles de todo o Império.

Bitencourt solicitou, então, o serviço dessas pessoas para a Fábrica de Pólvora da Estrela. Utilizar os africanos livres como força produtiva era, neste momento, muito mais lucrativo do que utilizar escravos pois desde a proibição do tráfico, em 1831, o preço da mão de obra cativa aumentara muito. Até a década de 1840, a utilização dos africanos livres irá aumentar cada vez mais.

A década de 1830 se configurou como um momento de aumento da produção. Porém, na década seguinte a produção diminuiu, devido a, entre outros fatores, o aumento do contrabando e a dificuldade de escoar a produção para as outras províncias. Na década de 1840, diminuiu o número de trabalhadores recebidos pela fábrica, como forma de conter gastos, além da cessão dos terrenos ao redor. Em 1844, devido à

baixa produção e a uma explosão interna grave, a produção foi suspensa por um período de tempo.

Porém, o fato mais marcante para a fábrica foi a grande explosão de 1849, no dia 3 de agosto. A explosão arruinou uma oficina com duas mil arrobas de pólvora e destruiu parte das oficinas com pilões e equipamentos para trituração de pólvora, além das perdas humanas. Morreram 21 escravos da nação, oito africanas livres, o mestre e o contramestre. A produção foi paralisada por alguns meses, sendo retomada em 1850.

A explosão de 1849 resultou numa remodelação dos moldes de produção, bem como uma reorganização técnica e política da fábrica, a fim de alinhar seus moldes com a produção europeia e baratear os custos de produção.

A partir de 1850, abandonou-se o esquema autossustentável, com as roças de mantimentos sendo abolidas. Além disso, neste momento a intenção dos administradores da fábrica era substituir os trabalhadores escravos e africanos livres por militares e trabalhadores livres. Entretanto, nessa década ocorre uma epidemia de cólera na região, que dizima muitas pessoas e faz com que o hospital da fábrica seja mantido e, devido ao medo da epidemia, os militares deixaram seus postos, abrindo espaço para que mais africanos livres fossem levados aos postos de trabalho.

Durante a década de 1860, a produção começa a ser mecanizada, diminuindo a necessidade de trabalhadores. Além disso, um novo regimento para a fábrica foi aprovado. Este regimento trazia uma nova organização do trabalho, que diminuía mais ainda o número de trabalhadores e privilegia aqueles que trabalhavam por contrato. Diminuía, assim, a presença de trabalho compulsório na fábrica.

Durante a primeira metade da década de 1860, conseguiu o que se queria desde o início da década de 1850: diminuíram-se os custos e a produção de pólvora começou a aumentar. Porém, em 1865, com a Guerra do Paraguai, consumiu-se toda a pólvora existente nos estoques, e a fábrica passou a produzir



apenas pólvora para fuzil e canhão. Com a ida dos militares para a guerra, cresce mais uma vez o uso do trabalho dos escravos da nação. O número de africanos livres não volta a crescer tanto, pois em 1864 o Império havia emancipado a todos. Em 1870, a produção se normaliza e volta a cair, devido ao fim das demandas da guerra.

Após a Lei Áurea, em 1888, o trabalho na Fábrica de Pólvora tornou-se finalmente livre. A fábrica, atualmente, pertence ao exército e ainda se encontra em funcionamento, sob o nome de IMBEL – Indústria de Material Bélico do Brasil.



**Paiol da Fábrica Estrela, situado no Morro dos Amorins, Calundu em 1990**  
Fotografia: Armando Valente

Porto Calundú, ao lado do paiol, em 2012



**Prédio anexo da  
Fábrica  
de Pólvora  
da Estrela**





Hospital, bica dos escravos e moenda para o fabrico de pólvora



Localização possível da senzala





## Nas Sombras da Diáspora

Patrimônio e Cultura Afro-brasileira na Baixada Fluminense



Instituto Estadual do Patrimônio Cultural  
Secretaria de Estado de Cultura - RJ

### DENOMINAÇÃO

**Capela Nossa Senhora do Rosário**

### LOCALIZAÇÃO

Rua Cachoeira das Dores, s/nº, Taquara

### MUNICÍPIO

Duque de Caxias

### ÉPOCA DA CONSTRUÇÃO:

**1743/1745**

### ESTADO DE CONSERVAÇÃO:

**Detalhamento no corpo da ficha**

### USO ATUAL/ORIGINAL:

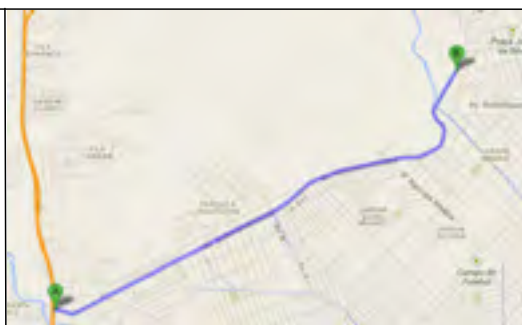
**Capela**

### PROTEÇÃO EXISTENTE:

**Nenhuma**

### PROPRIEDADE:

**Diocese de Duque de Caxias**



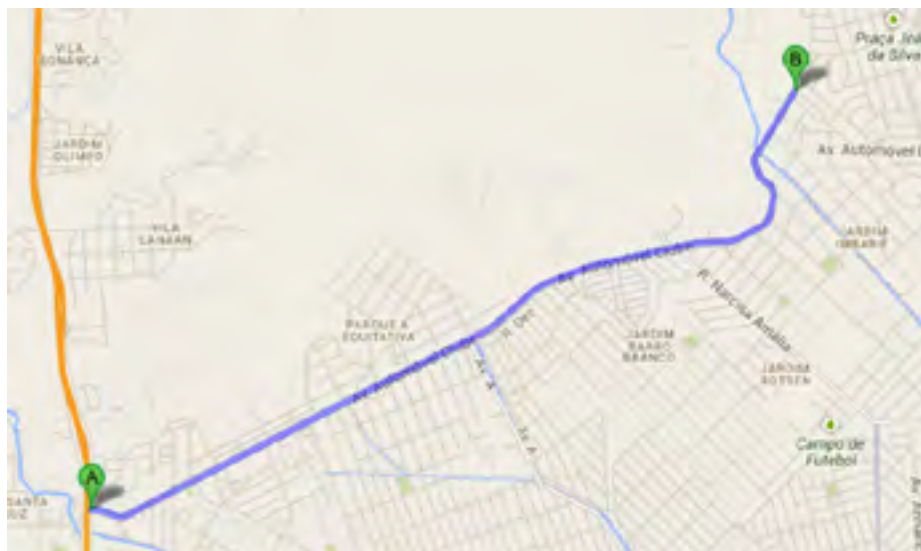
Dados cartográficos ©2013 Google MapLink



Fachada da Igreja Nossa Senhora do Rosário, na Taquara em 2011

Levantado: MarluCIA Santos de Souza  
Data: maio /2013

Revisado: Nielson Rosa Bezerra  
Data: setembro/2013



Dados cartográficos ©2013 Google MapLink



A Capela Nossa Senhora do Rosário dos Homens de Cor é uma das filiais da matriz paroquial Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim. Segundo os registros de visitação das capelas e matrizes paroquiais existentes nas cercanias da Guanabara em 1794, deixadas por Monsenhor Pizarro, a primeira capela erguida no território da Freguesia N. Senhora da Piedade de Inhomirim foi a Capela Nossa Senhora dos Mares, construída em uma elevação nas margens do Rio Inhomirim em 1650, onde havia um porto com a denominação de Estrela. Ainda nas margens do mesmo rio, a uma légua do Porto Estrela, foi erigida uma nova capela em 1677, dedicada à devoção de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim. Em 1696, a capela foi elevada à categoria de sede paroquial e, em 1770, uma nova edificação foi construída no mesmo lugar. É possível que a primeira capela da fazenda tenha sido construída por um proprietário local e, posteriormente, frente ao crescimento do arraial, uma nova edificação tenha substituído a primeira em ruínas.



**FAZENDA DO FRAGOSO.** Acervo Iconográfico do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB



**FAZENDA DO ANHANGÁ – MARGEM DO IMBARIÊ**  
Acervo Iconográfico do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB

Não foi possível ainda identificar as razões que determinaram a escolha da segunda edificação para a sediar a matriz paroquial e a freguesia instaurada em 1696. É possível que as influências políticas dos proprietários dessa várzea e do sopé de serra tenham sido maior do que os da beira rio, ou ainda que a preocupação da sede paroquial e administrativa ficasse mais protegida das possíveis inundações, saques e roubos. Vale lembrar que o Distrito Miliciano, responsável pelo controle e segurança das seguintes freguesias: Piedade de Inhomirim, São Nicolau do Suruí e Piedade de Magé, estava localizado em Inhomirim. Algumas propriedades do território mencionado e de



**FAZENDA PAU GRANDE – 1911**  
Acervo Iconográfico  
Histórico e Geográfico Brasileiro

fronteira são relacionadas em variadas documentações eclesiásticas e nos inventários como a Fazenda Figueira, Bongaba, Paraíso, Pau Grande, Fragoso, Jardim Anhangá, etc. Algumas delas emprestaram o seu nome aos loteamentos urbanos no século XX.



**CASA DA FAZENDA DO PARAÍSO.** Acervo Iconográfico Histórico e Geográfico Brasileiro



**FAZENDA DA  
CORDOÁRIA –  
FÁBRICA ESTRELA**





Igreja Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim – Acervo sob a guarda do CRPH/DC (esquerda).  
Capela N. Senhora Estrela dos Mares- recorte da aquarela de Rugendas (direita)

#### MATRIZ / FREGUESIA

##### N. SENHORA DA PIEDADE DE ANHUM MIRIM

1677 – Capela distante 2/4 de léguas do Porto Estrela;  
1696 – Elevada a paróquia  
1770 – Nova Construção da Fazenda Figueira.

#### CAPELAS FILIAIS

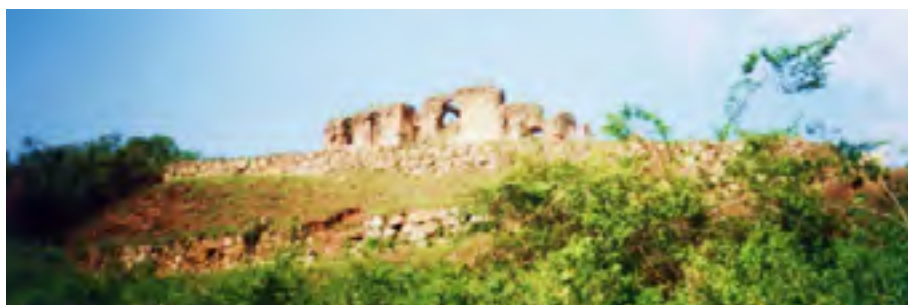
- ✓ N. Senhora da Estrela – 1650;
- ✓ N. Senhora do Rosário – 1743/45 (Taquara);
- ✓ N. Senhora da Conceição – 1760;
- ✓ N. Senhora do Amor de Deus – 1749;
- ✓ N. Senhora da Lapa – 1763;
- ✓ S'Antana (Sítio de Cebola) – 1769;
- ✓ Senhor do Bom Jesus de Matozinhos (Sítio do Sardoal) – 1773.

Fonte: ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. Memórias Históricas do Rio de Janeiro. RJ: Imprensa,1945.



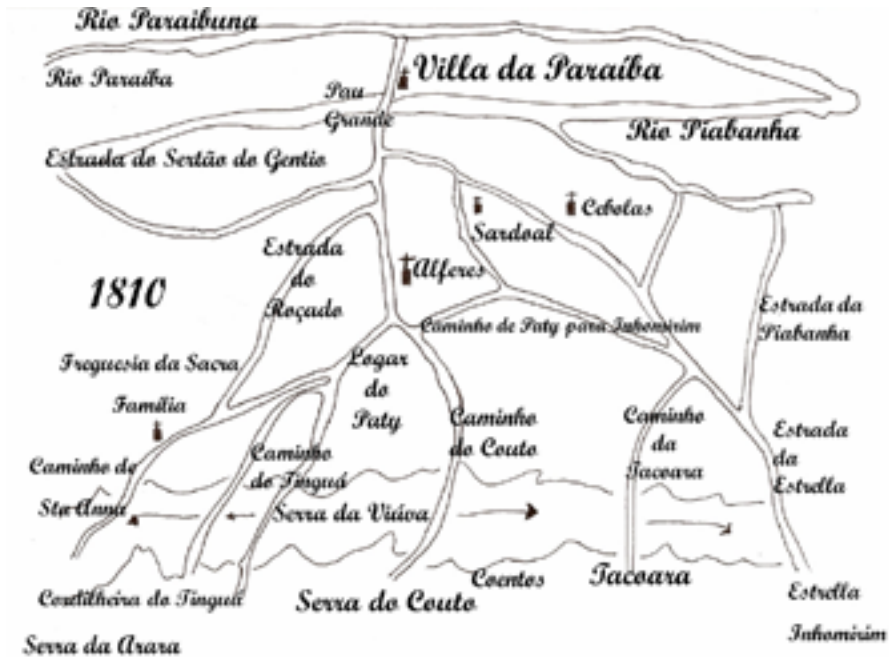
Imagens da matriz de Piedade  
de Inhomirim s/d  
Acervo CRPH/DC





**Ruínas da Igreja Nossa Senhora Estrela dos Mares em 2006. Acervo CRPH/DC**

A Capela Nossa Senhora do Rosário dos Homens de Cor está situada na Estrada Cachoeira das Dores, nas proximidades do atual Parque Municipal da Taquara e do Caminho da Taquara ou do Imperador.



Caminhos da Freguesia de Paty de Alferes em 1810. Arquivo da Paróquia de Paty de Alferes  
 Fonte: Apud: SANCHES, Marcos Guimarães. Sertão e Fazenda. Ocupação da Serra Fluminense entre 1750 e 1820. In Revista do IHGB, Volume 151 – Número 366, Janeiro/Março de 1990

Segundo o Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias, a Fazenda Cachoeira das Dores pertenceu, no século XIX, ao Tenente Henrique Izidoro Xavier de Brito. Ela foi adquirida pelo Estado Imperial em 1883, para fins de preservação das matas protetoras dos mananciais de água destinada ao abastecimento da Corte. Na década de 40, do século XX, o Estado brasileiro transformou as terras desapropriadas da Fazenda Cachoeira das Dores em Núcleo Colonial Duque de Caxias. Em 1961, os núcleos coloniais fluminenses foram extintos e na década de 90, a sede gleba, onde funcionava a administração do Núcleo Duque de Caxias, foi transformada em Parque Natural Municipal da Taquara. Não foi possível ainda identificar informações mais precisas acerca da construção da capela. É possível que ela fizesse parte da Fazenda Cachoeira das Dores no século XIX, e que as terras pertencentes a ela tenham sido desmembradas, ou ainda

que tenha sido instalada, no século XVIII, em outra propriedade. Já no século XX, precisamente no início da década de 50, a capela estava situada no interior da Fazenda Santiago, comprada em leilão pela Fábrica Nova América em 1954, para fins de instalação de uma filial que recebeu posteriormente a denominação de Fonte Limpa. Na década de 70, a Fábrica Nova América tentou se apropriar da área da capela, mas a comunidade local entrou na justiça e os moradores obtiveram, em 1975, o usucapião definitivo do terreno e da capela. Atualmente, ela pertence à Paróquia de Parada Angélica/Diocece de Duque de Caxias e São João de Meriti.



Reservatório de água situado no interior do Parque Natural Municipal da Taquara. Ano 2007  
Imagens do CRPH/DC



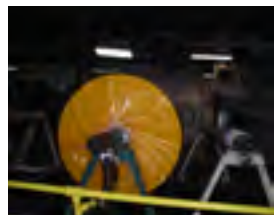
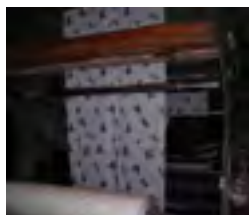
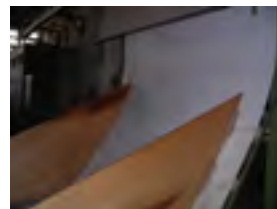
Caminho da Taquara, conhecido posteriormente como Caminho do Imperador. Passando por Petrópolis chega-se em Miguel Pereira, na localidade de Marcos da Costa, indo para Palmares até se encontrar com o Caminho de Garcia Paes, em Paty de Alferes





**Parque Natural Municipal da Taquara, em 2012**  
Fotografias Filipo Tardim / Acervo CRPH/DC





**Fábrica Nova América em 2006**  
Fotografias Marlúcia Santos de Souza/Acervo CRPH/DC





Vista Lateral da Capela de Nossa Senhora do Rosário (2013)

Segundo o depoimento de Marina Marques Figueiredo, uma das moradoras mais antigas da Taquara e filha de um antigo administrador da igreja local, Júlio José Figueiredo (já falecido), a capela possuía um cemitério atrás dela onde os escravos eram sepultados. No tempo do pai dela, os colonos da Fazenda Santiago não frequentavam a capela e rezavam em suas próprias casas. Segunda ela: “Dentro da capela havia uma imagem de madeira de Nossa Senhora do Rosário, incluindo um sino. Em dada época, a imagem e o sino desapareceram”.

Vale lembrar que na década de 40 (século XX), as comunidades católicas do município de Duque de Caxias pertenciam à Diocese de Petrópolis. Somente no início dos anos 80 é que foi criada a Diocese de Duque de Caxias e de São João de Meriti. Quando Frei Acúrsio, da Diocese de Petrópolis e pároco da Igreja Nossa Senhora da Conceição, em Raiz da Serra, chegou, em 1948, encontrou a capela em péssimo estado, tendo apenas o piso e as paredes em pé. Ele então celebrou a primeira missa debaixo de uma barraca de sapê e iniciou a campanha pela reconstrução do telhado e começou a reforma ainda em 1949. Recebeu ajuda, em 1950, da Fábrica de Estrela ou IMBEL, também localizada em Raiz da Serra. A fábrica cedeu mão de obra e algum material para a reforma da igreja.

As missas tornaram-se mensais e os moradores da Taquara começaram a fazer parte da comunidade N. Senhora do Rosário.

Segundo a obra comemorativa do Jubileu de Prata da Diocese de Duque de Caxias e de São João de Meriti, intitulada História de uma Nova Igreja, em 1955, Frei Acursio ajudou a erguer a comunidade Nossa Senhora de Fátima, em Parada Angélica. Em 1957, o vigário geral da Diocese de Petrópolis empossou o padre Wilhermus Cornelis de Bot (padre Guilherme). Foi construída então no local da capela uma matriz paroquial. A Capela do Rosário tornou-se então uma filial da matriz de Parada Angélica.

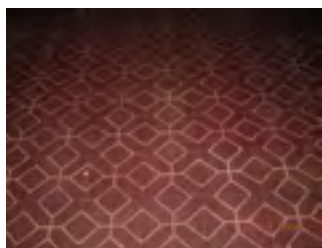
Tempos depois, padre Guilherme continuou o trabalho de reforma da Capela do Rosário. Os dias de celebração aumentaram. Ainda em 1957, foi fundada a Pia União das Filhas de Maria. Na década de 60, chegou a irmã Ansgar que passou a orientação do Apostolado da Oração e das devoções marianas. A comunidade do Rosário ampliou suas atividades com a catequese, com os círculos bíblicos, com a cruzada eucarística, com as festas da devoção, etc. O salão comunitário foi construído em 1988, através de doações de cristãos da Alemanha, quando a paróquia já pertencia à Diocese de Duque de Caxias.



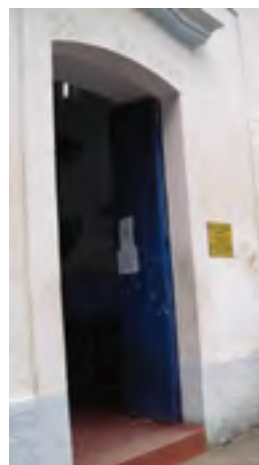
Igreja Nossa Senhora de Fátima, em 1965  
Parada Angélica. Acervo CRPH/DC

Vale ressaltar que, no imaginário social da comunidade local, a igreja já foi construída pelos escravos por conta do desejo de exaltar a devoção do Rosário, pela necessidade de um espaço específico para os escravos cultivarem sua fé e devido à enorme distância da matriz, Piedade de Inhomirim. Todavia, sabemos que todas as capelas e os trabalhos braçais no período colonial eram realizados pelos escravos. O que

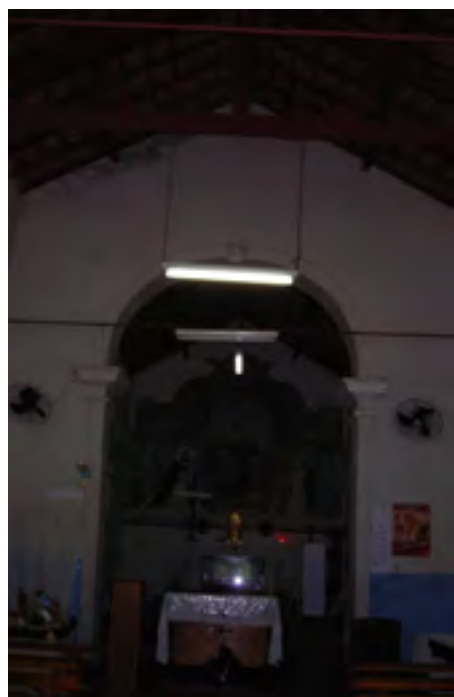
não se sabe, é se os recursos levantados para a sua construção foram levantados pelos escravos e suas irmandades ou se fora construída com recursos do proprietário da fazenda.



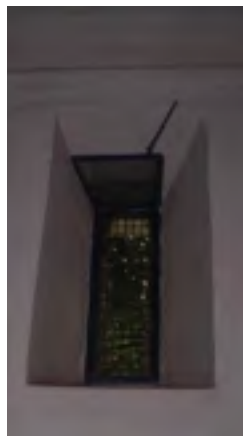
Piso da capela



Capela do Rosário em 2008. Fotografias: Marlucia Santos de Souza. Acervo CRPH/DC



**Capela do Rosário em 2008**  
Fotografias: Marlúcia Santos de Souza  
Acervo CRPH/DC



Pia batismal e de água benta, detalhes do interior da capela e da fachada externa, 2006  
Acervo CRPH/DC





O salão comunitário foi construído em 1988







Instituto Estadual do Patrimônio Cultural  
Secretaria de Estado de Cultura - RJ

**DENOMINAÇÃO**

**Parque Ecológico Vale dos Orixás**

**LOCALIZAÇÃO**

**Rua Cachoeira das Dores, 1513, Taquara**

**MUNICÍPIO**

**Duque de Caxias**

**ÉPOCA DA CONSTRUÇÃO:**

**1992**

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:**

**Detalhamento no corpo da ficha**

**USO ATUAL/ORIGINAL:**

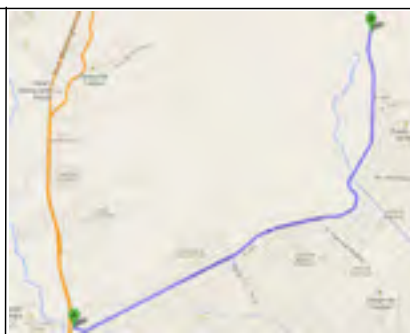
**Parque Ecológico Vale dos Orixás**

**PROTEÇÃO EXISTENTE:**

**Nenhuma**

**PROPRIEDADE:**

**Federação de Umbanda e Nações Africanas**



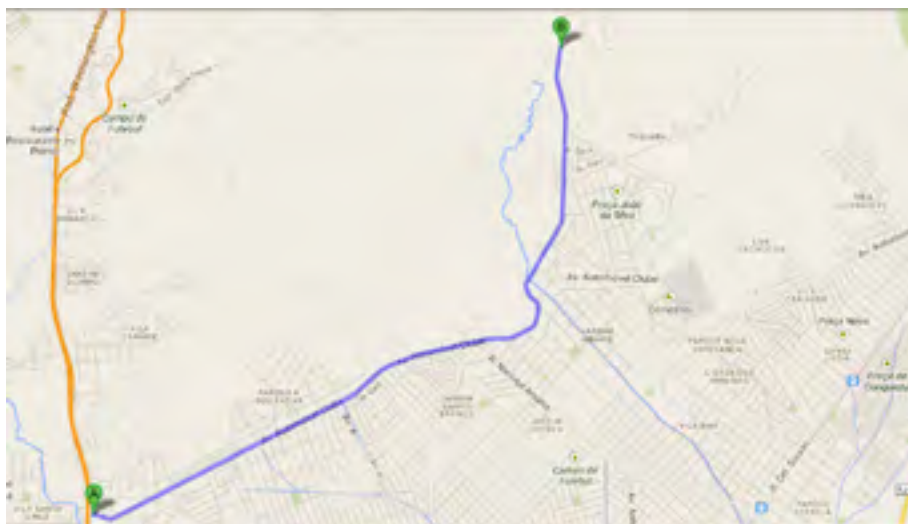
Dados cartográficos ©2013 Google MapLink



Imagens da entrada do Parque e de um assentamento interno. Fotografia de 2007. Acervo CRPH/DC

Levantado: MarluCIA Santos de Souza  
Data: maio /2013

Revisado: Nielson Rosa Bezerra  
Data: setembro/2013



Dados cartográficos ©2013 Google MapLink



## HISTÓRICO

O Parque Ecológico Vale dos Orixás, localizado no município de Duque de Caxias, estabelece uma mediação entre o acelerado urbano e a sobrevivência de um micro espaço de reserva ambiental. Em meio à populosa cidade da Baixada Fluminense, um grito de eco sustentabilidade ecoa com a tradição da religiosidade das matrizes africanas.

Situado nas proximidades da Reserva Ambiental da Taquara, o Parque se configura como um santuário a céu aberto, um espaço de acolhida. Nele é possível reconhecer os elementos que fundamentam as religiões de matriz africana concentrando as energias de seus orixás.

A administração do vale é feita sob o amparo da Federação de Umbanda e Nações Africanas. O coordenador do espaço, senhor Luiz Carlos Nunes de Oliveira, aponta a criação do Parque Ecológico como resultado das perseguições do poder público quanto aos cultos e obrigações. De acordo com ele, o preconceito que sofre a religião gera rompimento da relação, outrora amigável, entre poder público e devotos.

Há de se pontuar, que por volta dos fins da década de 1940, e limiar da de 50, era permitido à comunidade espírita o livre acesso onde hoje é o Parque Municipal da Taquara. Nele existia uma área de terreiro para a realização das práticas religiosas, que fora doada pelo Incra para que as obrigações não ocorressem em espaços comuns. Com a criação do parque pelo governo municipal há a proibição da utilização da área para os cultos, argumentava-se que as oferendas gerava uma degradação/poluição do solo e da água, mas, tal argumento não era capaz de esconder a máscara do preconceito religioso que o sustentava. Por outro lado, um desafio é imposto no sentido de se pensar a sobrevivência das práticas religiosas e ao mesmo tempo a preservação ambiental. Vale lembrar que a sobrevivência da religião depende também da própria natureza, já que é nela que se encontram as forças dos orixás, e a proximidade do homem com o divino: água, mata, folha, rocha, vento, fauna.

Com o tolimento do acesso ao Parque Municipal, a comunidade espírita busca uma forma de permanecer a intimidade com o sagrado e entra em contato com a Fábrica Textil Nova América, em 1992, para solicitar a concessão de um novo espaço de acolhida. Com o consentimento da fábrica, a comunidade espírita se apossa de uma área e estabelece o Parque Ecológico Vale dos Orixás, onde o trabalho é mantido há mais de 20 anos.





Micos do território do Parque Nacional da Taquara, no interior do Vale dos Orixás  
Fotografia: Nielson R Bezerra. 2013

A intolerância à religiosidade é, no ponto de vista do senhor Luiz, agressiva. Setores da comunidade evangélica do bairro da Taquara elaboraram um abaixo-assinado para a Cedae para a retirada e proibição do Parque Ecológico Vale dos Orixás. Deputados evangélicos engrossaram o caldo do preconceito elaborando medidas que limitam a estruturação do espaço, a exemplo da notificação encaminhada à prefeitura proibindo a construção de banheiros no interior do vale. Outro exemplo pontual era quanto à locomoção dos devotos para as obrigações, os ônibus que os transportasse não podiam manobrar em frente ao Parque Municipal da Taquara, diz senhor Luiz: “... aqui, antigamente os onibus não faziam manobra lá, só faziam os das igrejas. Tem esse corredor aqui, né? Então os ônibus vinham ‘- há! É da macumba volta.”



Marlucia Souza e Sr. Luis no Vale dos Orixás (2013). Acervo CRPH-DC



No Parque Ecológico Vale dos Orixás, na Taquara, é possível identificar a preocupação da Federação com a memória registrando o nome da casa e a data da realização de cada assentamento, assim como o cuidado com a harmonia da sinalização, dos espaços de acolhimento das ofertas, etc. Os filhos dos terreiros filiados à Federação têm franca entrada a qualquer hora, entretanto, para os rituais noturnos é necessário agendamento prévio. O terreiro que desejar utilizar qualquer uma das 17 rodas de toque pode vir antes escolher e agendar o espaço. O Parque pensa em instituir um espaço específico para cada orixá.

Como o Vale dos Orixás está situado mais no espaço urbano recebe um quantitativo expressivo de indivíduos e pequenos grupos para breves obrigações como ofertar flores para Oxum, acender uma vela ou fazer uma oferenda. Os que não são filiados também podem utilizar o vale mas terão que pagar uma contribuição para ajudar na manutenção. Aquele que maltratar qualquer vegetação é convidado a retornar com mudas e se comprometer com o seu plantio. Frequentam o vale: terreiros de candomblé, de umbanda e ciganos. O Vale já recebeu, inclusive, grupos de evangélicos que desejaram utilizar a cachoeira para realizar o batismo nas águas.



“Roda de toque do Vale dos Orixás (2013). Acervo CRPH-DC



**Fotografia de 2007. Acervo CRPH/DC**



**Fotografia de 2007. Acervo CRPH/DC**



**Fotografia de 2007. Acervo CRPH/DC**



**Fotografia de 2007. Acervo CRPH/DC**



## OS TERREIROS





Parque Ecológico Vale dos Orixás (2013). Acervo CRPH-DC





**Imagens da entrada do Parque e de um assentamento interno**  
Fotografia de 2007  
Acervo CRPH/DC



Placas de advertência (2013). Acervo CRPH-DC

# A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO DEDICADO A OXUM



Sr Luiz Carlos, administrador do Vale. Imagens de 2013







Rodas de toque (2013). Acervo do CRPH-DC



Vale dos Orixás, o que vale é a natureza (2013). Acervo CRPH-DC





Vale dos Orixás (2013). Acervo CRPH-DC



**Portal de passagem do caminho de integração  
Caminho do Garcia Paes  
com o Caminho do Imperador**



**Imagens do Parque Natural da Taquara  
em 2007**  
Acervo CRPH/DC



**Centro de educação ambiental do Parque Natural da Taquara**

## **CAMINHO DO IMPERADOR**



**Sítio Centro Jesus, a Chave de Umbanda em 2007**  
Acervo CRPH/DC



O Sítio Centro Jesus, a Chave de Umbanda foi instalado em 1948, na área do Núcleo Colonial Duque de Caxias, pela mãe de santo Maria de Lourdes Toledo Palmer. Ela instalou a primeira escola da Taquara com uma turma para os meninos e uma para as meninas nos anos 50. Oferecia merenda escolar, estabeleceu parceria com a Escola de Música/ Universidade do Brasil, com a Biblioteca Nacional e com o Ministério da Educação. Nos finais de semana chegavam ônibus trazendo os devotos umbandistas para participar das festas e dos eventos organizados pelo terreiro. Atualmente, o sítio encontra-se fechado e em litígio por conta da disputa existente entre um filho adotivo e o esposo de Maria de Lourdes.



## Nas Sombras da Diáspora

Patrimônio e Cultura Afro-brasileira na Baixada Fluminense



Instituto Estadual do Patrimônio Cultural  
Secretaria de Estado de Cultura - RJ

### DENOMINAÇÃO

**Igreja São Benedito**

### LOCALIZAÇÃO

**Estrada União e Indústria, s/nº - Estrela**

### MUNICÍPIO

**Magé**

### ÉPOCA DA CONSTRUÇÃO:

**1955**

### ESTADO DE CONSERVAÇÃO:

**Detalhamento no corpo da ficha**

### USO ATUAL:

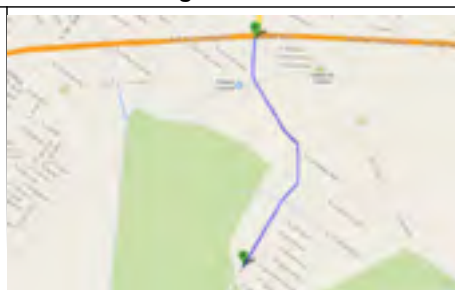
**Capela**

### PROTEÇÃO EXISTENTE:

**Nenhuma**

### PROPRIEDADE:

**Diocese de Petrópolis**



Dados cartográficos ©2013 Google MapLink

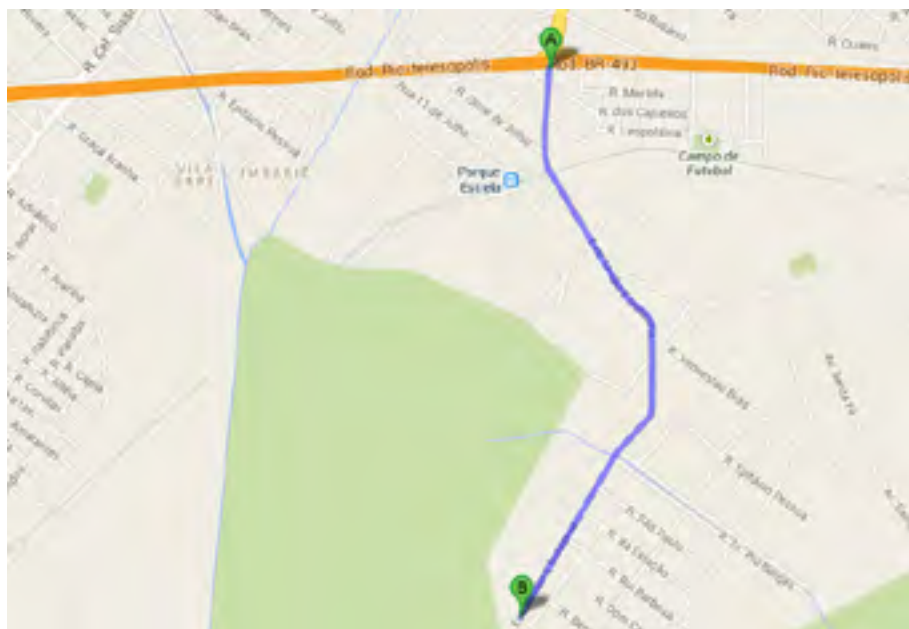


Igreja São Benedito. Acervo CRPH/DC, 2012

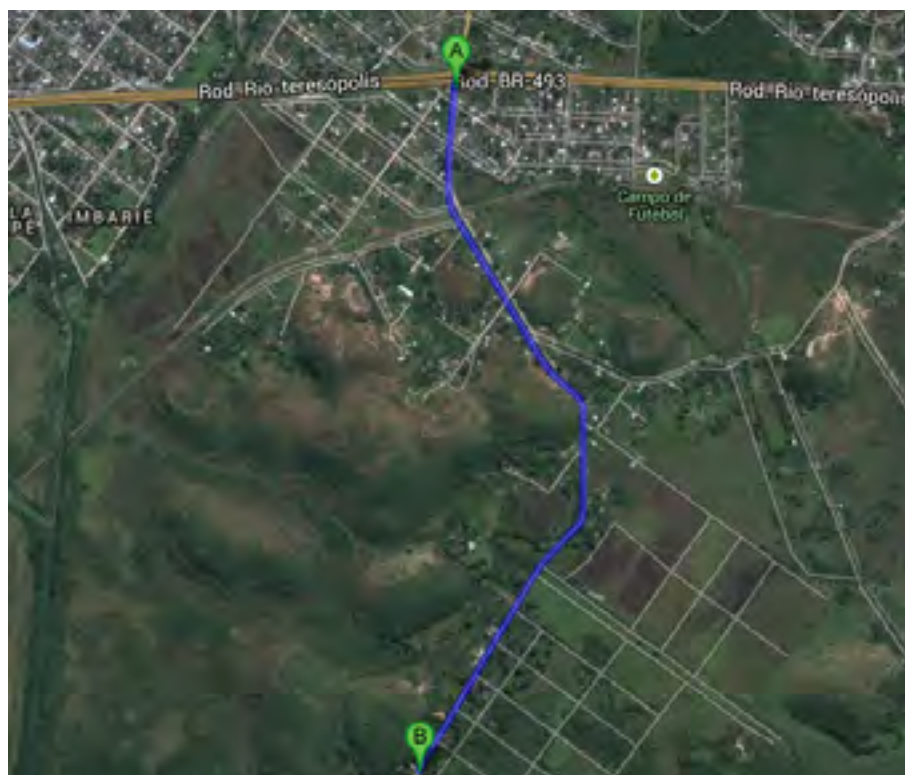
Levantado: Nielson Rosa Bezerra  
Data: maio /2013

Revisado: MarluCIA dos Santos Souza  
Data: setembro/2013





Dados cartográficos ©2013 Google MapLink



Imagens ©2013 TerraMetrics - Dados cartográficos ©2013 Google

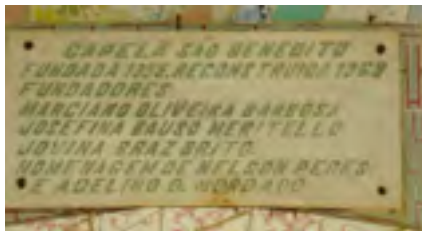


## HISTÓRICO

Embora seja possível identificar o dia 18 de novembro de 1955 como data de fundação da Capela de São Benedito, na memória coletiva da cidade de Magé, o ano de 1953 também aparece como o período de sua fundação. Talvez, seja possível que a data gravada na entrada do prédio da capela seja a data de sua inauguração, o que não impediria concluir que o início de sua construção fosse dois anos antes. Isso explicaria tanto a memória da cidade, bem como a informação que se pode identificar no prédio. Situada no Caminho do Proença, em uma estrada de barro que dá acesso ao Porto da Estrela. Contudo, não se sabe sobre qualquer relação entre a memória de séculos anteriores com a construção da cidade.

Na entrada do prédio, há uma placa que indica Mariano Oliveira Barbosa, Josefina Bauso Meritello e Jovina Braz Brito como fundadores. Ao que se indica, a placa foi fixada depois do ano de reconstrução da capela (1969), como homenagem de Nelson Peres e Adelino Morgado.

Não se sabe quando a dona Josefina Meritello faleceu, mas foi possível identificar que, até a sua morte, a capela era uma unidade da Igreja Católica Brasileira. Apenas após a sua morte, a capela vinculou-se à Diocese de Petrópolis, sob a direção da comunidade de Nossa Senhora Aparecida, em Piabetá.



Entrada da Capela de São Benedito (2012)

Acervo do CRPH-DC



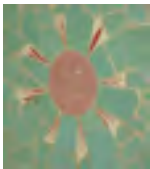
O prédio da Capela de São Benedito caracteriza-se pela multiplicidade de informações. Há anjos, mosaicos, estrela de Davi, símbolos maçônicos, entre outros. Trata-se de uma capela que expressa o sincretismo cultural e religioso, marcante nas tradições populares do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense. Neste sentido, é importante destacar que São Benedito é uma santo muito recorrente na memória popular de Magé, pois tratava-se de um “santo preto”, portanto, alguém de uma panteão santificado que poderia ser identificado com a maior parte da população de cor.



**Entrada da Capela de São Benedito (2013).** Acervo do CRPH-DC

Não foi possível visitar o interior da capela, o que nos impediu de saber sobre a existência de alguma imagem de São Benedito e, sobretudo, como ela estaria representada. Todas as tentativas de aproximação com as instituições católicas de Magé sobre a capela foram frustradas. O motivo não ficou claro, mas há um silenciamento sobre a memória da capela na cidade. De uma forma geral, as pessoas “desconhecem” a existência ou a localização da capela. Entretanto, há uma razão para um “recrudescimento das lembranças” das pessoas, inclusive dos poucos moradores que residem na vizinhança da capela. Muitas pessoas “só sabem” que “Pelé, o rei do futebol” teria casado ali, o que não há uma fonte comprobatória sobre essas informações.

Segundo Antônio Seixas (memorialista mageense), o jogador de futebol Carlos Alberto Torres, capitão da seleção brasileira na campanha do tricampeonato mundial, no México, teria casado naquela capela, uma vez que ele era afilhado de dona Josefina Meritello, uma das fundadoras da capela. Embora não se tenha qualquer fonte sobre esse fato, há uma tradição na cidade que remonta essa história. De acordo com Beatriz Leal, o casamento realizado naquela capela foi o de Carlos Alberto, mas Pelé teria frequentado a capela algumas vezes após a sua reconstrução em 1969. Seguindo a tradição popular, a autora registra que Pelé e Carlos Alberto fizeram uma promessa para São Benedito pouco antes de embarcar com a delegação brasileira para o México. Após a conquista do Mundial de 1970, aqueles dois jogadores retornaram à capela, onde Pelé, inclusive, teria ofertado uma estátua de São Benedito em tamanho natural em agradecimento pela “graça alcançada”.



**Detalhes da Capela de São Benedito (2013)**  
Acervo do CRPH-DC





**Detalhes da Capela de São Benedito (2013).** Acervo do CRPH-DC







Instituto Estadual do Patrimônio Cultural  
Secretaria de Estado de Cultura - RJ

DENOMINAÇÃO

**Igreja Nossa Senhora da Conceição do Suruí**

LOCALIZAÇÃO

**Margens do Rio Suruí**

MUNICÍPIO

**Magé**

ÉPOCA DA CONSTRUÇÃO:

**Século XVIII**

ESTADO DE CONSERVAÇÃO:

**Detalhamento no corpo da ficha**

USO ATUAL/ORIGINAL:

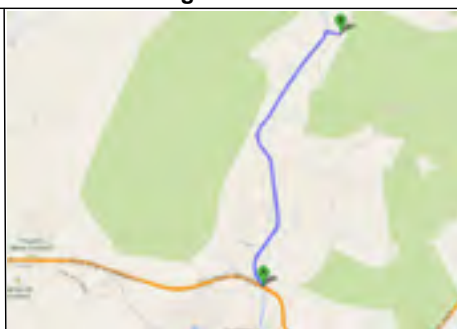
**Capela católica**

PROTEÇÃO EXISTENTE/PROPOSTA:

**Nenhuma**

PROPRIEDADE:

**Diocese de Petrópolis**



Dados cartográficos ©2013 Google MapLink



Igreja Nossa Senhora da Conceição. Vista do outro lado do rio Suruí. Fotografia Aline Nascimento/2013

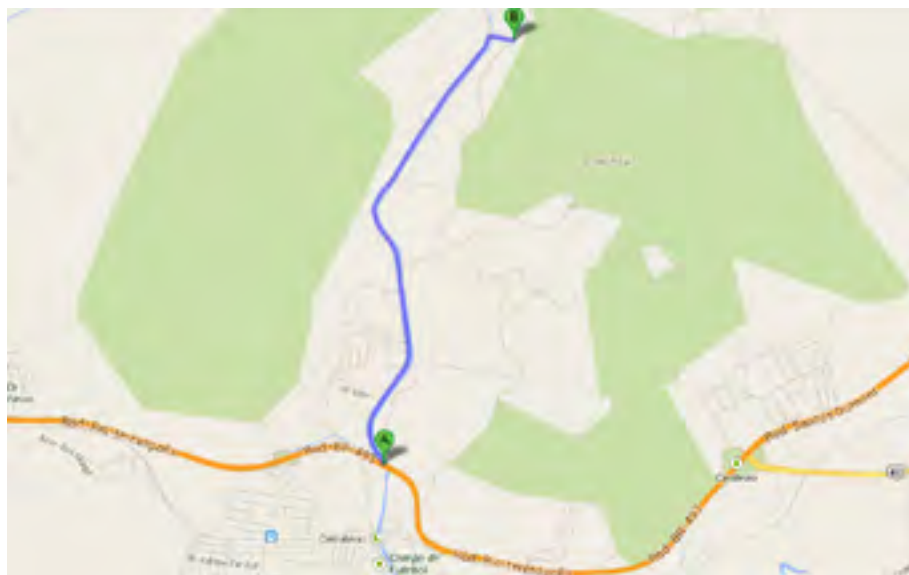
Levantado: Nielson Rosa Bezerra  
Data: maio /2013

Revisado: Aline Souza Nascimento  
Data: setembro/2013





**Vista da Capela de Nossa Senhora da Conceição – Suruí (2013). Acervo CRPH-DC**



Dados cartográficos ©2013 Google MapLink



©2013 Google Data da imagem: julho de 2011 – Street View



©2013 Google Data da imagem: julho de 2011 – Street View



Placa da Rodovia Rio-Teresópolis indicando o acesso para o bairro Conceição, onde fica a Capela de Nossa Senhora da Conceição  
Acervo CRPH

## HISTÓRICO

A Capela de Nossa Senhora da Imaculada Conceição está localizada no distrito de Suruí, município de Magé. Distante 3 km da rodovia Rio-Magé, o seu acesso pode ser realizado pela Estrada da Conceição, de onde é possível avistá-la. A estrada acompanha a margem do Rio Suruí, em direção a sua nascente, o que dá uma noção das conexões e da disposição geográfica da região durante o século XVIII, período em que essa capela foi construída. Segundo Mosenhor Pizarro, “em todo o território da Freguesia de São Nicolau de Suruí só havia uma única Capela de Nossa Senhora da Conceição”. Essa informação colabora para que se tenha certeza da importância e da exatidão da capela identificada.

A capela foi erguida antes de 1729, fundada por Antonio Nunes da Costa. Entretanto, naquele ano, o bispo Antonio de Guadalupe registrou a sua existência, proibindo “que nela se enterrasse pessoa alguma sem consentimento”. É importante perceber que o enterramento de corpo nos arredores ou interior das igrejas estavam entre as principais atividades arrecadoras das irmandades católicas desde o período colonial. Talvez por isso, que Pizarro tenha destacado a “decadência de todas as irmandades da freguesia de São Nicolau de Suruí”.

A freguesia de São Nicolau do Suruí foi erigida durante o século XVII, seguindo a lógica da ocupação colonial portuguesa no fundo da Baía de Guanabara. Naquele tempo, destacava-se a escassez de propriedades produtoras de açúcar naquela freguesia, sendo a produção de alimentos a principal de suas atividades econômicas. Essa perspectiva fez com que aquele território fosse caracterizado por propriedades de pequenos e médio porte, o que favorecia a aquisição de terras por homens pardos. Por volta de 1768, a Capela de Nossa Senhora da Conceição encontrava-se em estado de grande danificação, em função das longas disputas pela posse das terras onde a mesma está localizada ao longo da primeira metade daquele século. Pizarro assinala que essas disputas fizeram com que a capela ficasse “devoluta ao povo e vizinhos”, os que providenciaram cuidados para que a mesma fosse conservada.

Na visita realizada à capela em 27 de junho de 2013, encontrou-se uma placa assinalando a sua construção em 1718. Em outra placa, além de sua denominação, demarca que há missa todos os sábados naquela igreja. A equipe do projeto buscou conversar com a senhora Genelci e o senhor Luís de Farias sobre a capela (os proprietários da casa de farinha localizada na mesma rua). Segundo eles, há sábados que a missa não

ocorre, por conta da ausência do padre, mas que é a capela a principal referência, uma vez que são poucos espaços de sociabilidade daquela localidade. Também relataram que a Festa da Conceição era muito tradicional, muitas pessoas vinham de diferentes localidades para participar. Havia danças, músicas, diversão e muita devoção. Mas, que já há algum tempo, a festa não ocorre, sendo a capela referência religiosa, já que além das missas, ocorrem batizados de tempos em tempos.



“Capela de Nossa Senhora da Conceição – Suruí (2013). Acervo CRPH-DC

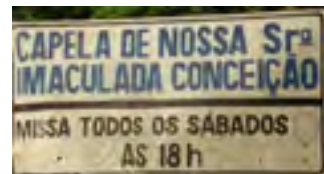
Com orgulho, o senhor Luis de Farias fala de sua participação na reforma da capela. Sem lembrar da data especificamente, diz que “há alguns anos a capela estava completamente destruída, não havia missa, o telhado havia caído, sem pintura, uma tristeza...”. Entretanto, os moradores do território de Conceição se reuniram e, com a ajuda do Padre Montezano, reformaram a capela, pintaram, refizeram o teto, o que permitiu que pudesse ocorrer missas outras vezes no seu interior.

Trata-se de uma capela simples, com uma fachada sóbria, sem muitos detalhes. É possível perceber algumas alterações nas sua construção original. É possível perceber intervenções de alvenaria. No telhado, embora com tentativas de manter uma atmosfera de originalidade, é possível perceber as marcas do tempo presente. A pintura já encontra-se

bem danificada. Ao longe, não é muito perceptível, mas de perto é fácil encontrar danos nítidos na pintura e em algumas partes do reboco.

Não foi possível acessar seu interior. As igrejas sempre estão fechadas. É missão muito difícil conseguir que um representante da Diocese venha até à capela para que se possa ter acesso ao seu interior. Em princípio, a equipe decidiu retornar em um dia de missa, já que a placa informa sua realização todos os sábados. Entretanto, os moradores do entorno informaram que a placa não informava corretamente, pois não se sabe qual sábado há missa, pois o padre “não vem semanalmente”.

No entorno da capela há poucas propriedades. Muitas delas ainda são utilizadas para a plantação de verduras e legumes para a subsistência ou para um comércio local. Nem sempre há mediação de espécies nesse comércio, se dando mesmo através da troca de mercadorias entre os moradores. Os depoimentos demonstram que a casa de farinha do senhor Luís de Farias, uma das últimas remanescentes de Suruí, não foi a única. Era aquele território o local da concentração da produção de farinha desde o século XVIII. Curiosamente, eram os homens pardos, muitos que haviam egressado do cativo, os principais produtores de farinha de Suruí. Eram esses egressos do cativo os membros mais recorrentes das Irmandades da Devoção de Nossa Senhora da Conceição. É possível que as reminiscências do passado colonial de Suruí possam revelar sobre a cultura, o poder e a sociabilidade dos homens comuns do Brasil nos primeiros tempos de sua formação.



**Acesso frontal e a placa  
que fica na ponte do Rio Suruí**  
Acervo CRPH/2012





**Nossa Senhora da Conceição, filial da Freguesia de São Nicolau**



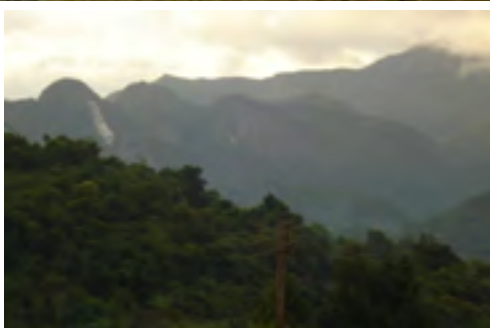
**Capela de N. Conceição – Suruí (2012). Acervo CRPH-DC**



Capela de N. Conceição – Suruí (2012). Acervo CRPH-DC



**Paisagem serrana vista da capela**  
Acervo CRPH/DC, 2012







**Pátio lateral da capela**



**Subida para se chegar a capela**



**Escada lateral da capela**



**Matriz de São Nicolau do Suruí, em 1933. Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense  
Acervo CRPH**



## FREGUESIAS E FILIAIS NAS CERCANIAS DA GUANABARA

### N. SENHORA DA PIEDADE DE MAGEPE

- 1ª Capela – N. Senhora da Piedade Velha\_ -1657.
- Santa Ana – Iriri – 1737;
  - N. Senhora de Nazaré – Iriri – 1765/1766;
  - Santo Aleixo – Santo Aleixo – 1743.

### N. S. DA GUIA DE PACOBAIBA

- 1ª Capela – Devoção a Santa Margarida (anterior a 1647).  
Paróquia e Freguesia Margarida de Pacobaiba \_ 1683.
- 2ª Capela – N. Senhora da Guia de Pacobaíba – 1722.
- N. Senhora dos Remédios – 1740;
  - São Francisco de Croará – 1745;
  - São Lourenço – 1760;
  - Todas elas localizadas na atual Praia de Mauá e São Francisco. Foram construídas em áreas elevadas de frente para o mar.

### S. NICOLAU DO SURURUÍ

- 1ª Capela \_ N. Senhora de Copacabana - (anterior a 1683).
- 2ª Capela – São Nicolau de Sururuí \_ 1628
- N. Senhora da Conceição da Santa Virgem - 1718;
  - São Francisco – 1616.



Azulejo português anexado na lateral da Igreja São Nicolau do Suruí



Representação do Vale e de São Nicolau abençoando os colonos e iconografia da matriz e porto do Suruí



Fotografias: Aline Nascimento, 2012  
Acervo CRPH/DC









**Portão do cemitério e portão de moradias situadas na subida da capela matriz**



**Moradias existentes na lateral da subida da matriz**





**Um olhar sobre o Vale do Suruí visto da Matriz de São Nicolau do Suruí**





Instituto Estadual do Patrimônio Cultural  
Secretaria de Estado de Cultura - RJ

Denominação

**Casa de Farinha Sr. Luis Farias**

Localização

**Est. Da Conceição, s/nº - Suruí**

Município

**Magé**

ÉPOCA DA CONSTRUÇÃO:

**Século XIX**

ESTADO DE CONSERVAÇÃO:

**Detalhamento no corpo da ficha**

USO ATUAL/ORIGINAL:

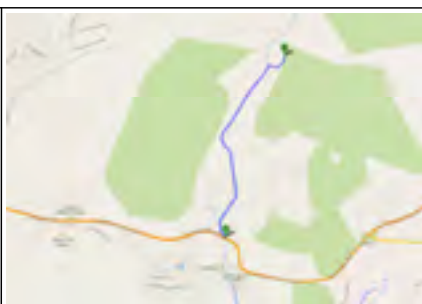
**Casas de Farinha/produção familiar**

PROTEÇÃO EXISTENTE:

**Nenhuma**

PROPRIEDADE:

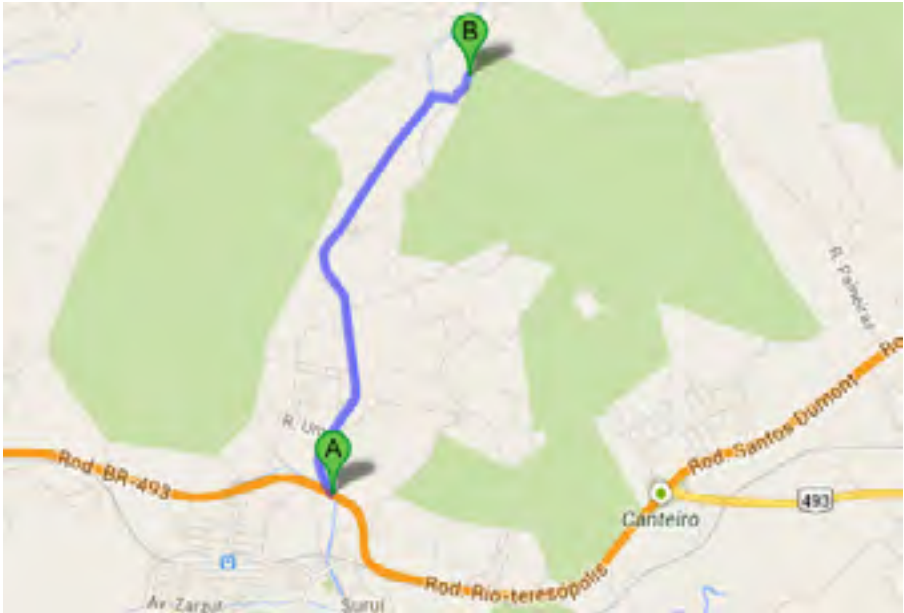
**Família do Senhor Luís Farias**



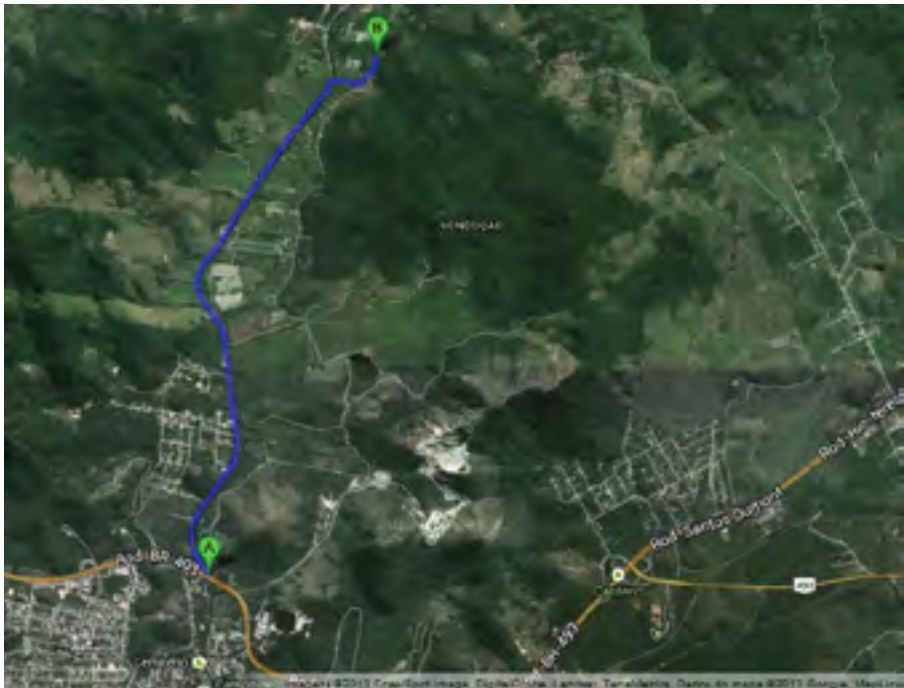
Casa de Farinha do Sr. Luís Farias e Dona Genelci. Suruí (2013). Acervo CRPH-DC

Levantado: Nielson Rosa Bezerra  
Data: maio /2013

Revisado: Aline Souza Nascimento  
Data: setembro/2013



Dados cartográficos ©2013 Google MapLink



## HISTÓRICO

Em uma estrada de terra, em uma localidade afastada do centro de Suruí, encontra-se a casa do senhor Luis Farias, cuja família segue uma tradição e produção artesanal de farinha de mandioca. Próximo à Capela de Nossa Senhora da Conceição, filial da antiga freguesia de São Nicolau do Suruí, essa casa de farinha é a principal atividade que garante a subsistência do senhor Luís, de dona Genelci (sua esposa) e de uma extensa família formada por filhos e filhas, noras e genros, sobrinhos, afilhados e netos.



Senhor Luís de Farias e sua casa de farinha (2013). Acervo do CRPH-DC

A equipe do projeto passou alguns dias acompanhando o cotidiano da família do senhor Luís, de forma que os pesquisadores pudessem entender o processo de produção da farinha de mandioca. O que se viu foi um trabalho familiar que segue uma tradição que já dura cinco gerações, uma vez que o senhor Luís contou-nos de seu avô e de seus pais produzindo farinha de mandioca. Durante a semana que estivemos acompanhando o seu trabalho, havia alguns de seus netos engajados no serviço.

A casa de farinha está situada na parte baixa do terreno. Uma construção simples, na verdade, um galpão simples de cerca de 80 m<sup>2</sup>, com o equipamento distribuído pelo espaço, revelando as fases da produção da farinha de mandioca: a raspagem da farinha, um tanque para a lavagem da mandioca, o processo de cevar (moagem que forma a massa puba) a mandioca, a prensa para retirada do excesso de água, a torragem, o ponto e a peneira.





**Acima, visão panorâmica da Casa de Farinha do senhor Luís Farias (2013)  
Abaixo, mulheres capoteiras (2013)**  
Acervo do CRPH-DC

Enquanto a mandioca cresce na várzea de seu terreno (que dona Genelci não deixou fotografar sob a justificativa de que havia mato alto), a família do senhor Luís faz um arranjo com outros pequenos lavradores do município de Magé. Quando alguém tem mandioca em seu terreno, mas não pode fazer a farinha (por não saber ou não ter o equipamento adequado), há um arranjo informal chamado de “meia”. Dona Genelci explica que é um acordo que consiste em “pegar” a mandioca do terreno de alguém, produzir a farinha e depois dividir em duas partes iguais. Assim é possível produzir ao longo do ano inteiro, mesmo que se tenha que esperar mais de um ano para a mandioca está pronta para a produção de farinha de qualidade.



No dia anterior, enquanto dona Genelci acerta os detalhes da negociação com o dono da mandioca, o senhor Luís organiza a coleta da lenha. Eles me explicam que há uma preocupação de cortar lenha apenas de árvores que já caíram, pois não desejam a derrubada das árvores. Segundo eles, isso implica em um trabalho ainda mais duro, pois algumas vezes só é possível encontrar lenha bem longe da casa de farinha, sendo necessária a utilização do transporte na cangalha de animais, normalmente uma mula que acompanhava o senhor Luís durante nosso primeiro contato. Sobre o carregamento da mandioca, o casal me explica que um membro da família trabalha como motorista de um caminhão. Durante a noite, eles aproveitariam a oportunidade de facilitar um pouco o esforço de carregar a mandioca, pois a propriedade onde estava a plantação era bem distante. Como a lenha já tinha sido recolhida a certa distância, então seria uma forma de aliviar o trabalho humano e, principalmente, o animal que merecia um pouco de descanso. Entretanto, o caminhão (que nem se viu) era apenas uma exceção, pois normalmente a mandioca era recolhida da mesma forma como foi possível registrar o transporte da lenha.



**Carregamento de lenha  
na cangalha de mula**  
(Suruí 2013)  
Acervo CRPH-DC

No dia seguinte, quando a equipe de pesquisa chegou, as capoteiras já estavam finalizando a primeira fase do processo (a raspagem da mandioca). Dona Genelci explicou que se ausentaria, pois precisava ir à cozinha para garantir o almoço do esposo, dos filhos e netos. Entretanto, antes de ir, encontrou tempo para dizer que nós havíamos chegado tarde, “pois o trabalho começa muito cedo”. Naquele dia, não foi possível tornar a vê-la. Entretanto, é bem nítida a sua liderança no trabalho da família, inclusive na administração da venda, da compra e da negociação. Ainda no dia anterior, ela deixou bem claro que a “roda de farinha” era de seu esposo, que o trabalho era familiar. Com orgulho, exaltava a honestidade e a idoneidade de seu marido. Contou-nos que ela viera do Espírito Santo ainda menina acompanhando os seus pais. O seu esposo teria nascido em Magé, filho e neto de homens trabalhadores da localidade. Com entusiasmo, explica que a família, embora sem muita riqueza, tem muito respeito por todas as pessoas da comunidade.

Aos poucos, explica que já tinha muitos filhos e netos criados e que todos eram alimentados com o trabalho com a farinha. De alguma forma, ela demonstra certo orgulho de sua vida rural. Embora sem qualquer luxo, com muita riqueza cultural. Muitos valores éticos e morais. Ao ser perguntada se costumava ir à cidade, ela responde que quando precisa ela vai, mas que não tem qualquer entusiasmo por viver na cidade. De acordo com suas palavras, “a cidade é uma prisão”. Naquele lugar, mesmo quando ainda não havia energia elétrica, ela tinha sossego para cuidar de sua família, que sempre foi “sustentada pela farinha”.



**Dona Genelci. Organizando os preparativos da produção de farinha (Suruí, 2013). Acervo CRPH-DC**

O clima da casa durante a produção de farinha é muito interessante, pois todos sabem que trata-se do trabalho que prover o sustento familiar. Porém, há satisfação nas ações de todos os envolvidos. As crianças brincam enquanto os adultos trabalham. Alguns meninos já ajudam no trabalho. Um deles fala rapidamente que no início ajudava a carregar a lenha e alimentar o fogo. Aos poucos aprende-se todas as fases da produção. Ao ser perguntado o que é mais difícil de ser feito, responde que é “dá o ponto” da farinha, mas que isso apenas o seu avô e um de seus tios tem o domínio, pois é muito difícil. Mais tarde, quando questionado sobre isso, o senhor Luís me confidencia que um deles “está quase pronto”, mas que era melhor esperar mais um pouco para deixá-lo fazer o ponto da farinha.





Produção de farinha, em Suruí (2013). Acervo CRPH-DC



A farinha de mandioca é uma produção baseada em um processo de manufaturamento agrícola que existe no município de Magé desde o período colonial. Em 1811, o capitão José Vaz de Sousa moveu uma ação contra alguns pequenos proprietários da Freguesia de São Nicolau de Suruí porque utilizavam um “caminho particular” que passava por dentro de sua fazenda no Quifonge, sem sua autorização. A ação era contra Francisco da Silva Barros, Bento Cabral, Miguel Barros, Florêncio da Costa, entre outros. Em sua maioria, eram homens pardos, pequenos proprietários de roças e casas de farinha, que utilizavam o caminho da fazenda Quifonge para evitar o “Caminho do Cosme”, cujo percurso era mais extenso para escoar a mercadoria até o Porto do Suruí, de onde a farinha de mandioca era transportada para além dos limites daquela freguesia <sup>(1)</sup>.



O caminho e as terras da antiga Fazenda do Quifonge. Suruí/2013. Acervo do CRPH-DC

O caso do escoamento da farinha de mandioca no caminho do Quifonge revela muitas questões sobre as hierarquizações e as mobilidades na sociedade da Baixada Fluminense durante o período colonial. Contudo, entre essas questões, destaca-se o fato de ter sido a produção de farinha de mandioca uma das principais atividades econômicas da freguesia de São Nicolau de Suruí durante um período de longa duração. É importante citar que nos arredores do Caminho do Quifonge (ainda hoje reconhecido pelas pessoas de Suruí) há outra comunidade chamada “Querengue”, onde é possível identificar muitas propriedades com suas casas de farinha desativadas.

Durante esse mesmo período, o senhor Reginaldo de Mello e Velho, sócio do Bergantim São José Diligente, comprava a farinha de mandioca produzida pelos pequenos proprietários de Magé (Vila da qual pertencia a freguesia de São Nicolau de Suruí), para revender nos mercados atlânticos. Em viagem realizada em 1808, o Bergantim São

1. Nielson Rosa Bezerra. *Escravidão, farinha e comércio no Recôncavo do Rio de Janeiro, século XIX*. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2011: 139



José Diligente foi carregado de farinha numa viagem que passou por Benguela, Calabar e São Tomé e Príncipe, onde foi realizada a venda de farinha e a compra de escravos e outras mercadorias.

Benguela, por exemplo, era uma cidade africana que consumia a farinha de mandioca fluminense desde o século XVIII. Em 1799, o governador de Benguela apontava o consumo desse tipo de mantimento proveniente do Rio de Janeiro:

A falta de farinha de mandioca, feijão e milho nesta cidade é já considerável e vai aumentando por falta de embarcações do Rio de Janeiro e da chuva. Por sua misericórdia, nos queria socorrer. Benguela, 16 de novembro de 1799. Ilmo Exmo Sr. Miguel Antonio de Melo, de Angola. Alexandre José Botelho de Vasconcelos (Governador de Benguela)<sup>(2)</sup>.

Os africanos escravizados empregados nas propriedades rurais do Recôncavo da Guanabara eram, em sua maioria, provenientes do Porto de Benguela. Isso significa que havia uma conexão econômica que envolvia diferentes localidades de diferentes partes do Atlântico. É possível afirmar que o comércio da farinha de mandioca produzida em Suruí e os africanos escravizados eram partes de uma importante conexão que envolvia não apenas as atividades econômicas, mas também tradições, signos culturais, influenciando diretamente na formação da sociedade brasileira.

Durante o século XIX, muitos viajantes europeus estiveram no território de Magé e registraram a produção, o comércio, a circulação e o consumo de farinha de mandioca. George Gardner cita as frequentes visitas à pequena propriedade de Joaquim Paulo, em Magé, onde era constantemente convidado para participar das refeições. O jantar era sempre farto e bem preparado, embora o tempero fosse carregado no alho. A porção de farinha de mandioca era o primeiro alimento a servir, acompanhada de milho cozido. Além disso, se servia toucinho, feijão e galinha ensopada<sup>(3)</sup>.

Além dos relatos dos viajantes, algumas notícias publicadas em jornais fluminenses oitocentistas demonstram a importância da farinha de mandioca:

2. Arquivo Nacional de Angola. Folio 77. Cod. 442. Benguela, 16 de novembro de 1799.

3. George Gardner. Viagem ao interior do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

Quem quiser comprar uma fazenda junto a serra, légua e meio distante, perto do Porto da Estrela, pertencente a Antônio José Rodrigues Fonseca, de 1350 braças de testada, uma légua de fundos, com muitas cachoeiras, uma boa casa de vivenda, um engenho de serrar madeira e outro de farinha de mandioca, ambos de água, casa de ferraria, plantações e escravatura. <sup>(4)</sup>

O austríaco Johan Moritz Rugendas (1802-1858) não escreveu muita coisa sobre a farinha de mandioca e o cotidiano da escravidão no fundo da Baía de Guanabara. Entretanto, os seus registros foram realizados em forma de desenhos e pranchas. De acordo com a sua obra, é possível obter uma descrição da paisagem natural e dos costumes sociais do Rio de Janeiro e demais lugares por onde ele viajou.



**Mulheres capoteiras (2013).** Acervo CRPH-DC

---

4. Gazeta do Rio de Janeiro, 20 de março de 1811.



**PLANTIO DA MANDIOCA E FABRICO DE FARINHA**  
Aquarelas de Johann Moritz Rugendas – 1835

Entre as pranchas de Rugendas, destaca-se a representação da casa de farinha. Como as muitas casas de farinha de Suruí e Magé, em primeiro plano, há um homem pardo e de chapéu junto aos escravos. Embora a sua posição não seja muito favorável, com algum esforço é possível perceber que ele está calçado. Essa informação possibilita considerar que tratava-se do dono da casa de farinha. Em último caso, um feitor ou administrador. Entre os 10 trabalhadores escravizados (é possível constatar que são escravos pelos pés descalços), eram seis mulheres e quatro homens. No canto esquerdo, há uma criança que, junto com a proporção de gênero, assinala a presença da formação de famílias escravas, demonstrando uma origem da tradição do trabalho familiar na produção de farinha, como ainda hoje persiste na região de Suruí, Magé. Também é possível perceber as fases do processamento da farinha de mandioca: a capotagem, a lavagem, a moagem (também chamada de cevar a mandioca), a secagem, a torragem e o ponto. É importante destacar que por ser a maioria, as mulheres estão presentes em todas as fases da produção. A presença masculina está reduzida à primeira fase da produção (capotagem ou raspagem), que seria o preparo da mandioca para ser processada.



**Produção de farinha de mandioca. Suruí, 2013. Acervo CRPH-DC**

Quando a equipe chegou à casa de farinha do senhor Luís, as capoteiras estavam terminando as suas atividades. Sem qualquer planejamento, fotografamos a cena para que não fosse perdido qualquer informação. Quando começamos a organizar a ficha, percebemos que havia uma impressionante semelhança da fotografia de 2013 com a imagem que Rugendas realizou durante o século XIX. As mulheres continuam sendo a maioria na produção da farinha. Como na imagem oitocentista, havia crianças no ambiente da produção. Mesmo sem a preocupação de constatar a proporção de gênero, foi possível encontrar outros indícios de um trabalho familiar.

Enquanto as mulheres (dona Genelci, suas filhas e noras) ainda terminavam a capotagem, o senhor Luís e os outros dois rapazes (seus netos) já adiantavam a moagem e o processo de secagem da mandioca que havia sido preparada no dia anterior. Dona Genelci explicou para a equipe que as mulheres desenvolvem qualquer tarefa dentro do engenho de farinha. O trabalho na prensa exige maior esforço físico, o que faz os homens predominarem nessa atividade, mas “quando é necessário, as mulheres também pegam para fazer”.



Diferentes fases da produção de farinha de mandioca (2013). Acervo CRPH-DC





Diferentes fases da produção de farinha de mandioca (2013). Acervo CRPH-DC



# Nas Sombras da Diáspora

Patrimônio e Cultura Afro-brasileira na Baixada Fluminense



Instituto Estadual do Patrimônio Cultural  
Secretaria de Estado de Cultura - RJ

## DENOMINAÇÃO

**Caminho do Comércio**

## LOCALIZAÇÃO

**Bairro do Tinguá**

MUNICÍPIO

**Nova Iguaçu**

## ÉPOCA DA CONSTRUÇÃO:

**Séculos XVIII e XIX**

## ESTADO DE CONSERVAÇÃO:

**Detalhamento no corpo da ficha**

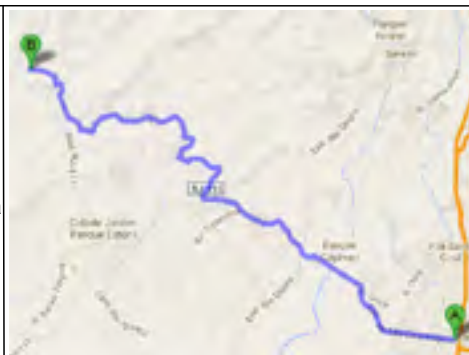
## USO ATUAL

**Apenas vestígios dos pés de moleque, da antiga Vila de Igoassú e da Freguesia das Palmeiras**

## PROTEÇÃO EXISTENTE:

**Nenhuma**

## PROPRIEDADE:



Dados cartográficos ©2013 Google MapLink



Estrada do Comércio indo para o Cais do Igoassú em 2006. Acervo CRPH

Levantado: Marlúcia dos Santos Souza  
Data: maio/2013

Revisado: Nielson Rosa Bezerra  
Data: setembro/2013







**Caminho do Comércio (2012).** Acervo CRPH-DC

## HISTÓRICO

Segundo Enéas Martins, por volta de 1728, o mestre de Campo da Ordenança, Estevão Pinto de Andrade, senhor da roça de Pau Grande, abriu uma nova picada para escoar a produção serrana por Iguaçú e Pilar. Novas querelas surgiram por lá. Enquanto João Rodrigo dos Santos enviava, em 1739, uma petição ao governo português reivindicando a representação do contrato das passagens das canoas do Rio Pilar até o Couto, suplicando a proibição do Caminho do Inhomirim, o capitão-mor Francisco Gomes Ribeiro, do Engenho da Posse, situado nas margens do Caminho de Paes, denunciava e solicitava o impedimento da abertura de uma outra variante pelo Tinguá. Diz o requerente no documento:

...havendo um só caminho vem os transportadores por ele seguros com as suas fazendas (riquezas) dos ladrões... por causa de novas veredas e picadas que se tem feito se tem repartido por uma e outras sua facilidade aos ladrões e salteadores roubarem os ditos passageiros, cujo dano se principiou a experimentar depois do dito Estevão Pinto abriu aquelas infaustas picadas, tão prejudiciais ao Serviço de Vossa Majestade e do seu povo, como se relata... <sup>(1)</sup>

Apesar das súplicas de Francisco Gomes, o Caminho do Tinguá se manteve aberto tornando-se apreciado já que a subida era menos sofrível que a caminhada pela Pedra do Couto. A produção advinda de Paty de Alferes, Pau Grande e Paraíba do Sul descia pelo Caminho do Tinguá, desembarcava nos portos iguaçuanos (Cais do Iguaçú, Porto dos Saveiros, da Barriga, do Vaqueiro, dos Bêbados, etc.) até a Baía da Guanabara. Em tempo de seca, eram transportadas por trilhas e caminhos que interligavam o Tinguá ao Pilar (Marambaia, Piranama, Estrada das Escravas, Estrada do Provedor até o Porto do Pilar) e a Baía da Guanabara.

Além de Martins, várias cartografias do século XVIII e início do XIX, apresentam o Caminho do Tinguá, apesar de encontramos uma certa desconfiança nas produções especializadas acerca da existência desse terceiro caminho do ouro. O caminho poderia ser inicialmente uma trilha, que aos poucos tornou-se possibilidade de escoamento e

---

1. MARTINS FILHO, Enéas. Os Três Caminhos para as Minas Gerais. Congresso Comemorativo do Bicentenário da Transferência da Sede do Governo do Brasil da Cidade de Salvador para o Rio de Janeiro. Revista do IHGB, Vol. 1, 1965: 201.





O crescimento do Vale Paraíba e da economia cafeeira intensificou a circulação pela Estrada do Comércio, acelerando a ocupação nas margens da estrada da serra do Tinguá. Fazendas, engenhos, engenhocas, sítios e ranchos foram demarcando as áreas de influência e de poder dos Lousadas, Barbosas, Bastos, Matos, Lourenços, Nogueiras entre outros. No meio da serra, surgiu um entreposto comercial de vila ou sede da Freguesia de Santana das Palmeiras.

Apesar de sua importância, os viajantes e tropeiros sofriam com os atoleiros, os alagamentos, os precipícios e a inviabilidade de se fazer a viagem com transportes maiores pela Estrada do Comércio. As presenças dos proprietários, viajantes e mercadores fizeram com que o governo provincial do Rio de Janeiro estabelecesse um contrato, em 1839, com o coronel do Imperial Corpo dos Engenheiros, Conrado Jacob de Niemeyer.

Segundo o contrato assinado, Conrado ficaria obrigado a: 1. Prontificar dentro de quatro anos a porção da estrada acima; 2. Dar segurança e comodidade de trânsito a toda sorte de transporte atualmente em uso no Brasil e; 3. Assegurar que no prazo de um ano a estrada deveria ser mantida sem grandes atoleiros, precipícios ou circunstâncias que impedisse o trânsito público. No artigo primeiro e terceiro ficaram estabelecidos os valores que o governo provincial se responsabilizaria a pagar ao engenheiro: duzentos e trinta e seis contos de reis (236:000\$000) adiantados com prestações mensais de cinco contos de reis (5:000\$000) cada uma. Em 1844, Conrado publicou um relatório de prestação de contas do trabalho realizado justificando, segundo ele, o muito feito com pequenos recursos. Diz ele:

Desejando conservar ilibada a minha reputação, especialmente para a Assembleia Provincial... implorei, e obtive a permissão de fazer imprimir o relatório dos meus trabalhos... para que se possam conhecer os esforços que empreguei para corresponder a confiança em mim depositarão... à vista das condições que contrai, e das quantias a fim a que me propuz de huma maneira que não prejudicasse o meu crédito <sup>(4)</sup>.

4. NIEMEYER, Conrado Jacob de. Relatório dos Trabalhos Concluídos na Estrada do Comercio Entre os Rios Iguassú e Parahiba, em Cumprimento do Contracto, Additamento, e Alterações a que se Obrigou com o Governo Provincial do Rio de Janeiro. RJ: Typographia de J. E. S. Cabral, 1844:1 e 2.

O engenheiro descreve nas páginas seguintes do relatório os seus feitos e presta contas das quantias gastas. Entre os feitos destacou: grandes descortinamentos e alargamento da estrada; construção de elegantes pontes, de pontilhões e bueiros; aterros com suficiente altura para ficar ao abrigo das cheias dos rios e cachoeiras; ampliação com caminho novo; 850 braças de primorosas calçadas com declive mais suaves e com muralhas desfazendo a fogo (explosivos) os rochedos; construção de esgoto subterrâneo longitudinal por toda a encosta da montanha; investimento nas traçadas com precipícios para adoçar os decliveis; desvio das águas de cachoeiras; instalação de um corgo denominado d'Aldeia e outro denominado de Caboclo para que animais tivessem na serra locais para saciar a sede; construção de um quartel e ferraria; reedificação de paredes; etc.

É possível identificar no relatório a preocupação do engenheiro em exaltar os seus feitos e explicitar as dificuldades enfrentadas no trabalho que ele mesmo qualificou de metamorfose em larga e vistosa estrada. Entre as dificuldades de execução da obra apontou inicialmente as críticas dos viajantes e tropeiros que cobravam que “a estrada repentinamente como milagre ficasse pronta”. Uma outra dificuldade indicada era a de executar as obras de encosta, as construções das pontes e o alargamento da estrada utilizando-se de fogo para abrir caminho entre as rochas.

As 186 braças que se seguem, a meio das quaes existe huma furiosa cachoeira denominada de Lage, onde o terreno foi a fogo, e na rocha viva preparado palmo, e onde 5 escravos meus perderão a vida com a explosão das minas, assim como 9 outros em toda a serra... mas hoje esta cachoeira respeitável passa em um esgoto subterrâneo majestoso, onde hum homem d'altura vulgar sahe e entra sem se curvar, parecendo-me achar-me construída ao abrigo de qualquer contra-tempo <sup>(5)</sup>.

A leitura do relatório nos proporcionou algumas reflexões. Inicialmente, desconfiamos da extrema preocupação do engenheiro em justificar os feitos e os gastos, o que de certo era uma resposta às críticas recebidas. No sentido de mensurar o valor recebido por ele, verificamos

5. NIEMEYER, Conrado Jacob de. Relatório dos Trabalhos Concluídos na Estrada do Comercio Entre os Rios Iguassú e Parahiba, em Cumprimento do Contracto, Additamento, e Alterações a que se Obrigou com o Governo Provincial do Rio de Janeiro. RJ: Typographia de J. E. S. Cabral, 1844: 8.

em cartas de liberdade os valores de escravos no período. Em uma carta de alforria de 1837, o escravo Simplício Crioulo, pertencente a Thomé Ferreira Barbosa, proprietário na Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga, teria que efetuar o pagamento de cento e dois mil e trezentos réis pela sua liberdade. Em outra de 1838, dona Anna Oliveira Madureira, da mesma freguesia, recebeu a quantia de cento e cinquenta e três mil e seiscentos réis pela escrava Angélica, crioula de 38 anos. Para facilitar os cálculos, estabelecemos a quantia de duzentos mil réis para o valor escravo. Logo, o engenheiro recebeu, nos 4 anos de obra, aproximadamente, o equivalente a 1180 escravos, valor nada desprezível se levarmos em conta que ele ainda recebeu ajuda de proprietários e possivelmente lhe fora facilitado o acesso do fogo produzido na fábrica de pólvora imperial, em Inhomirim <sup>(6)</sup>.

... muito concorreu além de meus esforços pessoaes, o auxílio dos fazendeiros, proprietários, e mais moradores da estrada; nenhum reclamou, depois que venci as serras do Tingoá e S. Anna, indenisações, nem murmurou, apesar dos graves prejuízos que muitos sofrerão, todos me franquearão suas casas, matos boiadas, tropas, e mais auxílios que careci, sem nada exigirem, e achando-me com todos na melhor harmonia <sup>(7)</sup>.

Avançando na leitura do relatório, fica claro que o governo provincial também considerou que o trabalho realizado não fora suficiente estabelecendo aditamento no contrato, como era comum. Obrigando Conrado a chegar com a obra da estrada até a Vila de Igoassú, na ponte da Marambaia, o governo provincial ainda acrescentou o valor de 16:600\$000 dezesseis contos e seiscentos mil réis para a obra. No caso do engenheiro não conseguir entregar a obra no prazo estipulado pagaria uma multa. Caso inverso, receberia um bônus no mesmo valor da multa, ou seja, 24:000\$000 (vinte e quatro contos), aumentando assim, as possibilidades de acumulação de Conrado. Um outro aspecto ainda a consi-

6. Livro de Registro do Escrivão do Juiz de Paz da Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga. Aberto no Rio de Janeiro em 11 de junho de 1831, pelo vereador Antônio Gomes Brito. Cartório da Primeira Circunscrição de Nova Iguaçu.

7. NIEMEYER, Conrado Jacob de. Relatório dos Trabalhos Concluídos na Estrada do Comercio Entre os Rios Iguassú e Parahiba, em Cumprimento do Contracto, Additamento, e Alterações a que se Obrigou com o Governo Provincial do Rio de Janeiro. RJ: Typographia de J. E. S. Cabral, 1844: 13.

derar é que no término do contrato o autor propõe a permanência de seu trabalho por mais quatro anos na conservação da estrada, o que revela um reconhecimento das vantagens da empreitada aos olhos do contratado e dos laços de proximidade que construiu no povoado de Santana.

Uma segunda reflexão que o relato das dificuldades nos provocou está relacionada à força de trabalho empregada na obra. Além da ajuda das tropas dos proprietários, o documento revela que a força de trabalho permanente era a mão de obra escrava. Não fica claro o quantitativo de escravos empregado, as formas de controle para evitar as fugas, muito menos se o engenheiro utilizou africanos livres concedidos pelo Estado Imperial, se comprou os escravos com a verba recebida, ou se já os tinha anteriormente. Entretanto, podemos fazer um esforço para pensar nos escravos que sofreram com o intenso trabalho, com os acidentes e principalmente com a perda de suas vidas. As obras da estrada foram concluídas em 1844, com a pavimentação de parte de sua extensão até o Cais do Igoassú.

Na década de 50 (século XIX), quando o Estado brasileiro construiu a ferrovia Pedro II, um imenso deslocamento econômico foi operado. A rede fluvial utilizada no escoamento da produção cafeeira foi sendo gradativamente substituída pela ferrovia, que interligava o Rio de Janeiro às principais áreas produtoras de café. Sendo assim, não era mais necessário transitar por embarcações, tropas, etc. A Vila de Igoassú perdeu também o papel que desempenhara de área de armazenamento do café e lugar de intensas trocas comerciais. Em contrapartida, as estações ferroviárias lentamente foram ocupando o papel de entrepostos comerciais. Assim, a Estação de Maxambomba foi se caracterizando como o novo centro comercial e administrativo do município de Igoassú. O território de Igoassú passou a ser conhecido como Igoassú Velho.

Vale ainda pontuar que no século XIX, as vilas de Magé, criada em 1789, a de Igoassú, em 1833, e a de Estrela, em 1846, foram impactadas por definições e redefinições de suas fronteiras. Magé ficou com as freguesias de Piedade de Magé e de Aguarimirim; Estrela ficou com as freguesias de São Nicolau do Suruí, Piedade de Inhomirim, Guia de Pacobaíba e Pilar; Igoassú ficou com Meriti, Piedade de Iguassú, Marapicu e Santana das Palmeiras. Em 1891, a Vila de Estrela foi extinta.

O território da Freguesia do Pilar ficou sob o domínio de Iguaçu e o território da Freguesia de São Nicolau e o da Freguesia de Guia de Pacobaíba ficou com Magé. A Freguesia de Inhomirim foi repartida



entre Magé e Igoassú. Após a instalação da República, as províncias passaram a ser denominadas de estados, e as freguesias, de distrito. O município de Iguaçú ficou formado pelos seguintes distritos:

1. Santo Antônio de Jacutinga com sede em Maxambomba (atual Centro de N. Iguaçú);
2. Marapicu (Queimados);
3. Piedade de Iguaçú (Cava e Tinguá atual);
4. Meriti;
5. Santana das Palmeiras (Japeri, sopé e meio da serra de Tinguá) e;
6. Pilar (atual segundo e quarto Distritos de Caxias).

Em 1916, através da Lei 1331, a sede do município de Iguaçú perdeu a denominação de Maxambomba para Nova Iguaçú. A Lei 1932 determinou a criação do 1º Distrito, São Matheus, Estação de Engenheiro Neiva, chamada posteriormente de Nilópolis em 1921. Em 1931, foi criado o 8º distrito, tendo como sede a Estação de Meriti e que passou a ser denominada de Caxias, e o 9º distrito, com sede em Estrela (Imbariê atual).



Observe que antes da construção da Estrada de Ferro Pedro II, era necessário atravessar a Baía da Guanabara, pegar o trem do Barão de Mauá e seguir de mula, a cavalo ou de carro de boi pela Estrada União Indústria para se chegar a Três Rios e a Minas Gerais. Com a Estrada Pedro II, as pessoas e as coisas circulavam do Rio de Janeiro até o Médio Paraíba sem trocar de meio de transporte, gastando-se um tempo muito menor e com mais comodidade. A Estrada do Comércio gradativamente foi perdendo também a sua importância, sendo posteriormente esquecida.



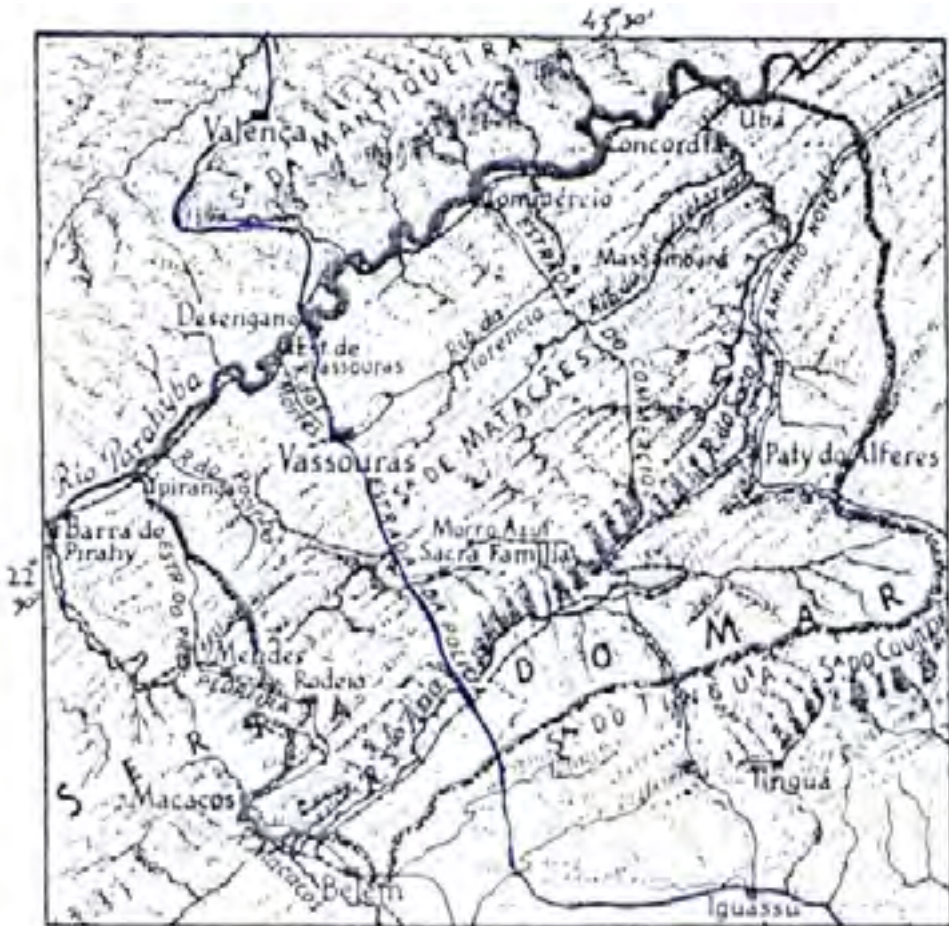
Fonte: FRÓES, Vania. O Porto da Estrela. Niterói: Dissertação de Mestrado



**Imagens das ruínas do povoado de Santana das Palmeiras,  
localizadas na Estrada do Comércio, atual Reserva Biológica do Tinguá  
Acervo LAB – Laboratório de Arqueologia Brasileira**



Em 1817, foram iniciadas as obras da Estrada da Polícia, integrando Igoassú a Vassouras e a Valença, assegurando o escoamento do café e as trocas comerciais entre o Médio Paraíba, as cercanias da Guanabara e o Rio de Janeiro. A estrada foi utilizada também com estratégia de desarticular os mocambos de escravos fugitivos situados serra acima. A coordenação e a iniciativa da obra ficou por conta do intendente geral da Polícia da Corte, Paulo Fernandes Vianna. O percurso da Estrada era o seguinte: partia-se da Pavuna, seguia em direção ao Engenho do Brejo (Belford Roxo), atravessava-se o Engenho de Maxambomba (Nova Iguaçu) e Belém (Japeri). Contornava a Serra Velha, a parte mais íngreme do caminho, a Serra de S'Antana e o Rio do mesmo nome, descendo a Serra dos Botais chegava-se a Vassouras. Atravessando o Rio Paraíba do Sul, na altura de um lugar por nome de Desengano, chegava-se a Valença.



Planta parcial da Serra do Mar onde se vê o Caminho da Polícia e a Estrada do Comércio  
Acervo Guilherme Perez



Em 1822, a Junta do Comércio iguaçuana abriu um outro caminho, utilizando o percurso do Tinguá já existente e/ou alterando-o, dando-lhe a denominação de Estrada do Comércio. Por ela, as trocas comerciais se intensificaram e em 1833, o Arraial de Iguaçu foi elevado à categoria de Vila. Vejamos o relato de Ribeyrolles sobre a sua passagem pela sede da vila:

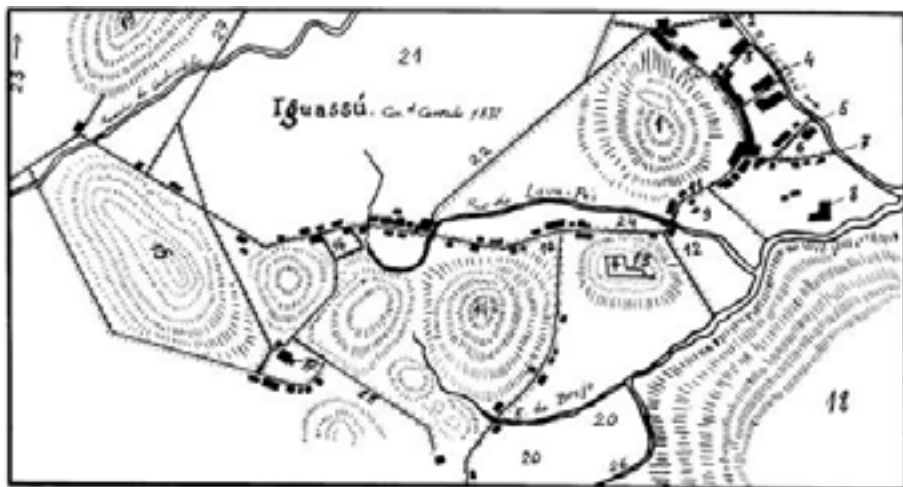
Iguassu é uma rua comprida e mal calçada que à esquerda segue para o porto e à direita termina numa bifurcação. Aí se comprimem os armazéns, as construções, as casas dos consignatários que exportam para o Rio. É a bolsa, o mercado, o entreposto. É a vida de Iguassu. Consta de duas mil almas a população desse burgo-capital... No porto, o rio é estreito e baixo. Os cavaleiros da jarreteira poderiam passá-lo facilmente. Os barcos carregados são impelidos à vara até o mar... Antes de deixar Iguassu, sua hospedaria onde se agita toda uma geração de mestiços e sua casaria açaçapada, tive ensejo de ver um desses longos comboios de mulas carregadas que denominamos tropa. <sup>(3)</sup>



Acervo Arquivo Nacional

3. RIBEYROLLES, Charles. Brasil Pitoresco. Vol. 1. BH: Itatiaia; SP: Editora da USP, 1980: 218-219.

Entre as exigências para elevar um arraial à condição de vila, isto é, cabeça de um município, podemos destacar: a construção de uma matriz, de um pelourinho, de uma câmara, de uma cadeia e de uma praça. Ao ser elevada à categoria de Vila, uma estrutura administrativa foi sendo instituída podendo ser vista na planta abaixo de 1837.



- |                            |                               |
|----------------------------|-------------------------------|
| 1. Morro da Cadeia         | 15. Largo do Vitor            |
| 2. Caminho da Serra e Melo | 16. Largo Lava-pés            |
| 3. Porto do Pinto          | 17. Matriz de N.S. da Piedade |
| 4. Porto do Viana          | 18. Morro M. Lima             |
| 5. Porto Soares e Mello    | 19. Morro Demetriano          |
| 6. Porto dos Passageiros   | 20. Brejo Cambambé            |
| 7. Porto dos Saveiros      | 21. Marambaia                 |
| 8. Câmara (Paço) Municipal | 22. Caminho dos Velhacos      |
| 9. Cadeia de Iguaçu        | 23. Caminho para Tinguá       |
| 10. Largo dos Ferreiros    | 24. Estrada do Comércio       |
| 11. Armazém Soares         | 25. Estrada do Cambambé       |
| 12. Porto de Iguaçu        | 26. Córrego Mangangá          |
| 13. Morro do Pessoa        | 27. Estrada da Olaria         |
| 14. Morro do Marinho       |                               |

**Imagens do Cais de Igoassú em 2006.** Fotografias Marlúcia Santos de Souza. Acervo CRPH





**Imagens da Matriz de Nossa Senhora da Piedade de Igoassú**  
Acervo Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu



**Ruínas da Igreja matriz de Piedade de Igoassú em 2006**  
Acervo CRPH





**Cemitério conhecido como dos escravos. Ainda em funcionamento**



**Ruínas do cemitério dos proprietários de terras e de escravos na Vila de Igoassú em 2006**  
Acervo CRPH







Fotografias do trabalho de campo realizado em 2007



Ruínas do Cemitério, torre da capela matriz Piedade de Igoassú e crematório



**Fotografias do trabalho de campo realizado em 2007**  
**Estrada da Comércio chegando-se no Cais e nas ruínas da câmara e cadeia (acima). E Ruínas da**  
**Câmara e cadeia da Vila de Igoassú (abaixo)**





# Nas Sombras da Diáspora

Patrimônio e Cultura Afro-brasileira na Baixada Fluminense



Instituto Estadual do Patrimônio Cultural  
Secretaria de Estado de Cultura - RJ

## DENOMINAÇÃO

**Fazenda São Bernardino**

## LOCALIZAÇÃO

MUNICÍPIO

**Estrada São Bernardino, s/nº, Tinguá**

**Nova Iguaçu**

**Esquina com a Estrada Federal do Tinguá (Rod RJ 111)**

## ÉPOCA DA CONSTRUÇÃO:

**Século XIX**

## ESTADO DE CONSERVAÇÃO:

**Detalhamento no corpo da ficha**

## USO ATUAL:

**Edificação em ruínas**

## PROTEÇÃO EXISTENTE/PROPOSTA:

**Patrimônio tombado pelo IPHAN**

## PROPRIEDADE:

**Desapropriada para fins de preservação**

**Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu**



Dados cartográficos ©2013 Google MapLink



Casarão e senzala da Fazenda São Bernardino. Fotografia de Rembrandt. Acervo do IPHAN – Departamento de Identificação e Documentação. Arquivo Noronha Santos

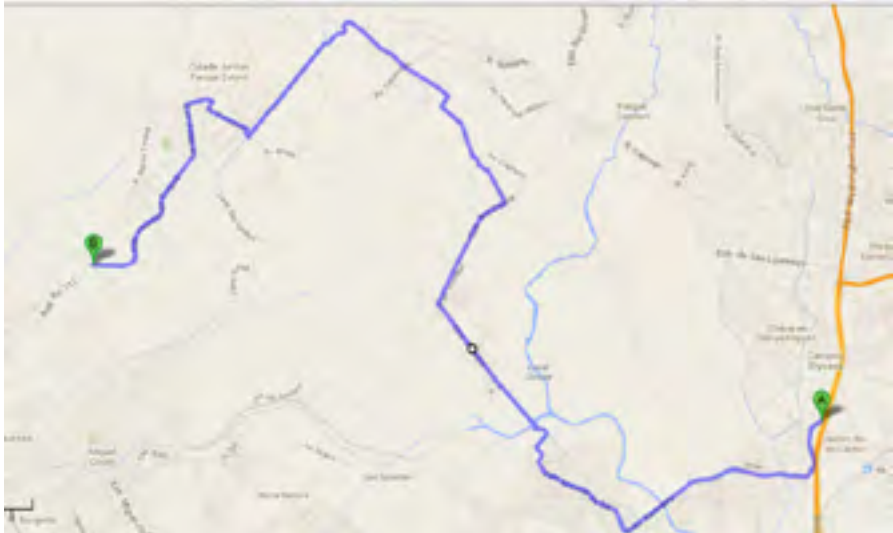
Levantado: MarluCIA dos Santos Souza

Data: maio /2013

Revisado: Aline Souza Nascimento

Data: setembro/2013

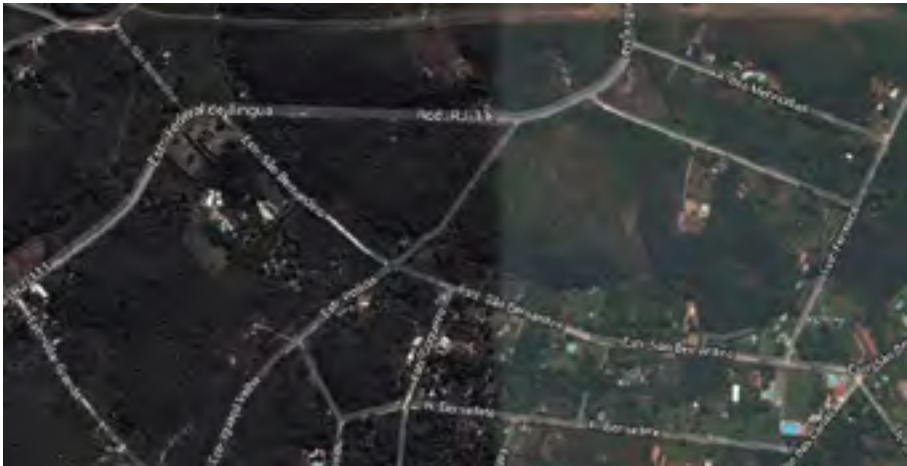




Dados cartográficos ©2013 Google MapLink



Google Maps/Street View



Imagens ©2013 TerraMetrics - Dados cartográficos ©2013 Google MapLink

## HISTÓRICO

O território situado no sopé da serra do Tinguá e nas fronteiras da nascente do Rio Igoassú foi sendo ocupado por sesmeiros que se dedicavam, no período colonial, à extração de madeira, à produção açucareira, de aguardente e de farinha. Quando a economia cafeeira se expandiu serra acima, no Médio Paraíba, o escoamento da produção cafeeira e as trocas comerciais se intensificaram pelos caminhos ora existentes e pelos abertos em 1817 (Estrada da Polícia) e Estrada do Comércio (1822).

O aquecimento das atividades comerciais provocou uma valorização fundiária e a construção de edificações para armazenar mercadorias, para alojar os comerciantes e viajantes, para fabricar produtos artesanais e para prestar serviços às tropas. Casas comerciais como as de secos e molhados, de ferreiros, de alfaiataria, padarias, tecelagens, tabernas e boticário (farmácia de manipulação) foram contribuindo para o aparecimento de famílias de proprietários de terras com atuação nas atividades comerciais. Por sua vez, o contrário também aconteceu, comerciantes com alguma acumulação de capital investiram em empréstimos a juros e na aquisição de terras. Quando em 1850, a Lei de Terras foi aprovada, as propriedades rurais tornaram-se mercadorias valiosas de compra e venda. Assim, homens com pouco prestígio político, mas, com acumulação de capital respeitável, adquiriram fazendas com vistas à inclusão na chamada boa sociedade.

Na medida em que a economia cafeeira se expandiu, surgiu uma nobreza da terra detentora do poder político local, principalmente nas vilas de Igoassú e de Vassouras, ambas criadas em 1833. Vassouras, além de ser uma das mais importantes áreas produtoras, se caracterizou como um lugar onde acontecia importantes transações comerciais do café, como as que ocorriam na Casa da Hera (chácara urbana que funcionava como uma casa de compra de café). Algumas nobiliarquias dominantes nestas duas vilas possuíam sociedades ou alianças políticas entre si. O barão do Tinguá, proprietário de terras no Tinguá, possuía casarão imponente na Vila de Vassouras. Seus restos mortais podem ser encontrados no cemitério da cidade de Vassouras, juntamente com outras famílias nobiliárquicas.

Entre os chamados donos do poder em Iguaçu podemos destacar o comendador Francisco José Soares. Além de importante proprietário de terras, ele controlava várias atividades comerciais em sociedade com Jacinto Manoel de Souza e Melo. O seu prestígio econômico





**Casa da Hera – Vassouras (2004).** Acervo Marlucia Souza



**Fazenda São Bernardino**  
Fotografia postada no  
Jornal de Hoje, em  
29/09/1991

lhe assegurou o domínio da Câmara de Igoassú por várias décadas. Vale ressaltar que no século XIX, cabia à câmara municipal elaborar o Código de Postura e administrar a vila, assim como estabelecer o controle da ordem e manter o abastecimento local. Cada câmara era governada por seis edis, sendo um deles, geralmente o mais idoso ou o mais importante proprietário do lugar, o presidente, isto é, além do legislativo, ele desempenhava o papel do que chamamos hoje de prefeito.

O comendador Francisco José Soares foi presidente da Câmara de Iguaçu nos períodos de 1837 a 1840; de 1841 a 1844; de 1853 a 1856; de 1861 a 1864 e; de 1869 a 1872. Ele instalou uma firma comercial com Jacinto Manoel de Souza e Melo, obtendo grande lucratividade explorando diferentes ramos comerciais e de prestação de serviços.

As sociedades econômicas também se expressavam. Cipriana Maria Soares, uma das filhas do comendador Soares casou-se com o sobrinho de Jacinto Melo, Bernardino José de Souza, fundador da Fazenda de São Bernardino. Bernardino tornou-se sócio do sogro.

O comendador Soares recolheu-se na Fazenda Morro Agudo e suas firmas foram entregues aos filhos e a um outro sobrinho de Jacinto Melo, também seu genro. Negócios em que os Soares e Melo estiveram à frente no ano de 1885:



**Fazenda São Bernardino**  
Fotografia postada no Jornal de Hoje, em 29/09/1991

- Melo e Irmãos e Melo e Souza: comércio;
- Soares e Melo: porto e armazém de receber carga, frete e comissão (embarcações);
- Soares e Melo: padaria;
- Soares e Melo: arremate de barreira e venda de bilhetes para passageiros nos ônibus de Joaquim Gonçalves Bastos;
- Moura, Filhos Soares e Cia: frete, ensaque e exportação de café;
- Veiga e Cia: frete, ensaque e exportação de café.

Em 1861 a firma Soares e Melo adquire terras, benfeitorias e escravos como pagamento de dívida do casal José Frutuoso Rangel e Antônia Maria Rangel.

Bernardino compra as terras hipotecadas do Sítio Bananal anexando as duas propriedades, compondo assim, a Fazenda São Bernardino. O casarão da Fazenda foi planejada a partir de 1862 e sua conclusão em 1875. Melo desligou-se dos negócios recolhendo-se no Sítio Cachimbau.



**Detalhe da Casa da Fazenda São Bernardion (2007).** Acervo CRPH-DC

Setima 8

# CONTANDO HISTÓRIAS



## Nova Iguaçu e suas raízes

Prof. NEY ALBERTO

Doc. Inst. Hist. e Geogr. de Nova Iguaçu

# Fazenda São Bernardino

Na fachada principal da Casa Grande dos incidentes a data da inauguração, 1875, e as iniciais do seu primeiro proprietário, RISM. Bernardino José de Souza e Melo, na Vila Iguaçu, (primeira sede do novo município), impo-  
 nte representante da aristocracia agrária comercial cariocena. A la-  
 garta compõe-se de uma casa  
 grande, construída sobre uma pé-  
 trificadora, que dá para a "rua" e  
 de uma senzala, em nível inferior,  
 junto à estrada de ferro, que se  
 estende até Tinguá, e topografia  
 local destaca-se um conjunto de pá-  
 rtielas e portais que marcava a di-  
 versão entre esta, conhecida, e a  
 estação de estrada de ferro, "Im-  
 perial", das proprietários Alexandre  
 Manoel e Fernando Abreu, em  
 história feita em julho de 1900. A  
 época da sua construção não ha-  
 via a referida "estrada" (federal),  
 além da senzala, existiam dois em-  
 bento de açucar e aguardente e  
 de farinha (de mandioca), além de  
 Zavalarga, garagem (para carua-  
 gem), púlias e, quanto à senzala,  
 criada em 3 andares. Estra ali-  
 mentos não rebeldes e um "pica-  
 senzala" propriamente dito, para  
 escravos rebeldes, com grades nas  
 janelas e portais, boncos, vramun-  
 das, galgafreiras e golinhas e res-  
 tantesco "médico". A estrada de  
 ferro, a que se refere a informação  
 precedente, é o ramal de Tinguá, de  
 E. F. Rio do Ouro, construída, em  
 vários trechos, sobre o Caminho  
 da Terra Firme (que substituiu o  
 Caminho do Pilar, para o es-  
 pamento do ouro das minas gerais).  
**TOMBAMENTO:** em janeiro de  
 1940, por ocasião do aniversário  
 do novo município, o prefeito, Ricardo  
 Xavier de Souza, e capitão José  
 Dionísio do Patrocínio História  
 e Geografia Nacional, órgão antec-  
 dor do atual Instituto de História e  
 Geografia de São São Bernar-  
 dino, em época a propriedade já  
 pertencia ao balneario "Luz de  
 Galvão". O Prefeito antecedido se  
 considerava "da História", por via



FACHADA PRINCIPAL DA CASA GRANDE

FOTO DE NEY ALBERTO, 1943

... a qual pertence a um cidadão de poucas letras e que, por isso, poderá destruí-la". (Observação: a história prova o contrário, posto que, enquanto a família Cavazzi dominava a propriedade, ela foi, dentro das possibilidades, preser-  
 vada. E tombamento, posto que, impediu necessárias manutenções, bastou o conjunto de, das mãos dos Cavazzis, o que aconteceu na administração (janeiro) para que o conjunto, "Casa Grande", "Espelho", "Senzala" encontra-  
 ser o caminho da ruína, se ad-  
 m. Propriedade ligadas a Lubiano, Rio Dosbois e Leão, abandonada, finalmente, a São Bernardino, e, no governo de Góes, com "man-  
 tenção" iniciada. A "unidade" e se-

gundo de pilagens, — acidez para o importante conjunto urbano rural da Vila Iguaçu). (Tombado em 1940 e tombamento só aceite em 26 de fevereiro de 1961, regis-  
 trado no livro "Boas Artes Preser-  
 vadas" do "Processo de n.º 432 —  
 T. ZONA JURISTICA E CRIATU-  
 RAL" em 1975 e Livro de Registro de Solo/Zonamento, "Título e Te-  
 gido do Iguaçu Velha e a de São Bernardino" em Zona Turística e Cultural, em Setembro de 1975, e Fundação base o "Seminário  
 História da Baía: Metodologia  
 HISTÓRIA" (registro de serviços  
 de "História" de Vila "Jo-  
 se Dina Pinheiro" — Carlos Alberto



*Inauguração: 1875*

*Tombamento: janeiro de 1940*

*A Fazenda São Bernardino pertenceu a Bernardino José de Souza e Mello. Segundo os arquitetos Alexander Nicolaff e Fernando Abreu, em uma vistoria realizada em 1965, a fazenda compõe-se de uma casa grande construída sobre um promontório que domina a região e uma senzala, em nível inferior... Na topografia local destaca-se um renque de palmeiras imperiais integrando a fazenda à Estação da E. F. Rio D'Ouro.*

*A fazenda possuía dois engenhos: de açúcar e aguardente e de farinha, além de cavalaria, garagem para carruagem e tulha para armazenar a produção.*

*A senzala era dividida em três setores: dois para os escravos mais disciplinados e um outro com grades nas janelas e portas, tronco, viramundos, gargalheiras e golinhas e respectivos grilhões.*

*Fonte: Nova Iguaçu e suas raízes, por Ney Alberto (IHGNI)  
Jornal de Hoje, 29/09/1991.*



**Interior do casarão da Fazenda São Bernardino Fotografia de Rembrandt**  
Acervo do IPHAN – Departamento de Identificação e Documentação Arquivo Noronha Santos





**Cais do Igoassú** Acervo CRPH/DC, 2005



**Ruínas da Fazenda São Bernardino.** Acervo CRPH/DC, 2005



**Fotografia do trabalho de campo realizado em 2007 pelo CRPH**



**Ruínas da Fazenda São Bernardino. Acervo CRPH/DC, 2007**



Fotografia do trabalho de campo realizado em 2007 pelo CRPH





**Ruínas da senzala da Fazenda São Bernardino. Acervo CRPH, 2007**





**Fotografia do trabalho de campo realizado em 2007 pelo CRPH**





Planta da Fazenda São Bernardino





Fazenda São Bernandino (s.d). Acervo IHNI



Fazenda São Bernardino (s.d). Acervo IHNI



Fazenda São Bernanrdino (s.d). Acervo IHNI

## Bibliografia

- ABREU, Capistrano de. *Caminhos Antigos e Povoamentos no Brasil*. RJ: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975.
- ABREU, Capistrano de. *O Sertão* In Capítulos de História Colonial (1500-1800). RJ: Sociedade Capistrano de Abreu; Livraria Briguet, 1969.
- ABREU, Maurício de Almeida. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*. Volume 2. Rio de Janeiro: Andreia Jakobson Estúdio, 2011.
- AGASSIZ, Louis. *Viagem ao Brasil*. SP: Editora Nacional, 1936.
- ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALVES, José Cláudio de Souza. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2004.
- ANDREONI, João Antônio. *Cultura e Opulência do Brasil*. SP: Cia Editora Nacional, texto da edição de 1711.
- ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Vol. 3. RJ: Imprensa Nacional, 1945.
- ARQUIVO NACIONAL. *Guia Brasileiro de Fontes para a História da África, da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual*. Fontes Arquivísticas. Volume 2. Rio de Janeiro, 1988.
- BEZERRA, Nielson Bezerra. Iguaçú e Estrela: a Baixada no Meio do Caminho. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*, Ano 13, Número 13. RJ, 2004. BEZERRA, Nielson Rosa; SOUZA, MarluCIA dos Santos. “Os Caminhos do Ouro na Baixada Fluminense,” *Revista Pilares da História* 6, Duque de Caxias, 2007, p. 7-21.
- BEZERRA, Nielson Rosa. *As chaves da liberdade: confluências da escravidão no Recôncavo do Rio de Janeiro, 1833-1888*. Niterói: EdUFF, 2008.



BEZERRA, Nielson Rosa. Mosaicos da Escravidão: identidades africanas e conexões atlânticas do Recôncavo da Guanabara, 1780-1840. Tese de Doutorado em História. Niterói: UFF, 2010.

BEZERRA, Nielson Rosa. *Escravidão, Farinha e Comércio no Recôncavo do Rio de Janeiro, século XIX*. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2011.

BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. SP: Itatiaia e Editora da USP, 1976.

CAVALCANTI, Nireu Oliveira. “O comércio de escravos novos no Rio setecentista”. Em: FLORENTINO, Manoel. *Tráfico, cativo e liberdade. Rio de Janeiro, século XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, 17-78.

Correa, Magalhães. A Baixada e Montes Fluminenses: Pilar. In: *Jornal Correio da Manhã*, 3 de março de 1940.

COSTA, Antônio Gilberto (org). *Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real*. BH: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2005.

COSTA, de Fátima G., DIENER, Pablo e STRAUSS, Dieter. *O Brasil de Hoje no Espelho do Século XIX, Artistas Alemães e Brasileiros Refazem a Expedição Langsdorff*. SP: Estação Liberdade, 1995.

CRUZ, Ubiratan. Família na Freguesia de Nossa Senhora do Pillar do Morobahi: Estrutura Social e Padrões de Sociabilidade (Capitania do Rio de Janeiro, 1759-1793). Vassouras: Dissertação de Mestrado em História pela Universidade Severino Sombra, 2005.

DEMÉTRIO, Denise Vieira. Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara. Séculos XVII e XVIII. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF, 2008.

DEMÉTRIO, Denise Vieira. A família escrava em Jacutinga, 1686-1721. In: Nielson Bezerra e Mariza Soares. *Escravidão Africana no Recôncavo da Guanabara, séculos XVII-XIX*. Niterói: EdUFF, 2011: 23-46.

FARIA, Sheila de Castro. Mulheres forras: riquezas e estigma social. *Tempo*. Rio de Janeiro, no. 9, p. 65-92.

FERREIRA, Roquinaldo Amaral. *Transforming Atlantic Slaving: Trade, Warfare and Territorial Control in Angola, 1650-1800*. PhD Dissertation. Los Angeles: UCLA, 2003.

FERREZ, Gilberto. *O Brasil do Primeiro Reinado visto pelo botânico William John Burchell 1825-1829*. RJ: Fundação João Moreira Salles/ Fundação Nacional Pró-Memória Rio de Janeiro, 1981.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de e CAMPOS, Maria Verônica (orgs). *Códice Costa Matoso*. Vol. I e II. BH: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FLORENTINO, M. G. “Morfologias da infância escrava e suas possibilidades, século XVII e XIX”. Em: *Tráfico, cativo e liberdade. Rio de Janeiro, século XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FORTE, José Matoso Maia. *Memória da Fundação de Iguassú*. Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Comércio, 1933.

FREYRE, Gilberto Freyre. *Casa grande e senzala: formação da família patriarcal sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro, Maia & Schimit Ltda, 1933.

GARDNER, George. *Viagem ao Interior do Brasil*. BH: Itatiaia; SP: Editora da Universidade do Brasil, 1975.

GOMES, Flavio dos Santos; FARIA, Juliana Barreto; SOARES, Carlos Eugênio L. *No Labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

GOMES, F. S. *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 1992.

GOMES, Flávio. *História de Quilombolas. Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro- Século XIX*. RJ: Arquivo Nacional, 1995.

GOMES, Flávio dos Santos. *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, F. S. e SOARES, Carlos Eugênio L. Dizem as quitandeiras... Ocupações urbanas e identidades étnicas em uma cidade escravista: Rio de Janeiro, século XIX. In: *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*. Vol. 15. Nº 2. Julho/Dezembro, 2002, p. 3-16.

Niterói, julho de 2002, p. 209-248.

GONÇALVES, Ney Alberto. “Nova Iguaçu e suas raízes”, *Jornal de Hoje*, 29/09/1991.

HALL, Hall. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2006.

ISAAC, Daniel. “O Candomblé na Baixada Fluminense”. In *Revista Pilares da História*. Ano 4. Número 6. Duque de Caxias, 2006, p. 49-69.

KARASCH, Mary. *A vida escrava no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil (Províncias do Sul)*. RJ: Bitblioteca Histórica Brasileira, 1972.

KOMISSAROV, Boris N. “Langsdorff: com o Brasil, para sempre”. In: *Expedição Lagsdorff*. Catálogo da Exposição apresentada pelo Banco do Brasil em 2010.

KNIVET, Anthony. *As Incríveis Aventuras e Estranhos Infortúnios de Anthony Kinivet*. RJ: Zahar Editor, 2007.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Serra*. RJ: IHGB, Conselho Nacional de Geografia, 1963.

LAZARONI, Dalva. *O município de Duque de Caxias: sua gente, sua economia, sua história*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1990.

LEAL, Maria Beatriz. *Recordo-me de ti, terra bendita!* RJ: Editora Vide, 2006.

LE GOFF, jacques. *História e Memória*. 4ª Edição. Campinas, São Paulo, Editora da Unicamp, 1996.

LOVEJOY, Paul. *Identity in the Shadow of Slavery*. New York: Continuum, 2000.

LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: Uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LUCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil*. BH: Itatiaia; SP: Editora da USP, 1975.

MAGALHÃES, Basílio de. *Garcia Rodrigues Paes* In Revista do IHGB, Volume I, Número 138, T. 84, 1918.

MARTINS FILHO, Enéas. “Os Três Caminhos para as Minas Gerais”. Congresso Comemorativo do Bicentenário da Transferência da Sede do Governo do Brasil da cidade de Salvador para o Rio de Janeiro. *Revista do IHGB*, Vol. 1, 1965: 171-211.

MATTOS, Raymundo da Cunha. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás*. Volume II. RJ: Itatiaia, 1836.

MATTOS, Theóphilo Antônio da Rocha (org.). *História de uma Nova Igreja*. Jubileu de Prata da Diocese de Duque de Caxias e de São João de Meriti. DC/RJ: Renascer, 2006. MAWE, John. *Viagens ao Interior do Brasil*. BH: Itatiaia; SP: Editora da USP, 1978.

MILLER, Joseph. “A economia política do tráfico angolano de escravos no século XVIII”. In Selma Pantoja e José Flávio Sobra Saraiva (orgs.). *Angola e Brasil: nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

MOTTA, Márcia Maria M. *História e Memórias*. IN: MATTOS, Marcelo Badaró de (org.) *História: Pensar e Fazer*. Niterói. Laboratório Dimensões da História – UFF, 1998.

NETTO, Marcia Ferreira. *Terreiros de Candomblé do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

NIEMEYER, Conrado Jacob de. *Relatório dos Trabalhos Concluídos na Estrada do Commercio Entre os Rios Iguassú e Parahiba, em Cumprimento do Contracto, Additamento, e Alterações a que se Obrigou com o Governo Provincial do Rio de Janeiro*. RJ: Typographia

de J. E. S. Cabral, 1844.

PACHECO, Paulo Henrique. Crise e decadência: a Fazenda do Iguaçu e seus escravos, século XIX. In: Nielson Bezerra e Mariza Soares (orgs.). *Escravidão Africana no Recôncavo da Guanabara, séculos XVII-XIX*. Niterói: EdUFF, 2011: 67-83.

PEREIRA, Waldick. *A mudança da vila: História Iguaçuana*. Nova Iguaçu: IHGNI, 1970.

PEREIRA, Waldick. *Cana, café e laranja: história econômica de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: FGV, 1977.

PEREIRA, Waldick. *Barão do Tinguá: Francisco Pinto Duarte*. Nova Iguaçu: IHGNI, 1981.

PERES, Guilherme. *Baixada Fluminense: os caminhos do ouro*. Duque de Caxias: Consócio de Edições, 1996.

PERES, Guilherme. *Tropeiros e viajantes na Baixada Fluminense*. São João de Meriti: IPAHB, 2000.

PERES, Guilherme. “Caminho do Pilar, o Pioneiro Caminho do Ouro.” RJ: Texto Digitalizado, 2005.

PINTO, Leonardo Aguiar Rocha. *Fregueses e Freguesias: ação do Estado Português ao longo das vias de comunicação entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Stampa, 2007.

POHL, Johann Emanuel. *Viagem no Interior do Brasil*. BH: Itatiaia; SP: Editora da USP, 1976.

PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. “O Porto Estrela”. In: Revista da IHGB, nº 293, 1971.

PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. “Dois Caminhos da Serra da Estrela”. In: Revista do IHGB do Rio de Janeiro. Vol 1.

REIS, J. J. e GOMES, F. S. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco*. Vol. 1. BH: Itatiaia; SP: Editora da USP, 1980.



ROCHA, Mateus Ramalho. *O Mosteiro de São Bento no Rio de Janeiro 1590/1990*. RJ: Studio HMF, 1991.

RODRIGUES, Jaime. *De Costa a Costa: Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

RUGENDAS, João Maurício. *Viagem Pitoresca Através do Brasil*. SP: Martins e Editora da USP, 1972.

RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem Pitoresca do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998:

SAINT-HILARE. Augusto de. *Viagens pela Província do Rio de Janeiro e Minas Gerais (1779-1853)*. BH: Itatiaia; SP: Editora da USP, 1975.

SAINT-HILARE. Augusto de. *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo*. RJ: Bibliotheca Pedagógica Brasileira, 1932.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. *Na encruzilhada do império; hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (1650-1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SANCHES, Marcos Guimarães. *Sertão e Fazenda. Ocupação e Transformação da Serra Fluminense entre 1750 e 1820* in Revista do IHGB, volume 151, nº 366, 1990.

SANTOS, Renato Peixoto dos. *Fábrica da Estrela* (Imperial Fábrica de Pólvora) do Império aos nossos dias, servindo ao Brasil. RJ: Edição do autor/ Gráfica Castro Ltda, 1973.

SANTOS, Marcio. *Estradas Reais*. BH: Editora da Estrada Real, 2001.

SANTOS, Patrícia de Andrade. *Entre o Local e o Global: o caso do município de Iguassú*. Monografia de final de curso em História. RJ: UFF, 2006.

SILVA, Danuzio Gil Bernardino da (org.). *Os Diários de Langsdorff*, Volume I. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; RJ: Fiocruz, 1997: XIV.

#### Bibliografia

SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de

Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Carlos Eugênio L. *Zungú: rumor de muitas vozes*. Rio de Janeiro: APERJ, 1998.

SOARES, Carlos Eugênio L. *Negregada instituição: os capoeiras na Corte Imperial (1850-1890)*. Rio de Janeiro: Access, 1998.

SOARES, Carlos Eugênio L. *A capoeira escrava e outras tradições no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

SOARES, Mariza de Carvalho. “O vinho e a farinha, ‘zonas de sombra’ na economia atlântica no século XVII.” In Fernando de Sousa (Coord.) *A Companhia e as relações econômicas de Portugal com o Brasil, a Inglaterra e a Rússia*. Lisboa, CEPESE/Afrontamento, 2008. pp. 215-232.

SOARES, Mariza de Carvalho. “Engenho sim, de açúcar não: o engenho de farinha de Frans Post” In *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 25, nº 41: p.61-83, jan/jun 2009.

SOARES, Mariza de Carvalho e BEZERRA, Nielson Rosa. (Orgs.). *Escravidão Africana no Recôncavo da Guanabara, séculos XVII-XIX*. Niterói: EdUFF, 2011.

SOUZA, Laura de Melo e. *Os Desclassificados do Ouro*. RJ: Edições Graal, 1986.

SOUZA, Marlúcia Santos de. (coord.) *Guardados. Resistências Culturais nas Comunidades do Olavo Bilac, Jardim Leal e Gramacho*. Duque de Caxias: Projeto Comunidade Educadora, 2011.

SOUZA, Marlúcia Santos de. *Escavando o Passado da Cidade: Duque de Caxias e os projetos de poder político local (1900-1964)*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF, 2002.

SOUZA, Marlúcia dos Santos e NASCIMENTO, Aline (Orgs.). *Achadouros: 400 Anos de Devoção - 1612-2012. Fé e Vivências Comunitárias no Pilar*. Duque de Caxias: CRPH, 2012.

THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do Mundo*

*Atlântico (1400-1800)*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

TOUSSAINT-SAMSOM, Adèle. *Uma Parisiense no Brasil*. RJ: Ed. Capivara, 2003.

TRINDADE, Solano. “Folias de Reis”. *Revista Manchete*, Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1954. Disponível em: [www.jangadabrasil.com.br](http://www.jangadabrasil.com.br)